VIDA&ARTE
Novo filme de Kiko Alves mergulha na ancestralidade do Interior do Ceará
PÁGINA 3

VIDA&ARTE
Pedro Ariel: o papel do jornalismo ao pautar a arquitetura e a sustentabilidade
PÁGINA 1

SAMUEL SETUBAL



CIDADES
Instituto de Música Jacques Klein realiza 1ª Experiência Musical de 2025
PÁGINA 24

ANO XCVII - EDIÇÃO Nº 32.770
FORTALEZA - CE / **R$ 4,00**
TERÇA-FEIRA 25/3/2025 WWW.OPOVO.COM.BR 97 ANOS

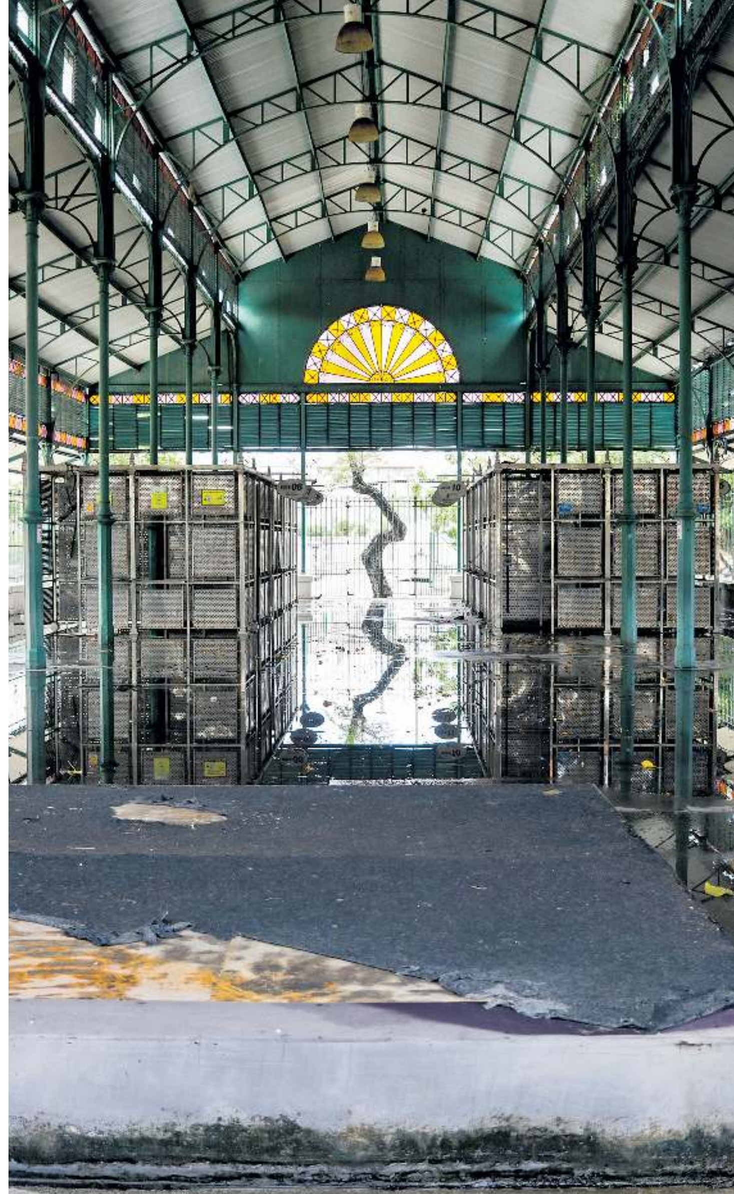
O POVO

TRAMA GOLPISTA

STF INICIA JULGAMENTO QUE PODE TORNAR BOLSONARO RÉU

Ministros do Supremo vão decidir se abrem processo criminal contra o ex-presidente e mais sete denunciados pela PGR. Na lista, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid e ex-ministros **POLÍTICA, PÁGINA 6; ÉRICO FIRMO, PÁGINA 7; EDITORIAL, PÁGINA 20**

SAMUEL SETUBAL



REPORTAGEM

Ainda que tradicionais, mercados públicos funcionam em precariedade

PÁGINAS 8 E 9

FCO FONTENELE



ALÉM DO PORTO SECO

Transnordestina atrai mineração, agronegócio e aviação para o Interior
ECONOMIA, PÁGINA 10

ESPORTES

Em clima quente, Brasil viaja à Argentina para duelo nas Eliminatórias

PÁGINA 26

CIDADES

Torcedor preso por engano tem dados inseridos em processo após falta de checagem judicial

PÁGINA 23

CIDADES

Data Magna: feriado estadual ocorre desde 2011 e celebra a libertação dos escravos no CE

PÁGINA 24

MERCADO ASSINANTE: (85) 3254 1010
acesse **www.opovo.com.br/falecomagente** ou (85) 99605 2273 (whatsapp)
E-COMMERCE ASSINATURA: assine.opovo.com.br
E-MAIL: mercadoassinante@opovo.com.br

WHATSAPP DA REDAÇÃO O POVO: (85) 98893 9919
OMBUDSMAN: (85) 98893 9807 (whatsapp) ou
ombudsman@opovodigital.com (seg a sex, das 8h às 14h)



EDIÇÃO DE HOJE
Edição fechada às 23h50
36 páginas



CARLOSMAZZA@OPOVO.COM.BR

VERTICAL

POR CARLOS MAZZA

ESTA COLUNA É PUBLICADA DE SEGUNDA A SÁBADO



GUIMARÃES NÃO PODE "CONCENTRAR" PT-CE, DIZ JOSÉ AIRTON

O deputado José Airton Cirilo (PT) repudiou nesta segunda-feira, 24, fala do líder do governo Lula na Câmara Federal, José Guimarães (PT), onde o petista defende que sua corrente dentro do PT indique o próximo presidente da sigla no Ceará. "Fomos nós do Campo Democrático que pacificamos o PT e fizemos ele ser esse partido vitorioso aqui no Ceará", disse Guimarães à Vertical na semana passada. Cirilo, no entanto, rebate: "Isso não tem a menor procedência, esse grupo nunca pacificou o PT, só aparelhou o partido a serviço de seu projeto de poder", diz o deputado. As críticas ocorrem às vésperas do início das articulações do Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, que irá definir em julho os comandos da sigla nos níveis municipal, estadual e nacional.

DISPUTA

Atualmente, o grupo de Guimarães tem ampla maioria no PT Ceará. Nos últimos meses, no entanto, vêm se articulando tanto um bloco ligado a Luizianne Lins (PT) quanto outro a Camilo Santana (PT) e Elmano de Freitas (PT).

EM ABERTO

Hoje mais próximo do grupo do ministro da Educação, José Airton afirma que tem a segunda maior força do partido e que ainda irá discutir com os demais grupos de olho em definir sua posição para a disputa do PT-CE.

"REARRANJO"

"Para pacificar o PT, é preciso ter uma concertação que inclua a participação de todas as forças principais. "Não é correto que Camilo e Elmano, que são as lideranças mais expressivas, não tenham força dentro do partido", diz.

LENÇOL CURTO

Destacando que disputa nacional do PT deve ter feitos no comando local da sigla, José Airton conclui: "Não é que o Guimarães não possa ter força. É que não deveria concentrar. Outras correntes precisam ter espaço".

LENDA VIVA

O procurador de Justiça Luiz Eduardo dos Santos completa hoje 40 anos de aulas na Faculdade de Direito da UFC. Formando gerações do Direito cearense, ele é conhecido pela responsabilidade e rigor com que conduz as disciplinas.

EM DEBATE

A deputada Larissa Gaspar (PT) propôs a criação de um Pacto Contra o Feminicídio unindo Poderes para enfrentar números crescentes na violência contra mulheres no Ceará. Estado teve aumento de 21,1% de casos em 2024.

EVANDRO NO MUNDO ÁRABE

Evandro Leitão (PT) continua sua agenda internacional em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Ontem, o prefeito "vendeu o peixe" de Fortaleza para investimentos nas áreas de infraestrutura, sobretudo em cabos digitais e data centers.

ISMAR CAPISTRANO/ACERVO PESSOAL



IN MEMORIAM

Morreu ontem aos 51 anos o professor Ismar Capistrano, do curso de Jornalismo da UFC. Mesmo com um diagnóstico de câncer, não deixou de ministrar aulas no curso. Velório ocorre em Quixadá, terra natal do professor.

SEGURANÇA

Semanas recentes têm sido marcadas por maior aproximação entre Elmano de Freitas e tropa da PMCE. Além de fala defendendo agentes em caso ocorrido em Parambu, o petista anunciou ontem cartão-fardamento para PMs.

HORIZONTAIS_

A Sou Energy, fabricante cearense de painéis de energia solar, inaugurou neste mês nova filial no Pará, chegando a oito estados do Brasil. /// **Encontros da Secult**-CE para capacitar gestores municipais para editais da Política Nacional Aldir Blanc chegam, entre os dias 26 e 27 deste mês, aos municípios de Pedra Branca e Arneiroz.



Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas da Vertical

Projetos de Fortaleza são apresentados em Abu Dhabi

| INFRAESTRUTURA | Também foram apresentadas oportunidades de investimentos internacionais em iniciativas voltadas para diversas áreas

FABIANA MELO
fabiana.melo@opovo.com.br



H2V

O prefeito deixou Fortaleza na noite da última sexta-feira, 21, e terá um encontro com a diretoria da Masdar, referência global em energia renovável e hidrogênio verde

Projetos de infraestrutura e atração de investimentos foram apresentados ontem, 24, para o "Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento (ADFD)". O encontro foi divulgado pelo prefeito Evandro Leitão (PT) por meio das redes sociais, no Instagram.

> "É um privilégio ser o primeiro prefeito de Fortaleza a sentar à mesa com a direção-geral de um dos principais grupos de investidores do mundo, apresentando nossos diferenciais para atração de recursos e os projetos para o desenvolvimento de nossa cidade [...] Agora, nossas equipes técnicas se reunirão para viabilizarmos os próximos passos de nossa grande parceria", escreveu.

Na ocasião, o diretor-geral do órgão, Muhammad Saif Al Suwaidi, explicou o interesse do ADFD em investir em infraestrutura em diversas áreas.

Presente no encontro, o embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Sidney Leon Romeiro, reforçou o trabalho de décadas do Ceará no turismo, assim como as conexões áreas, de cabos e big datas que Fortaleza possui em virtude de sua localização e investimentos constantes do Estado.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM/@EVANDROLEITAO



ENCONTRO foi divulgado pelo prefeito Evandro Leitão (PT)

No domingo, 23, o prefeito já havia se reunido com o embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Sidney Leon Romeiro, para apresentar projetos de infraestrutura necessários para a Capital e oportunidades de investimentos internacionais em iniciativas voltadas para diversas áreas.

O embaixador Sidney Leon Romeiro destacou os diferenciais de Fortaleza, a qualidade dos projetos apresentados e o foco em infraestrutura que os Emirados Árabes Unidos possuem em seus investimentos, sobretudo em energias renováveis e mobilidade urbana.

"A visita do prefeito de Fortaleza é um sinal muito importante do interesse que vocês têm em investimentos nessas áreas. Os projetos vão muito ao encontro do que eles buscam", frisou Sidney, que esteve acompanhado do conselheiro da Embaixada, Enrico Moro Gomes.

A visita oficial do prefeito de Fortaleza dá sequência ao encontro com o embaixador dos Emirados Árabes no Brasil, Saleh Alsuwaidi, recebido por Evandro e secretariado no Paço Municipal no dia 28 de fevereiro.

CHARGE@OPOVO.COM.BR

CHARGE \ Clayton



TÁBUA DAS MARÉS

FONTES: OBSERVATÓRIO NACIONAL E FUNCEME

HOJE

- MARÉ ALTA: 1h13min / 2,4 metros
- MARÉ BAIXA: 7h16min / 0,7 metro
- MARÉ ALTA: 13h34min / 2,5 metros
- MARÉ BAIXA: 19h50min / 0,7 metro

AMANHÃ

- MARÉ ALTA: 2h12min / 2,5 metros
- MARÉ BAIXA: 8h15min / 0,7 metro
- MARÉ ALTA: 14h30min / 2,6 metros
- MARÉ BAIXA: 20h41min / 0,6 metro

LUA

Minguante	Nova	Crescente	Cheia
atual	29/3	4/3	12/3

TEMPO EM FORTALEZA

Temperatura **Máxima** 33ºC

Temperatura **Mínima** 24ºC

Parcialmente nublado

PREÇO BAIXO
É BOM PRA TODOS!

ASSAÍ
ATACADISTA

VALIDADE DOS PREÇOS MAR/25
D S T Q Q S S
24 25 26 27

FEIJÃO CARIOCA DONA DÊ
PACOTE 1KG
R$ 4,89 CADA

FARINHA DE MANDIOCA BRANCA OU AMARELA FIBRA
PACOTE 1KG
R$ 3,99 CADA

FLOCÃO DE MILHO MARATÁ SÃO BRAZ
PACOTE 500G
R$ 1,45 CADA

LEITE EM PÓ INTEGRAL ITAMBÉ
PACOTE 400G
R$ 14,29 CADA

MACARRÃO DE SÊMOLA ESPAGUETE FORTALEZA
PACOTE 400G
R$ 3,69 CADA

BISCOITO SALGADO ORIGINAL OU INTEGRAL SALT PLUS! ÁGUIA
PACOTE 360G
R$ 4,79 CADA

FRALDA DESCARTAVÉL SUPREME CARE HUGGIES
PACOTE/TAMANHOS
R$ 85,90 CADA

LENÇOS UMEDECIDOS TRIPLA PROTEÇÃO HUGGIES
PACOTE COM 88 UNIDADES
R$ 8,99 CADA

KIT COLORAÇÃO COR&TON NIELY CORES
EMBALAGEM 135G
R$ 11,90 CADA

LAVA-ROUPAS LÍQUIDO BRILHANTE FRAGRÂNCIAS
REFIL 900ML
R$ 8,90 CADA

LAVA-ROUPAS LÍQUIDO CONCENTRADO ARIEL TIPOS
FRASCO 2L
R$ 29,90 CADA

ÁGUA SANITÁRIA PRO YPÊ
GALÃO 5L
R$ 9,90 CADA

PREÇO BAIXO É NO ASSAÍ

CORDÃO DO FILÉ-MIGNON BOVINO RESFRIADO FRIBOI
PC/KG
R$ 31,90 QUILO

AÇÚCAR CRISTAL OLHO D'ÁGUA OU CORURIPE
PACOTE 1KG
R$ 3,55 CADA

ARROZ BRANCO OU PARBOILIZADO MEU BIJU
PACOTE 1KG
R$ 5,19 CADA

FILÉ DE PEITO DE FRANGO CONGELADO COPACOL
KG
R$ 17,99 QUILO

CERVEJA STELLA ARTOIS
LONG NECK 330ML
R$ 5,49 CADA

MOP ORIGINAL NOVIÇA
13L
R$ 89,90 CADA

FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO AURORA
PACOTE 800G
R$ 33,90 CADA

CREME DE LEITE LEVÍSSIMO ITAMBÉ
TP 200G
R$ 2,79 CADA

FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL TIPO 1 DONA MARIA
PACOTE 1KG
R$ 3,89 CADA

AZEITE DE OLIVA EXTRAVIRGEM GALLO
VIDRO 250ML
R$ 27,50 CADA

BEBA COM MODERAÇÃO - A VENDA E O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA SÃO PROIBIDOS PARA MENORES.
O MINISTÉRIO DA SAÚDE ADVERTE: O ALEITAMENTO MATERNO EVITA INFECÇÕES E ALERGIAS E É RECOMENDADO ATÉ OS DOIS ANOS DE IDADE OU MAIS.

PREÇOS VÁLIDOS PARA AS LOJAS DO CEARÁ (EXCETO BEZERRA E WASHINGTON), DE 24 A 27/03/2025 OU ENQUANTO DURAREM O PERÍODO DE VALIDADE DOS PREÇOS.

PAGUE COM PIX

PEÇA JÁ O SEU!** PASSAÍ
Parcele suas compras em até 3X SEM JUROS COM O CARTÃO PASSAÍ*
*Para as compras a partir de R$ 20,00, exclusivamente nas lojas Assaí Atacadista (exceto para compras nos Postos de Combustíveis Assaí). **Cartão sujeito à análise de crédito.

DESCONTOS EXCLUSIVOS NO MEU ASSAÍ
Baixe agora Google Play App Store

ASSAÍ ATACADISTA
Encontre a loja mais próxima no nosso site:
ASSAI.COM.BR
Siga a gente nas redes sociais!
Espaço do Cliente
Telefone / WhatsApp: 0800 773 2322
Atendimento: De segunda a sábado, das 7h às 22h. Domingos e feriados, das 8h às 20h.
32093

É proibida a venda e a entrega de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. "Art. 81, Inciso. II do Estatuto da Criança e do Adolescente". Bebida alcoólica é prejudicial à saúde, à família e à sociedade. Lei Estadual nº 10.501 de 16/2/2000. Aprecie com moderação. O Ministério da Saúde adverte: o aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os 2 (dois) anos de idade ou mais. O Ministério da Saúde adverte: após os 6 (seis) meses de idade, continue amamentando o seu filho e ofereça novos alimentos. Os produtos anunciados com as promoções "a partir de" com preço de atacado são válidos para o mesmo tipo de embalagem, sabor ou fragrância. Todas as fotos deste anúncio são de caráter ilustrativo e os itens não respeitam proporção entre si. Conforme legislação, poderá ocorrer uma limitação de oferta por cliente com base no Artigo 39º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Os produtos e preços são conforme anunciados, salvo erro de impressão gráfica. Parcelamento em até 4x sem juros, nos eletroportáteis e pneus em todos os cartões de crédito habilitados nas nossas lojas. Pagamento de alimentos com cartões de crédito, somente à vista. *Nas lojas ASSAÍ, ao efetuar o pagamento de suas compras com o cartão de crédito Passaí, pague o preço de atacado comprando em quantidades de varejo. Confira as etiquetas com destaque de preço, regras de desconto e plano de pagamento nas lojas Assaí. Condições de pagamento exclusivas para cartão de crédito Passaí. Promoção não cumulativa com outras promoções ou ofertas.

EDIÇÃO: **DOMITILA ANDRADE** | DOMITILA.ANDRADE@OPOVO.COM.BR | 85 3255 6101

Governo Trump enviou por engano plano de guerra a um jornalista

| ATAQUE AOS HUTHIS |

BRENDAN SMIALOWSKI / AFP)



PRESIDENTE dos EUA, Donald Trump

Um jornalista americano foi incluído acidentalmente em um grupo de troca de mensagens no qual o Secretário de Defesa, Pete Hegseth, e outros altos funcionários do governo de Donald Trump discutiam ataques iminentes contra os rebeldes huthis do Iêmen, confirmou a Casa Branca.

Trump anunciou os ataques em 15 de março, mas o editor-chefe da revista The Atlantic, Jeffrey Goldberg, afirmou que recebeu um aviso sobre o plano horas antes, por meio de um grupo no Signal.

"A sequência de mensagens que foi relatada parece ser autêntica e estamos revisando como um número foi adicionado inadvertidamente à conversa", indicou o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Brian Hughes.

A Casa Branca afirmou que Trump ainda "tem a máxima confiança em sua equipe de segurança nacional", após o presidente declarar não estar ciente dessa aparente falha.

"Não sei de nada sobre isso", disse Trump ontem, 24, quando perguntado sobre a inclusão do repórter nas conversas. "Estou ouvindo isso de vocês pela primeira vez", respondeu o presidente aos jornalistas. Em todo caso, "o ataque foi muito eficaz", acrescentou.

O vazamento poderia ter sido muito prejudicial se Goldberg tivesse publicado detalhes do plano com antecedência, mas ele não o fez, nem mesmo após o fato.

Goldberg escreveu, no entanto, que Hegseth enviou ao grupo informações sobre os ataques, incluindo "alvos, armas que os Estados Unidos usariam e a sequência do ataque".

"De acordo com o extenso texto de Hegseth, as primeiras detonações no Iêmen seriam sentidas duas horas depois, às 13h45min, horário do leste" dos Estados Unidos, detalhou Goldberg, um cronograma que depois foi cumprido no terreno.

Goldberg disse que o adicionaram ao grupo dois dias antes e que recebeu mensagens de outros altos funcionários do governo designando representantes que trabalhariam no assunto.

O vazamento gerou indignação entre a oposição democrata.

O líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, descreveu-a como "uma das violações mais surpreendentes à inteligência militar" que ele viu em "muito tempo" e pediu uma investigação completa.

"O descuido mostrado pelo gabinete do presidente Trump é impressionante e perigoso", disse Jack Reed, outro senador. **(AFP)**

ISMAR CAPISTRANO

REPRODUÇÃO/ INSTAGRAM



MORRE PROFESSOR DE JORNALISMO DA UFC AOS 51 ANOS

O professor Ismar Capistrano Costa Filho, docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), morreu ontem, 24, aos 51 anos. O pesquisador tratava um câncer. O velório está sendo realizado em Quixadá, cidade natal do professor, desde a noite de ontem, no Centro de Velórios Afagu. Sepultamento será no cemitério Nova Jerusalém, também em Quixadá, hoje, 25, às 15 horas.
Formado em jornalismo pela UFC, Ismar era mestre em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ele se dedicava à pesquisa sobre comunicação comunitária, rádio, internet e culturas populares. A coordenadora do curso de Jornalismo, Naiana Rodrigues, relembra a trajetória de trabalho do colega, marcada principalmente pela defesa da democratização da comunicação. Por meio de projetos de extensão, Ismar formava comunicadores populares. **(Alexia Vieira)**

R$ 5,75

Após vários dias de trégua, o mercado financeiro iniciou a semana com turbulências. O dólar subiu com novas ameaças de tarifaços do presidente norte-americano Donald Trump e declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A bolsa de valores descolou-se do exterior e caiu quase 1%. O dólar comercial encerrou ontem, 24, vendido a R$ 5,752, com alta de R$ 0,035 (+0,61%). A cotação chegou a subir para R$ 5,77 por volta das 9h50, após declaração de Haddad sobre uma possível mudança de parâmetros do arcabouço fiscal, mas desacelerou e voltou a operar em torno de R$ 5,73 após o ministro prestar esclarecimentos na rede social X.
Perto do fim das negociações, no entanto, a moeda norte-americana acompanhou o mercado internacional e voltou a disparar, após Trump anunciar a intenção de sobretaxar em 25% países que comprem petróleo da Venezuela. **(Agência Brasil)**

SEGURANÇA PÚBLICA

Elmano entrega cartões fardamento para agentes

O governador do Estado do Ceará, Elmano de Fretas, deu início a entrega do Cartão Fardamento, por meio de uma solenidade, no Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp), ontem, 24, com a presença de representantes das forças de segurança, entre Polícia Militar do Ceará, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar.
Um total de 23.527 militares, entre policiais e bombeiros, receberão o Cartão Fardamento, com um valor de mil reais, que permitirá o agente de segurança comprar uniformes durante o período de um ano. Esse investimento tem um custo de R$ 24.219.827,82. Todos os anos os policiais vão receber o cartão.
O governador frisou que, nos casos de valores de diferença, o crédito volta para o Estado. "O que estamos fazendo é um reconhecimento ao esforço de vocês. Não é justo que precisem gastar o próprio dinheiro para pagar os seus uniformes", afirmou. **(Jéssika Sisnando)**

ALERTA ONU

Pandemia da aids pode ressurgir devido a cortes dos EUA

O mundo corre o risco de reviver os piores momentos da pandemia da aids, depois que os Estados Unidos cortaram a ajuda ao exterior, alertou ontem, 24, a Unaids, acrescentando que pode haver milhões de mortos.
A diretora da Unaids, Winnie Byanyima, afirmou que se a ajuda dos EUA não for restabelecida, ou se nenhum outro Estado preencher esse vazio, haverá "6,3 milhões de mortes adcionais relacionadas à aids" nos próximos quatro anos.
"Estamos falando de dez vezes mais", explicou Byanyima aos jornalistas em Genebra. "Vamos ver pessoas morrendo como vimos nas décadas de 1990 e 2000", declarou a alta funcionária. Os EUA tem sido historicamente o maior doador de ajuda humanitára, no entanto, o presidente Donald Trump impôs cortes à ajuda internacional. **(AFP)**



STF suspende julgamento de Zambelli

| APÓS PEDIDO DE VISTA |

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem, 24, o julgamento virtual que vai decidir sobre a condenação da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

A paralisação ocorreu em função de um pedido de vista do ministro Nunes Marques. Não há data para a retomada do julgamento.

Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo.

Até o momento, o Supremo registrou placar de 5 votos a 0 para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão em regime semiaberto. Os ministros que votaram pela condenação também se manifestaram pela perda do mandato em função da condenação criminal. Faltam os votos de seis ministros.

Os ministros que já votaram seguiram o entendimento do relator, Gilmar Mendes, para quem a reação armada diante de ofensas não encontra amparo no Estado Democrático de Direito. **(Agência Brasil)**



DEFESA

Em nota, o advogado Daniel Bialski, representante da deputada, declarou que a defesa não conseguiu fazer sustentação oral no julgamento e que cerceamento de defesa

STF inicia hoje julgamento de Bolsonaro e mais 7 denunciados por trama golpista

| BRASIL | Na lista, estão também o ex-ajudante de ordens, Mauro Cid, e ex-ministros da gestão de Bolsonaro, como o cearense Paulo Sérgio Nogueira

MARIANA LOPES
marianalopes@opovo.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia nesta terça-feira, 25, o julgamento que determina se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sete de seus aliados se tornarão réus por suposta tentativa de golpe de Estado após Bolsonaro perder as eleições de 2022 para o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) organizou os 34 denunciados pela suposta trama golpista em cinco núcleos. Hoje, o STF analisa inicialmente o núcleo 1 da denúncia, que inclui o ex-presidente e outros nomes considerados responsáveis por organizar a tentativa de golpe. Na lista, estão Mauro Cid, ex-ajudante de ordens, os ex-ministros Braga Netto, Augusto Heleno, Anderson Torres e o cearense Paulo Sérgio Nogueira, além de Alexandre Ramagem e Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha.

> A sessão de julgamento vai decidir se será aberto um processo criminal contra os denunciados pela PGR. Se a denúncia for aceita, os acusados se tornarão réus, e novas sessões serão agendadas para a oitiva de testemunhas e apresentação de provas pelas partes envolvidas.

Após essa fase, os ministros precisarão deliberar sobre a condenação ou absolvição dos réus. Em caso de condenação, o STF ainda terá que decidir quais crimes serão atribuídos a cada um dos envolvidos e quais penas serão aplicadas.

Bolsonaro e os outros sete denunciados são acusados de crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, além de deterioração de patrimônio tombado.

As penas previstas variam de acordo com cada crime, mas, caso um condenado seja apenado por mais de oito anos, o regime de cumprimento da pena será obrigatoriamente fechado, conforme a legislação brasileira.

O julgamento já conta com três sessões agendadas para deliberações dos ministros. O dia começa com a primeira análise às 9h30, e a segunda sessão ocorre no mesmo dia, a partir das 14h. A terceira sessão está prevista para a manhã de quarta-feira, 26.

EVARISTO SAAFP



STF julga Jair Bolsonaro (PL) por suposta trama golpista após eleições de 2022

JULGAMENTO NO STF

O PROTOCOLO DA AUDIÊNCIA

A abertura da Sessão será realizada pelo presidente da Primeira Turma, neste caso, o ministro Cristiano Zanin.

Em seguida, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, deverá ler o relatório da denúncia. Após a leitura, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá 30 minutos para expor os argumentos da acusação.

Os advogados de cada um dos oito acusados terá 15 minutos para a defesa, com a ordem definida pelo presidente da Turma.

Ao final, os ministros votarão inicialmente sobre questões preliminares eventuais e, enfim, sobre a denúncia. O relator Alexandre de Moraes deve ser o primeiro a votar, seguido pelos demais ministros conforme precedência estabelecida

Julgamento

STF vai reforçar segurança

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai reforçar a segurança da Corte para o julgamento no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro, o general Braga Netto e mais seis acusados podem virar réus pela trama golpista que pretendia impedir o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

A Primeira Turma do STF inicia hoje a análise da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o núcleo 1 da trama, que inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

De acordo com o STF, o policiamento das áreas próximas ao tribunal será reforçado e "equipes de pronta resposta para emergências" serão utilizadas. O controle de acesso ao tribunal e o monitoramento das instalações também serão ampliados.

O trabalho de segurança será realizado pela Polícia Judicial do Supremo, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Segundo o Supremo, as medidas serão tomadas para garantir a segurança dos servidores, advogados e profissionais da imprensa envolvidos no julgamento.

Em novembro do ano passado, a Corte foi alvo de um atentado suicida cometido pelo chaveiro Francisco Wanderley Luiz, candidato a vereador pelo PL nas eleições de 2020.

Julgamento

A Primeira Turma do STF é composta pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo regimento interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada por este colegiado. **(Agência Brasil)**

Bolsonaro lança pai de André Fernandes como candidato ao Senado pelo Ceará

| OPOSIÇÃO | Ex-presidente confirmou nome de Alcides Fernandes (PL) em live no Youtube

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou que o deputado estadual Alcides Fernandes (PL) deve concorrer ao Senado Federal pelo Ceará em 2026. Declaração de Bolsonaro ocorreu em transmissão ao vivo do programa Inteligência Ltda nesta segunda-feira, 24.

"Posso fazer a campanha aqui? No Ceará, é o pai do André, que foi candidato a prefeito e é deputado estadual, e assim tá indo pelo Brasil", afirmou o ex-presidente após ser questionado sobre os nomes que ele apoiaria no país em 2026.

O deputado estadual esteve em um churrasco exclusivo com Bolsonaro após manifestação que pedia anistia dos envolvidos no 8 de janeiro. O ato aconteceu no domingo, 16, no Rio de Janeiro.

Pai do deputado federal André Fernandes (PL), o parlamentar cantou uma canção improvisada que dizia "então volta, volta, capitão" durante o encontro, de forma descontraída.

Alcides Fernandes é pastor evangélico e foi eleito deputado estadual com 79.207 votos. Segundo sua página na Assembleia Legislativa, o deputado decidiu se candidatar em 2022 a pedido de Jair Bolsonaro e do filho, André Fernandes.

Em maio de2023, Alcides Fernandes, junto com Carmelo Neto (PL), Marta Gonçalves (PL) e Dra. Silvana (PL), foi alvo de cassação por fraude na cota de gênero. A legislação eleitoral estabelece que os partidos devem cumprir uma cota mínima de 30% de candidaturas femininas. No entanto, o PL teria registrado três candidaturas consideradas irregulares, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE).

André Fernandes é apontado por nomes da oposição como líder do grupo, especialmente após a eleição de 2024, em que disputou o segundo turno na disputa pela Prefeitura de Fortaleza. Em votação apertada, o deputado federal perdeu para Evandro Leitão (PT), mas acumulou capital político. A oposição tenta se articular para 2026, mas Fernandes tem destacado posição do PL e defendido protagonismo do partido. A intenção seria que as duas vagas em disputa no ano que vem sejam ocupadas por alguém do PL.

A declaração do ex-presidente ocorre na noite anterior ao julgamento do STF. Nesta terça-feira, 25, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidirão se aceitam ou rejeitam a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra oito pessoas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por suposta participação em tentativa de golpe de Estado em 2022. **(ML)**



ELEIÇÃO

André Fernandes ficou em 2º lugar na disputa pela Prefeitura de Fortaleza. Foi a eleição mais apertada, proporcionalmente

Eufrázio

Elmano defende policiais em conflito com criminosos e promete respaldo político

| AÇÕES | O governador do Ceará garantiu amparo político e organizativo dentro do Estado e da Controladoria Geral de Disciplina

GUILHERME GONSALVES
guilherme.gonsalves@opovo.com.br

Após publicação nas redes sociais de que "entre um policial ser vítima e bandidos tombarem, que eles levem sempre a pior", o governador Elmano de Freitas (PT) repetiu o discurso diante de policiais e bombeiros militares, em evento de entrega de Cartão Fardamento nesta segunda-feira, 24.

"E o que escrevi ontem numa rede social é o que de fato eu penso. Se numa situação de conflito, vossas senhorias tiverem um conflito, se tiver alguém que tombar que tombe o bandido, jamais vossas senhorias", afirmou sendo aplaudido pelos presentes.

> "Contem com essa posição, seja em relacionamento com o comando, ou seja em relacionamento com a CGD (Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública). É para fazermos a proteção. Nós não vamos dar ouvido à bandidagem que é criar problema para vida do policial. É da maneira que escrevi, nós vamos fazer dentro da lei", declarou Elmano.

A fala do governador do Ceará se refere a uma ação policial realizada em Parambu, município localizado a 405 quilômetros de Fortaleza, que resultou na apreensão de quatro fuzis, dois quilos de skunk e na morte de dois homens. A dupla fazia parte de uma quadrilha de roubo a banco e carro-forte. As mortes teriam acontecido durante confronto com os agentes de segurança.

Elmano afirmou que os policiais se encontraram em uma situação em que os criminosos atiraram contra eles e, embora não ache bom que alguém tenha a sua vida tirada, dará respaldo político e organizativo dentro do Estado para o enfrentamento contra bandidos.

"Saibam que aquilo o que tá escrito é o que eu penso, é o que eu falarei e eu vou dar respaldo político e organizativo dentro do Estado para que assim as coisas fiquem muito claras de que nós estamos enfrentando organizações criminosas e não vamos de maneira nenhuma recuar", disse.

"Bandido tem tirado a vida de policial e evidentemente o policial tem que reagir na medida da força necessária e reagindo na força necessária tiraram a vida, ninguém nunca acha bom tirar a vida de ninguém, mas o que eu não quero é um policial estar perdendo a sua vida", destacou.

Roberto Sá, titular da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSDPS), reforçou o discurso incisivo e inflamado do governador do Ceará. Segundo ele, a declaração de Elmano reforça a política de combate ao crime.

"Quero aproveitar a oportunidade de formadores de opinião para dizer que a sua manifestação recente só reforça o que nós conversamos quando o senhor me convidou para ser secretário, da sua determinação inafastável, inalienável, indescritível de combater sem trégua, sem recuo e sem pensar duas vezes", disse.

Ele destacou o investimento ao que estiver ao alcance para que se tenha organizações fortalecidas e a população protegida, citando que a postura de Elmano é o que o "encantou" quando foi convidado para ser secretário.

"O senhor ontem (no domingo) mais uma vez reforçou aquilo que me encantou na nossa primeira conversa, da sua determinação de proteger os nossos efetivos, de proteger a nossa população e de fazer esse investimento", completou Sá.

FÁBIO LIMA



GOVERNADOR do Ceará, Elmano de Freitas (PT), tem endurecido falas sobre a segurança

Congresso Nacional. Segurança

Deputado quer incluir ação de facções na Lei Antiterrorismo

O deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) quer incluir ações de facções criminosas na Lei Antiterrorismo. Em conversa com o jornalista Jocélio Leal, no programa O Povo no Rádio, da rádio O POVO/CBN, na manhã desta segunda-feira, 24, o parlamentar disse ter tido conversas com os provedores de internet no Ceará, que têm sido vítimas de ataque por parte de criminosos. Ele deve apresentar nas próximas horas essa proposta na Câmara dos Deputados.

Segundo Forte, o projeto visa criar um mecanismo de coerção mais potente à criminalidade. "Hoje a grande queixa de todo mundo é o quê? A polícia prende, a Justiça solta. A grande queixa é o quê? A impunidade reinando no Brasil", argumentou.

Questionado sobre o fato de a ação de facções não serem exatamente uma novidade, o parlamentar argumentou ser uma questão que acontece agora em todo o país. "Não é só no Rio de Janeiro, nem só no Ceará. É no Brasil inteiro, agora no Ceará se deu com maior contundência, diante do momento, inclusive, da luta que estou fazendo para atrair Data Center para o Porto do Pecém. Agora, qual é a empresa que vai querer vir?", explicou.

O deputado disse ter conversados também com órgãos públicos, para aprimorar a discussão e a proposta. "Vi a necessidade de ter uma legislação adequada, eficiente, para dar condição para que os órgãos de repressão possam atuar dentro da legalidade", destacou.

Danilo informou que deverá apresentar o texto na Câmara dos Deputados até, no máximo, quarta-feira, 26, e que deseja tramitação em regime de urgência.

"Estou só esperando uma complementação desse texto por parte do Ministério da Justiça. Preparamos um projeto, que vai ser dado entrada, queremos que seja tratado em regime de urgência, porque, se a gente for esperar pela PEC da Segurança, que o governo promete desde o ano passado, uma PEC para tramitar nas duas Casas, pode ter certeza que esse ano isso não se vota", concluiu.

Gabriella é a 3ª mulher a assumir Fortaleza

| GESTÃO | O prefeito Evandro está viajando

MARCELO BLOC
marcelo.bloc@opovo.com.br

Prefeita em exercício até que Evandro Leitão (PT) retorne de viagem, Gabriella Aguiar (PSD) é apenas a terceira mulher a ocupar o cargo de prefeita de Fortaleza. A ausência do prefeito petista fez com que Gabriella se juntasse a duas petistas que a antecederam, Maria Luíza e Luizianne Lins.

Maria Luíza Menezes Fontenele foi prefeita de Fortaleza entre 1986 e 1989. A professora universitária foi a primeira mulher eleita prefeita de Fortaleza, em 1985, ano que marca o processo de redemocratização do País.

Também pelo PT, a segunda mulher a assumir a Prefeitura de Fortaleza foi a hoje deputada federal Luizianne Lins. Ela foi prefeita da Capital por dois mandatos seguidos, ficando no cargo de 2005 a 2012.

Isabel Lopes, então no PMDB, foi a primeira mulher a ser vice-prefeita em Fortaleza. Ela ocupou o cargo após as eleições municipais de 2000, quando Juraci Magalhães, na época também no PMDB, conquistou a reeleição na Capital e foi eleito para o seu terceiro mandato.

No entanto, ela nunca chegou a sentar na cadeira do prefeito, nem mesmo quando Juraci esteve fora do país.

Os dois enfrentaram desavenças, o que culminou no rompimento da relação. Ela justificou citando a "falta de compromisso da gestão" com a educação.

Em maio de 2003, já rompidos e com Isabel filiada ao PT, que fazia oposição ao prefeito, o prefeito passou quatro dias em Portugal, mas não transmitiu o cargo para ninguém. Instigada pela oposição, Isabel tentou, sem sucesso, assumir a Prefeitura.

Ela ouviu da assessoria do prefeito a alegação de que só poderia assumir caso tivesse uma liminar judicial ou um documento de transferência do cargo assinado por Juraci Magalhães.

Reajuste dos servidores será pago retroativamente em maio

| GOVERNO | O escalonamento do reajuste até 2026 terá impacto de R$ 16,2 bilhões

O plenário conjunto do Congresso Nacional aprovou simbolicamente o texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 na quinta-feira, 20. Com a decisão, os servidores públicos terão seus reajustes salariais pagos retroativamente, uma vez que o atraso na votação impediu a liberação dos valores nos meses anteriores.

O pagamento dos reajustes salariais está previsto para ocorrer de forma retroativa a partir de 2 de maio, o que pode reduzir o risco de novas paralisações entre os servidores públicos federais ao longo de 2025. A liberação dos recursos depende da sanção presidencial.

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) declarou que continuará pressionando o governo para que o pagamento retroativo seja em folha suplementar.

O escalonamento do reajuste até 2026 terá um impacto financeiro de aproximadamente R$ 16,2 bilhões para a União. No total, R$ 27,9 bilhões serão destinados à correção salarial, resultando em um aumento médio de 27% para diversas categorias do funcionalismo público. **(MB)**

Eufrázio

ERICOFIRMO@OPOVO.COM.BR

ÉRICO FIRMO

ESTA COLUNA É PUBLICADA DE TERÇA A SÁBADO

QUAL CAMINHO O BOLSONARISMO TOMARÁ NO BANCO DOS RÉUS?

A projeção para o julgamento de Jair Bolsonaro (PL) e outros denunciados no Supremo Tribunal Federal (STF) é de que a denúncia seja aceita e os denunciados se tornem réus. Analistas esperam que haja unanimidade na 1ª turma. O recebimento é só o começo. O Brasil será sacudido por esse julgamento. Bolsonaro não aceitará a provável condenação sem causar o máximo de estrago que conseguir. Já avisou que será problema, ou tentará ser. O problema de quem cai atirando é não poder calibrar a pontaria. Sabe-se lá o que atingirá.

A natureza do bolsonarismo sugere choro e ranger de dentes. A tendência é de estrebuchar. Mas, o inesperado e enfático elogio às urnas do governador paulista, Tarcísio de Freitas, indica conciliação. Tarcísio sempre buscou se apresentar como linha não-radical do bolsonarismo, um bolsonarista domesticado.

O bolsonarismo já demonstrou senso de sobrevivência. Exemplo foi a campanha de André Fernandes (PL) em Fortaleza, na qual Bolsonaro disse ter partido dele próprio o plano para ser escondido na campanha. É possivel algum pragmatismo em certa medida. De Bolsonaro e o entorno, não creio em outra coisa senão estardalhaço e confronto. Mas, é possível que alguns sejam preservados para haver alternativa. Caso de Tarcísio.

MAURO PIMENTEL/AFP



Bolsonaro e Tarcísio em ato pela anistia em Copacabana

PILARES DEMOLIDOS

Alguns valores os pais se acostumaram a transmitir aos filhos. Há mais de cinco décadas, pelo menos desde o lançamento do Programa Nacional de Imunizações, as famílias têm a compreensão da importância da vacinação. As gerações que hoje são avós e bisavós testemunharam a queda da mortalidade. A quantidade de crianças que morriam, e também adultos acometidos por doenças hoje controladas. No Brasil, nunca vingou a corrente, com certa presença em Europa e Estados Unidos, que coloca as vacinas em dúvida. O Brasil é referência mundial em vacinação. Os antivacina só se criaram por aqui quando entrou em campo a política — o pior dela, da forma mais nociva.

Educação foi outro valor que os pais se acostumaram a passar para os filhos. Mesmo aqueles sem acesso à instrução formal se esforçaram para propiciar aquilo que eles não tiveram. A herança de quem não tem nada a deixar, e a mais importante.

Ensinar aos filhos a importância do estudo sempre foi um dos mais importantes valores transmitidos de geração a geração. Professores eram referências, alguém a quem os filhos deveriam respeitar e ouvir. Hoje, crianças são estimuladas a filmar aulas para denunciar educadores.

Tornou-se comum o discurso de que estudar não é importante, ler não é importante. De que cursar universidade é perda de tempo. Para gerações e gerações, o acesso à educação foi, e ainda é, caminho para transformar vidas. Foi e é assim para muitas famílias. Mas, para quem encontra meios de ascensão rápida no Youtube e no TikTok, a trajetória profissional deixa de ser pelo caminho da educação e deriva para virar influenciador.

Nessa segunda-feira, 24, um youtuber, suspenso da Universidade de Brasília (UnB), foi no primeiro dia de aulas para filmar e provocar. Foi enxotado pelos colegas de universidade. Ele foi suspenso depois de gravou aulas e expôs de forma descontextualizada, vazou dados de outros estudantes e incentivou seguidores a praticar invasões e agressões.

Nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump pretende fechar o departamento de educação, responsável, entre outras coisas, por financiar a educação nos lugares pobres, dar apoio a estudantes de baixa renda e promover programas para estudantes com deficiência. Para Trump, o departamento "não está servindo para nada" e propaga "ideologias radicais".

O neorreacionarismo em voga ataca coisas tão caras e preciosas quanto a prevenção de doenças e a formação educacional. É um projeto que busca refundar a sociedade, em bases um tanto estranhas. Para isso, pretende demolir os pilares civilizatórios.

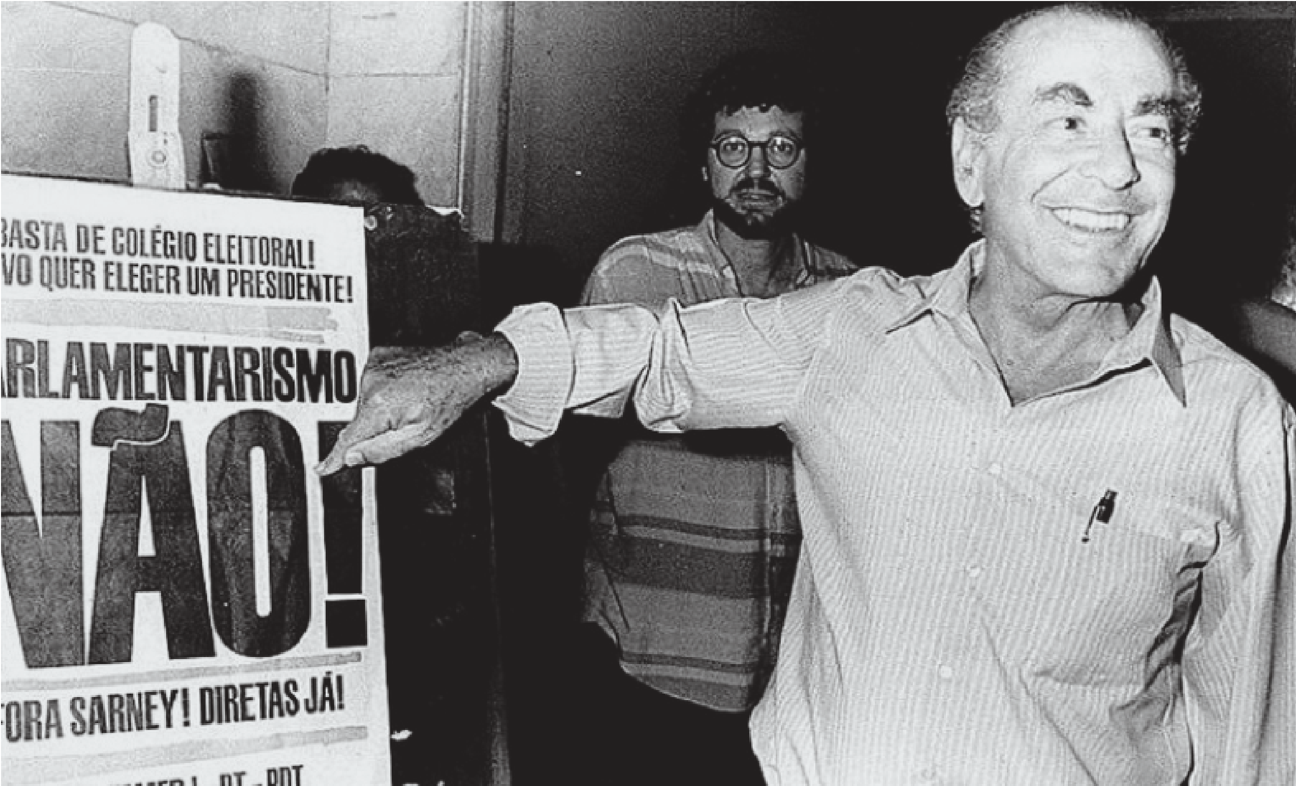


Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas de Érico Firmo.

Documentos secretos sobre assassinato de Kennedy citam Brasil e Brizola

| EUA | Os documentos, até então sigilosos, foram divulgados após ordem do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Brizola é citado como "violentamente anticomunista"

© FAMÍLIA BRISOLA/ARQUIVO PESSOAL



LEONEL Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul

VÍTOR MAGALHÃES
vitor.magalhaes@opovo.com.br

Documentos divulgados na semana passada pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA na sigla em inglês) mostram que o governo norte-americano esteve atento a movimentações que ocorreram no Brasil na esteira de investigações sobre o assassinato de John F. Kennedy, em 1963. A inteligência norte-americana citou o político brasileiro Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e ex-deputado federal, em seus arquivos de investigações.

A menção ao Brasil ocorreu no contexto da Guerra Fria e do temor norte-americano de que houvesse influência de países como Cuba e China em nações da América Latina.

Brizola foi citado em um documento referente à movimentação em agosto de 1961, quando ele era governador do Rio Grande do Sul. Telegrama enviado por pessoal da Agência Central de Inteligência (CIA na sigla em inglês) narra suposto contato feito por China e Cuba para oferecer suporte a Brizola em movimento para assegurar a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Brizola, que encabeçava a chamada Campanha da Legalidade, teria negado a eventual ajuda, entendendo que poderia gerar uma crise nas relações internacionais e abrindo brecha para uma possível intervenção americana no contexto político brasileiro.

"O presidente do Partido Comunista da China, Mao Tse Tung, e o primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, ofereceram apoio material, incluindo, 'voluntários', a Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que liderava a luta no Brasil para garantir a sucessão presidencial de João Goulart (...) Brizola não aceitou a oferta, embora tenha apreciado o apoio moral, pois não queria criar um international affair (assunto internacional) a partir da crise política do Brasil", aponta o documento.

À época da Guerra Fria, os norte-americanos consideravam que o Brasil poderia ser um fator de influência a outros países da América Latina no caso de uma eventual aproximação com nações comunistas.

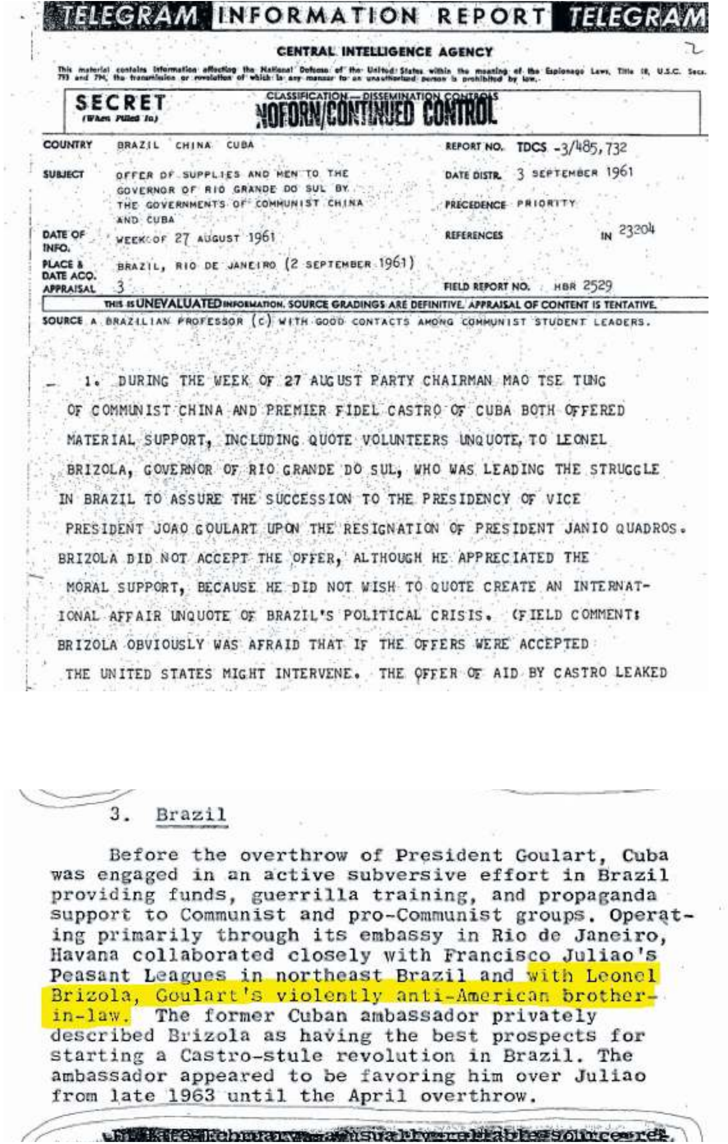
> Em outro documento, Brizola é citado como cunhado "violentamente antiamericano" de Goulart. Um memorando de junho de 1964, de autoria da CIA, destacava que Cuba estaria tentando interferir nos rumos do Brasil e de outros países da região, com envio de verbas e treinamento para grupos pró-comunistas.

O texto considera ainda que a queda do governo João Goulart representava uma "dura derrota" para Havana. O que sucedeu no Brasil, após a queda, foi uma ditadura militar que durou mais de 20 anos.

"Antes da derrubada do presidente Goulart, Cuba estava envolvida em um esforço subversivo ativo no Brasil, fornecendo fundos, treinamento de guerrilha e apoio de propaganda a grupos comunistas e pró-comunistas. Operando principalmente por meio de sua embaixada no Rio de Janeiro, Havana colaborou estreitamente com as Ligas Camponesas de Francisco Julião no Nordeste do Brasil e com Leonel Brizola", destaca trecho do documento recém-revelado.

Os documentos, até então sigilosos, foram divulgados após ordem do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que determinou que documentos sobre os assassinatos de John Kennedy e de seu irmão Robert F. Kennedy, que ainda estivessem sob sigilo, fossem tornados públicos, sem edições.

REPRODUÇÃO / ARQUIVO NACIONAL DOS EUA



TELEGRAM INFORMATION REPORT TELEGRAM

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

This material contains information affecting the National Defense of the United States within the meaning of the Espionage Laws, Title 18, U.S.C. Secs. 793 and 794, the transmission or revelation of which in any manner to an unauthorized person is prohibited by law.

SECRET (When Filled In) — CLASSIFICATION—DISSEMINATION CONTROLS: NOFORN/CONTINUED CONTROL

COUNTRY	BRAZIL CHINA CUBA	REPORT NO.	TDCS -3/485,732
SUBJECT	OFFER OF SUPPLIES AND MEN TO THE GOVERNOR OF RIO GRANDE DO SUL BY THE GOVERNMENTS OF COMMUNIST CHINA AND CUBA	DATE DISTR.	3 SEPTEMBER 1961
		PRECEDENCE	PRIORITY
DATE OF INFO.	WEEK OF 27 AUGUST 1961	REFERENCES	IN 23204
PLACE & DATE ACQ.	BRAZIL, RIO DE JANEIRO (2 SEPTEMBER 1961)		
APPRAISAL	3	FIELD REPORT NO.	HBR 2529

THIS IS UNEVALUATED INFORMATION. SOURCE GRADINGS ARE DEFINITIVE. APPRAISAL OF CONTENT IS TENTATIVE.

SOURCE A BRAZILIAN PROFESSOR (C) WITH GOOD CONTACTS AMONG COMMUNIST STUDENT LEADERS.

1. DURING THE WEEK OF 27 AUGUST PARTY CHAIRMAN MAO TSE TUNG OF COMMUNIST CHINA AND PREMIER FIDEL CASTRO OF CUBA BOTH OFFERED MATERIAL SUPPORT, INCLUDING QUOTE VOLUNTEERS UNQUOTE, TO LEONEL BRIZOLA, GOVERNOR OF RIO GRANDE DO SUL, WHO WAS LEADING THE STRUGGLE IN BRAZIL TO ASSURE THE SUCCESSION TO THE PRESIDENCY OF VICE PRESIDENT JOAO GOULART UPON THE RESIGNATION OF PRESIDENT JANIO QUADROS. BRIZOLA DID NOT ACCEPT THE OFFER, ALTHOUGH HE APPRECIATED THE MORAL SUPPORT, BECAUSE HE DID NOT WISH TO QUOTE CREATE AN INTERNATIONAL AFFAIR UNQUOTE OF BRAZIL'S POLITICAL CRISIS. (FIELD COMMENT: BRIZOLA OBVIOUSLY WAS AFRAID THAT IF THE OFFERS WERE ACCEPTED THE UNITED STATES MIGHT INTERVENE. THE OFFER OF AID BY CASTRO LEAKED

3. Brazil

Before the overthrow of President Goulart, Cuba was engaged in an active subversive effort in Brazil providing funds, guerrilla training, and propaganda support to Communist and pro-Communist groups. Operating primarily through its embassy in Rio de Janeiro, Havana collaborated closely with Francisco Juliao's Peasant Leagues in northeast Brazil and with Leonel Brizola, Goulart's violently anti-American brother-in-law. The former Cuban ambassador privately described Brizola as having the best prospects for starting a Castro-stule revolution in Brazil. The ambassador appeared to be favoring him over Juliao from late 1963 until the April overthrow.

DOCUMENTOS sobre assassinato de Kennedy citaram Brasil e Brizola

EDIÇÃO: **SARA OLIVEIRA E RUBENS RODRIGUES** | SARA.OLIVEIRA@OPOVODIGITAL.COM E RUBENS.RODRIGUES@OPOVODIGITAL.COM | 85 3255 6106

FERNANDA BARROS



MERCADOS públicos entraram em declínio com a popularização dos supermercados







| FORTALEZA | Nos mercados, faltam infraestrutura, limpeza e organização. Muitos comerciantes dão continuidade aos negócios herdados pela família

MERCADOS PÚBLICOS ENTRE A **tradição e precariedade**



ALEXIA VIEIRA
alexia.vieira@opovo.com.br

Gente andando de um lado para o outro com pressa, o cheiro de carne cozida e feijão inundando o ambiente, clientes antigos e novos fazendo o comércio girar. Esse é o cenário de uma manhã no Mercado da Messejana, um dos 12 mercados públicos de Fortaleza que ainda resistem ao tempo.

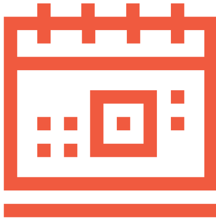
Prédio histórico construído no século XIX, o mercado faz parte de um modelo comercial que visava descentralizar a venda de alimentos frescos. Esses equipamentos entraram em declínio com a chegada e popularização dos supermercados. Apesar disso, os permissionários lutam para continuar trabalhando em meio a condições precárias de estrutura.

"Quem pensa na Messejana, esse mercado é referência", diz Sérgio Freitas, 53, um dos permissionários mais antigos do local. Ele herdou o ponto do pai e já trabalha no mercado há 18 anos.

"A mãe trazia o filho e hoje é o filho que compra a linha, botão. Em termos de venda, aqui é bom", diz Glória da Silva, 53, permissionária de um armarinho que também assumiu o ponto do pai e trabalha frente a frente com Sérgio.

No entanto, é só conversar por pouco tempo com os trabalhadores que as reivindicações começam a surgir. "Precisa de muita reforma. Quem trabalha aqui já sabe. Às vezes tem uma reforma e a pessoa fica naquela expectativa de ter uma melhora. E não tem, faz só uma maquiagem", reclama Glória.

Os pedidos são por uma manutenção geral, mas um ponto é mencionado por todos: os banheiros do equipamento. Canos entupidos, sanitários quebrados e a impossibilidade de usar os banheiros dificultam o dia a dia do trabalhador e a experiência dos clientes. "O pessoal pergunta aqui onde tem banheiro, chega dá uma tristeza de dizer", comenta Glória.



1967

Ano em que o Mercado da Bela Vista foi construído

2024

Ano em que a lei sobre regulamentação de permissinários foi criada

No Mercado da Bela Vista, inaugurado em 1967, o fluxo é diferente. A movimentação tímida dos clientes vai ao encontro da quantidade de boxes fechados. Os problemas relatados pelos permissionários vão desde a limpeza precária à falta de visibilidade do equipamento.

"Não tem nem uma placa dizendo que existe o mercado. Desde a reforma há cinco, seis anos, a gente não teve mais nenhum tipo de manutenção. Nosso quadro de energia já pegou fogo. A iluminação é precária, com luzes queimadas", relatou Júlio César Monte, 50, permissionário há cinco anos.

A limpeza da lixeira de uso comum pelos permissionários é outro ponto de tensão. Maria José dos Santos, 77, que vende frutas e verduras no mercado há 42 anos, explica que o local de despejo dos resíduos é mal utilizado, por isso exala mau cheiro.

Somado a isso, Júlio César diz que o mercado só recebe coleta de lixo três vezes por semana. "Dia de segunda-feira é insuportável aqui", conta. Para ele, tudo isso contribui para a diminuição da freguesia.

Ele também reivindica a abertura de boxes fechados. "Duas moças que começaram aqui há uma semana tentavam há quase dois anos numa fila de espera [para se tornar permissionário]. Se existe uma fila, por que não bota para andar?", questiona Júlio.

Os sinais de precarização do Mercado do Carlito Pamplona, na regional 1, começam ainda na rua. As calçadas quebradas e a parede pichada denunciam a falta de manutenção. Apesar de precisar de reformas, o local mantém uma boa quantidade de clientes.

Gardênia Castelo Moreira, 58, já está trabalhando no mercado há mais de 40 anos, e reclama que faz anos da última reforma e, nesse período, "não ajeitaram nem uma telha".

"O que precisa ajeitar? Tudo. Às vezes nem produto de limpeza tem. Se chover lá fora, chove aqui dentro", diz. Mesmo assim, não se queixa da clientela. "Me procuram por causa do meu atendimento, da qualidade de mercadoria. Até hoje minha venda é muito boa. Quem faz o comércio é a gente", afirma.



LEI
A Lei 11.468, de 27 de junho de 2024, dispõe sobre o direito de os atuais permisisonários permanecerem utilizando seus respectivos boxes/quiosques, em condições específicas



PRIORIDADE
Em nota, a Prefeitura afirmou que, nos 100 primeiros dias de gestão, a prioridade era limpeza urbana e unidades de saúde

Prefeitura faz levantamento sobre condições estruturais e de permissionários

| GESTÃO | Problemas variam entre falta de banheiros, de esgotamento e iluminação. Não há prazos para intervenções



SAMUEL SETUBAL

MERCADO do Carlito Pamplona



FERNANDA BARROS

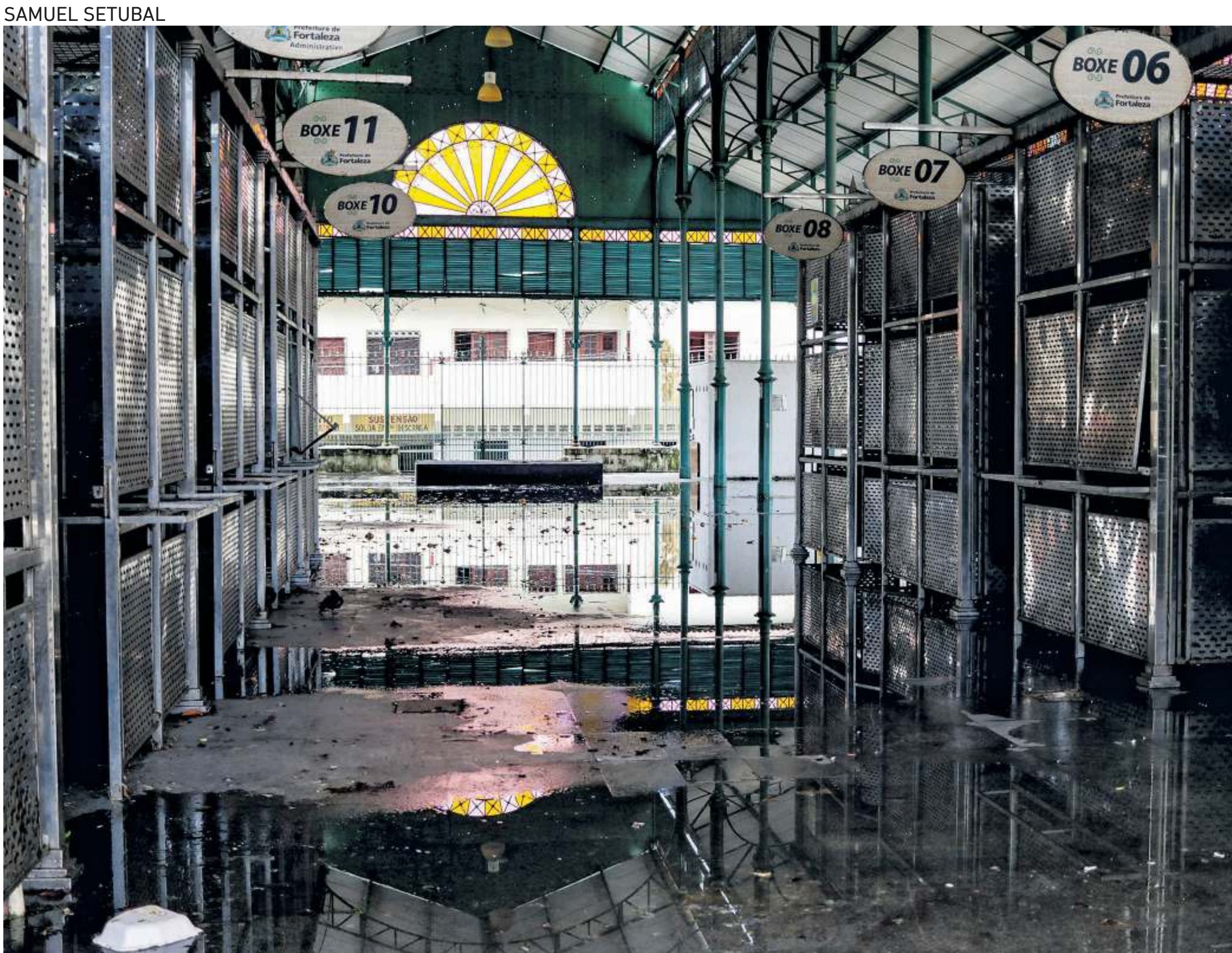
MERCADO da Bela Vista



SAMUEL SETUBAL

MERCADO São Sebastião

SAMUEL SETUBAL



MERCADO da Aerolândia

Para conseguir atender às demandas de infraestrutura dos 12 mercados públicos de Fortaleza, a Prefeitura afirma que está fazendo um levantamento das condições estruturais dos prédios e da regularização dos permissionários.

No Mercado da Messejana, os banheiros, que são o maior ponto de reclamação dos permissionários, foram vistoriados no fim de janeiro. Conforme o secretário da Regional 6, Alexandre Medeiros, a situação é decorrente de problemas no esgotamento sanitário do equipamento.

"Solicitei também a vistoria da iluminação. Apesar de só funcionar de manhã, precisa dessa iluminação noturna", diz Alexandre.

Também na Regional 6, o Mercado da Aerolândia é outro que chama atenção pela estrutura de metal histórica, igual a do Mercado dos Pinhões, no Centro, mas não abriga mais atividades de comércio.

O local está fechado desde 2020 e recebeu promessa de reforma na gestão municipal anterior, em 2024. No entanto, questionada sobre isso, a Prefeitura não deu prazos para realizar a requalificação.

"Nos primeiros 100 dias de gestão, o foco das ações da Prefeitura está voltado à limpeza urbana e a intervenções nas unidades municipais de saúde, a fim de priorizar o bem-estar imediato dos fortalezenses. Demais obras serão avaliadas pelo prefeito e seu secretariado posteriormente", afirmou por meio de nota conjunta as secretarias da Infraestrutura (Seinf) e da Cultura (Secultfor).

"A minha ideia seria fazermos um polo gastronômico, do lado de dentro. Seria até mais interessante. E do lado de fora fazer feirinha de artesanato. Ficaria revitalizada uma área que está abandonada", pondera Alexandre, que ainda deve conversar com a população do bairro sobre as ideias.



A minha ideia seria fazermos um polo gastronômico, do lado de dentro. Seria até mais interessante. E do lado de fora fazer feirinha de artesanato. Ficaria revitalizada uma área que está abandonada"

Alexandre Medeiros, secretário Regional 1 sobre o Mercado da Messejana

Já o Mercado da Bela Vista, administrado pela regional 11, foi visitado no dia 4 de fevereiro pelo gestor da secretaria, Júlio Costa. Conforme a Prefeitura, o local será "mapeado para futuras benfeitorias". A última reforma no equipamento foi realizada em 2019.

Quanto à reclamação dos permissionários sobre a falta de limpeza e coleta seletiva insuficiente, apenas três vezes por semana, o município respondeu que "o mercado passa por limpeza diária, garantindo a manutenção da higiene e organização".

Na regional 4, o Mercado dos Peixes do Montese, como é conhecido o Mercado Paulo Mota, também deve receber serviços de conservação. Foram mapeadas necessidades de reparos na cobertura e na porta de entrada, segundo a Prefeitura.

O Mercado do Carlito Pamplona, na regional 1, e o Mercado São Sebastião, localizado na regional 12, foram contemplados por uma licitação lançada em 2024 para realização de reformas.

O valor de R$ 9.950.000 será dividido entre os dois equipamentos, com R$ 7,9 milhões destinados ao São Sebastião e R$ 2,049 milhões ao Carlito Pamplona. Os recursos provêm de convênio com a Caixa Econômica Federal, somada à contrapartida da Prefeitura.

No edital do certame são listadas as principais intervenções que a construtora vencedora deverá realizar. No Mercado São Sebastião, é preciso trocar revestimentos das fachadas, dos banheiros, pisos, forros PVC, recuperar estruturas metálicas e de concreto, requalificar guarda-corpos e calhas de drenagem, além da revisão de instalações elétricas e hidrosanitárias.

No Mercado do Carlito Pamplona, é necessário realizar pintura, implantação do sistema de proteção contra incêndio, manutenção da cobertura metálica e de esquadrias, construção de uma nova caixa d'água e a instalação de plataforma elevatória de acessibilidade (elevador).

Segundo Adams Gomes, secretário da regional 12, apesar da licitação já ter uma construtora vencedora, o contrato ainda não foi assinado. A expectativa é de que as obras no São Sebastião possam iniciar ainda neste semestre.

"Vamos fazer a obra com as coisas funcionando. Fazer de uma forma que não vai atrapalhar tanto", explica.



OBRAS

Mercados do Carlito Pamplona e São Sebastião passaram por licitação, em 2024, para reforma no valor de R$ 9,9 milhões. Porém, o contrato ainda não foi assinado

Regularização.

Comerciantes relatam dúvidas e inseguranças por falta de termo de permissão

A situação de irregularidade de alguns permissionários dos mercados causa dúvidas e inseguranças. Diversos comerciantes relatam estar com o termo de permissão — necessário para trabalhar nos boxes dos mercados — desatualizado.

O termo funciona como uma autorização temporária para utilizar um bem público. Em 2024, a Lei nº 11.468 foi aprovada e sancionada, dispondo sobre a regulamentação de espaços e permissionários dos mercados públicos de Fortaleza.

O dispositivo legal permite que o poder Executivo possa conceder aos atuais permissionários dos mercados o direito de permanecerem utilizando os respectivos boxes e quiosques. No entanto, nem todos tiveram os termos regularizados.

"A gestão passada eu creio que deu o termo de permissão para alguns permissionários. Não foi geral, não sei por que", diz Betinho Dourado, 43, comerciante do Mercado São Sebastião, na regional 12.

Ele está com o termo atualizado, mas Rafael Bruno Silva, 39, dono do box quase ao lado e também vendedor de frutas, não. Rafael afirma que não consegue nem mesmo ver o seu cadastro no site da Secretaria de Finanças de Fortaleza (Sefin).

Júlio César Monte, 50, permissionário há cinco anos do Mercado da Bela Vista, na regional 11, conta que o termo foi suspenso durante a pandemia e, quando voltou a ser cobrado, precisou pagar a taxa com juros. "Agora não sei como vai ser", afirma.

De acordo com a Prefeitura de Fortaleza, apenas quatro dos 51 permissionários do Mercado da Bela Vista estão com o termo de autorização válido. Cada regional deve reorganizar a situação dos próprios equipamentos, mas não há prazo específico para o serviço ser realizado.

O comerciante Francisco Naélio, 36, que trabalha em um box do Mercado da Messejana, na regional 6, afirma que o mesmo aconteceu com ele. No entanto, a cobrança não é igual para todos. "Já perguntei por aqui e tem pessoas que não pagam", disse.

O secretário da Regional 6, Alexandre Medeiros, explicou que é preciso fazer um levantamento para saber o real cenário dos permissionários. "Precisamos que seja refeito todo um estudo para saber quem está legalizado, quem está atrasado", afirma.

Por enquanto, a ideia é não dar permissões para novos comerciantes no Mercado ou na Feira de Messejana, localizados lado a lado. O estudo deve ser iniciado após o Carnaval.

EDIÇÃO: IRNA CAVALCANTE | IRNACAVALCANTE@OPOVO.COM.BR | 85 3255 6101

Transnordestina já atrai mineração, agro e aeroporto no Interior

| INVESTIMENTOS | Value Port confirma 18 pré-contratos assinados para instalação de negócios no porto seco. Construção de aeroporto regional entra na pauta para o município

SAMUEL PIMENTEL
ENVIADO A QUIXERAMOBIM*
samuel.pimentel@opovo.com.br

As negociações da Value Port para instalação de um porto seco em Quixeramobim (a 212 km de Fortaleza) avançaram e novos negócios foram confirmados. São empresas dos setores de logística, rações, avicultura, laticínios, calçados, minerais e energia.

> Até o momento, 18 pré-contratos já foram firmados. A partir do avanço do projeto, já se estuda a construção de um aeroporto no município.

O CEO da Value Global Group, Ricardo Azevedo, reuniu uma comitiva de empresários de diversos setores para apresentar o projeto de porto seco e visitar as obras da Transnordestina. Na ocasião, ele estabeleceu compromisso com a expansão da infraestrutura logística, inclusive buscando oportunidades de investimentos com foco no Porto do Pecém. "Dessa forma, cargas que antes eram destinadas a outros portos, como Salvador, passam a ser escoadas por Pecém."

Ainda segundo Ricardo, a experiência do grupo na operação logística de grande porte em outros continentes contribuirá para o fechamento de parcerias que podem conectar os empresários da região aos mercados maiores.

"Nosso modelo de negócio inclui operação logística, armazenagem, locação e gestão de infraestrutura. Estamos investindo para oferecer serviços completos, como mercado, restaurante, estacionamento para caminhões, hotelaria e abastecimento de combustível com parcerias estratégicas, como a Vibra (Ex-BR Distribuidora)."

Participaram da reunião empresários cearenses, baianos, paulistas, cariocas e catarinenses. Dentre os quais, o empresário Amarílio Macêdo, do Grupo J. Macêdo, que tem interesse em investir no setor de mineração.

Outro projeto que já é conhecido é o de Airton Carneiro, presidente da Rações Carneiro e produtor rural que investe na cultura do algodão. Também participaram: Glauco Pinheiro, empresário do setor de avicultura (Disk Frango); Wellington Josias, da cooperativa de leite do município; e João Carneiro Neto, produtor de leite com capacidade de produção de 12 mil litros por dia.

"Diria que a partir de hoje temos o início do Porto Seco José Dias de Macêdo, em Quixeramobim. Todos esses empresários estão animados e, com certeza, estarão dentro do terminal", afirma o secretário do Desenvolvimento Econômico do município, Afrânio Feitosa.

Ele destaca que o movimento econômico gerado a partir da instalação de um polo logístico e industrial deve mudar o patamar do município. E que, a pauta do momento, é instalar um aeroporto regional em Quixeramobim.

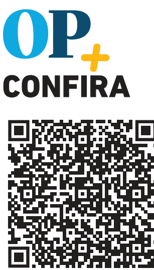
Desejo antigo da gestão, eles se apoiam ao fato de que a movimentação logística do município demanda também transporte aéreo em melhores condições do que a atual oferta na região, que conta com a operação do Aeroporto Regional de Quixadá.

Segundo Afrânio, existem desvantagens estruturais no equipamento do município vizinho, que não opera à noite e não há possibilidade de ampliação. Um projeto de aeroporto já foi apresentado ao Governo do Estado.

"É um projeto ousado do município, estamos conversando com dois grandes operadores aeroportuários com larga experiência, que gerem tanto aeroportos regionais e em capitais. (Seria um diferencial importante) Ter porto seco e aeroporto, pois já temos um parque industrial que exige isso, as operações e os executivos de fora já necessitam", aponta. Não há prazo para conclusão das negociações.

***O jornalista viajou a convite da Value Global Group.**

OP+ CONFIRA



Esta reportagem na íntegra no OP+. Lá, você confere também como a empresa observa as movimentações em torno da transferência de empresas do parque de tancagem de Fortaleza

FCO FONTENELE



OBRAS para chegada da ferrovia Transnordestina a Quixeramobim

O ANDAMENTO DAS OBRAS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA



Trechos já concluídos

NO PIAUÍ
- Entre Ribeira do Piauí e Paes Landim
- Simplício Mendes
- São Francisco de Assis do Piauí
- Paulistana
- Trindade

EM PERNAMBUCO
- Até Salgueiro

NO CEARÁ
- Missão Velha
- Lavras da Mangabeira
- Iguatu
- Acopiara

Trechos em obras no Ceará
- Entre Acopiara e Piquet Carneiro
- Quixeramobim
- Quixadá
- Caucaia/Pecém

Trechos a serem contratados
- Itapiuna-Baturité
- Baturité-Aracoiaba
- Aracoiaba-Caucaia

- A contratação dos trechos restantes estão previstos para iniciar no próximo mês e há como objetivo concluir essa fase até agosto
- A previsão de conclusão total da obra ligando o Piauí até o Porto do Pecém é agosto de 2027
- A TLSA estima que em até quatro meses as licenças operacionais da ANTT e do Ibama sejam liberadas para os trechos já concluídos, o que permitiria a ferrovia iniciar o processo de operação consorciada até julho
- A composição da Transnordestina contará com três locomotivas e 120 vagões quando estiver totalmente operacional, o equivalente a 250 caminhões rodotrens, o de maior capacidade no transporte rodoviário.

FONTE TLSA, com informações do diretor comercial Alex Trevisan

Diz TLSA

Projeto da ferrovia está com 73% das obras concluídas

A comitiva de empresários realizou visita técnica às obras da ferrovia no município. Conforme o diretor comercial da Transnordestina Logística (TLSA), Alex Trevisan, o projeto está atualmente 73% concluído.

O trecho da Transnordestina até o município de Acopiara (a 350 km de Fortaleza) já está concluído e aguarda a liberação de licenças operacionais junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), para início da operação consorciada.

A expectativa é de que esse trâmite seja concluído entre três e quatro meses. "Vislumbramos ter neste prazo a liberação para poder operacionalizar esse trecho. A previsão de entrega da obra é agosto de 2027, mas poderemos iniciar antes com trechos entre o Piauí e o Ceará e, dependendo do caso, completar o trecho com uma perna rodoviária", explica.

Sobre as contratações dos três trechos restantes da Transnordestina, Trevisan espera que até agosto o processo seja confirmado.

1.757 km

é a extensão total do projeto da Transnordestina

Juros elevados dificultam crescimento de microempreendedores

| ACESSO AO CRÉDITO | Nesse contexto, novo consignado é visto com otimismo, mas exige cautela na contratação

ANA LUIZA SERRÃO
luizaserrao@opovo.com.br

FCO FONTENELE

ELY Saraiva e Wesley Alexandre relatam dificuldades para contratar crédito

Captar recursos para a ampliação e modernização do negócio não foi uma tarefa simples para a microempreendedora individual (MEI), Ely Saraiva. A empresária detém um estúdio de design de sobrancelhas e barbearia junto com Wesley Alexandre, em Fortaleza. Os dois tiveram dificuldades para conseguir empréstimo para a empresa em razão dos juros altos.

Os desafios foram desde o custo elevado até a escassez de propostas. "Tanto no MEI dele, quanto no meu, tentamos obter crédito para verificar se haveria mais opções, mas o resultado foi o mesmo. Apenas uma empresa concedeu crédito, porém com juros extremamente altos", disse Ely, que realizou mudanças no endereço e na infraestrutura do estúdio.

Os profissionais acreditam que, se tivessem acesso a linhas de crédito de forma mais facilitada e com juros mais baixos, poderiam investir em detalhes que não foram possíveis ainda no negócio.

"Isso ajudaria a atrair mais clientes da região, transmitindo mais credibilidade e oferecendo maior conforto", acrescenta Wesley.

A situação do casal é compartilhada por inúmeros outros microempreendedores individuais, não só do Ceará, mas do Brasil. Segundo levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base em dados do Banco Central em 2024, a taxa de juros para MEIs estava na média de 51% ao ano no Nordeste.

O valor é muito superior ao índice da taxa básica de juros brasileira, Selic – atualmente em 14,25% ao ano –, conforme a entidade. Algo que é analisado com preocupação, pois os juros impactam diretamente nos custos dos empréstimos e financiamentos dos MEIs, levando à necessidade de revisão e análise dos planos de negócios.

O gestor de crédito e finanças do Sebrae-CE, Felipe Cidrão, faz um alerta para que a tomada de crédito nesse contexto de alta de juros seja feita de modo consciente, pois a depender da situação, pode "comprometer a capacidade de investimento e de expansão desses negócios." Além dos juros, o especialista cita a inflação elevada como ponto de atenção.

Tanto os juros quanto a inflação têm gerado impactos nos negócios. O presidente da Associação Brasileira dos Bares e Restaurantes do Ceará (Abrasel-CE), Taiene Righetto, avalia que, no ano passado, houve um número significativo de MEIs associados fechando as portas pelo País, e a expectativa é de uma continuidade neste ano.

Dados detalhados sobre o assunto não foram compartilhados pela entidade, mas Taiene explica que o contexto afeta, principalmente, os negócios menores, com poucos funcionários e onde a mão de obra é familiar. Além disso, a Abrasel indica um endividamento de cerca de 60% do setor, na maioria, pelo peso dos impostos.

"Somos impactados não apenas pela inflação dos alimentos, mas também porque os juros elevados reduzem o poder de compra da população e encarecem o crédito para manter o capital de giro desses pequenos empresários, dos MEIs. O impacto é bastante pesado para o nosso setor", detalha o presidente da entidade.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também vem criticando o patamar de juros brasileiro, definido de maneira independente pelo Banco Central. O Governo Federal tem apostado na ampliação do crédito consignado para trabalhadores do regime CLT e MEI como vetor de barateamento do crédito e troca de dívidas mais caras por mais baratas.

A nova proposta, que desconta as parcelas dos empréstimos diretamente na folha de pagamentos e usa parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia, tem sido vista com otimismo pelos especialistas, ao mesmo tempo, o cenário dos juros no Brasil ainda causa sensações de cautela e de incerteza. Daí, a necessidade de cautela na hora da contratação.

Entre as 6h da manhã da sexta-feira, dia 21, e 18h do último domingo, dia 23, o aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS) registrou 40.180.384 simulações de empréstimo, resultando em 4.501.280 propostas solicitadas e 11.032 contratos formalizados, conforme dados do Dataprev. O volume de acessos à CTPS Digital está 12 vezes acima da média semanal dos últimos três meses.

Taiene destaca que todo o tipo de medida para facilitar a obtenção de crédito é vista com bons olhos pela Abrasel, citando do eventual alívio inicial para os bares e restaurantes, mas gerando dúvidas no médio e longo prazo sobre o endividamento dos trabalhadores.

Já Felipe, do Sebrae-CE, vê a modalidade como uma possibilidade de acesso ao crédito com condições mais vantajosas.

PESQUISA

Diante do alto número de consultas à CTPS Digital, o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, orientou os trabalhadores a não se precipitarem na hora de contratar o crédito. Ele recomenda que as pessoas interessadas esperem o prazo de 24 horas para que todas as instituições financeiras habilitadas enviem suas propostas, garantindo assim melhores condições de juros

Alckmin defende retirar inflação de alimentos do cálculo da Selic

| INDICADOR | Para presidente em exercício, energia também deve ser desconsiderada

AURÉLIO ALVES

ALCKMIN reforça que banco central dos EUA não usa os dois índices

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu ontem que o Banco Central (BC) desconsidere a inflação de alimentos e energia ao definir a taxa básica de juros, a Selic. A declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação.

Alckmin mencionou o exemplo do banco central dos Estados Unidos, que retira esses dois índices do cálculo dos juros básicos da economia estadunidense. "Uma taxa de juros elevada, como a Selic, em 14,25% ao ano, ela atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital", disse, em evento promovido pelo jornal Valor Econômico.

Para o presidente em exercício, os aumentos nos preços de alimentos e energia são impulsionados por fatores externos e de natureza pontual, como eventos climáticos adversos e tensões geopolíticas, como guerras. Segundo o também ministro, esses eventos impactam os preços de forma significativa, mas não possuem uma relação direta com a política monetária e, portanto, com a taxa de juros.

"Alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então eu só vou prejudicar a economia", disse, lembrando que no caso da energia, os preços do barril do petróleo são definidos internacionalmente.

Embora o Banco Central tenha entre seus objetivos principais o controle da inflação, a visão do ministro sugere uma análise mais flexível e atenta aos choques de oferta que podem influenciar os índices de preços."Então, eles [banco central dos EUA] excluem do cálculo [alimentos e energia]. Eu acho que é uma medida inteligente, e a gente realmente [pode] aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da inflação", explicou Alckmin.

"A redução da inflação é essencial. A inflação não é neutra socialmente, ela não é neutra, ela atinge muito mais o assalariado, que tem reajuste, normalmente, uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder o poder aquisitivo. Então, entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central brasileiro", argumentou o presidente em exercício.

Alckmin também alertou para o impacto do aumento da Selic nas contas públicas. Segundo cálculos apresentados por ele, cada elevação de 1 ponto percentual na taxa básica de juros onera a dívida pública em aproximadamente R$ 48 bilhões.

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

O índice está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%. **(Agência Brasil)**

nova brasil 106.3FM
@novabrasilfortaleza
Mais que moderna, **brasileira**
Somos o melhor do Brasil em Fortaleza.
NOS SIGA NAS REDES SOCIAIS
Líder de audiência no rádio do público adulto contemporâneo.

Lucro da Brisanet cai para R$ 60,8 mi em 2024 com avanço da cobertura

| BALANÇO | Empresa terminou o ano com 1,45 milhão de clientes em banda larga e adicionou mais 80 mil até fevereiro

FÁBIO LIMA



JOSÉ Roberto Nogueira destacou o avanço da companhia na cobertura do 5G e no incremento de clientes

A cearense Brisanet (BRST3) apresentou lucro de R$ 60,8 milhões em 2024, conforme dados do balanço apresentado ontem ao mercado. O resultado representa queda de 65% em relação a 2023, quando a companhia faturou R$ 172,2 milhões.

O movimento ocorre em meio ao crescimento do endividamento da companhia, com o avanço dos investimentos em 5G e à entrada no segmento móvel. Em 2024, o indicador da companhia dobrou.

Ainda assim, a Brisanet fechou o ano passado com 1,45 milhão de clientes em internet banda larga, além de 338 mil na telefonia móvel.

Em banda larga fixa, o avanço da companhia foi de 10,9%, sendo que 1,44 milhão dos clientes são oriundos da fibra óptica (FTTH). Somente no 4º trimestre, a base de clientes cresceu em 115 mil assinaturas, atendendo 237 cidades.

Até o final de fevereiro deste ano, esse número subiu para mais de 417 mil clientes, uma adição de 80 mil pessoas.

"Esse número não apenas posiciona a Companhia como a maior operadora de banda larga no Nordeste, como também nos consolida como a quinta maior do país, conforme os dados de dezembro/2024 da Anatel", informou José Roberto Nogueira, diretor-presidente da Brisanet.

A receita líquida da empresa em 2024 atingiu a marca de R$ 1,43 bilhão. Alta de 16%.

O ano passado também marcou um avanço no patamar de dívida da telecom cearense. A dívida líquida da companhia saltou de R$ 748,1 milhões para R$ 1,36 bilhão.

Já o volume de investimento foi de R$ 995 milhões, com crescimento de 114% em relação ao ano anterior, reflexo dos aportes realizados no segmento 5G. "O cenário marca o início de uma trajetória de melhoria contínua, com projeção a médio prazo de crescimento na rentabilidade à medida que os investimentos em infraestrutura e tecnologia se consolidam", explicou o diretor-presidente.

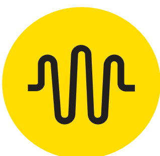
Em comunicado ao mercado, ontem, a Brisanet confirmou que distribuirá R$ 18 milhões do lucro aos acionistas em juros sobre capital próprio, num pagamento que ocorrerá até 30 de junho.

Também confirmou que realizará uma assembleia de acionistas no próximo dia 24 de abril para, entre outros assuntos, eleger um novo membro para o Conselho de Administração para substituir Geraldo Luciano Mattos Júnior.

Em outro fato relevante, reportou a conclusão de suas projeções operacionais (guidance). Conforme o documento, havia sido projetada a expansão do serviço 4G/5G para mais de 230 municípios, e foi implantado em 237. O índice de população coberta no ano passado ficou em 10,2 milhões de pessoas, acima também do previsto (10 milhões). "A conclusão e atingimento positivo das projeções, evidencia a eficiência e o empenho da Companhia em implementar estratégias e ações eficientes", informou a empresa em nota.

O comunicado informa, no entanto, que a empresa, sob alegação de decisão estratégica, vai descontinuar a divulgação de suas projeções operacionais para o ano de 2025. "Essa medida está alinhada ao momento de transformação estratégica da empresa e à nossa visão de longo prazo, que prioriza entregas consistentes, geração de valor e adaptação dinâmica ao ambiente de negócios. A Companhia mantém seu compromisso com a transparência ao continuar comentando sua visão sobre o mercado de atuação e divulgando suas informações conforme a regulamentação aplicável da CVM e B3."(Samuel Pimentel)

Leia mais na coluna de Beatriz Cavalcante, página 13



CABOS

A Brisanet possui mais de 45 mil km de backbone (vias que distribuem internet para outras redes), mais de 280 data centers e mais de 93 mil km de cabos FTTH

Trump ameaça taxar países que comprarem petróleo da Venezuela

| COMÉRCIO EXTERIOR | Alíquota seria de 25% itens que estas nações vendam aos EUA

BRENDAN SMIALOWSKI / AFP



TRUMP acusa a Venezuela de enviar para o país membros da facção criminosa Tren de Aragua

Os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela devem ser taxados em 25% em cima de qualquer produto que venha a comercializar com os Estados Unidos (EUA). O anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, foi publicado em uma rede social ontem. Segundo o comunicado, a tarifa começará a valer a partir do próximo dia 2 de abril.

"[A tarifa será implementada] por inúmeras razões, incluindo o fato de a Venezuela ter enviado propositalmente e enganosamente aos Estados Unidos, disfarçados, dezenas de milhares de criminosos de alto escalão e outros, muitos dos quais são assassinos e pessoas de natureza muito violenta", afirmou Trump.

O governo dos EUA acusa a Venezuela de enviar para o país membros da facção criminosa Tren de Aragua, considerada uma organização terrorista por Washington. Pouco mais de uma semana atrás, o governo Trump deportou 238 imigrantes venezuelanos para El Salvador acusados de integrarem essa organização.

As famílias e advogados dos deportados para o país centro-americano questionam a versão oficial da Casa Branca e afirmam que os imigrantes estão sendo acusados injustamente com objetivo de permitir sua deportação sumária.

Ainda de acordo com o presidente dos Estados Unidos, a taxação de 25% sobre os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela será adotada porque "a Venezuela tem sido muito hostil aos Estados Unidos e às liberdades que defendemos". Os atritos entre Washington e Caracas vem desde o governo do ex-presidente Hugo Chávez (1999-2013).

Até o publicação desta reportagem, o governo da Venezuela não havia se manifestado sobre o anúncio de Donald Trump.

A Venezuela já sofre com uma série de Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU), chamadas também de sanções econômicas, aplicadas pelos EUA. A maior parte dessas medidas foi implementada ainda no primeiro mandato de Trump, entre 2017 e 2019. **(Agência Brasil)**

Redução de benefícios fiscais não podem ter efeito imediato

| QUARENTENA | Decisão do STF, que tem repercussão geral, vale também para os casos de revogação de incentivos

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o princípio da anterioridade tributária - que estabelece uma "quarentena" para o aumento ou incidência de novos tributos - também se aplica quando há redução ou revogação de benefícios fiscais. O julgamento foi encerrado na última sexta-feira e tem repercussão geral, ou seja, o resultado será aplicado a todos os processos que discutem essa mesma controvérsia em instâncias inferiores da Justiça.

A jurisprudência sobre o tema já era pacífica na Corte, mas ainda não era seguida por todos os Estados - o que agora será obrigatório.

No caso concreto, os ministros analisaram um recurso do Estado do Pará contra decisão da Justiça Estadual que beneficiou a British American Tobacco (BAT), ex-Souza Cruz.

A discussão se originou em 2013, quando o Pará publicou decreto que revogou benefícios fiscais concedidos à indústria de tabaco por quase 12 anos e, por consequência, aumentou a base de incidência do ICMS em 16,6% no setor. O decreto teve efeito imediato, o que foi contestado pela BAT, e a Justiça do Pará deu razão à empresa.

O Estado argumentou ao Supremo que a anterioridade somente se aplica aos casos de criação e aumento de tributo, o que foi rejeitado pelo relator, Luís Roberto Barroso.

"O princípio da anterioridade busca garantir a previsibilidade da relação fiscal. Isso para evitar que o sujeito passivo seja submetido a um aumento súbito de encargo, sem a possibilidade de qualquer planejamento financeiro. Trata-se de uma concretização da segurança jurídica", afirmou Barroso, que foi seguido por unanimidade.

"O princípio da anterioridade de tributária, geral e nonagesimal, se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as questões constitucionais para cada tributo", diz a tese aprovada.

A Lei das Subvenções, que alterou as regras para a incidência de IRPJ e CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Estados, também têm sido afastada em decisões liminares na Justiça pelo mesmo argumento apresentado pela BAT neste caso: o não respeito ao princípio da anterioridade.

A discussão continua em aberto porque a União entende que a lei não reduziu os benefícios, apenas mudou a sistemática de contabilidade desses incentivos. **(Agência Estado)**



LEI

A estimativa de arrecadação com a Lei das Subvenções era de R$ 35 bilhões em 2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 (Trinta) DIAS PROCESSO: 0279746-82.2023.8.06.0001 CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81) AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S.A. REU: ANDREA MENDES ALVES DA SILVA VALOR DA CAUSA: R$ 31.483,37 O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 7ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei etc, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de BANCO VOLKSWAGEN S.A., foi proposta uma ação de Busca e Apreensão, contra ANDREA MENDES ALVES DA SILVA, o qual se encontram em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO da sra ANDREA MENDES ALVES DA SILVA, CPF nº 603.831.073-85, para, querendo, oferecer contestação à presente ação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como ser-lhe-á nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 18 de março de 2025. K-25e26/03

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20240018. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20240018, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa Comercial Canaa LTDA; Valor do Contrato: R$ 877.499,94 (oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos). Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2024.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20240016. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20240016, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa Fernandes Atacarejo LTDA; Valor do Contrato: R$ 52.983,94 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos). Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2024.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20230415. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20230415, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa Domingos Araújo da Silva; Valor do Contrato: R$ 289.984,40 (duzentos e oitenta e nove mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2023.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20230401. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20230401, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa Comercial Canaã LTDA; Valor do Contrato: R$ 877.499,94 (oitocentos e setenta e sete mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos). Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2023.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20230400. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20230400, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa Werbenia Amed da Silva; Valor do Contrato: R$ 1.573.999,20 (um milhão quinhentos e setenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2023.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20230399. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20230399, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa Fernandes Atacarejo LTDA; Valor do Contrato: R$ 52.983,94 (cinquenta e dois mil novecentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos).Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2023.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Extrato do Instrumento Contratual Nº 20230398. A Secretaria de Educação do Município de Trairi, torna público o Extrato do Instrumento Contratual n° 20230398, resultante do Pregão Eletrônico nº 1502.01.2023PE com Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as a Secretaria de Educação do Município de Trairi/Ce, com a empresa T Soares Rodrigues Comércio Varejista; Valor do Contrato: R$ 1.499.997,96 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos). Vigência: Prazo de até 31 de Dezembro de 2023.

Eufrázio

PARA FALAR COM A COLUNISTA: BEATRIZ.CAVALCANTE@OPOVODIGITAL.COM

ESTA COLUNA É PUBLICADA ÀS TERÇAS

BEATRIZ CAVALCANTE

REORDENAMENTO DAS BARRACAS EM AQUIRAZ

De suma importância para o turismo, a geração de empregos e com impacto também no comércio informal, o funcionamento das barracas de praia é essencial no Ceará. Além de ser uma atividade de característica própria nossa, com estrutura e atendimentos sem iguais no Brasil. Não é apenas a beleza natural que faz das praias cearenses um sucesso. Porém, quando essa pujança ultrapassa limites do ir e vir, cabe um olhar do Poder Público. É que o que já aconteceu na Praia do Futuro do crescimento desordenado de algumas bandeiras de barracas também já pode ser observado em Aquiraz, na famosa Prainha.

A economia do setor de serviços lá pulsa. São estabelecimentos e estacionamentos lotados, mas esse crescimento precisa ser observado. Uma ida da colunista ao local constatou até mesmo cordas delimitando o espaço entre os frequentadores de uma das barracas e da faixa de areia até o mar.

Ontem mesmo, o Ministério Público Federal no Ceará, representado pelo procurador da República Fernando Antônio Negreiros Lima, enviou ofício ao secretário do Meio Ambiente, Urbanismo, Desenvolvimento Agrário e Recursos Hídricos do Município de Aquiraz, Humberto Bruno Queiroz Sena, com pedidos de esclarecimento sobre a situação das barracas no município. O documento se refere ao Inquérito Civil Público de 2001 referente à ocupação de barracas na praia.

No ofício, o MPF dá prazo de 10 dias para manifestação do órgão do Executivo para tomar "medidas mitigatórias e previstas em legislação" adequadas para o caso específico de uso de cordas para delimitar espaços na Prainha. O procurador também cita a pendência de resposta da Prefeitura de Aquiraz, uma vez que o Ministério encaminhou laudo técnico acerca da situação no local em 2023, elaborado pela Assessoria Nacional de Perícia em Meio Ambiente do MPF. A coluna chegou a procurar a Prefeitura de Aquiraz, que recebeu as perguntas, mas não retornou até o fechamento desta edição.

Em Fortaleza, especificamente, o reordenamento das barracas de praia segue em discussão para achar um tamanho que entre em consonância entre União, MPF, empresários, e os governos de Fortaleza e do Ceará. A Prefeitura da Capital, por exemplo, defende que as unidades possam ter até 2 mil metros quadrados (m²). Já a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) já manifestou intenção de limitar a 800 m². Os empreendedores, por sua vez, pleiteiam espaços maiores. Hoje é possível encontrar áreas de 4 mil m² para se ter ideia, com lacunas até mesmo de registros dessas expansões.

Mas seja em Fortaleza ou em Aquiraz, o debate e o bom senso são necessários de todos os lados. O empreendedorismo não pode ser podado, mas quando ele chega ao limite do ir e vir do cidadão e se aproveita da falta de fiscalização para crescer desordenadamente, cabe aos que assim praticam a devida retratação.

GERALDO LUCIANO

Geraldo Luciano Mattos Júnior encerrou seu ciclo iniciado em 2020 na Brisanet. A prestadora cearense de serviços de telecomunicações recebeu o pedido de renúncia do executivo aos cargos de membro independente do Conselho de Administração e de coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Ele permanece nos conselhos das empresas Marquise, Portobello, Itaueira, Grupo FAN e CVPAR.

BRISANET II

A cearense Brisanet foi uma das vencedoras do segundo leilão reverso para operar serviço móvel. A empresa abarcará 47 das 70 localidades disponíveis. As outras áreas ficaram com iez!, Ligga (pela Sercomtel) e Unifique. A empresa terá de instalar novas estações rádio-base (ERBs) em municípios elencados pelo Ministério das Comunicações. Trata-se da implementação e da operação de serviço móvel com tecnologia 4G já preparada para a transição para o 5G.

JEFFERSON JAVILASKI/ACESU/DIVULGAÇÃO



MULHERES SUPERMERCADISTAS

A Associação Cearense de Supermercados (Acesu) realiza, no dia 27 de março, a terceira edição do Lidera Mulher, voltado para a atuação e a importância delas no segmento supermercadista. O evento acontecerá no Teatro RioMar Fortaleza, a partir das 13h30min, e tem uma expectativa de público de 800 pessoas. Para Cláudia Novais, presidente da Acesu, o Lidera Mulher se consolidou como uma iniciativa para fortalecer o papel feminino no setor. As inscrições podem ser feitas gratuitamente pelo link: e-inscricao.com/acesu/lideramulher25.

REFORMAS

Por falar em ampliações, o Grupo Vignoli anunciou o investimento de R$ 5 milhões para reformas em Fortaleza. As alterações vão acontecer nas unidades Virgílio Távora, Silva Jatahy e Sul.

O Vignolinho, espaços para crianças, agora possui, na Silva Jatahy, 107 metros quadrados (m²); já na unidade Virgílio Távora, o espaço conta agora com 58 m²; E na Sul, terceiro restaurante da marca em Fortaleza, o espaço conta com 65 m².

Com as reformas, o estabelecimento da Silva Jatahy dobrou de tamanho, o que inclui espaço para eventos e o aporte em uma adega de vidro, espaço para casais e ainda o playground para crianças. Na unidade Sul a reforma da parte interna contou com a construção de um novo bar, adega e espaço para eventos.



Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas de Beatriz Cavalcante.

UM DOCUMENTÁRIO ORIGINAL O POVO+
OPOVO+
NORDESTE
INSURGENTE
ASSISTA AGORA
MAIS.OPOVO.COM.BR
200 anos depois, a mesma pergunta:
pelo povo ou pelo poder?
DIREÇÃO DEMITRI TÚLIO E LUANA SAMPAIO ROTEIRO DEMITRI TÚLIO E LUANA SAMPAIO PRODUÇÃO MARIANA LOPES DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA FCO FONTENELE
ASSISTÊNCIA DE FOTOGRAFIA JULIO CAESAR E SAMUEL SETUBAL COORDENAÇÃO DE PÓS-PRODUÇÃO, EDIÇÃO E MIXAGEM RAPHAEL GÓES
MONTADOR, DESIGNER DE SOM E CORREÇÃO DE COR E GRADE ABDIEL ANSELMO MODELAGEM E ANIMAÇÃO 3D RODRIGO VASCONCELOS
EDITOR-COORDENADOR DO NÚCLEO AUDIOVISUAL CHICO MARINHO EDITOR-ADJUNTO DO NÚCLEO AUDIOVISUAL DEMITRI TÚLIO EDITOR DA FOTOGRAFIA JULIO CAESAR
EDITORA-CHEFE DO O POVO+ FÁTIMA SUDÁRIO EDITORA-ADJUNTA CATALINA LEITE DIRETORIA GERAL DO JORNALISMO ANA NADDAF E ERICK GUIMARÃES



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Companhia Aberta
CNPJ: 07.047.251/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO I 2024

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce (" Enel Distribuição Ceará", ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2023, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

1. CONTEXTO SETORIAL: Reajuste Tarifário Anual 2024: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 16 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2024, Resolução Homologatória nº 3.319/2024. Em abril de 2024, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com um índice de reajuste de - 5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%.
O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	2,18%
Energia Comprada	-8,27%
Encargos de Transmissão	0,67%
Parcela A	**-5,42%**
Parcela B	**-2,41%**
Reajuste Econômico	**-7,83%**
CVA Total	1,76%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,31%
Reajuste Financeiro	**2,07%**
Índice de reajuste Total	**-5,76%**
Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,95%
Efeito Para o Consumidor	**-2,81%**

Parcela A: Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -8,64%, representando -5,42% no reajuste econômico com os seguintes componentes: • Encargos Setoriais: R$ 1.123 milhões. Um acréscimo de +18,20%, representando +2,18% no reajuste econômico; • Energia Comprada: R$ 2.819 milhões. Uma redução de -18,85%, contemplando o custo de compra de energia que representa -8,27% no reajuste econômico decorrente principalmente do fim de um contrato bilateral da Companhia; e • Encargos de Transmissão: R$ 593 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +9,81%, correspondendo a um efeito de +0,67% no reajuste econômico. **Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -6,47%, representando uma participação de -2,41% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes: • IGP-M de -4,26% no período de 12 meses findos em março de 2024; e • Fator X de +2,209%, composto por: - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE; - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,031%; e - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%. **Componentes Financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R$ 175 milhões, dentre os quais destacam-se: R$ 148 milhões positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") e previsão de risco hidrológico positivo de R$ 178 milhões; sendo estes valores parcialmente compensados pela reversão do risco hidrológico negativo em R$ 196 milhões e neutralidade dos encargos setoriais negativos de R$ 40 milhões. O reajuste tarifário médio de -2,81% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-2,10%
Baixa Tensão	-3,03%
Efeito Médio	-2,81%

Bandeira Tarifária: A partir de janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos: • Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo; • Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. • Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R$ 4,463 (patamar 1) e R$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em outubro de 2024 a ANEEL acionou a bandeira tarifária vermelha patamar 2 devido ao agravamento hídrico e previsão de elevadas temperaturas, já em novembro de 2024 com a amenização do risco hidrológico o acionamento da bandeira foi amarelo e, posteriormente, verde em dezembro com a melhora das condições hidrológicas brasileiras. As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04



PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD): Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória nº 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024. Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

2. PRINCIPAIS INDICADORES:
DESTAQUES DO PERÍODO

	2024	2023	Var. % (1)
Receita Bruta (R$ mil)	11.814.163	11.792.710	0,2%
Receita Líquida (R$ mil)	8.442.129	8.623.294	-2,1%
EBITDA (2) (R$ mil)	1.845.947	1.756.829	5,1%
Margem EBITDA (%)	21,87%	20,37%	1,50 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	26,58%	23,88%	2,70 p.p
EBIT (3) (R$ mil)	1.233.338	1.246.843	-1,1%
Margem EBIT (%)	14,61%	14,46%	0,15 p.p
Lucro Líquido (R$ mil)	464.914	315.476	47,4%
Margem Líquida	5,51%	3,66%	1,85 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,69%	4,29%	2,40 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	13.656	13.041	4,7%
CAPEX (R$ mil)*	1.626.959	1.573.432	3,4%
DEC (12 meses)*	9,68	9,76	-0,8%
FEC (12 meses)*	4,19	3,90	7,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,51%	97,39%	1,12 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	17,78%	17,33%	0,45 p.p
PMSO (4) / Consumidor*	299,86	312,00	-3,9%

(1) Variação entre 2024 e 2023
(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

3. DESEMPENHO OPERACIONAL: Mercado de Energia
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2024	2023	Var. % (1)
Mercado Cativo	**4.350.275**	**4.404.971**	**-1,2%**
Residencial - Convencional	2.166.953	2.242.784	-3,4%
Residencial - Baixa Renda	1.549.108	1.441.019	7,5%
Industrial	5.756	6.387	-9,9%
Comercial	182.690	188.311	-3,0%
Rural	391.769	474.190	-17,4%
Setor Público	53.999	52.280	3,3%
Clientes Livres	**1.634**	**927**	**76,3%**
Industrial	425	243	74,9%
Comercial	1.145	649	76,4%
Rural	41	25	64,0%
Setor Público	23	10	>100,0%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	**4.351.909**	**4.405.898**	**-1,2%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
A Companhia encerrou o ano de 2024 com uma queda de 1,2% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados em 2023. A queda observada no mercado cativo entre os períodos analisados está distribuída nas classes residencial convencional, industrial, comercial e rural. Tal queda é parcialmente atribuída a migração de consumidores da classe residencial convencional para residencial baixa renda - efeito da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria - e migração do segmento industrial e comercial para o mercado livre. Já o mercado livre apresentou forte alta no período, ou seja, 76,3% acima do total de consumidores livres efetivos faturados em 2023, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e melhora do cenário econômico.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2024	2023	Var. % (1)
Mercado Cativo	10.297	10.082	2,1%
Clientes Livres	3.319	2.926	13,4%
Revenda	15	14	7,1%
Consumo Próprio	26	20	30,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	**13.656**	**13.041**	**4,7%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
Mercado Cativo
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2024	2023	Var. % (1)
Residencial - Convencional	3.627	3.549	2,2%
Residencial - Baixa Renda	2.228	1.853	20,2%
Industrial	355	433	-18,0%
Comercial	1.367	1.434	-4,7%
Rural	1.075	1.188	-9,5%
Setor Público	1.645	1.625	1,2%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	**10.297**	**10.082**	**2,1%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
O mercado cativo totalizou 10.297 GWh em 2024, alta de 2,1% frente ao volume registrado em 2023 (10.082 GWh), reflexo do aumento no consumo em decorrência das altas temperaturas, melhora da renda e aumento de pessoas no mercado de trabalho. Em 2024, houve um crescimento de 20,2% em clientes baixa renda e 2,2% na classe residencial convencional vis-à-vis 2023 devido as altas temperaturas registradas no período, melhora da renda e aumento de pessoas no mercado de trabalho. No ano de 2024 a classe industrial apresentou redução de 18,0% atribuída a migração dessa classe para o mercado livre. A classe comercial apresentou uma redução de 4,7% comparado ao mesmo período do ano anterior, decorrente da migração desses clientes para o mercado livre. Já a classe Rural registrou uma queda de 9,5% em 2024 vis-à-vis 2023, atribuído principalmente as fortes chuvas que diminuíram a necessidade de irrigação na zona rural. O Setor Público registrou alta de 1,2% frente ao mesmo período do ano anterior, efeito atribuído ao aumento no consumo de energia decorrente das altas temperaturas.

Clientes Livres
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2024	2023	Var. % (1)
Industrial	2.062	1.882	9,6%
Comercial	1.122	907	23,7%
Rural	39	25	56,0%
Setor Público	96	111	-13,5%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	**3.319**	**2.926**	**13,4%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
O aumento no volume de energia aos clientes livres na análise anual, é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado.

Compra de Energia[1]
COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

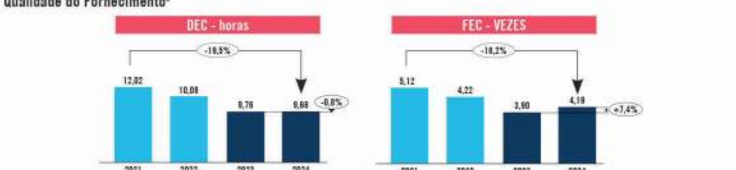
	2024	2023	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	0	2.653	-100,0%
Angra 1 e 2	417	413	1,0%
PROINFA	233	228	2,2%
Leilões e Quotas	11.022	8.872	24,2%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	**13.685**	**13.011**	**5,2%**
Liquidação na CCEE	(184)	93	<-100,0%
Total - Compra de Energia	**13.501**	**13.104**	**3,0%**

Balanço de Energia[2]
BALANÇO DE ENERGIA*

	2024	2023	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	18.002	16.685	7,9%
Energia distribuída (GWh)	14.801	13.794	7,3%
Mercado Cativo	11.435	10.855	5,3%
Mercado Livre	3.366	2.939	14,5%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	3.201	2.891	10,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,78%	17,32%	0,46 p.p

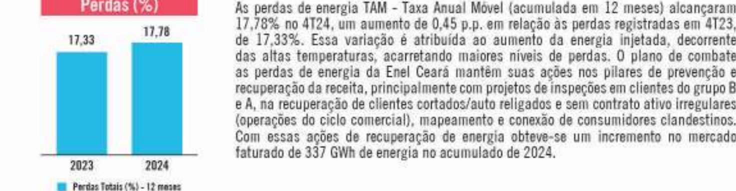
[1] Dados prévios referente a 2024.

Indicadores Operacionais
Qualidade do Fornecimento[2]



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No ano de 2024 o DEC apresentou uma queda de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando novamente abaixo do limite regulatório que é de 9,84. Já o FEC em 2024 apresentou uma alta de 7,4% em relação à 2023. A melhoria observada no indicador de qualidade DEC é resultante da intensificação dos investimentos anunciados ao longo de 2024 os quais preveem ações complementares ao nosso plano estratégico visando aumentar a resiliência da rede e aprimorar a qualidade no atendimento.

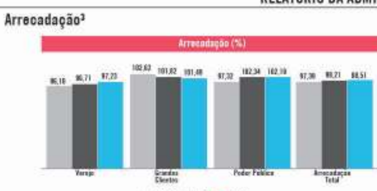
Disciplina de Mercado - Perdas [3] [4]



As perdas de energia TAM - Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 17,78% no 4T24, um aumento de 0,45 p.p. em relação às perdas registradas em 4T23, de 17,33%. Essa variação é atribuída ao aumento da energia injetada, decorrente das altas temperaturas, acarretando maiores níveis de perdas. O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantêm suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de clientes cortados/auto religados e sem contrato ativo irregulares (operações do ciclo comercial), mapeamento e conexão de consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 337 GWh de energia no acumulado de 2024.

[2] Dados prévios referente a 2024

Arrecadação[3]



Em relação ao indicador de arrecadação, o total registrado foi superior se comparado tanto ao mesmo período do ano anterior (1,12 p.p.) quanto a setembro de 2024 (0,3 p.p.). A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto. A Distribuidora também tem intensificado com eficiências as ações de cobrança administrativas como envio de SMS, URA, contato humano e inclusão nos órgãos de restrição de crédito.

Cabe destacar que o Estado do Ceará possui um dos maiores índices de inadimplência por habitante do Brasil, sendo as contas básicas de consumo um dos principais itens da lista de inadimplemento.

[3] Dados prévios referente a 2024
[4] O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO: Receita Operacional Líquida
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R$ MIL)

	2024	2023	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	8.420.297	8.217.893	2,5%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(52.831)	(42.320)	24,8%
Subvenção baixa renda	506.159	441.737	14,6%
Subvenção de recursos da CDE	404.495	229.851	76,0%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	9.278.120	8.847.161	4,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(85.454)	568.607	<-100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	604.179	516.608	17,0%
Receita de construção	1.497.096	1.266.762	18,2%
Marcação a mercado de ativo indenizável	306.046	401.356	-23,7%
Outras receitas	214.176	192.216	11,4%
Total - Receita Operacional Bruta	**11.814.163**	**11.792.710**	**0,2%**
ICMS	(1.703.556)	(1.584.340)	7,5%
COFINS - corrente	(641.667)	(659.888)	-2,8%
PIS - corrente	(139.309)	(143.265)	-2,8%
ISS	(6.273)	(6.279)	-0,1%
Total - Tributos	(2.490.805)	(2.393.772)	4,1%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(65.640)	(68.570)	-4,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(673.958)	(697.463)	-3,4%
Encargos do consumidor - CCRBT	(131.021)	951	<-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(10.610)	(10.562)	0,5%
Total - Encargos Setoriais	(881.229)	(775.644)	13,6%
Total - Deduções da Receita	**(3.372.034)**	**(3.169.416)**	**6,4%**
Total - Receita Operacional Líquida	**8.442.129**	**8.623.294**	**-2,1%**

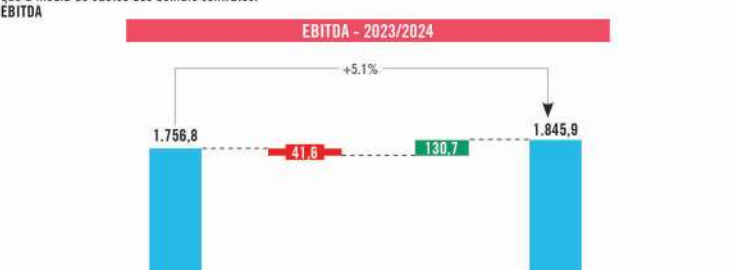
(1) Variação entre 2024 e 2023
No ano de 2024, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou uma queda de 2,1% em relação ao ano de 2023. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, em 2024, atingiu o montante de R$ 6.945,0 milhões, queda de R$ 411,5 milhões em relação à 2023, cujo montante foi de R$ 7.356,5 milhões. A queda da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos: • Redução de R$ 654,1 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionado a: (i) para o ano de 2023 a companhia vinha registrando um ativo financeiro setorial devido os custos de contratação de energia estarem superiores a cobertura tarifária, diferente do período de 2024 onde a companhia obteve a redução do preço médio dos contratos com o fim da contratação da CGTF (ii) devido à redução relevante dos montantes amortizados em cada período, e; (iii) devido a constituição do PIS_COFINS que no período anterior totalizou R$ 450 milhões frente a uma constituição de R$ 65 milhões em 2024; • Redução na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R$ 95,3 milhões em função do efeito positivo não recorrente da revisão tarifária em 2023 compensado parcialmente por uma maior inflação no período; • Aumento de R$ 97,0 milhões no total de tributos em 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica (aumento de R$ 119,2 milhões); • Aumento de R$ 131,9 milhões na rubrica Conta de Encargos do consumidor - CCRBT relacionada com predominância das bandeiras vermelha e amarela na segunda metade do ano de 2024 versus a vigência da bandeira verde no mesmo período de 2023. Compensado parcialmente pelos seguintes fatores: • Queda de R$ 23,5 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em razão do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho Nº 3.056, de 9 de outubro de 2024. • Aumento de R$ 174,6 milhões na rubrica subvenção de recursos da CDE em 2024 frente ao mesmo período de 2023 devido basicamente ao aumento de clientes cadastrados como baixa renda; • Incremento de R$ 202,4 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação à 2023, devido a um maior consumo e aumento da carga registrado no período tendo em vista a melhora do cenário econômico local; • Aumento de R$ 87,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), explicado principalmente pelo aumento do consumo nesta classe fruto da migração do segmento industrial e comercial para o mercado livre.

Custos e Despesas Operacionais
CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R$ MIL)

	2024	2023	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda	(3.037.678)	(3.432.566)	-11,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(829.646)	(804.637)	-3,1%
Total - Não gerenciáveis	**(3.867.324)**	**(4.237.203)**	**-8,7%**
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(207.418)	(203.915)	1,7%
Material e Serviços de Terceiros	(709.292)	(799.107)	-11,2%
Depreciação e Amortização	(612.609)	(509.986)	20,1%
Custo na desativação de bens	-	(52.674)	-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(77.205)	(405.096)	-80,9%
Custo de Construção	(1.497.096)	(1.266.762)	18,2%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(70.780)	(47.521)	48,9%
Perda de recebíveis de clientes	(117.774)	206.821	<-100,0%
Receita de multas por impontualidade de clientes	73.199	64.797	13,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(122.492)	(126.289)	-3,0%
Total - Gerenciáveis	**(3.341.467)**	**(3.139.733)**	**6,4%**
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	**(7.208.791)**	**(7.376.936)**	**-2,3%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
Os custos e despesas operacionais em 2024 comparado com 2023 apresentaram uma redução de 2,3% ou R$ 167,7 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram o montante de R$ 5.711,7 milhões, queda de 6,5% ou R$ 398,0 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R$ 6.109,7 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações: • No ano de 2024 as despesas gerenciáveis apresentaram um aumento de R$ 202,2 milhões (excluindo o efeito do custo de construção, houve uma redução nos custos e despesas gerenciáveis de R$ 28,1 milhões). Esse decréscimo é explicado principalmente pela: (i) queda de R$ 89,8 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude do projeto *insourcing*; (ii) queda de R$ 52,7 milhões na linha de custo de desativação de bens; (iii) aumento de R$ 8,4 milhões na linha de Receita de Multas por Impontualidade de Clientes refletido por uma melhora nos indicadores de cobrabilidade e (iv) redução de R$ 2,8 milhões nas linhas de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas de recebíveis, explicada principalmente por uma mudança na metodologia de cálculo da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a fim de refletir de forma mais assertiva o comportamento dos indicadores de performance de recuperação de crédito observado nos últimos anos. Além disso, para o ano de 2023, a companhia efetuou reclassificação entre as linhas de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas de recebíveis, para melhor análise do resultado de inadimplência de clientes. Compensados por: • (i) aumento de R$ 3,5 milhões na despesa de pessoal tendo em vista o projeto *insourcing* que visa a contratação de novos colaboradores, (ii) Aumento de R$ 102,6 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; (iii) Aumento de R$ 23,3 milhões na linha de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhista decorrente de um volume maior de ações no período; • Em 2024 houve uma queda nos custos e despesas não-gerenciáveis de R$ 369,9 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda de 8,7%, está diretamente relacionada ao fim do contrato com a CGTF (Cia. Ger. Térmica Fortaleza), cujo custo de contrato era maior que a média de custos dos demais contratos.

EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no ano de 2024 atingiu o montante de R$ 1.845,9 milhões, o que representa um incremento de R$ 89,1 milhões em relação a 2023. A margem EBITDA da Companhia em 2024 foi de 21,9%, uma alta de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no semestre foi de 26,6%, representando uma alta de 2,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro
RESULTADO FINANCEIRO (R$ MIL)

	2024	2023	Var. % (1)
Receitas Financeiras			
Renda de aplicação financeira	19.151	40.516	-52,7%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	58.088	64.402	-9,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	40.266	37.391	7,7%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	2.923	59.860	-95,1%
Dívida - Marcação a mercado	107.874	5.773	>100,0%
Outras receitas financeiras	19.528	7.412	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.201)	(7.885)	-8,7%
Total - Receitas Financeiras	**240.628**	**207.469**	**16,0%**
Despesas financeiras			
Variações monetárias debêntures	(56.734)	(70.271)	-19,3%
Encargos de Dívidas e debêntures	(531.684)	(497.424)	6,9%
Marcação a mercado de Dívida	-	(66.465)	-100,0%
Encargos fundo de pensão	(10.458)	(8.552)	22,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(63.572)	(67.198)	-5,4%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(38.914)	(42.350)	-8,1%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(151.974)	(148.487)	2,3%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(13.758)	(16.703)	-17,6%
Outras despesas financeiras	(108.982)	(81.658)	33,5%
Total - Despesas Financeiras	**(976.076)**	**(999.109)**	**-2,3%**
Variações Cambiais	**(2.313)**	**1.260**	**<-100,0%**
Variações cambiais - Empréstimos	(210.393)	114.799	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	210.368	(114.393)	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(2.288)	854	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	**(737.761)**	**(790.380)**	**-6,7%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
Em 2024, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R$ 737,8 milhões, montante 6,7% inferior ao valor registrado em 2023 (R$ 790,4 milhões), em decorrência de: • Redução de despesa líquida no montante de R$ 88,5 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas, debêntures e custo de transação, encargos de dívidas e debêntures, dívida - marcação a mercado, variações cambiais - empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido à redução no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados em conjunto com uma redução do CDI (10,83% em 2024 vs. 13,04% em 2023). Este efeito foi parcialmente compensado pelo: • Aumento de R$ 28,8 milhões na rubrica de outras despesas financeiras decorrente, principalmente, de (i) um maior IOF em relação ao ano anterior, devido a uma maior emissão de dívidas intercompanhia em 2024; e de (ii) um leve aumento nos juros e multa por atraso de faturas, o qual foi parcialmente compensado pela redução nas fees bancárias, uma vez que houve uma redução das dívidas emitidas a mercado quando comparado com o ano anterior.

Resultado Líquido

Resultado líquido - 2023/2024
+47.37%
315,5 | 89,1 | 102,6 | 52,6 | 110,3 | 464,9
Resultado Líquido 2023 | EBITDA | Depreciação e Amortização | Resultado Financeiro | Imposto | Resultado Líquido 2024

No ano de 2024, o resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R$ 464,9 milhões, representando um incremento de R$ 149,4 milhões em relação à 2023, explicado em grande parte por um impacto positivo de R$ 122,2 milhões na linha de impostos, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indébitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia, além da melhora do EBITDA e do resultado financeiro.

Endividamento
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2024	2023	Var. %
Dívida bruta (R$ mil)	5.308.318	5.900.805	-10,0%
Dívida com Terceiros	2.629.549	4.966.260	-47,1%
Dívida Intercompany	2.678.769	934.545	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R$ mil)	214.599	194.590	10,3%
Dívida líquida (R$ mil)	5.093.719	5.706.215	-10,7%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (1)*	2,51	2,95	-14,7%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (1)*	2,41	2,85	-15,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,51	0,58	-12,3%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,50	0,58	-12,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses).
A dívida bruta da Companhia encerrou 2024 em R$ 5.308 milhões, uma redução de R$ 592 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, às amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R$ 2.325 milhões e R$ 510 milhões, parcialmente compensados por novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R$ 1.610 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R$ 644 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R$ 11 milhões. A Companhia encerrou 2024 com o custo médio da dívida no ano de 12,13% a.a. *Colchão de Liquidez:* Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 500 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despachos Nº 1.951/24, no valor de até R$ 3.000 milhões. *Classificação de Riscos (Rating):* Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em dez/24
52,0% | 48,0%
Curto prazo | Prazo Longo

Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em dez/24
100%
Reais (BRL)

Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em dez/24
6,0% | 94,0%
IPCA | CDI

Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em dez/24
13,0% | 34,0% | 3,0% | 50,0%
Bancos | BNB | Debêntures | Mútuo

Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R$ mil)
Posição Final em dez/24
2025: 2.561.065 (1.925.684 / 632.444) | 2026: 1.266.876 | Após2026: 1.211.186 (556.658 / 654.528)
Mútuo | Terceiros

Dívida Bruta (R$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes)
Evolução 2023 - 2024
2023: 5.900.805 / 2,95 | 2024: 5.308.318 / 2,50
Dívida bruta / EBTIDA Ajustado
Dívida bruta (R$ mil)

Dívida Líquida (R$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 2023 - 2024
2023: 5.706.215 / 0,58 | 2024: 5.093.719 / 0,50
Dívida bruta / EBTIDA Ajustado
Dívida bruta (R$ mil)

Investimentos[3]
INVESTIMENTOS (R$ MIL)*

	2024	2023	Var. % (1)
Manutenção	560.180	393.201	42,5%
Crescimento	161.241	118.947	35,6%
Novas Conexões	852.868	1.061.284	-19,6%
Financiado pela Companhia	**1.574.289**	**1.573.432**	**0,1%**
Financiado pelo Cliente	52.670	-	-
Total	**1.626.959**	**1.573.432**	**3,4%**

(1) Variação entre 2024 e 2023
A Companhia encerrou o ano de 2024 com um montante recorde investido de R$1,6 bilhão, ou seja, 3,4% acima do mesmo período do ano anterior, sendo o maior investimento da série histórica da companhia. Nesse período, em manutenção foram investidos R$ 560,2 milhões, sendo grande fatia para as atividades relacionadas a manutenção corretiva. Na parte de crescimento foram investidos R$161,2 milhões incluindo investimentos em tecnologias e o programa de redução de perdas. Cabe salientar que o volume foi registrado no período sequencialmente posterior ao processo de revisão tarifária ocorrido em abril de 2023, onde geralmente o nível de investimento atinge patamares mais elevados no ano que antecede a revisão, aumentando a base de comparação no período seguinte. Importante destacar que o nível de investimentos atingido em 2024 reforça o compromisso anunciado no plano de investimentos para o período. Tal plano foi atualizado em novembro de 2024, conforme detalhamento a seguir. **Plano de Investimentos:** Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos do Estado, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores. O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R$ 7,4 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 53% versus o plano anterior, que totalizava R$ 4,8 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Ceará, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. Por ano, a previsão é de realização de mais de 50 mil manutenções, cerca de 320 mil podas e inspeções em 90 mil pontos em todo o Estado. No período de 2025 a 2027, a Companhia dará sequência na modernização, ampliação e construção de subestações, beneficiando cerca de 2 milhões de clientes, além da construção de mais de 170 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Adicionalmente, até 2027, cerca de 10 mil km de média e baixa tensão serão construídos, para dar apoio às estruturas e conexão de novos clientes. De material, mais de 13 mil transformadores e 123 mil postes estão sendo inseridos na estrutura atual. Na área de atendimento, a Companhia manterá o investimento durante os próximos três anos, em reforma, ampliação e climatização de novas lojas, canais digitais, autoatendimento e unidades móveis.
[3] Dados prévios referente a 2024

5. ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL: A sustentabilidade é inerente ao nosso negócio. Somos uma companhia que gera 100% de sua energia a partir de fontes renováveis e temos uma ambiciosa meta de alcançar net zero até 2040. Este compromisso está no centro da nossa estratégia de sustentabilidade, bem como os compromissos com a segurança e confiabilidade da rede, a partir de ações concretas que abordam a adaptação às mudanças climáticas e os impactos sociais. Nosso foco de negócio é distribuir energia, desenvolvendo projetos e soluções inovadoras que sejam capazes de promover a eletrificação limpa do consumo e enfrentar os desafios globais da transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Pautamos nossas ações pelo bem-estar da comunidade, a conservação do meio ambiente, a ética e a segurança das pessoas. Nesse sentido, estamos alinhados com as iniciativas do Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários e membro ativo. E buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). A fim de conciliar nossas ambições e traçar um caminho com objetivos, ações e metas concretas, contamos com o nosso Plano de Sustentabilidade, acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração, nosso mais alto órgão de governança da Enel Distribuição Ceará. Nosso modelo organizacional e de governança corporativa garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo orientar nossas ações e antecipar decisões de negócio em linha com a estratégia de sustentabilidade e com compromissos assumidos. Nossos projetos socioambientais também compõem os objetivos estabelecidos no Plano de Sustentabilidade, e visam contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a mitigação de riscos e impactos das nossas atividades, e com o nosso crescimento sustentável. **Projetos socioambientais:** Nosso modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, visa atender às demandas reais do entorno, em linha com os propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Para viabilizar esse compromisso, nosso programa de sustentabilidade chamado "Enel Compartilha", vem atuando em diversas frentes para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, conscientizando as pessoas sobre o combate ao desperdício por meio do uso eficiente e seguro da energia elétrica. Além disso, as iniciativas do Enel Compartilha também buscam impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia e apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades. Na Enel Distribuição Ceará, em 2024, foram realizados 120 projetos e iniciativas que beneficiaram 325,4 mil pessoas, com um investimento de R$ 21 milhões. Além disso, foi gerado o valor aproximado de R$ 6 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. O programa Ecoenel, concedeu mais de R$ 960 mil em bônus na conta de energia dos clientes. Também foram trocadas gratuitamente cerca de 1,2 mil geladeiras e 30 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. A seguir destacamos alguns dos projetos realizados. **Enel Compartilha Oportunidade:** O projeto beneficiou, em 2024, cerca de 5.100 pessoas com oficinas de empregabilidade. A iniciativa também faz parte do programa de capacitação da Escola de Eletricistas, uma parceria da Enel com o SENAI CE, que tem o objetivo de formar os participantes para a profissão de eletricista de rede de baixa tensão. Além do curso técnico promovido pelo SENAI, os alunos inscritos também recebem dois meses de curso técnico da Escola de Eletricistas, e uma formação complementar de empregabilidade, promovida pela Enel, com orientações sobre como elaborar um currículo, como se preparar para entrevistas de emprego, dicas comportamentais no ambiente de trabalho, entre outros temas. Em 2024, o projeto Enel Compartilha Oportunidade proporcionou a formação de 45 mulheres eletricistas. As contratações de eletricistas oriundas do projeto geraram renda de cerca de R$ 1 milhão. **Enel Compartilha Liderança em Rede:** O programa Enel Compartilha Liderança tem como objetivo formar parcerias com lideranças comunitárias e construir uma relação de confiança e proximidade entre a Enel e as comunidades onde a empresa atua. A rede de lideranças conta com 322 líderes ativos em 43 municípios do Ceará. Entre as atividades do projeto, podemos destacar a Gincana Líder Parceiro, que tem por objetivo realizar palestras presenciais e on-line para conscientização sobre segurança da população com a energia elétrica. As atividades alcançaram mais de 101 mil pessoas em 2024. Também como destaque, em 2024 foi realizado o X Fórum Enel Compartilha Liderança em Rede, sobre o tema de "Mudanças Climáticas: Impactos Sociais e Protagonismo Comunitário". O evento contou com a presença de 150 líderes de todo o estado. Durante o Fórum, foi discutido como as mudanças climáticas impactam diretamente as comunidades e como o protagonismo local pode ser a chave para mitigar esses desafios com soluções sustentáveis e inclusivas. **Enel Compartilha Eficiência - Troca de Geladeiras:** O programa tem como foco possibilitar a adequação da conta de energia ao orçamento de famílias de baixa renda, por meio da troca de um refrigerador antigo por outro equipamento novo e mais eficiente com selo A do PROCEL. Durante as trocas de geladeiras, também são realizadas as substituições de lâmpadas comuns por modelos em LED, mais econômicas. Durante o ano de 2024, o programa realizou 53 eventos de troca de geladeiras e ações de uso consciente e seguro da energia elétrica. As atividades ocorreram em 19 municípios, beneficiando mais de 14 mil pessoas com a troca de 1.200 geladeiras e 6.030 lâmpadas fluorescente e incandecentes por LEDs, gerando uma economia estimada de 250,8 MWh de energia elétrica ao ano, o suficiente para abastecer 122 famílias por um ano. **Obras de Eficiência Energética:** A Enel Distribuição Ceará concluiu a modernização dos sistemas de iluminação, climatização e instalação de energia solar do Hospital São José, em Fortaleza. O projeto recebeu investimento de R$ 677 mil para a substituição de 599 lâmpadas, dois refletores, 89 climatizadores de ar e um sistema de geração de energia solar com 84 módulos fotovoltaicos e dois inversores de frequência que visam proporcionar a redução da demanda de energia no horário de ponta. A modernização proporcionada pelo projeto beneficia diretamente 840 funcionários, além dos pacientes atendidos pelo hospital. Outro projeto concluído foi o de modernização de parte do parque de Iluminação Pública do Município de Iracema, com a substituição do conjunto de 242 luminárias e reatores ineficientes por luminárias LED. O projeto contou com investimento de R$ 300 mil. Estima-se que cerca de 2,3 mil pessoas sejam beneficiadas de forma direta e indireta. Esses projetos foram selecionados a partir da Chamada Pública de Projetos da Enel, regulamentada pelo Programa de Eficiência Energética da Aneel. **Edital da Chamada Pública de Projetos:** A Enel Distribuição Ceará lançou no final de 2024 a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2024) para oferecer aos seus clientes a oportunidade de apresentarem projetos de eficiência energética, que possam ser financiados com recursos do Programa de Eficiência Energética regulamentado pela Aneel. Com prazo de inscrições até 7 de março de 2025, o edital descreve os requisitos para participação na CPP. Ao todo, serão disponibilizados R$ 6 milhões distribuídos entres as tipologias de projetos admissíveis, sendo R$ 1 milhão para iniciativas voltadas a tipologia de Iluminação Pública, R$ 1 milhão para a tipologia Residencial, R$ 2 milhões para a tipologia Comércio e Serviços e R$ 2 milhões para projetos de outras tipologias. Também em dezembro foi divulgado o resultado da CPP 2023, com a seleção de dois projetos de Iluminação Pública, que somam o valor de R$ 749,9 mil, e sete projetos para as demais tipologias, que somam o investimento de R$ 3,1 milhões. **Ecoenel:** O programa de reciclagem Ecoenel consiste na troca de material reciclado por bônus na conta de luz dos clientes da Enel. Em 2024, o programa arrecadou 2,9 mil toneladas de resíduos recicláveis e concedeu cerca de R$ 960 mil em bônus na conta de energia dos participantes. A reciclagem desse volume de resíduos deve gerar a economia de 12.483.761 MWh de energia, em comparação a energia necessária para a extração e produção de materiais novos. Essa economia de energia evitar a emissão de 9,2 mil toneladas de gás carbônico. A reciclagem desses resíduos pode ser comparada ainda à preservação de 25,3 mil árvores em função da reciclagem de papel. Um destaque do programa foi a participação no maior evento de moda autoral do Ceará, o Dragão Fashion Brasil 2024, promovendo a reciclagem de resíduos do evento e realizando a compensação de CO2 no período. O bônus gerado pela ação foi repassado como desconto na conta de luz de uma organização social. Em fevereiro, foi inaugurado um novo ponto de coleta localizado na Central Municipal de Reciclagem, no Município de Russas. A abertura do ecoponto foi fruto da parceria entre a Enel Distribuição Ceará, a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Russas (ASCAMARRU) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). **Olimpíada Nacional de Energia Elétrica:** A Olimpíada Nacional de Energia Elétrica (ONEE) é uma iniciativa da ANEEL, com a coordenação do Instituto Abradee e a participação das concessionárias de energia em todo o Brasil. A ONEE é voltada para estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas, e incentiva a realização de desafios sobre o tema da eficiência energética. No Ceará, contamos com a inscrição de 36.873 alunos de 510 escolas em 107 municípios. O Ceará alcançou 1.240 medalhas, o maior número entre todos os estados participantes, sendo 489 medalhas de ouro, 375 de prata e 376 de bronze, além do 8º lugar no ranking nacional. Os participantes premiados receberam diversos prêmios como medalhas, notebooks e menções honrosas. **Segurança da População:** Em 2024, a Enel Distribuição Ceará atuou fortemente no tema da segurança da população com a energia elétrica, beneficiando cerca de 132 mil pessoas no estado, por meio de iniciativas educacionais e palestras em comunidades, incluindo capacitações ofertadas aos líderes de comunidades participantes do projeto Enel Compartilha Liderança em Rede, com a presença de técnicos de segurança da companhia, que orientaram as lideranças comunitárias sobre o uso seguro e consciente de energia e distribuíram materiais sobre o tema. **Projetos incentivados de impacto social por meio do esporte e cultura:** Ao longo do ano, a Enel apoiou dezenas de projetos através da Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte em sua área de concessão, para democratizar e proporcionar o acesso à cultura e ao lazer, beneficiando várias comunidades. Na Enel Ceará, destacamos o apoio ao projeto Jacques Klein de Circulação e Intercâmbio, realizado em Fortaleza e que beneficia 535 crianças, adolescentes e jovens ao oferecer formação musical gratuita em níveis que vão da iniciação ao avançado. Além de cursos de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, piano, musicalização e canto coral, o projeto promove concertos, intercâmbios e a participação dos alunos em festivais e residências artísticas, incentivando tanto o desenvolvimento cultural quanto a inclusão social. Outro projeto que merece destaque, o Kitesurf Integra, realizado em Caucaia, beneficia 181 jovens ao oferecer aulas de kitesurf aliadas a acompanhamento pedagógico e reforço escolar. Além da prática esportiva, o projeto promove ações educativas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e realiza eventos que aproximam a comunidade escolar do esporte e da consciência ambiental. Por meio desses projetos, a Enel Ceará reafirma seu compromisso com a inclusão social, o desenvolvimento cultural e a educação de qualidade para as comunidades onde atua. **Parceiro Responsável:** Programa com iniciativas para desenvolver e engajar fornecedores quanto aos objetivos e compromissos de sustentabilidade da Enel, em especial quanto à Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam- se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentaram as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas. **Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel Brasil realiza a cada 3 anos um processo de DDDH nas atividades de suas empresas, incluindo a Enel Distribuição São Paulo, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção), Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel no Brasil incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa e que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a elaboração de aplicação de treinamentos gerais e específicos para os colaboradores e terceirizados sobre a Política. **Rede do Bem:** Programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Em 2024, o programa contou com a atuação de 278 voluntários, que doaram 3.049 horas de trabalho voluntário em diversas atividades de ajuda humanitária durante todo o ano, como arrecadação de donativos, apoio em situações críticas

continua...

...continuação

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras. Entre essas atividades, podemos destacar a campanha de arrecadação de fundos para apoio a família de colaborador da Enel que mora no Rio Grande do Sul, e teve a casa submersa pela enchente por 32 dias. A campanha de arrecadação, divulgada pelo programa, engajou doadores dentro e fora da Enel e arrecadou R$ 16,5 mil, que foram destinados para compra de itens como novas roupas e novos móveis para a família beneficiada. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "SER":** Em 2024, o programa "SER - Sustentabilidade em Rede", continuou a integrar cultura de sustentabilidade na Enel, por meio dos seus quatro pilares estratégicos: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. A iniciativa reafirmou o compromisso coletivo da companhia com a transição energética e a construção de um futuro mais sustentável. Em 2024, o programa alcançou 1.342 participações de colaboradores de todas as linha de negócio da Enel no Brasil, em atividades que abordaram os temas prioritários da estratégia de sustentabilidade da companhia. Essas atividades foram ministradas por profissionais internos especializados, que protagonizaram realizações importantes, inspirando e incentivando seus colegas com iniciativas e resultados inovadores. Ao longo do ano, os webinars realizados abordaram os seguintes temas: Ser Econômico: Análise e gestão de riscos e impactos para a sustentabilidade corporativa, com destaque para a adoção da análise de dupla materialidade como parte do processo. Ser Ambiental: Reflexões sobre o compromisso ambiental da companhia em 2 webinars temáticos: "Semeando a Cultura Ambiental: Nosso Compromisso com o Futuro" e "Adaptação às Mudanças Climáticas: Estratégias da Enel para Eventos Climáticos Extremos", que destacaram a atuação proativa da Enel diante dos desafios impostos pela crise climática. Ser Social: O webinar "O Papel da Liderança Comunitária em Emergências Climáticas" reforçou a importância de lideranças locais na construção de resiliência e na mitigação de impactos em comunidades vulneráveis. Ser Humano: Os webinars abordaram direitos humanos, bem-estar, diversidade, saúde e segurança no ambiente de trabalho, destacando o protagonismo humano como fator-chave para o sucesso das iniciativas. Essas atividades, estimularam o engajamento da força de trabalho, a troca de conhecimentos e a promoção de práticas sustentáveis, reforçando a importância da atuação de cada colaborador no cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia. Dessa forma, o "SER" consolida-se como um marco na construção de uma cultura interna sólida e comprometida com a sustentabilidade, destacando a Enel Brasil como referência no alinhamento e engajamento de sua estratégia ESG com o público interno.

Indicadores ASG - Enel Ceará
INDICADORES

	2024	2023
Colaboradores próprios (unit)	1.963	1.478
Colaboradores terceirizados (unit)	9.514	9.146
% de mulheres na Empresa	15,1%	17,9%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	20,4%	22,1%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	6,06	9,89
Taxa de Rotatividade (2)	3,1%	1,7%
Número de membros no conselho (unit)	9	7
Número de membros independentes no conselho (unit)	2	1
% de mulheres no conselho	22,2%	28,6%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	325.455	438.055
Resíduos perigosos enviados para recuperação	97%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	80%	71%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	5	9
Realização de ECoS Ambiental (5)	1	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários; (3) O número de 2023 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no 4T24; (4) Meta 2024: 5; (5) Meta 2024: 1.

6. RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES: Enel Brasil: Prêmio "Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores": Organizado pelas plataformas Melhor RH, Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (CECOM), a Enel Brasil foi reconhecida em três categorias. A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Inovação com a campanha "O que te inspira?". A iniciativa ofereceu alternativas e soluções para que inovar se tornasse um propósito, incentivando os colaboradores a buscarem conhecimento e oportunidades de mudança e melhoria. O Plano de Comunicação do Plano de Ação de Emergência nas Barragens (PAEBM) da Enel Green Power garantiu o 2º lugar na categoria Gestão de Crise - Pilar Canais e Meios. Desenvolvido para atender aos requisitos da nova Lei de Segurança de Barragens, o plano promoveu uma comunicação transparente, conscientizando e orientando a população, além de envolver o poder público e os colaboradores. A iniciativa reforça o compromisso da Enel com a segurança e o bem-estar das comunidades em que atua. A websérie "Tá Ligado?", um trocadilho com a área de atuação da empresa, conquistou o 2º lugar na categoria Revolution - Pilar Grandes Ideais. Composta por dez episódios, a iniciativa apresentou temas estratégicos de forma simples, acessível e didática para o público interno. A série foi divulgada em todos os canais de comunicação da Enel, alcançando números expressivos de visualizações e gerando alto engajamento da equipe. **Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (EGAESE):** Na 11ª edição do EGAESE, a Enel Brasil foi reconhecida em duas categorias. A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Impactos Regulatórios com o projeto "Maximizando os resultados da base de remuneração: Banco de preços referencial e atipicidades". Já na categoria Gestão Estratégica, a Enel ficou em 4º lugar com o projeto de "Desenvolvimento e implementação de sistema automatizado de gestão e controle de processos da conformidade regulatória das informações cadastrais para a garantia do retorno dos investimentos em ativos". O projeto foi fundamental para garantir o retorno dos investimentos em ativos. **7. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2024 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	214.124	96.665
Títulos e valores mobiliários	5	475	97.925
Contas a receber de clientes	6	2.003.626	1.857.635
Ativo financeiro setorial	8	-	28.984
Créditos a receber - subvenção e outros	7	245.151	37.911
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	156.818	23.991
Outros tributos compensáveis	9	251.511	538.285
Serviços em curso		61.549	61.164
Instrumentos financeiros derivativos	29.1	86.005	-
Outros créditos		62.419	110.207
Total do ativo circulante		**3.081.678**	**2.852.767**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	45.102	212.609
Outros tributos compensáveis	9	108.870	112.608
Cauções e depósitos	11	21.813	19.715
Depósitos vinculados	21.1	59.806	51.220
Benefício fiscal	10	9.130	12.755
Instrumentos financeiros derivativos	29.1	63.578	84.843
Ativo contratual da concessão	12.1	1.514.389	1.272.658
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	7.228.279	6.113.012
Imobilizado	13	179.864	88.218
Intangível	12.3	2.094.432	2.277.008
Total do ativo não circulante		**11.325.263**	**10.244.646**
Total do ativo		**14.406.941**	**13.097.413**

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante			
Fornecedores	14	1.267.060	1.103.261
Empréstimos e financiamentos	15	2.570.938	844.378
Debêntures	16	251.275	1.911.623
Obrigações por arrendamentos		17.995	7.270
Outras obrigações fiscais	17	179.246	194.164
Dividendos a pagar	22.9	178.123	93.296
Salários, provisões e encargos sociais		65.667	42.973
Geração distribuída	25.1.2	109.749	-
Encargos setoriais	18	45.461	84.296
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	245.326	350.209
Passivo financeiro setorial	8	202.641	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	-	876
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	28	227.445	165.129
Instrumentos financeiros derivativos	29.1	10.409	91.629
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	-	1.116
Outras obrigações		302.383	222.543
Total do passivo circulante		**5.673.718**	**5.112.763**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.042.901	1.268.800
Debêntures	16	1.582.378	1.830.680
Obrigações por arrendamentos		58.930	29.804
Outras obrigações fiscais	17	1.324	1.349
Encargos setoriais	18	86.196	57.300
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	117.494	60.759
Passivo financeiro setorial	8	220.404	109.098
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	109.767	110.146
Tributos diferidos	27	83.708	37.212
Instrumentos financeiros derivativos	29.1	-	38.538
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	290.237	248.865
Outras obrigações		262	952
Total do passivo não circulante		**3.593.601**	**3.793.503**
Patrimônio líquido	22		
Capital social		1.388.347	1.282.347
Adiantamento para futuro aumento de capital		580.580	-
Reserva de capital		358.671	358.671
Reserva de lucros		2.812.801	2.556.409
Outros resultados abrangentes		(777)	(6.280)
Total do patrimônio líquido		**5.139.622**	**4.191.147**
Total do passivo		**14.406.941**	**13.097.413**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	24	8.442.129	8.623.294
Custo	25	(6.837.194)	(7.020.888)
Lucro bruto		**1.604.935**	**1.602.406**
Receitas (despesas) operacionais	25		
Despesas com vendas		(17.682)	(25.101)
Despesas gerais e administrativas		(227.706)	(197.167)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(194.979)	(197.791)
Outras receitas operacionais		68.770	64.496
Total despesas operacionais		**(371.597)**	**(355.563)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**1.233.338**	**1.246.843**
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		240.629	207.469
Despesas financeiras		(976.076)	(999.108)
Variações cambiais líquidas		(2.313)	1.260
Total do resultado financeiro		**(737.760)**	**(790.379)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**495.578**	**456.464**
Imposto de renda e contribuição social	27		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.580)	(30.785)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(45.656)	(125.415)
Incentivo fiscal		32.572	15.212
Total dos tributos sobre o lucro		**(30.664)**	**(140.988)**
Lucro líquido do exercício		**464.914**	**315.476**
Lucro líquido por ação em R$ - básico e diluído	23		
Ação ordinária		3,6868	2,5018
Ação preferencial - Classe A		2,1671	1,4705
Ação preferencial - Classe B		0,1176	0,0798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		**464.914**	**315.476**
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego		4.795	(20.933)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	27	(1.630)	7.117
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		8.338	11.450
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	27	(2.835)	(3.893)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**473.582**	**309.217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Capital			Reservas de Lucros					
	Capital subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal - ADENE	Reserva legal	Incentivo fiscal -SUDENE	Reserva para reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.085.347**	-	**221.188**	**31.160**	**106.323**	**48.845**	**1.047.562**	**1.430.314**	-	**(13.837)**	**3.956.902**
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	315.476		315.476
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.933)	(20.933)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.117	7.117
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.450	11.450
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.893)	(3.893)
Transações com os acionistas											
Aumento de capital	197.000	-	-	-	-	-	-	(197.000)	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-					-	125	-	125
Dividendo mínimo obrigatório		-	-					-	(75.097)	-	(75.097)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Transferência para lucros acumulados		-	-					-	(13.816)	13.816	-
Reserva de lucros - incentivo fiscal SUDENE		-	-				15.212	-	(15.212)	-	-
Reserva para reforço de capital de giro		-					-	211.476	(211.476)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.282.347**	-	**221.188**	**31.160**	**106.323**	**48.845**	**1.062.774**	**1.444.790**	-	**(6.280)**	**4.191.147**
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	464.914	-	464.914
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.795	4.795
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.630)	(1.630)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.338	8.338
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.835)	(2.835)
Transações com os acionistas											
Aumento de capital	106.000	-	-	-	-	-	-	(106.000)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	580.580	-	-	-	-	-	-	-	-	580.580
Dividendos prescritos	-								202	-	202
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.889)	-	(105.889)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	3.165	(3.165)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	8.989	-	-	(8.989)	-	-
Reserva de lucros - incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	-	32.572	-	(32.572)	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-						-	320.831	(320.831)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.388.347**	**580.580**	**221.188**	**31.160**	**106.323**	**57.834**	**1.095.346**	**1.659.621**	-	**(777)**	**5.139.622**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	464.914	315.476
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	646.208	541.680
Variações monetárias	(31.241)	(27.869)
Variações cambiais da dívida	499.037	649.754
Marcação a mercado da dívida	(7.459)	(5.773)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	93.283	(58.190)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(306.046)	(401.356)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(23.306)	(29.807)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	64.531	404.608
Perda de recebíveis de clientes	117.774	(206.817)
Atualização monetária de processos judiciais	38.914	42.350
Provisões para processos judiciais e outros riscos	78.404	47.521
Juros sobre obrigações de arrendamento	8.243	5.589
Juros sobre operações com instrumento derivativo	87.009	174.685
Benefício pós-emprego	11.686	9.683
Baixa de ativo intangível	3.899	31.480
Baixa de ativo imobilizado	667	16
Tributos e contribuições sociais diferidos	45.656	129.375
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(160.789)	(391.604)
Ativo financeiro setorial	52.290	30.845
Créditos a receber - subvenção e outros	(207.240)	(30.253)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(132.827)	(34.016)
Outros tributos compensáveis	290.513	464.808
Depósitos vinculados	(8.586)	(3.209)
Serviços em curso	(385)	-
Outros créditos	47.788	13.234
Redução (aumento) dos passivos		
Fornecedores	163.799	(271.506)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(94.309)	(61.999)
Outras obrigações fiscais	(14.943)	(13.342)
Salários, provisões e encargos sociais	22.694	(15.510)
Geração distribuída	109.749	-
Encargos setoriais	(9.939)	43.408
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	62.316	165.129
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(48.148)	(397.429)
Passivo financeiro setorial	313.947	(77.032)
Outras obrigações	79.148	14.980
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(411.081)	(403.094)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(7.910)	(5.159)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(98.871)	(29.822)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	94.309	-
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(8.146)	(9.984)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(77.062)	(72.100)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.748.490**	**538.750**
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	**(55.315)**	**(32.882)**
Adições para ativo contratual	(1.493.793)	(1.260.929)
Títulos e valores mobiliários	97.450	(11.025)
Cauções e depósitos	(2.098)	12.254
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(1.453.756)**	**(1.292.582)**
Atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	580.580	-
Captação de empréstimos e financiamentos	1.610.080	3.091.531
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(462.772)	(1.684.401)
Pagamento de debêntures (principal)	(1.846.161)	(333.777)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(22.170)	(11.583)
Pagamento de dividendos	(20.860)	(173.659)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(15.972)	(220.172)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	**(177.275)**	**667.939**
Variação no caixa líquido	**117.459**	**(85.893)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	96.665	182.558
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**214.124**	**96.665**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
1. Receitas	**11.805.728**	**11.452.744**
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	**11.882.933**	**11.857.352**
Fornecimento de energia elétrica	10.317.067	10.525.948
Outras receitas	68.770	64.642
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.497.096	1.266.762
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(77.205)	(404.608)
2. Insumos adquiridos de terceiros	**(6.415.643)**	**(6.640.694)**
Materiais	(696.628)	(591.753)
Outros custos operacionais	(315.631)	2.013
Custo de energia comprada e transmissão	(3.966.246)	(4.637.848)
Serviço de terceiros	(1.437.138)	(1.413.106)
3. Valor adicionado bruto	**5.390.085**	**4.812.050**
4. Retenções	**(646.208)**	**(541.681)**
Depreciação e amortização	(646.208)	(541.681)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**4.743.877**	**4.270.369**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**240.629**	**207.469**
Receitas financeiras	240.629	207.469
7. Valor adicionado total a distribuir	**4.984.506**	**4.477.838**
8. Distribuição do valor adicionado	**4.984.506**	**4.477.838**
Pessoal	**296.751**	**258.256**
Remunerações	189.956	166.665
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	17.390	18.062
Previdência privada	8.852	8.715
Auxílio alimentação	24.074	19.259
Convênio assistencial e outros benefícios	33.663	24.384
FGTS	10.247	9.054
Outros encargos sociais	12.569	12.117
Tributos (Governo)	**3.251.095**	**2.886.915**
Federais	**657.587**	**517.210**
Imposto de renda e contribuição social	63.236	156.200
COFINS	502.320	280.696
PIS	109.056	60.959
INSS	15.547	34.567
(-) Incentivos fiscais	(32.572)	(15.212)
Estaduais	**1.704.290**	**1.584.663**
ICMS	1.703.556	1.584.340
Outros estaduais	734	323
Municipais	**7.989**	**9.398**
ISS	6.273	6.279
IPTU	1.106	1.393
Outros municipais	610	1.726
Encargos setoriais	**881.229**	**775.644**
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	673.958	697.463
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	65.640	68.570
Encargos do consumidor - CCRBT	131.021	(951)
Taxa de fiscalização - ANEEL	10.610	10.562
Remuneração de capitais de terceiros	**971.746**	**1.017.191**
Juros	765.708	181.077
Aluguéis	(4.330)	18.083
Outras despesas financeiras	210.368	818.031
Remuneração de capitais próprios	**464.914**	**315.476**
Dividendos e juros sobre capital próprio	105.687	160.976
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	32.572	78.982
Reserva de lucro	317.665	75.518
Lucros retidos	8.989	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália). A sede da Companhia está localizada na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses. O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 01/1998, assinado em maio de 1998, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em 13 de maio de 2028 (Nota explicativa nº 1.2). Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente, e entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 22 de abril de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 22 de abril de 2024 (Nota explicativa nº 3.1). **1.1 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora. Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica. Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixarão de pagar os empréstimos relativo a estas contas. Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. Caso ocorra inadimplência, a ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras. **1.2 Panorama das renovações de concessões no Brasil Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão:** Em 20 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 15 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vistas à prorrogação das concessões. A conclusão da referida Consulta e a consequente aprovação do novo Contrato de Concessão foram realizados pela ANEEL no dia 25 de fevereiro de 2025. A partir da publicação do novo Contrato de Concessão, as distribuidoras terão um prazo de 30 dias para apresentar à Agência o requerimento de prorrogação, o que é o intuito da Companhia. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação: 2.1.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A aprovação para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2025. **2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração. **2.1.4 Segmento de negócios:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte. **2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06/IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor. As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	1º de janeiro de 2027
	As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	
	Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/ IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros - incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs ® Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios - eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais: As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas. A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas: • Nota 6.1 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa; • Nota 12.2 - Ativo Financeiro Indenizável (concessão); • Nota 12.3 - Intangível; • Nota 20 - Obrigação com benefícios pós-emprego; • Nota 21 - Provisões para processos judiciais; • Nota 24.3 - Receita não faturada; • Nota 27 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Nota 29 - Objetivos e políticas para a gestão do risco financeiro. **3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: 3.1 Reajuste tarifário anual 2024:** No dia 16 de abril de 2024 a diretoria da ANEEL, em reunião pública aprovou o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 22 de abril de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.319/2024) um reajuste de -5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%, sendo -2,10% e -3,03% para alta e baixa tensão, respectivamente. O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário	
Encargos setoriais	2,18%
Energia comprada	-8,27%
Encargos de transmissão	0,67%
Parcela A	**-5,42%**
Parcela B	-2,41%
Reajuste econômico	**-7,83%**
CVA total	1,76%
Outros itens financeiros	0,31%
Reajuste financeiro	**2,07%**
Índice de reajuste total	**-5,76%**
Componentes financeiros do processo anterior	2,95%
Efeito para o consumidor	**-2,81%**

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos: **Parcela A:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -8,64%, representando -5,42% no reajuste econômico. **Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -6,47%, representando uma participação de -2,41% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes: • IGP-M de -4,26% no período de 12 meses findos em março de 2024; e • Fator X de +2,209%, composto por: - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,739%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia; - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,031%; e - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de +1,439%. **Componentes Financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R$ 175.000, dentre os quais destacam-se: R$ 148.000 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") e previsão de risco hidrológico positivo de R$ 178.000; sendo estes valores parcialmente compensados pela reversão do risco hidrológico negativo em R$ 196.000 e neutralidade dos encargos setoriais negativos de R$ 40.000. **Bandeira tarifária:** Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo: • Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo. • Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. • Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R$ 4,463 (patamar 1) e R$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Durante o ano de 2024, a ANEEL autorizou o acionamento das bandeiras tarifárias em alguns momentos, o que gerou variações nas tarifas de energia elétrica da Companhia. De janeiro a junho, a bandeira tarifária foi verde, indicando condições favoráveis de geração de energia elétrica. Em julho, com o agravamento dos níveis dos reservatórios a bandeira amarela foi acionada, elevando as tarifas de energia em R$ 1,885 para cada 100 kWh consumidos. Porém, em agosto, as previsões hídricas melhoraram voltando a bandeira ser verde. Já o mês de setembro foi marcado por previsões hídricas críticas ocasionado o acionamento da bandeira vermelha patamar 1, com um custo adicional de R$ 4,463 para cada 100 kWh consumidos. As previsões hídricas e de clima pioraram em outubro o que se configurou no acionamento da bandeira vermelha patamar 2, elevando às tarifas de energia em R$ 7,877 para cada 100 kWh consumidos. Em novembro as condições dos reservatórios apresentaram uma melhora significante, mas ainda sendo preciso ser acionada a bandeira amarela. Já em dezembro os reservatórios voltaram aos patamares considerados suficientes para geração hídrica e assim a bandeira tarifária acionada foi a verde. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	29.257	49.427
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	37.028	47.203
Operações compromissadas	147.839	35
Total	**214.124**	**96.665**

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 99,25% e 92,33% do CDI , respectivamente (100,23% e 90,79% do CDI, para os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas em 31 de dezembro de 2023). De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. **5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	5.1	-	97.570
		-	**97.570**
Fundos de investimentos exclusivos	5.2		
Operações compromissadas		47	-
Títulos públicos		143	343
LF - Letra Financeira		285	11
		475	**354**
Total		**475**	**97.924**

5.1 Fundos de investimentos exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,06% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024 (0,23% em 31 de dezembro de 2023). **5.2** Fundos de investimento não exclusivos: Estes fundos de investimento não exclusivo, são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses fundos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI (93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2023). **6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica. A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável. Parcelamento de débitos: A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas através de entrada de 10% mais 7 parcelas. Uso de estimativas e julgamentos: Receita não faturada (RNF): O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses vide nota explicativa nº 24. Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015. A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

		Vencidos							
	A vencer	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2024
Classe de consumidores									
Residencial	260.086	209.393	23.161	59.337	114.306	547.646	1.213.929	(542.531)	671.398
Industrial	9.078	8.307	366	1.255	2.111	15.425	36.542	(9.873)	26.669
Comercial	56.365	27.051	2.608	5.342	10.879	64.671	166.916	(44.517)	122.399
Rural	68.028	28.094	3.447	6.033	16.283	98.190	220.075	(61.121)	158.954
Poder público	26.519	27.698	4.621	9.480	14.863	45.799	128.980	(26.520)	102.460
Iluminação pública	29.893	9.642	1.031	18.827	1.717	76.859	137.969	(51.944)	86.025
Serviço público	10.800	6.300	1.071	3.762	3.605	23.207	48.745	(24.737)	24.008
Fornecimento faturado	**460.769**	**316.485**	**36.305**	**104.036**	**163.764**	**871.797**	**1.953.156**	**(761.243)**	**1.191.913**
Receita não faturada	558.507	-	-	-	-	-	558.507	(330)	558.177
Parcelamento de débitos	117.356	7.963	6.813	16.552	125.668	45.102	319.454	(75.708)	243.746
Compartilhamento - uso mútuo	14.976	1.182	1.255	6.196	15.020	65.227	103.856	(54.087)	49.769
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	5.123	5.123	-	5.123
Total	**1.151.608**	**325.630**	**44.373**	**126.784**	**304.452**	**987.249**	**2.940.096**	**(891.368)**	**2.048.728**

		Vencidos							
	A vencer	até 60 dias	de 61a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2023
Classe de consumidores									
Residencial	182.335	150.780	16.230	35.875	64.602	337.214	787.036	(497.959)	289.077
Industrial	82.786	103.035	12.217	24.386	31.506	82.250	336.180	(9.819)	326.361
Comercial	16.177	9.726	504	2.092	2.432	-	30.931	(17.422)	13.509
Rural	129.943	62.089	6.079	11.502	20.935	174.935	405.483	(67.978)	337.505
Poder público	40.332	21.129	2.236	7.395	10.172	54.022	135.286	(22.935)	112.351
Iluminação pública	27.615	17.675	4.418	5.523	9.675	15.266	80.172	(51.942)	28.230
Serviço público	25.850	18.151	2.552	5.811	13.253	83.929	149.546	(20.698)	128.848
Fornecimento faturado	**505.038**	**382.585**	**44.236**	**92.584**	**152.575**	**747.616**	**1.924.634**	**(688.753)**	**1.235.881**
Receita não faturada	531.563	-	-	-	-	-	531.563	(8.999)	522.564
Parcelamento de débitos	5.355	9.132	6.914	21.046	50.692	212.609	305.748	(50.713)	255.035
Compartilhamento - uso mútuo	14.500	5.578	1.554	8.416	17.601	54.074	101.723	(56.613)	45.110
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	18.124	18.124	(6.470)	11.654
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	**1.056.456**	**397.295**	**52.704**	**122.046**	**220.868**	**1.047.712**	**2.897.081**	**(826.837)**	**2.070.244**

...continuação

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

6.1 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD: Uso de estimativas: As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral (aplicada no cálculo da PECLD coletiva) e simplificada (aplicada no cálculo da PECLD individual) estabelecida pelo CPC 48, como a seguir: • Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada. • Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente. Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses - ECL*") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default - LGD*"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receberde clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(695.913)	(7.694)	(703.607)
Provisões	(197.791)	-	(197.791)
Perda	66.867	-	66.867
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(826.837)	(7.694)	(834.531)
Provisões	(182.306)	(12.673)	(194.979)
Perda	117.775	-	117.775
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(891.368)	(20.367)	(911.735)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas. A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.12.2024	31.12.2023
Provisões	(194.979)	(197.791)
Total	(194.979)	(197.791)

Mudança de estimativa contábil: Em 2024 a Companhia implementou duas mudanças no modelo de cálculo na PECLD, em virtude das melhorias observadas nos indicadores de performance de recuperação de crédito: i) Alteração da probabilidade de perda (*Probability of Default* -PD) para a categoria de Receita Não Faturada a fim de refletir o risco de inadimplência associado a esta categoria, o qual difere do risco atribuído às faturas emitidas que vinha sendo aplicado no modelo anterior; e ii) Extensão dos dados históricos para observação da taxa de recuperação (*recovery rate*) e da probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), na visão de que a extensão dos dados históricos de 36 meses para 48 meses torna o cálculo da perda advinda da inadimplência ("LGD") mais estável, uma vez que o peso relativo de cada novo intervalo de tempo passa a refletir com maior clareza na recuperação de créditos através da adição de mais um período no cálculo. A ampliação do histórico para 48 meses e possibilidade de observar a performance após 3 anos, permitiu a captura pelo modelo das recuperações de faturas do período da pandemia, afetada pela queda da renda da população e pela redução das atividades de cobrança das distribuidoras (principalmente ações de corte), registradas em 2023 e 2024 após a normalização das condições operacionais e econômicas. Esta atualização na metodologia reflete o comportamento observado nos últimos anos e expectativa da Companhia de forma prospectiva. Não constitui uma correção de erro, mas sim um aprimoramento das estimativas baseado em maior experiência, dados mais robustos e técnicas estatísticas avançadas, mantendo a integridade e a substância das informações financeiras anteriormente apresentadas. Esta melhoria está alinhada ao estabelecido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e o efeito de mudança na estimativa contábil foi reconhecido de forma prospectiva a partir de outubro de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o impacto das alterações dos itens i e ii, foi uma redução da PECLD de aproximadamente R$ 73.473. **7. Créditos a receber - subvenção e outros:** Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Baixa renda - subsídio CDE		83.265	37.346
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente	7.1	21.445	-
CDE a devolver - diferença ciclo anterior		10.561	1.829
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	7.2	126.429	(4.713)
Bônus - redução voluntária de consumo		3.451	3.449
Total		**245.151**	**37.911**

7.1 Em dezembro de 2023, a Companhia antecipou integralmente os valores a receber referentes ao subsídio CDE (mensal) do ciclo corrente por meio de uma cessão de recebíveis sem direito de regresso. Isso significa que, no fechamento do exercício de 2023, não havia saldo pendente a receber, pois todos os direitos foram transferidos à instituição financeira no momento da transação. Já em dezembro de 2024, essa operação de antecipação não foi realizada. Como resultado, os valores do subsídio CDE referentes ao mês permaneceram como saldo a receber, com previsão de recebimento em janeiro de 2025. **7.2** Aumento dos valores de previsão de ajuste CDE ciclo corrente pelo maior descasamento entre os descontos concedidos de subsídio apurado conforme o comportamento de mercado e o valor de repasse recebido mensal. **8. Ativos e passivos financeiros setoriais:** O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário. Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	31.12.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA													
Aquisição de energia - CVA energia	8.1	**31.059**	**(37.041)**	**29.079**	**-**	**(92.051)**	**(20.028)**	**-**	**(88.982)**	**(16.614)**	**(72.368)**	**(66.777)**	**(22.205)**
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(1.547)	(4.194)	4.924	-	-	(357)	-	(1.174)	(1.174)	-	(1.174)	-
Transporte de energia pela rede básica		93.935	38.864	(85.436)	-	-	8.707	-	56.070	23.570	32.500	46.098	9.972
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR		48.858	79.807	(23.763)	-	(56.614)	8.186	-	56.474	31.106	25.368	48.690	7.784
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		21.122	(61.070)	(23.944)	-	-	2.131	-	(61.761)	5.232	(66.993)	(41.204)	(20.557)
		193.427	**16.366**	**(99.140)**	**-**	**(148.665)**	**(1.361)**	**-**	**(39.373)**	**42.120**	**(81.493)**	**(14.367)**	**(25.006)**
Demais passivos financeiros setoriais													
Neutralidade da parcela A		(7.439)	(46.545)	24.731	-	-	(3.266)	-	(32.519)	(9.965)	(22.554)	(25.598)	(6.921)
Sobrecontratação de energia	8.2	41.028	(36.629)	(6.569)	-	-	(4.803)	-	(6.973)	(4.314)	(2.659)	(6.157)	(816)
Diferimento - devoluções tarifárias		(165.598)	(50.098)	34.175	-	-	(4.784)	-	(186.305)	(37.023)	(149.282)	(37.023)	(149.282)
Bandeiras tarifárias não homologadas		-	(55.696)	-	-	-	-	(3.018)	(58.714)	-	(58.714)	(58.714)	-
Risco hidrológico		(177.981)	(173.042)	181.307	-	-	(8.529)	-	(178.245)	(49.092)	(129.153)	(138.614)	(39.631)
Bandeira escassez hídrica	8.3	42.356	-	(42.356)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		(5.907)	19.815	104.538	(41.777)	-	(603)	3.018	79.084	75.006	4.078	77.832	1.252
		(273.541)	**(342.195)**	**295.826**	**(41.777)**	**-**	**(21.985)**	**-**	**(383.672)**	**(25.388)**	**(358.284)**	**(188.274)**	**(195.398)**
Total		**(80.114)**	**(325.829)**	**196.686**	**(41.777)**	**(148.665)**	**(23.346)**	**-**	**(423.045)**	**16.732**	**(439.777)**	**(202.641)**	**(220.404)**

8.1 Aquisição de Energia - (CVA Energia): o aumento do diferimento passivo, está relacionado a variação do custo médio de aquisição de energia em relação a cobertura tarifária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o custo médio dos contratos foi de R$ 263,12 e cobertura tarifária de R$ 262,89, contra custo médio dos contratos R$ 211,78 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e cobertura tarifária de R$ 230,81 (valor das tarifas em reais). **8.2 Sobrecontratação de Energia:** a variação está relacionada comercialização no mercado de curto prazo, sendo compra de 98 Mwh (PLD médio R$ 70,79 reais x cobertura tarifária de R$ 262,89) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com uma venda de -220 Mwh (PLD médio R$ 117,34 x cobertura tarifária R$ 230,81) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valor das tarifas em reais). **8.3 Bandeira escassez hídrica (Financeiro de bandeira escassez hídrica):** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidro energética (CREG), no processo tarifário ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas bandeiras. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic e amortizado 100% do seu valor ao longo do período de abril de 2023 a março de 2024, sendo que no primeiro trimestre de 2024 foram amortizadas as 3 últimas parcelas do processo no montante de R$ 42.356.

	31.12.2022	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA												
Aquisição de energia - CVA energia	71.749	22.683	(72.164)	-	3.347	5.444	-	31.059	8.430	22.629	24.073	6.986
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	6.398	(7.677)	283	-	-	(551)	-	(1.547)	(1.547)	-	(1.547)	-
Transporte de energia pela rede básica	59.602	86.234	(61.956)	-	-	10.055	-	93.935	16.355	77.580	69.983	23.952
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	(93.852)	115.760	79.706	-	(37.478)	(15.278)	-	48.858	(40.022)	88.880	21.416	27.442
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	35.209	20.420	(38.782)	-	-	4.275	-	21.122	9.697	11.425	17.594	3.528
	79.106	**237.420**	**(92.913)**	**-**	**(34.131)**	**3.945**	**-**	**193.427**	**(7.087)**	**200.514**	**131.519**	**61.908**
Demais passivos financeiros setoriais												
Neutralidade da parcela A	16.798	(14.089)	(11.122)	-	-	974	-	(7.439)	5.165	(12.604)	(3.548)	(3.891)
Sobrecontratação de energia	93.299	(21.757)	(46.556)	-	-	16.042	-	41.028	19.510	21.518	34.384	6.644
Diferimento - devoluções tarifárias	(143.484)	(46.258)	33.035	-	-	(8.891)	-	(165.598)	(34.175)	(131.423)	(34.175)	(131.423)
Risco hidrológico	(137.747)	(169.603)	138.384	-	-	(9.015)	-	(177.981)	(34.032)	(143.949)	(133.538)	(44.443)
Bandeira escassez hídrica	220.177	90.811	(127.069)	-	-	14.185	(155.748)	42.356	-	42.356	-	42.356
Outros	(284.257)	65.421	84.204	19.969	-	(46.992)	155.748	(5.907)	32.764	(38.671)	34.342	(40.249)
	(235.214)	**(95.475)**	**70.876**	**19.969**	**-**	**(33.697)**	**-**	**(273.541)**	**(10.768)**	**(262.773)**	**(102.535)**	**(171.006)**
Total	**(156.108)**	**141.945**	**(22.037)**	**19.969**	**(34.131)**	**(29.752)**	**-**	**(80.114)**	**(17.855)**	**(62.259)**	**28.984**	**(109.098)**

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de dezembro de 2024, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda e contribuição social compensáveis			
Compensáveis			
Imposto de renda	9.1	137.138	22.634
Contribuição social		104.098	5.337
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		8.599	6.045
		249.835	**34.016**
Imposto de renda e contribuição social a pagar			
Imposto de renda		(59.154)	(7.411)
Contribuição social		(33.863)	(2.614)
		(93.017)	**(10.025)**
Total		**156.818**	**23.991**

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	Nota	31.12.2024 Circulante	31.12.2024 Não circulante	31.12.2023 Circulante	31.12.2023 Não circulante
ICMS		11.039	-	29.113	-
Lei complementar nº 102/00		94.912	108.870	89.406	112.608
Pis e Cofins		15.865	-	22.013	-
Pis e Cofins (ICMS)	9.2	127.967	-	396.206	-
Outros tributos		1.728	-	1.547	-
Total		**251.511**	**108.870**	**538.285**	**112.608**

9.1 Sobre o saldo de R$ 137.138, está contemplado o montante de R$ 108.010, referente ao imposto a compensar no montante de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.1. **9.2** Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (nota explicativa nº 19). **10. Benefício fiscal: Ágio de incorporação da controladora:** O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada. Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

	31.12.2024	31.12.2023
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(748.858)	(738.196)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	411.393	404.356
Total	**9.130**	**12.755**

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social. A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

2025	2026	2027
3.316	3.036	2.778

11. Cauções e depósitos: A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), conforme apresentado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	31.12.2024	31.12.2023
BNB	CDB	21.813	19.715
	Total	**21.813**	**19.715**

12. Contrato de concessão público - privados: Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 22 de abril de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 22 de abril de 2024 (vide nota explicativa nº 4.1).

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo contratual da concessão	12.1	1.514.389	1.272.658
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	7.228.279	6.113.012
Intangível	12.3	2.094.432	2.277.008
Total		**10.837.100**	**9.662.678**

Bens vinculados à concessão: De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente. **12.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção):** O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,06% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (6,40% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável. A composição do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

Em curso	Custo	Obrigações especiais	31.12.2024	31.12.2023
Direito de uso da concessão	1.452.981	(96.274)	1.356.707	1.121.039
Software	157.682	-	157.682	151.619
Total	**1.610.663**	**(96.274)**	**1.514.389**	**1.272.658**

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.413.494**	**(96.274)**	**1.317.220**
Adições	1.266.762	-	**1.266.762**
Capitalização de juros de empréstimos	61	-	**61**
Transferências para o ativo intangível	(498.896)	-	**(498.896)**
Transferências para o ativo financeiro	(812.489)	-	**(812.489)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.368.932**	**(96.274)**	**1.272.658**
Adições	1.497.096	-	**1.497.096**
Capitalização de juros de empréstimos	20	-	**20**
Transferências para o ativo intangível	(442.841)	-	**(442.841)**
Transferências para o ativo financeiro	(809.221)	-	**(809.221)**
Transferências para o ativo imobilizado	(3.323)	-	**(3.323)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.610.663**	**(96.274)**	**1.514.389**

12.2 Ativo financeiro da concessão: O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). Uso de estimativas: A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		**6.113.012**	**4.939.453**
Transferências do ativo contratual		809.221	812.489
Atualização financeira - revisão tarifária	12.2.1	-	158.534
Reclassificação para ativo intangível - revisão tarifária	12.2.2	-	(40.286)
Atualização financeira		306.046	242.822
Saldo final		**7.228.279**	**6.113.012**

12.2.1 O valor de R$ 158.534 foi reconhecido para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023. A contrapartida, foi reconhecida como atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do exercício (vide nova explicativa nº 24). **12.2.2** O valor de R$ 40.286 foi reclassificado para o ativo intangível, para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023. A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. **12.3 Intangível da concessão:** O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Redução ao valor recuperável:** Uso de estimativas: A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. **Premissas de Projeção:** As projeções financeiras seguem o modelo tarifário vigente e a dinâmica do mercado da concessão. As receitas consideram o crescimento econômico da região, a expansão da base de clientes e o repasse de custos com compra e transmissão de energia, encargos setoriais, tributos e inflação. Os custos operacionais são estimados com base nos contratos vigentes, condições de mercado, inflação e eficiência operacional. As despesas administrativas refletem a expansão do mercado e a execução de atividades programadas. Os investimentos buscam garantir a infraestrutura necessária para a qualidade e confiabilidade dos serviços. O período de projeção vai até 2027. Após 2027, as projeções seguem índices macroeconômicos, incluindo inflação. A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	31.12.2024 Total	31.12.2023 Total
Direito de uso da concessão	6.111.335	(4.151.854)	(169.604)	1.789.877	1.983.250
Software	746.254	(441.798)	-	304.456	293.654
Bens de renda	464	(365)	-	99	104
Total	**6.858.053**	**(4.594.017)**	**(169.604)**	**2.094.432**	**2.277.008**

	Nota	Em serviço Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**6.316.436**	**(3.762.821)**	**(259.414)**	**2.294.201**
Baixas		(385.839)	354.359	-	(31.480)
Transferências do ativo contratual		498.896	-	-	498.896
Reclassificações do ativo indenizável	12.2.2	40.286	-	-	40.286
Amortizações		-	(569.525)	44.630	(524.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**6.469.779**	**(3.977.987)**	**(214.784)**	**2.277.008**
Baixas		(54.567)	50.668	-	(3.899)
Transferências do ativo contratual		442.841	-	-	442.841
Amortizações		-	(666.698)	45.180	(621.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**6.858.053**	**(4.594.017)**	**(169.604)**	**2.094.432**

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil são as seguintes:

Distribuição	%
Software	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

13. Imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. **Redução ao valor recuperável:** Uso de estimativas: A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

Imobilizado em serviço	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	4.906	-	-	-	-	**4.906**
Máquinas e equipamentos	29.199	3.990	-	(667)	6.222	**38.744**
Veículos	860	-	-	-	-	**860**
Móveis e utensílios	24.913	-	-	(15)	1.917	**26.815**
	59.878	**3.990**	**-**	**(682)**	**8.139**	**71.325**
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	(754)	-	(157)	-	-	**(911)**
Máquinas e equipamentos	(23.448)	-	(881)	-	-	**(24.329)**
Veículos	(611)	-	(59)	-	-	**(670)**
Móveis e utensílios	(11.210)	-	(1.809)	15	-	**(13.004)**
	(36.023)	**-**	**(2.906)**	**15**	**-**	**(38.914)**
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	14.631	32.715	-	-	-	**47.346**
Máquinas e equipamentos	8.491	12.720	-	-	(6.061)	**15.150**
Veículos	762	-	-	-	-	**762**
Móveis e utensílios	7.646	5.874	-	-	(2.078)	**11.442**
	31.530	**51.309**	**-**	**-**	**(8.139)**	**74.700**
Total do imobilizado	**55.385**	**55.299**	**(2.906)**	**(667)**	**-**	**107.111**
Ativo de direito de uso						
Terrenos	854	1.200	(1.421)	-	-	**633**
Imóveis	26.586	11.748	(4.321)	(552)	-	**33.461**
Veículos	5.393	49.308	(16.042)	-	-	**38.659**
	32.833	**62.256**	**(21.784)**	**(552)**	**-**	**72.753**
Total	**88.218**	**117.555**	**(24.690)**	**(1.219)**	**-**	**179.864**

Imobilizado em serviço	31.12.2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2023
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	5.134	-	-	(228)	-	**4.906**
Máquinas e equipamentos	41.481	-		(14.885)	2.603	**29.199**
Veículos	860	-	-	-	-	**860**
Móveis e utensílios	22.636	-	-	(5)	2.282	**24.913**
	70.111	**-**	**-**	**(15.118)**	**4.885**	**59.878**
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	(759)	-	(159)	164	-	**(754)**
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(1.382)	14.933	-	**(23.448)**
Veículos	(546)	-	(65)	-	-	**(611)**
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(1.635)	5	-	**(11.210)**
	(47.884)	**-**	**(3.241)**	**15.102**	**-**	**(36.023)**
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	572	16.130	-	-	(2.071)	**14.631**
Máquinas e equipamentos	2.792	6.231	-	-	(532)	**8.491**
Veículos	762	-	-	-	-	**762**
Móveis e utensílios	5.442	4.486	-	-	(2.282)	**7.646**
	9.568	**26.847**	**-**	**-**	**(4.885)**	**31.530**
Total do imobilizado	**31.795**	**26.847**	**(3.241)**	**(16)**	**-**	**55.385**
Ativo de direito de uso						
Terrenos	184	1.290	(620)	-	-	**854**
Imóveis	29.396	3.504	(6.314)	-	-	**26.586**
Veículos	5.967	6.036	(6.610)	-	-	**5.393**
	35.547	**10.830**	**(13.544)**	**-**	**-**	**32.833**
Total	**67.342**	**37.677**	**(16.785)**	**(16)**	**-**	**88.218**

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso , as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,50
Imóveis	2,83
Veículos	2,00

14. Fornecedores: A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 29.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		357.509	443.410
Compra de energia - partes relacionadas	28	8.008	3.318
Encargo de uso da rede		107.902	106.299
Encargo de uso da rede - partes relacionadas		-	-
		473.419	**553.027**
Materiais e serviços		712.379	501.994
Materiais e serviços - partes relacionadas	28	81.262	48.240
		793.641	**550.234**
Total		**1.267.060**	**1.103.261**

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de dezembro de 2024, o montante destas operações é de R$ 88.378 (R$ 79.543 em 31 de dezembro de 2023). **15. Empréstimos e financiamentos:** Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de cada captação.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante Principal	Circulante Encargos	Circulante Marcação a Mercado	Circulante Total	Não circulante Principal	Não circulante Encargos	Não circulante Marcação a Mercado	Não circulante Total	31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante Principal	Circulante Encargos	Circulante Total	Não circulante Principal	Não circulante Encargos	Não circulante Tota	31.12.2023 Total circulante + não circulante
Moeda nacional																
FINEP	45	1	-	46	185	-	-	185	231	45	1	46	229	-	229	275
BNB II	42.392	146	-	42.538	117.402	-	-	117.402	159.940	42.940	184	43.124	164.699	-	164.699	207.823
	42.437	**147**	**-**	**42.584**	**117.587**	**-**	**-**	**117.587**	**160.171**	**42.985**	**185**	**43.170**	**164.928**	**-**	**164.928**	**208.098**
Moeda nacional - partes relacionadas (nota 28)																
Enel Finance International N.V.	500.000	22.242	-	522.242	-	-	-	-	522.242	-	23.574	23.574	500.000	-	500.000	523.574
Mútuos Enel BR	1.425.694	78.799	-	1.504.493	556.658	95.376	-	652.034	2.156.527	382.926	28.045	410.971	-	-	-	410.971
	1.925.694	**101.041**	**-**	**2.026.735**	**556.658**	**95.376**	**-**	**652.034**	**2.678.769**	**382.926**	**51.619**	**434.545**	**500.000**	**-**	**500.000**	**934.545**
Moeda estrangeira																
BNP 4131 II - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.666	635	114.301	-	-	-	114.301
Sumitomo 4131 - COELCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	242.065	1.086	243.151	-	-	-	243.151
Citibank 4131 - COELCE	340.576	6.033	-	346.609	-	-	-	-	346.609	-	5.330	5.330	266.271	-	266.271	271.601
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	-	4.134	-	4.134	275.831	-	(2.551)	273.280	277.414	-	3.167	3.167	215.652	3.357	219.009	222.176
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	150.890	914	(928)	150.876	-	-	-	-	150.876	-	714	714	117.970	622	118.592	119.306
	491.466	**11.081**	**(928)**	**501.619**	**275.831**	**-**	**(2.551)**	**273.280**	**774.899**	**355.731**	**10.932**	**366.663**	**599.893**	**3.979**	**603.872**	**970.535**
Total	**2.459.597**	**112.269**	**(928)**	**2.570.938**	**950.076**	**95.376**	**(2.551)**	**1.042.901**	**3.613.839**	**781.642**	**62.736**	**844.378**	**1.264.821**	**3.979**	**1.268.800**	**2.113.178**

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos. **15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:** (a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	40.302	10/01/24	09/01/28	CDI + 0,81% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	26.196	18/01/24	17/01/28	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	94.713	22/01/24	21/01/28	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	23.175	25/01/24	24/01/28	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	151.132	14/03/24	14/03/25	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	20.151	15/03/24	15/03/25	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	141.057	20/03/24	20/03/25	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	25.189	22/03/24	22/03/25	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	20.151	28/03/24	28/03/25	CDI + 0,50% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXX	372.792	14/05/24	30/03/25	CDI + 0,85% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	110.835	20/05/24	30/03/25	CDI + 0,85% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXII	120.911	15/10/24	14/01/25	CDI + 0,71% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII	30.226	16/10/24	14/01/25	CDI + 0,71% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV	100.759	21/10/24	20/01/25	CDI + 0,71% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXV	282.113	24/10/24	22/01/25	CDI + 0,71% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI	20.152	21/11/24	20/02/25	CDI + 0,71% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII	30.228	23/12/24	24/03/25	CDI + 0,71% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/21	28/03/24	USD + 2,14% a.a.	Bullet	Semestral	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/23	30/06/24	CDI + 1,1% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/21	15/10/24	USD + 2,13% a.a.	Bullet	Semestral	Capital de giro	N/A

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNB II	340.351	29/03/18	15/04/2028	IPCA + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/20	15/01/30	TJLP + 1 % a.a.	Mensal	Mensal	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/21	02/03/25	CDI + 1,18% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/22	21/03/25	USD SOFR + 0,91% a.a.	Bullet	Anual	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/22	23/09/26	USD + 5,45% a.a.	Bullet	Anual	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/22	21/11/25	USD + 5,45% a.a.	Bullet	Anual	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/23	14/03/27	CDI + 0,94% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/23	19/04/27	CDI + 0,96% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/23	24/04/27	CDI + 0,96% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	40.225	17/11/23	16/11/27	CDI + 0,88% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XX	60.328	21/11/23	20/11/27	CDI + 0,88% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

As operações de mútuo com Enel Brasil, que tinham vencimento em dezembro de 2024 foram prorrogadas de acordo com os termos de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho de Adminstração da Companhia, e com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado.

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Moeda nacional				
CDI	2.678.769	74,13%	934.545	44,22%
IPCA	159.940	4,43%	207.823	9,83%
TJLP	231	0,01%	275	0,01%
Moeda estrangeira				
Dólar	346.608	9,59%	271.602	12,85%
Taxa fixa	428.291	11,85%	698.933	33,07%
Total	**3.613.839**	**100,00%**	**2.113.178**	**100,00%**

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos a seguir:

Empréstimo	Custo Swap
Citibank 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - VI	CDI + 1,39% a.a

15.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.12.2024 %
CDI	(a)	12,15%
TJLP	(a)	7,43%
IPCA	(a)	4,87%
USD	(a)	6,19
USD SOFR	(a)	0,04

(a) índice do último dia do exercício

15.6 Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos:

	Moeda Nacional Circulante	Moeda Nacional Não circulante	Moeda estrangeira Circulante	Moeda estrangeira Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**223.966**	**712.228**	**905.165**	**1.054.161**	**2.895.520**
Captações	483.349	-	508.182	-	991.531
Encargos provisionados	117.087	-	54.404	-	171.491
Encargos pagos	(92.218)	-	(57.758)	-	(149.976)
Variação cambial e monetária	-	9.586	(68.092)	(46.708)	(105.214)
Transferências	56.886	(56.886)	397.808	(397.808)	-
Amortização custos de transação	(311.355)	-	(1.373.046)	-	(1.684.401)
Marcação a mercado - dívida	-	-	-	(5.773)	(5.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**477.715**	**664.928**	**366.663**	**603.872**	**2.113.178**
Captações	1.425.693	184.386	-	-	1.610.079
Encargos provisionados	152.875	68.320	47.454	-	268.649
Encargos pagos	(76.435)	-	(48.745)	-	(125.180)
Variação cambial e monetária	-	6.952	150.213	60.179	217.344
Transferências	154.965	(154.965)	384.863	(384.863)	-
Pagamentos / amortizações	(65.494)	-	(397.278)	-	(462.772)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(1.551)	(5.908)	(7.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.069.319**	**769.621**	**501.619**	**273.280**	**3.613.839**

continua...

...continuação

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

15.7 Compromissos Financeiros - Cláusulas Restritivas (Covenants): Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (covenants) em alguns contratos de dívida. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
CITIBANK 4131 - COELCE	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

• LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses). **SCOTIABANK 4131 E CITIBANK 4131:** • Dívida financeira líquida considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários; • LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (Últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. **16. Debêntures: 16.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:**

	Circulante				Não circulante				31.12.2024	Circulante			Não circulante			31.12.2023
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	Total circulante + não circulante
2ª Série 5ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.195	215	103.410	-	-	-	103.410
2ª Série 6ª emissão	191.796	458	(562)	191.692	-	-	-	-	191.692	182.770	786	183.556	182.770	-	182.770	366.326
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393.728	13.855	407.583	-	-	-	407.583
1ª Série 8ª emissão	-	4.622	-	4.622	663.882	(15.322)	(15.042)	633.518	638.140	-	4.557	4.557	632.641	85.094	717.735	722.292
1ª Série 9ª emissão	-	54.961	-	54.961	950.000	-	(1.140)	948.860	1.003.821	-	62.349	62.349	950.000	-	950.000	1.012.349
1ª Série 10ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	7.771	507.771	-	-	-	507.771
1ª Série 11ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650.000	327	650.327	-	-	-	650.327
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.930)	-	(7.930)	(19.825)	-	(19.825)	(27.755)
Total	**191.796**	**60.041**	**(562)**	**251.275**	**1.613.882**	**(15.322)**	**(16.182)**	**1.582.378**	**1.833.653**	**1.821.763**	**89.860**	**1.911.623**	**1.745.586**	**85.094**	**1.830.680**	**3.742.303**

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.
As debêntures são simples e não conversíveis em ações. **16.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:** (a) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	Anual	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 10ª emissão	500.000	19/05/2023	15/05/2024	CDI + 1,65 a.a.	Anual	Semestral	500	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
1ª Série 11ª emissão	650.000	30/06/2023	28/06/2024	CDI + 1,65 a.a.	Anual	Semestral	650	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2024	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	Semestral	150	Implementação de programas de investimento

(b) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2025	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	Semestral	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	Semestral	600	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	CDI +1,48% a.a	Bullet	Semestral	950	Reperfilamento de dívidas

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
CDI	1.003.822	54,74%	2.162.356	57,78%
IPCA	829.831	45,26%	1.579.947	42,22%
Total	**1.833.653**	**100,00%**	**3.742.303**	**100,00%**

16.4 Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Debêntures	950.000	-	-	-	648.559	1.598.559
Custo a amortizar	(3.484)	(2.344)	(2.344)	(2.344)	(5.665)	(16.181)

16.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.12.2024 %
CDI	(a)	12,15%
IPCA	(a)	4,87%

(a) índice do último dia do exercício

16.6 A movimentação das debêntures é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**337.413**	**1.426.179**	**1.763.592**
Captações	1.150.000	950.000	2.100.000
Encargos provisionados	316.347	-	316.347
Encargos pagos	(253.118)	-	(253.118)
Atualização monetária	26.299	43.972	70.271
Transferências	652.782	(652.782)	-
Pagamentos / amortizações	(318.059)	-	(318.059)
Marcação a mercado dívida	-	66.464	66.464
Constituição custo de transação	(12.565)	(3.153)	(15.718)
Amortização custo de transação	12.524	-	12.524
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.911.623**	**1.830.680**	**3.742.303**
Encargos provisionados	256.083	-	256.083
Encargos pagos	(285.901)	-	(285.901)
Atualização monetária	25.493	31.241	56.734
Transferências	179.128	(179.128)	-
Pagamentos / amortizações	(1.846.161)	-	(1.846.161)
Marcação a mercado dívida	-	(100.415)	(100.415)
Amortização custo de transação	11.010	-	11.010
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**251.275**	**1.582.378**	**1.833.653**

16.7 Compromissos financeiros - Cláusulas restritivas (Covenants): De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras anuais ou informações trimestrais. No exercício findo Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
2ª Série 6ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
1ª Série 8ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
1ª Série 9ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

• Dívida financeira líquida significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras. • LAJIDA AJUSTADO significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e ajustes positivos e negativos da CVA - Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.
17. Outras Obrigações Fiscais:

	Nota	31.12.2024 Circulante	31.12.2024 Não circulante	31.12.2023 Circulante	31.12.2023 Não circulante
Obrigações fiscais federais					
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		27.037	-	29.637	-
Programa de Integração Social - PIS		5.838	-	6.397	-
PIS/COFINS/0/CS - retidos na fonte		-	-	7.297	-
INSS sobre terceiros		2.307	-	-	-
Outras obrigações federais		2.893	-	534	-
		38.075	-	43.865	-
Obrigações fiscais estaduais					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	17.1	134.533	1.324	145.913	1.349
Refis parcelamento ICMS		-	-	581	-
		134.533	1.324	146.494	1.349
Obrigações fiscais municipais					
Imposto sobre Serviços - ISS		4.436	-	3.782	-
Outras obrigações municipais		2.202	-	23	-
		6.638	-	3.805	-
Total		**179.246**	**1.324**	**194.164**	**1.349**

17.1 O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 de R$ 134.533 (R$ 145.913 em 31 de dezembro de 2023), são principalmente referentes ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica. **18. Encargos setoriais:** As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº24. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2024	31.12.2023
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.806	27.381
Programa de Eficiência Energética - PEE	54.745	44.499
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	69.736	65.865
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	2.076	1.252
Ministério de Minas e Energia - MME	1.117	1.724
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	887	875
Outros	290	-
Total	**131.657**	**141.596**

19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores: O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021. A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado. Em 15 de março de 2024, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no processo sem limitação de tempo. Em maio de 2024, foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação, e a Procuradoria apresentou apelação. Em setembro de 2024 foi dado provimento ao recurso. A Companhia opôs embargos de declaração, o qual foi improvido e, em novembro de 2024, a Companhia apresentou recurso especial e extraordinário ao STJ - Supremo Tribunal de Justiça e STF – Supremo Tribunal Federal. Em 29 de dezembro foi publicada MP - Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela PN -Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024. A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, PN MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de dezembro de 2024, o total compensado pela Companhia foi de R$ 1.514.144 (R$ 1.225.760 em 31 de dezembro de 2023). A expectativa é de que ocorra a utilização total do crédito em 2025. __Tratamento do regulador__: Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, a partir dos processos tarifários de 2022, já contemplam a devolução parcial de tais valores. Para o processo tarifário de 2024, a ANEEL não projetou valores a devolver nos próximos 12 meses, e recalculou as devoluções dos ciclos anteriores, gerando um ajuste financeiro positivo de R$ 102.136. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, o total devolvido aos consumidores foi de R$ 67.892 (R$ 454.834 em 31 de dezembro de 2023). A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.12.2024	31.12.2023
__PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar__		
Ativo circulante	127.967	396.206
Total do ativo	**127.967**	**396.206**
__PIS/COFINS - consumidores a restituir__		
Passivo circulante	245.326	350.209
Passivo não circulante	117.494	60.759
Total do passivo	**362.820**	**410.968**
__Receita financeira__		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20.146	51.529
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(20.146)	(51.529)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Nota	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**783.680**	**808.397**
Atualização		51.529	50.498
Compensação		(491.891)	-
Devolução aos consumidores		-	(454.834)
Reclassificações		52.888	6.907
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**396.206**	**410.968**
Atualização	27.1	20.146	19.744
Compensação		(291.338)	-
Devolução aos consumidores		-	(67.892)
Outros - ajuste de créditos	19.1	2.953	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**127.967**	**362.820**

19.1 O valor de R$ 2.953 refere-se a crédito ocorrido em 31 de janeiro de 2024, oriundo de retificação a maior, referentes a pedidos de compensação realizadas a maior em 04 de novembro de 2021, 05 de julho de 2022 e 05 de outubro de 2022. **20. Obrigações com benefícios pós-emprego:** A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano. A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características: **i. Plano de Contribuição Definida (CD):** A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". **ii. Plano de Benefício Definido (BD):** Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade. **Os benefícios do plano compreendem:** Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual. **iii. Plano de assistência médica:** O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998; • Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano; • Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. __Uso de estimativas__: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós- emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: __Taxa de desconto__: A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós- emprego. __Tábua de mortalidade__: A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base. A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Companhia testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. __Aumento salarial, benefícios e inflação__: Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo. __Taxa esperada de retorno de ativos__: A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo. **__Informações relevantes dos benefícios pós-emprego__: a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:**

	31.12.2024	31.12.2023
__**Previdência privada**__		
Valor presente das obrigações atuariais	1.064.931	1.293.285
Valor justo dos ativos do plano	(1.360.397)	(1.369.362)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	405.233	187.099
Total	**109.767**	**111.022**
Circulante	-	876
Não circulante	109.767	110.146

b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano: Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos atos das disposições constitucionais transitórias. A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS, benefício definido e contribuição variável), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue representada a seguir:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	66.799	23.591	90.390
Custo do serviço corrente	28	(120)	203	1.043	1.154
Custo dos juros líquidos	(10)	(10)	6.594	1.957	8.531
Contribuições reais do empregador	(39)	(160)	(6.786)	(2.999)	(9.984)
Ganho (perda) atuarial	21	290	23.270	(2.650)	20.931
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	90.080	20.942	111.022
Custo do serviço corrente	88	(121)	184	1.095	1.246
Custo dos juros líquidos	(8)	(10)	8.719	1.738	10.440
Contribuições reais do empregador	(17)	-	(7.315)	(814)	(8.146)
Ganho (perda) atuarial	(63)	131	(1.500)	(3.362)	(4.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	90.168	19.599	109.767

Atualmente os planos BD e CD apresentam um superávit atuarial total de R$ 405.233 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 187.099 em 31 de dezembro de 2023). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R$ 109.767 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 111.022 em 31 de dezembro de 2023) atestado por avaliação independente. **c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.293.285	1.196.708
Custo dos serviços correntes	1.246	1.152
Custos dos juros	124.330	118.135
Constribuição de participantes do plano	-	410
Benefícios pagos pelo plano	(121.306)	(114.157)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(232.624)	91.037
Valor presente das obrigação atuarial ao final do exercício	**1.064.931**	**1.293.285**

d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2024	31.12.2023
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.369.362	1.340.151
Retorno esperado dos ativos do plano	132.773	133.947
Contribuições recebidas de participantes do plano	-	410
Contribuições recebidas do empregador	8.146	9.984
Benefícios pagos pelo plano	(121.306)	(114.157)
Perdas atuariais sobre os ativos do plano	(28.578)	(973)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	**1.360.397**	**1.369.362**

e) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	31.12.2024	31.12.2023
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início exercício	187.099	233.833
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	18.883	24.342
Outras variações no teto de ativo não reconhecido no exercício	199.251	(71.076)
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final exercício	**405.233**	**187.099**

f) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	111.022	90.390
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.246	1.152
Juros líquidos conforme laudo atuarial	10.440	8.532
Pagamento de contribuições	(8.146)	(9.984)
Ajustes de avaliação atuarial	(4.795)	20.932
Saldo final	**109.767**	**111.022**

g) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	2024	2023
Custo do serviço corrente bruto	1.246	1.152
Custo do serviço corrente líquido	**1.246**	**1.152**
Juros sobre a obrigação atuarial	124.330	118.135
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	18.883	24.342
Rendimento esperado dos ativos no ano	(132.773)	(133.947)
Juros líquidos sobre o passivo	**10.440**	**8.530**
Total reconhecido no resultado	**11.686**	**9.682**

h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2024	31.12.2023
Ganho (perda) atuarial gerado(a) pelo rendimento efeito dos ativos	232.624	(91.037)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(199.251)	71.077
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(28.578)	(973)
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	**4.795**	**(20.933)**

i) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2024	%	31.12.2023	%
Renda fixa	1.177.175	86,53%	1.184.932	86,53%
Renda variável	74.713	5,49%	75.206	5,49%
Investimentos imobiliários	95.133	6,99%	95.760	6,99%
Outros	13.376	0,98%	13.464	0,98%
Total do valor justo dos ativos do plano	**1.360.397**	**100,00%**	**1.369.362**	**100,00%**

j) Premissas atuariais utilizadas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Especificação	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria
Taxa de desconto	12,17%	12,84%	12,98%	12,54%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,17%	12,84%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	N/A	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A
Taxa de tendência de custos em saúde - projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	7,63%	N/A
Crescimento dos custos médicos devido a idade - projeção de custos	N/A	N/A	3,00%	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade - projeção das contribuições	N/A	N/A	1,50%	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	100,00%	N/A
Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	0,00%	N/A

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Especificação	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria
Taxa de desconto	10,09%	9,99%	10,09%	9,93%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,09%	9,99%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	N/A	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina
Taxa de tendência de custos em saúde - projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	7,63%	N/A
Crescimento dos custos médicos devido a idade - projeção de custos	N/A	N/A	3,00%	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade - projeção das contribuições	N/A	N/A	1,00%	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	100,00%	N/A
Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	0,00%	N/A

k) Estimativa da despesa para o exercício de 2025:

	2025
Custo dos serviços correntes	898
Custos dos juros das obrigações com benefício pós-emprego	129.478
Rendimento esperado dos ativos do plano	(116.256)
Total	**14.120**

l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais: Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	Plano BD		Plano CD		Plano Médico		Plano FGTS	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024	953.281		1.884		90.170		19.596	
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(4.406)	4.448	(9)	9	5.256	6.140	(90)	91
Total da obrigação do benefício definido	**948.875**	**957.729**	**1.875**	**1.893**	**95.426**	**96.310**	**19.506**	**19.687**

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo, visto que os referidos aumentos seriam absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo). **21. Provisão para processos judiciais e outros riscos:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos. Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. __Decisão STF – Coisa julgada__: Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações intermediárias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária. __Uso de estimativas__: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Apoiada na opinião de seus consultores legais, a Administração da Companhia decidiu que fossem provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **21.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável:** As provisões para processos judiciais e outros riscos, e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024	Depósitos vinculados 31.12.2024	Depósitos vinculados 31.12.2023
Trabalhistas	45.095	22.752	(8.640)	5.866	(9.374)	55.699	11.368	19.926
Cíveis	168.732	95.673	(43.540)	31.093	(54.422)	197.536	10.377	28.138
Fiscais	-	921	-	-	(907)	14	-	3.156
Regulatório	35.038	14.984	(3.746)	1.955	(12.359)	35.872	-	-
Outras provisões	1.116	-	-	-	-	1.116	-	-
Total	**249.981**	**134.330**	**(55.926)**	**38.914**	**(77.062)**	**290.237**	**21.745**	**51.220**
Circulante	1.116					-		
Não circulante	248.865					290.237		

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023	Depósitos vinculados 31.12.2023	Depósitos vinculados 31.12.2022
Trabalhistas	47.144	11.691	(9.394)	3.456	(7.802)	45.095	19.926	19.010
Cíveis	149.139	74.262	(41.160)	36.367	(49.876)	168.732	28.138	24.850
Fiscais	233	13	-	-	(246)	-	3.156	4.151
Regulatório	33.542	17.511	-	2.527	(18.542)	35.038	-	-
Outras provisões/riscos	2.152	-	-	-	(1.036)	1.116	-	-
Total	**232.210**	**103.477**	**(50.554)**	**42.350**	**(77.502)**	**249.981**	**51.220**	**48.011**
Circulante	-					1.116		
Não circulante	232.210					248.865		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia. **21.1.1 Processos trabalhistas:** No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. **21.1.2 Processos cíveis:** No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora. **21.1.3 Processos Regulatórios: Processos regulatórios em fase judicial:** (a) Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R$ 6.435 e juros de R$ 547.0 montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2024 corresponde a R$ 6.072, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R$ 5.518 está classificado como possível (R$ 5.642 em 31 de dezembro de 2023). (b) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial, sendo o valor atual da multa R$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2024 corresponde a R$ 2.935 (R$ 2.785 em 31 de dezembro de 2023). (c) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2024 corresponde a R$ 25.721, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R$ 1.169 está classificado como possível (R$ 24.448 em 31 de dezembro de 2023). **Processos regulatórios em fase administrativa:** (d) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a "Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização" que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que "a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento". Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu pareceu que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R$ 2.905, resultando na reversão de R$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R$711. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R$712. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 1.144. Até dezembro de 2024, a Companhia pagou R$ 1.121 referentes às parcelas 14 a 22 do Auto de Infração, sendo R$ 797 e R$ 324 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R$ 103 sobre o saldo do valor principal. **21.1.4 Outras provisões:** A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. **21.2 Contingência com risco possível:** A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	21.1.1	166.051	154.318
Cíveis	21.2.2	2.914.457	3.481.095
Fiscais	21.2.3	1.510.698	1.302.731
Juizados especiais		21.879	17.698
Regulatórias	21.2.4	64.922	6.240
Total		**4.678.007**	**4.962.082**

21.2.1 Processos trabalhistas: No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 22 ações previdenciárias que totalizam R$ 35.754 em 31 de dezembro de 2024 (25 ações - R$ 28.589 em 31 de dezembro de 2023). **21.2.2 Processos cíveis:** No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora. (a) Reajuste tarifário 2022: Foram ajuizadas 06 ações judiciais relacionadas ao reajuste tarifário 2022 (OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa), alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia e, em uma delas, se discuste adicionalmente a qualidade da prestação do serviço desde 2016. A Companhia defende que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, são legítimos, defendo a qualidade na prestação do serviço. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em setembro de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Em janeiro de 2024 as ações movidas por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire e Adriano Alves Pessoa tiveram desfecho favorável à companhia, sendo extintas sem análise de mérito. Após interposição de recurso de apelação pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará, em 8 de outubro de 2024, foi dado provimento ao recurso da Ordem dos Advogados so Brasil e o processo foi remetido à 1ª instância para novo julgamento. Em 05 de novembro de 2024 a ação do Senador Eduardo Girão teve desfecho favorável à companhia, sendo extinta sem análise de mérito. Na ação proposta pelo Ministério Público Estadual e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – MPCE/DECON (0812526-31.2023.4.05.8100), em 19 de dezembro de 2024, foi proferida sentença que deu provimento parcial ao pedido do MPCE/DECON condenando a Companhia ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R$ 5.911, em razão da suposta má qualidade na prestação dos serviços. Atualmente encontram-se duas ações em curso a da OAB/CE e a do Ministério Público Estadual e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – MPCE/DECON. Caso sobrevenha decisão final desfavorável na ação da OAB/CE, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida, não sendo passível de quantificação no momento. (b) IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Em novembro de 2023 foi proferida sentença acatando parcialmente os pedidos iniciais para que seja impedida a inserção de perdas não-técnicas na tarifa, porém somente a partir do trânsito em julgado da decisão. Em janeiro de 2024 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, nos termos em que disposta (sem determinação de devolução de valores), o montante correspondente às perdas não-técnicas deverá ser excluído da tarifa nas futuras revisões tarifárias posteriores ao trânsito em julgado. Considerando o atual estágio do processo e o conteúdo da decisão, não é passível de se quantificar, no momento, os montantes relacionados ao caso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 esse processo estava avaliado no montante atualizado de R$ 1.223.540, e diante do exposto, devido a movimentação processual o montante passou a ser inestimável, justificando parte da redução do saldo do total de causa cíveis. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação. (a) ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex- fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 223.211 (R$ 194.256 em 31 de dezembro de 2023). (c) MPCE/DECON – Apuração das denúncias sobre falta de energia em vários Municípios durante o Reveillon: O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE apurou denúncias sobre falta de energia em vários Municípios no Estado do Ceará, durantes as festividades do ano novo em destinos turísticos do Estado. Após esclarecimentos da Companhia, em 25 de abril de 2024, houve decisão administrativa em 1º grau com aplicação de multa no valor de 1.728.000 UFIRCE (aproximadamente R$ 9.935). A Companhia apresentou recurso administrativo em 02 de maio de 2024, em que se aguarda decisão do órgão colegiado. (d) MPCE/DECON – Apuração de violação à Resolução Normativa nº 1.000/2021 da ANEEL, além de diversos artigos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), bem como do contrato de concessão: O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE, afirmou sobre a insatisfação dos consumidores da Concessionária por meio da má posição da empresa no ranking de reclamações fundamentadas do DECON, baixo desempenho na plataforma 'consumidor.gov.br' e várias ocorrências registradas com aplicação de diversas penalidades pela ARCE e ANEEL. Após esclarecimentos da Companhia, houve decisão administrativa em 1º e 2º grau, determinando o pagamento de 3.000.000 UFIRCE (aproximadamente R$ 17.248). Finalizado o processo administrativo, em 20 de junho de 2024 fora protocolada ação anulatória com deferimento de liminar para suspensão da multa até que o mérito seja discutido. **21.2.3 Processos fiscais: 21.2.3.1 Temas estaduais:** No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (ii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iii) cancelamento de faturas; (iv) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (v) valor do imposto em determinadas operações; (vi) energia adquirida para consumo próprio; (vii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (viii) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos, incluídos os novos, totalizam R$ 1.250.392 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.050.665 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia obteve êxito definitivo em um auto relacionado ao item (i) acima, com o cancelamento do débito no montante de R$ 11.900. **21.2.3.2 Temas municipais:** No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R$ 56.376 e R$ 5.842 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 62.131 e R$ 5.508 em 31 de dezembro de 2023). Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 114.076 (R$ 105.908 em 31 de dezembro de 2023). **21.2.3.3 Temas federais:** No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R$ 57.006 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 55.199 em 31 de dezembro de 2023). **21.2.4 Processos regulatórios:** __(a) AI 002/2024-ARCE-SFT__: A Companhia recebeu em 06 de agosto de 2024 o Auto de Infração AI 002/2024- ARCE-SFT, referente ao processo fiscalizatório sobre o Tema Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica (Item IV da Fiscalização Técnica e Comercial), em detrimento da Não Conformidade NC.1 - por não prestar serviço adequado, no que concerne ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores da área de concessão afetados por interrupções no fornecimento de energia elétrica, a Distribuidora não observou o disposto na Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 01/98-ANEEL e no art.4º da Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021. A ARCE decidiu pela aplicação da penalidade de multa no valor total de R$ 28.550. Em 16 de Agosto de 2024 a Companhia interpôs recurso administrativo contra o Auto de Infração nº 0002/2024-ARCE/SFT. A avaliação de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível. __(b) AI 0003/2024-ARCE-SFT__: A Companhia recebeu em 12 de novembro de 2024 o Auto de Infração 0003/2024-ARCE-SFT referente ao processo fiscalizatório realizado no período de 11 a 31 de janeiro de 2023, que teve como objetivo avaliar os procedimentos da Companhia quanto ao atendimento às obras de responsabilidade da distribuidora ou cujo custeio seja de responsabilidade do interessado em toda sua área de concessão e excluídas aquelas decorrentes de pedido de fornecimento inicial. Em 17 de junho de 2024, por meio do Ofício OF/CEE/42/2024, a Companhia foi cientificada do Termo de Notificação nº 3/2024-ARCE-SFT relativo ao Relatório de Fiscalização nº RF/CEE/7/2024, no qual foi registrada 4 (quatro) constatações, 4 (quatro) não conformidade e 2 (duas) determinações. Nos termos dos artigos 21 e 22 da REN nº 846, de 2019, a ARCE decidiu pela aplicação da penalidade de multa no valor total de R$ 10.289. __(c) AI 0004/2024-ARCE-SFT__: A Companhia recebeu em 12 de dezembro de 2024 o Auto de Infração 0004/2024-ARCE-SFT referente a fiscalização realizada no período 08 de abril a 05 de julho de 2024, e teve como objetivo avaliar a prestação de serviço adequado quanto ao cumprimento dos prazos para atendimento a pedidos de conexão de micro e minigeração de geração distribuída (MMGD), no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023, e a observância dos aspectos regulatórios, levando em consideração o disposto nos Procedimentos de Distribuição. Em 11 de julho de 2024, por meio do Ofício OF/CEE/50/2024, a Companhia foi cientificada do Termo de Notificação nº 004/2024-ARCE-SFT relativo ao Relatório de Fiscalização nº RF/CEE/10/2024, no qual foi registrada 1 (uma) constatação, dividida em 4 etapas, e 1 (uma) não conformidade. Nos termos dos artigos 21 e 22 da REN nº 846, de 2019, a ARCE decidiu pela aplicação da penalidade de multa no valor total de R$ 19.395. __(d) AI 0032/2018–ARCE-SFE__: A Companhia recebeu auto de infração no montante de R$ 5.519, referente ao tema de geração distribuída, o qual teve decisão administrativa final desfavorável à Companhia. Em Outubro de 2020 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar contra a penalidade aplicada, tendo sido proferida decisão deferindo a liminar em novembro de 2020. __(e) AI AI-0097/2012-C-SFF__: A Companhia recebeu auto de infração no montante de R$ 1.169, referente ao tema de Base de Remuneração, o mesmo teve decisão administrativa final desfavorável à Companhia. Em outubro de 2016 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar contra a penalidade aplicada, tendo sido proferida decisão deferindo a liminar em outubro de 2016. Em julho de 2019 foi proferida sentença desfavorável a Companhia contra a qual foi apresentado recurso de apelação. Em outubro de 2019, foi deferido pedido da Companhia de efeito suspensivo e aguarda- se decisão ao recurso de apelação. **22. Patrimônio líquido: 22.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R$ 1.388.347 (R$ 1.282.347 em 31 de dezembro de 2023). Em 25 de abril de 2024, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R$ 106.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal. A composição acionária é como segue:
Composição acionária em 31 de dezembro de 2024

	Ações ordinárias (em unidade) Total ações ordinárias		Ações preferenciais (em unidades) Classe A		Classe B		Total ações preferenciais		Total (em unidades) Ordinárias e preferenciais	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Minoritários	976.149	2,03%	13.694.368	48,47%	1.016	0,07%	13.695.384	45,98%	14.671.533	18,84%
Total	**48.067.937**	**100,00%**	**28.252.682**	**100,00%**	**1.534.662**	**100,00%**	**29.787.344**	**100,00%**	**77.855.281**	**100,00%**

Composição acionária em 31 de dezembro de 2023:

	Ações ordinárias (em unidade) Total ações ordinárias		Ações preferenciais (em unidades) Classe A		Classe B		Total ações preferenciais		Total (em unidades) Ordinárias e preferenciais	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Outros	976.149	2,03%	13.694.386	48,47%	1.016	0,07%	13.695.402	45,98%	14.671.551	18,84%
Total	**48.067.937**	**100,00%**	**28.252.700**	**100,00%**	**1.534.662**	**100,00%**	**29.787.362**	**100,00%**	**77.855.299**	**100,00%**

22.2 Dividendos mínimos obrigatórios (por classe de ação): Da parcela do dividendo mínimo obrigatório, primeiro serão destinados de forma igualitária os montantes necessários para o preenchimento do dividendo prioritário atribuído às ações preferenciais de Classes A e B, uma vez que o estatuto social da companhia assegura a prioridade no recebimento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% para as ações preferenciais de Classe A e 10% para as ações preferenciais de Classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe. As ações ordinárias não têm prioridade no recebimento dos dividendos, dessa forma, o dividendo mínimo das ações ordinárias sao determinados após a destinação do valor do dividendo das ações preferencias A e B. Os dividendos mínimos obrigatorios, considerando a remuneração mínima obrigatória correspondente às ações preferenciais A e B, é como segue:

	Dividendos prioritários sobre o Capital Social 31.12.2024	Dividendos prioritários sobre o Capital Social 31.12.2023	Dividendos Mínimos Obrigatórios 31.12.2024	Dividendos Mínimos Obrigatórios 31.12.2023
Ações Ordinárias	-	-	72.923	44.648
Ações Preferenciais A	30.229	27.921	30.229	27.921
Ações Preferenciais B	2.737	2.528	2.737	2.528
Saldo Final	**32.966**	**30.449**	**105.889**	**75.097**

__Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC__: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2024 foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), pela acionista Enel Brasil S.A. O AFAC foi recebido integralmente em 20 e 26 de junho de 2024, sendo R$ 170.000 e R$ 410.580 respectivamente. O instrumento particular de AFAC, foi firmado entre a Companhia e a Controladora Enel Brasil S.A, de maneira irrevogável e irretratável, e a capitalização do montante total de R$ 580.580 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de novembro de 2024. Em fato relevante de 16 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou que em razão de decisão de tutela cautelar antecipada concedida nos autos do processo nº 0200893-88.2025.8.06.0001, pelo juízo da 3ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, ficam suspensos os efeitos do aumento de capital da Companhia no valor de R$580.580 deliberado em 28 de novembro de 2024 pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, objeto do Aviso aos Acionistas datado de 9 de dezembro de 2024, até ulterior deliberação do juízo. Referida tutela foi solicitada por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. A Companhia está tomando as medidas necessárias visando à reversão da medida judicial descrita acima e manterá os seus acionistas, investidores e o mercado em geral atualizado sobre o andamento da questão. **22.3 Capital autorizado:** Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76. **22.4 Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos períodos apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social. **22.5 Reserva de capital de giro:** É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, § d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **22.6 Reserva de incentivo fiscal:** O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014. Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. **22.7 Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais

continua...

...continuação

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2024	31.12.2023
Outros resultados abrangentes - benefício pós emprego	4.795	(20.933)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.630)	7.117
Ganhos/perdas atuariais, líquidos	**3.165**	**(13.816)**
Outros resultados abrangentes - derivativos	(1.177)	(9.515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	400	3.235
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	**(777)**	**(6.280)**
Realização para lucros acumulados	(3.165)	13.816
Total	**(777)**	**(6.280)**

22.8 Destinação de Resultados: O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	464.914	315.476
(-) Incentivo fiscal	(32.572)	(15.212)
(-) Reserva legal	(8.989)	-
(+) Dividendos prescritos	202	125
Lucro líquido do exercício ajustado	**423.555**	**300.389**
Dividendo mínimo obrigatório	(105.889)	(75.097)
Outros resultados abrangentes (benefício pós-emprego)	3.165	(13.816)
Reserva para reforço de capital de giro	(320.831)	(211.476)
Total	-	-

(a) O montante de R$ 320.831 destinado como reserva para reforço de capital de giro ultrapassaria o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Desse modo, será proposto para aprovação em AGO a capitalização parcial desse valor no montante de R$ 164.553. O montante remanescente de R$ 156.277 permaneceria na reserva para reforço de capital de giro.
Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE realizada em 30 de abril de 2024 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando que a Companhia registrou lucro passível de distribuição no montante de R$ 301.785, tendo sido destinado R$ 75.097 para pagamento de dividendos e o montante restante, abatido pelo valor de R$ 13.816 correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), R$ 211.476 destinado a reserva de reforço de capital de giro. Desse valor destinado a reserva de reforço de capital de giro, R$ 106.000 já foram capitalizados. **22.9 Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, no montante de R$ 147.565. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	**93.296**	**191.983**
Efeito não caixa		
Dividendos prescritos	(202)	(125)
Dividendo mínimo obrigatório	105.889	75.097
Efeito caixa		
Dividendos pagos	(20.860)	(173.659)
Saldo final	**178.123**	**93.296**

23. Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**464.914**	**315.476**
Numerador (em R$ mil)		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	287.038	194.775
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	168.717	114.486
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	9.159	6.215
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.682	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
Percentual por ação		
Ação ordinária	61,74%	61,74%
Ação preferencial - Classe A	36,29%	36,29%
Ação preferencial - Classe B	1,97%	1,97%
Resultado básico e diluído por ação (em R$)		
Ação ordinária	3,6868	2,5018
Ação preferencial - Classe A	2,1671	1,4705
Ação preferencial - Classe B	0,1176	0,0798

24. Receita líquida: A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

		2024			2023		
	Nota	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica	24.1						
Classe de consumidores							
Residencial		3.716.061	5.854.235	3.501.862	3.683.803	5.401.993	3.049.439
Industrial		5.756	355.188	832.500	6.387	433.353	849.346
Comercial		182.690	1.366.913	1.631.277	188.311	1.434.288	1.667.371
Rural		391.769	1.075.125	754.170	474.190	1.187.705	951.329
Poder público		36.610	775.229	704.922	35.105	742.858	675.397
Iluminação pública		12.206	618.194	182.593	12.091	623.168	240.638
Serviço público		5.183	251.833	253.526	5.084	258.575	251.815
Suprimento e revenda		2	14.588	940	2	13.542	995
Transferência para atividades de distribuição		-	-	(4.216.275)	-	-	(4.003.415)
Total faturado		**4.350.277**	**10.311.305**	**3.645.515**	**4.404.973**	**10.095.482**	**3.682.915**
Outras receitas originadas de contratos com clientes							
Fornecimento não faturado	24.3	-	-	558.507	-	-	531.563
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	24.3	-	-	4.216.275	-	-	4.003.415
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	24.2	1.634	3.351.100	604.179	934	2.925.601	516.608
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres		-	-	(52.831)	-	-	(42.320)
Total de receitas originadas de contratos com clientes		**4.351.911**	**13.662.405**	**8.971.645**	**4.405.907**	**13.021.083**	**8.692.181**
Outras receitas	24.5						
Subvenção de recursos da CDE	24.6	-	-	404.495	-	-	229.851
Subvenção baixa renda		-	-	506.159	-	-	441.737
Ativo e passivo financeiro setorial		-	-	(85.454)	-	-	568.607
Atualização do ativo financeiro da concessão		-	-	306.046	-	-	401.356
Receita de construção	24.4	-	-	1.497.096	-	-	1.266.762
Outras receitas		-	-	214.176	-	-	192.216
Total de outras receitas		-	-	**2.842.518**	-	-	**3.100.529**
Receita operacional bruta		**4.351.911**	**13.662.405**	**11.814.163**	**4.405.907**	**13.021.083**	**11.792.710**
Deduções da receita							
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		-	-	(65.640)	-	-	(68.570)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	-	(673.958)	-	-	(697.463)
Encargos do consumidor - CCRBT		-	-	(131.021)	-	-	951
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		-	-	(10.610)	-	-	(10.562)
ICMS		-	-	(1.703.556)	-	-	(1.584.340)
COFINS		-	-	(641.667)	-	-	(659.888)
PIS		-	-	(139.309)	-	-	(143.265)
ISS		-	-	(6.273)	-	-	(6.279)
Total deduções da receita		-	-	**(3.372.034)**	-	-	**(3.169.416)**
Total		**4.351.911**	**13.662.405**	**8.442.129**	**4.405.907**	**13.021.083**	**8.623.294**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.
24.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica: Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 25.3. **24.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD):** A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição. A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. Uso de estimativas: **24.3 Receita não faturada:** O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses. **24.4 Receita de construção:** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **24.5 Outras receitas:** A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL. **24.6 Subvenção de recursos da CDE:** Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Créditos a receber – subvenção e Outros" - vide nota explicativa nº 7. **24.7 Ativo e passivo financeiro setorial:** Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. **24.8 Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - para as classes comercial, industrial, residencial, poder público, serviço público e rural a alíquota é única de 20%, para a classe residencial com consumo até 50kw, residencial da sub classe baixa renda com consumo de 51kw a 140kw, para a classe rural que se enquadra nas condições previstas no Decreto 32.847/18, para a classe de poder público da administração direta do Estado, suas autarquias e fundações, possuem isenção do ICMS. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **25. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

2024	Nota	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(167.137)	-	(40.281)	-	-	(207.418)
Material		(35.197)	-	(2.462)	-	-	(37.659)
Serviço de terceiros		(584.651)	(17.682)	(68.631)	-	-	(670.964)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	28	(247)	-	(422)	-	-	(669)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.955.203)	-	-	-	-	(2.955.203)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	28	(82.475)	-	-	-	-	(82.475)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(829.646)	-	-	-	-	(829.646)
Aluguéis e arrendamentos		(17.992)	-	-	-	-	(17.992)
Seguros		(1.156)	-	(108)	-	-	(1.264)
Depreciação e amortização		(590.825)	-	(21.784)	-	-	(612.609)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(77.205)	-	(77.205)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	117.774)	-	(117.774)
Custo de construção		(1.497.096)	-	-	-	-	(1.497.096)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(70.780)	-	-	(70.780)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	-	73.199	73.199
Taxas e contribuições		(1.705)	-	-	-	-	(1.705)
Outras despesas operacionais		(73.864)	-	(23.238)	-	(4.429)	(101.531)
Total		**(6.837.194)**	**(17.682)**	**(227.706)**	**(194.979)**	**68.770**	**(7.208.791)**

2023	Nota	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(149.065)	-	(54.850)	-	-	(203.915)
Material		(42.988)	-	(1.100)	-	-	(44.088)
Serviço de terceiros		(696.067)	(25.101)	(33.674)	-	-	(754.842)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	28	-	-	(177)	-	-	(177)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.403.768)	-	-	-	-	(3.403.768)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	28	(28.798)	-	-	-	-	(28.798)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(804.637)	-	-	-	-	(804.637)
Depreciação e amortização		(493.201)	-	(16.785)	-	-	(509.986)
Custo na desativação de bens		(52.674)	-	-	-	-	(52.674)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(404.608)	-	(404.608)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	206.817	-	206.817
Custo de construção		(1.266.762)	-	-	-	-	(1.266.762)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(47.521)	-	-	(47.521)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	-	64.797	64.797
Taxas e contribuições		(1.259)	-	-	-	-	(1.259)
Outras despesas operacionais		(81.669)	-	(43.060)	-	(301)	(125.030)
Total		**(7.020.888)**	**(25.101)**	**(197.167)**	**(197.791)**	**64.496**	**(7.376.451)**

25.1 Custo do serviço de energia elétrica: 25.1.1 Energia elétrica comprada para revenda:

	Nota	2024	2023
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(146.423)	(162.653)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR´s		(2.193.741)	(2.852.762)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR´s - partes relacionadas	28	(70.175)	(16.942)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(341.111)	(363.268)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas		(12.300)	(11.856)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(144.452)	(139.869)
Risco hidrológico		(140.073)	(30.254)
Exposição involuntária		(11.743)	(26.361)
Geração distribuida	25.1.2.1	(109.749)	-
Outros		(2.346)	(2.271)
(-) Crédito de PIS e COFINS		257.168	310.007
		(2.914.945)	**(3.296.229)**
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(122.733)	(136.337)
Total		**(3.037.678)**	**(3.432.566)**

25.1.1.1 A geração distribuída permite o consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela geração distribuída não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R$ 109.749. **25.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão**

	Nota	2024	2023
Uso da rede elétrica		(601.267)	(568.240)
Uso da rede elétrica - partes relacionadas	28	-	(1.103)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER		(287.304)	(275.836)
Encargos de conexão		(54.469)	(47.147)
(-) Crédito de PIS e COFINS		113.394	87.689
Total		**(829.646)**	**(804.637)**

26. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	19.151	40.516
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	58.088	64.402
Dívida - marcação a mercado	107.874	5.773
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	-	57.739
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	2.923	2.121
Juros fundo de pensão	18	20
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	40.266	37.391
Atualização monetária dos depósitos judiciais	2.514	1.661
Outras receitas financeiras	16.996	5.731
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7.201)	(7.885)
	240.629	**207.469**
Despesas financeiras		
Dívida - marcação a mercado	-	(66.465)
Custo de transação	(11.010)	(12.524)
Encargos de dívidas	(275.601)	(181.077)
Variação monetária - debêntures	(56.734)	(70.271)
Variação monetária de processos judiciais e outros	(38.914)	(42.350)
Encargos fundo de pensão	(10.458)	(8.552)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(93.283)	(1.670)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	(58.691)	(146.817)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	20	61
Cartas de fiança e seguros em garantia	(6.906)	(4.705)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(24.308)	(9.609)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(6.982)	(3.539)
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	(63.572)	(67.198)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(8.242)	(5.589)
Juros debêntures	(256.083)	(316.347)
Atualizações de impostos	(6.776)	(13.164)
Outras despesas financeiras	(58.536)	(49.292)
	(976.076)	**(999.108)**
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais de dívidas	(210.393)	114.799
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	210.368	(114.393)
Outras variações cambiais	(2.288)	854
	(2.313)	**1.260**
Total	**(737.760)**	**(790.379)**

27. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

		2024		2023	
	Nota	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:					
Na rubrica de tributos					
Correntes		(47.461)	29.881	(22.624)	(8.161)
Diferidos		(38.214)	(7.442)	(92.226)	(33.189)
Incentivo fiscal		32.572	-	15.212	-
Total		**(53.103)**	**22.439**	**(99.638)**	**(41.350)**
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:					
Resultado antes dos tributos		495.578	495.578	456.464	456.464
Adições:					
Gratificação a administradores		1.516	1.516	(2)	(2)
Perdão de dívida		24.218	24.218	486	486
Outras despesas indedutíveis		(34)	(34)	65	65
Doações		2.886	2.886	2.093	2.093
Multas indedutíveis		27.938	27.938	319	319
Total das adições		**56.524**	**56.524**	**2.961**	**2.961**
Base de cálculo		**552.102**	**552.102**	**459.425**	**459.425**
Alíquota nominal dos tributos		15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R$ 20/mês		10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais		**(138.002)**	**(49.689)**	**(114.850)**	**(41.350)**
Incentivo Lei Rouanet		2.233	-	-	-
SUDENE		32.572	-	15.212	-
Créditos fiscais de anos anteriores	27.1	50.094	72.128	-	-
Total		**(53.103)**	**22.439**	**(99.638)**	**(41.350)**
Alíquota efetiva		**10,72%**	**4,53%**	**21,83%**	**9,06%**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão, considerando a sua renovação, vide nota 1.3. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal. **(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:**

		Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	Nota	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023	2024	2023
Tributos diferidos ativos:							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		156.847	69.145	87.702	(145.272)	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)		1.442	1.442	-	744	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	27.1	114.930	155.507	(40.577)	155.507	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos		98.301	84.614	13.687	6.394	-	-
Provisão perda de bens		1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		66.069	67.699	-	7.117	(1.631)	7.117
Instrumentos financeiros derivativos		-	9.212	(9.212)	(39.651)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL		400	3.234	-	-	(2.834)	(3.909)
Provisão de compartilhamento		48.889	34.405	14.484	34.405	-	-
Outras provisões		39.151	32.682	6.469	(9.197)	-	-
		527.834	**459.745**	**72.553**	**10.047**	**(4.465)**	**3.208**
Tributos diferidos passivos:							
Correção Monetária Especial - CME e Complementar (CMC)		(1.324)	(1.354)	30	38	-	-
Ativo contratual da concessão		(613.608)	(503.336)	(110.272)	(142.103)	-	-
Desreconhecimento do passivo regulatório		13.950	7.733	6.217	5.641	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	962	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL		-	-	-	-	-	43
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado		(10.560)	-	(10.560)	-	-	-
Realização do benefício fiscal da incorporação		-	-	(3.624)	-	-	-
		(611.542)	**(496.957)**	**(118.209)**	**(135.462)**	-	**43**
Total		**(83.708)**	**(37.212)**	**(45.656)**	**(125.415)**	**(4.465)**	**3.251**

27.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R$ 108.010, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R$ 14.224 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº 19, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). A Companhia em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial em trâmite acerca do tema. Após trânsito em julgado da ação judicial, a companhia irá adotar os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. Dessa forma, no saldo líquido de R$ 40.577 de Prejuízo fiscal e base negativa, está contemplado o reconhecimento de R$ 14.224 de tributo diferido ativo, referente a reapuração dos anos de 2019 a 2024, mencionado anteriormente no item ii. A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2024, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores. **(b.2) Estimativa de Realização:** Uso de estimativas: Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima lucros tributáveis futuros suficientes para que todas as diferenças temporárias, créditos e prejuízos tributários reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 possam ser utilizados. A compensação integral do saldo do imposto diferido ativo sobre a totalidade dos prejuízos fiscais nos próximos exercícios é estimada da seguinte forma:

2026	2027	2028
39.701	72.116	3.113

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia. O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos ativos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. As premissas utilizadas para o estudo tecnico estão detalhadas na nota explicativa 12.3. **(c) Incentivo fiscal:** A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia (vide nota 33 Eventos Subsequentes). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu benefício fiscal de R$ 32.572 (R$ 15.212 reconhecido em 31 de dezembro de 2023). O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77. **28. Transações com partes relacionadas:** Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16. Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.
28.1 Controladora (Enel Brasil)

		31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Natureza da operação	Vigência	Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2022 a dezembro de 2024	(177.948)	(17.754)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(29.803)	(23.023)	(30.626)	(19.341)
Mútuo	Vide Nota 15	(2.156.527)	(415.209)	(147.681)	(30.963)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2020 a março de 2025	(143.794)	(100.830)	(42.603)	(42.576)
Prestação de despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Dezembro de 2025	(110.943)	(64.357)	(9.239)	(15.068)
Comissão de fiança	Abril de 2028	(458)	(484)	(1.035)	(999)
Total		**(2.619.473)**	**(621.657)**	**(231.184)**	**(108.947)**

28.2 Empresas de controle comum

		31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Benefício pós-emprego					
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(109.767)	(110.146)	(11.685)	(9.685)
		(109.767)	**(110.146)**	**(11.685)**	**(9.685)**
Encargo de uso do sistema de transmissão					
ENEL CIEN S.A.	Março de 2023	-	-	-	(1.103)
		-	-	-	**(1.103)**
Suprimento de energia - CCEAR					
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	(885)	-	(10.313)
ENEL Green Power Paranapanema	Até o final da concessão	(104)	(104)	(1.245)	(1.204)
ENEL Green Power Mourão	Até o final da concessão	(29)	(29)	(351)	(339)
EGP Santa Angela 04	Até o final da concessão	(89)	(80)	(649)	(611)
EGP Santa Angela 19	Até o final da concessão	(81)	(74)	(594)	(560)
EGP Santa Esperança 13	Até o final da concessão	(57)	(56)	(419)	(400)
EGP Santa Angela 05	Até o final da concessão	(94)	(85)	(689)	(648)
EGP Santa Angela 08	Até o final da concessão	(86)	(78)	(627)	(590)
EGP Santa Angela 03	Até o final da concessão	(92)	(84)	(677)	(638)
EGP Santa Angela 11	Até o final da concessão	(76)	(69)	(559)	(526)
EGP Santa Angela 07	Até o final da concessão	(68)	(62)	(497)	(468)
EGP Santa Angela 06	Até o final da concessão	(95)	(86)	(692)	(653)
EGP Santa Angela 15	Até o final da concessão	(89)	(81)	(650)	(613)
EGP Santa Angela 14	Até o final da concessão	(80)	(73)	(585)	(552)
EGP Santa Angela 09	Até o final da concessão	(84)	(76)	(615)	(578)
EGP Santa Angela 17	Até o final da concessão	(87)	(80)	(639)	(602)
EGP Santa Angela 21	Até o final da concessão	(80)	(73)	(589)	(554)
EGP Santa Angela 1	Até o final da concessão	(91)	(83)	(667)	(629)
EGP Santa Angela 2	Até o final da concessão	(94)	(86)	(688)	(649)
EGP Santa Angela 10	Até o final da concessão	(81)	(73)	(590)	(555)
EGP Santa Angela 20	Até o final da concessão	(91)	(83)	(668)	(629)
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	Até o final da concessão	(86)	(81)	(628)	(596)
EGP S.A. nta Esperança 15	Até o final da concessão	(57)	(54)	(414)	(395)
EGP S.A. nta Esperança 17	Até o final da concessão	(54)	(51)	(392)	(373)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	(130)	(128)	(887)	(845)
ENEL Green Power Fazenda S.A.	Até o final da concessão	(87)	(75)	(593)	(566)
ENEL Green Power S.A. Ito Apiacas S.A.	Até o final da concessão	(214)	(211)	(1.463)	(1.394)
ENEL Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	(4.524)	-	(52.280)	-
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão	(173)	(153)	(1.258)	(1.202)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão	(160)	(165)	(1.167)	(1.116)
EGP VOLTA GRANDE S.A.	Até o final da concessão	(887)	-	(10.704)	-
		(8.020)	**(3.318)**	**(82.476)**	**(28.798)**
Prestação de serviços de desenvolvimento					
Gridspertise Latam S.A	Dezembro de 2024	-	(189)	(247)	-
ENEL X Brasil S.A.	Maio de 2028	189	(782)	1.890	1.110
		189	**(971)**	**1.643**	**1.110**
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre partes relacionadas, conforme despacho nº 338 de 06 de fevereiro de 2019					
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Agosto de 2027	(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Agosto de 2027	(5.572)	(5.544)	(550)	(1.570)
ENEL CIEN S.A.	Agosto de 2027	-	819	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Agosto de 2027	461	461	-	-
		(8.898)	**(8.051)**	**(550)**	**(1.570)**
Reembolso expatriados					
ENEL SPA	Dezembro de 2025	1.726	882	730	211
Enel Colombia S.A. E.S.P	Dezembro de 2025	(389)	(78)	(255)	-
ENEL Itália	Dezembro de 2025	-	(96)	-	-
ENEL AMERICAS	Dezembro de 2025	-	(1.088)	-	(757)
Enel Global Services S.r.l.	Dezembro de 2025	1.067	552	401	351
Enel Grids S.r.l.	Dezembro de 2025	(1.527)	(1.340)	(167)	(42)
		877	**(1.168)**	**709**	**(237)**
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, S.A. P e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM					
Enel Iberia SRL		-	(765)	-	-
		-	**(765)**	-	-
Mútuo					
ENEL Finance International N.V.	Março de 2021 a março de 2025	(522.242)	(523.574)	(68.545)	(49.640)
		(522.242)	**(523.574)**	**(68.545)**	**(49.640)**
Compra e venda de ativo imobilizado					
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2024	(9.977)	(9.977)	-	-
		(9.977)	**(9.977)**	-	-
Multa Contratual					
ENEL X Brasil S.A.	Maio de 2028	(310)	(310)	-	-
		(310)	**(310)**	-	-
Total		**(658.148)**	**(658.280)**	**(160.904)**	**(89.923)**

Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. **Compartilhamento:** O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. Os contratos vencidos estão em processo de renegociação. **Mútuos:** As informações sobre os contratos de mútuos encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa no 15. **Remuneração da Administração:** A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2024	2023
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	4.598	3.657
Benefício pós-emprego (previdência - contribuição definitiva)	51	68
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	240	(357)
Total	**4.889**	**3.368**

29. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro: Considerações gerais: A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda sua área de concessão. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **29.1 Instrumentos financeiros: 29.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2024 Contábil	31.12.2024 Valor justo	31.12.2023 Contábil	31.12.2023 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	214.124	214.124	96.665	96.665
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	475	475	97.925	97.925
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.048.728	2.048.728	2.070.244	2.070.244
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	21.813	21.813	19.715	19.715
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	59.806	59.806	51.220	51.220
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	-	-	28.984	28.984
Ativo contratual da concessão	Valor justo por meio do resultado	2	1.514.389	1.514.389	1.272.658	1.272.658
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	3	7.228.279	7.228.279	6.113.012	6.113.012
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	67.700	67.700	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	81.883	81.883	84.843	84.843
Total do ativo			**11.237.197**	**11.237.197**	**9.835.266**	**9.835.266**
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.267.060	1.267.060	1.103.261	1.103.261
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.838.940	2.185.608	1.142.643	1.126.529
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	346.608	340.327	629.053	604.627
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	2	428.291	428.291	341.482	341.482
Debêntures	Custo amortizado	2	1.195.514	1.197.215	3.020.011	3.047.766
Debêntures	Valor justo por meio do resultado	2	638.139	638.139	722.292	722.292
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	76.925	76.925	37.074	37.074
Cauções em garantias	Custo amortizado	2	-	-	-	-
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	423.045	423.045	109.098	109.098
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	2.536	2.536	86.127	86.127
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	7.873	7.873	44.040	44.040
Total do passivo			**7.224.931**	**6.567.019**	**7.235.081**	**7.222.296**

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 29.2 Hierarquia do valor justo.
Uso de estimativas: As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo. As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados. As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment* grade (escalas locais das principais agencias de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos. A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado. **Operações com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.
Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Citibank	24/03/22	21/03/25	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/22	23/09/26	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/22	21/11/25	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
Total						**1.231.700**

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(103.749)**
Juros provisionados	(174.685)
Variação monetária	27.869
Variação cambial	(114.393)
Marcação a mercado no resultado	58.190
Marcação a mercado no patrimônio líquido	11.450
Recebimento de principal	(21.214)
Pagamento de juros	220.172
Pagamento de principal	51.036
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(45.324)**
Juros provisionados	(87.009)
Variação monetária	31.241
Variação cambial	210.368
Marcação a mercado no resultado	(93.283)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	8.338
Pagamento de juros	98.871
Pagamento de principal	15.972
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**139.174**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 31 de dezembro de 2024, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	65.166	66.341	(1.177)	-
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú I	7.530	20.107	-	(12.577)
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú II	5.648	15.081	-	(9.433)
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures BTG Pactual	9.623	25.149	-	(15.525)
Fixo (USD) x DI 23.09.22 Scotiabank V	33.720	42.321	-	(8.601)
Fixo (USD) x DI 21.11.22 Scotiabank VI	17.487	20.072	-	(2.585)
Total	**139.174**	**189.071**	**(1.177)**	**(48.721)**

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2024. **(i) Hedge de fluxo de caixa:** A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável. Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito. Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente. **(ii) Hedge de valor justo:** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos. Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **(iii) Sumário da posição dos contratos:** O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir, posição em 31 de dezembro de 2024:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2024	Categoria
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	346.610	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(345.626)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	280.462	Cashflow hedge
		281.446	
Scotiabank V	USD + 5,45%	277.414	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(276.083)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	242.363	Fair value hedge
		243.694	

...continuação

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2024	Categoria
Scotiabank VI	USD + 5,45%	150.876	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(150.152)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	132.664	Fair value hedge
		133.388	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	638.139	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(206.673)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	199.143	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(155.005)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	149.357	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(250.337)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	240.714	Fair value hedge
		615.338	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2024, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro. **29.2 Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **29.3 Gerenciamento de riscos:** A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos. Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos. Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras. A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos. **(a) Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos. O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa. A área de Risk Control Brazil (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos Risk Owners (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco. **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **(b.1) Risco de crédito:** Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	214.124	96.665
Títulos e valores mobiliários	5	475	97.925
Contas a receber de clientes	6	2.048.728	2.070.244
Depósitos vinculados	21.3	59.806	51.220
Ativo financeiro setorial	8	-	28.984
Ativo contratual da concessão	12.1	1.514.389	1.272.658
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	7.228.279	6.113.012
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	139.174	(45.324)
Total		**11.204.975**	**9.685.384**

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa. **Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados:** O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.12.2024	31.12.2023
AAA	111.737	100.389
AA+	73.605	44.774
Total	**185.342**	**145.163**
Instrumentos financeiros derivativos	**31.12.2024**	**31.12.2023**
AAA	139.174	(45.324)
Total	**139.174**	**(45.324)**

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos: A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do call center. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("Predictive Analytics") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança. **(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiros da concessão:** A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia. **(b.2) Gerenciamento de capital:** A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira. De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	15	3.613.839	2.113.178
Debêntures	15	1.833.653	3.742.303
Instrumentos financeiros derivativos	29	(139.174)	45.324
Dívida		**5.308.318**	**5.900.805**
Caixa e equivalentes de caixa	5	(214.124)	(96.665)
Títulos e valores mobiliários	6	(475)	(97.925)
Dívida líquida (a)		**5.093.719**	**5.706.215**
Patrimônio líquido (b)	22	5.139.622	4.191.147
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		**49,78%**	**57,65%**

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima. **(b.3) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios. Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 500.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despacho Nº 1.951/24, no valor de até R$ 3.000.000. Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil, no montante de R$ 1.504.493, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de empréstimos com a EFI no passivo circulante é de R$ 522.242, também com possibilidade de refinanciamento. A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de dezembro de 2024 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Até três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	7.495	167.185	292.332	-
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	362.348	33.763	120.202	4
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	2.069.788	-	936.520	-
Debêntures	58.158	306.636	1.216.820	750.916
Instrumentos financeiros derivativos	(55.496)	40.818	107.310	(35.224)
Total	**2.442.293**	**548.402**	**2.673.184**	**715.696**

(b.4) Riscos de mercado (b.4.1) Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 100% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, USD SOFR e TJLP).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	**31.12.2024**	**%**	**31.12.2023**	**%**
Selic	111.737	60,29%	100.389	69,16%
CDI	73.605	39,71%	44.774	30,84%
Total	**185.342**	**100,00%**	**145.163**	**100,00%**
Ativo indenizável	31.12.2024	%	31.12.2023	%
IPCA	7.228.279	100,00%	6.113.012	100,00%
Total	**7.228.279**	**100,00%**	**6.113.012**	**100,00%**
Empréstimos, financiamentos e derivativos	**31.12.2024**	**%**	**31.12.2023**	**%**
CDI	4.928.432	92,84%	4.769.671	80,83%
IPCA	393.359	7,41%	1.141.356	19,34%
TJLP	232	0,00%	275	0,00%
USD SOFR	984	0,02%	2.070	0,04%
Taxa fixa	(14.689)	-0,28%	(12.567)	-0,21%
Total	**5.308.318**	**100,00%**	**5.900.805**	**100,00%**

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam. **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3). Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia: As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 15 e 16. Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

		Projeção despesas financeiras - um ano				
Dívidas	**31.12.2024**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário provável**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI						
EFI - Credit Agreement	(522.242)	(9.400)	(13.284)	(17.066)	(20.751)	(24.345)
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	(110.835)	(8.634)	(12.261)	(15.783)	(19.205)	(22.535)
DEBÊNTURES 9ª EMISSÃO	(1.004.961)	(83.685)	(116.584)	(148.530)	(179.579)	(209.782)
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	(191.632)	(14.966)	(21.237)	(27.326)	(33.244)	(39.001)
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	(30.868)	(2.411)	(3.421)	(4.402)	(5.355)	(6.282)
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	(45.440)	(3.513)	(4.999)	(6.443)	(7.846)	(9.211)
Mútuo Coelce - Enel BR XX	(68.085)	(5.263)	(7.491)	(9.654)	(11.757)	(13.802)
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	(45.010)	(3.448)	(4.921)	(6.351)	(7.740)	(9.092)
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	(29.149)	(2.143)	(3.096)	(4.022)	(4.922)	(5.797)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	(105.289)	(7.739)	(11.183)	(14.527)	(17.778)	(20.940)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	(25.725)	(1.891)	(2.732)	(3.549)	(4.344)	(5.116)
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	(164.790)	(2.760)	(3.986)	(5.178)	(6.341)	(7.474)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	(21.962)	(368)	(531)	(690)	(845)	(996)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	(153.529)	(2.572)	(3.713)	(4.825)	(5.908)	(6.963)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	(27.392)	(459)	(662)	(861)	(1.054)	(1.242)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	(21.876)	(366)	(529)	(687)	(842)	(992)
Mútuo Coelce - Enel BR XXX	(399.943)	(7.049)	(10.023)	(12.919)	(15.741)	(18.493)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	(118.704)	(2.092)	(2.975)	(3.835)	(4.672)	(5.489)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXII	(123.773)	(691)	(988)	(1.278)	(1.560)	(1.836)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII	(30.929)	(173)	(247)	(319)	(390)	(459)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV	(102.967)	(575)	(822)	(1.063)	(1.298)	(1.527)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXV	(287.924)	(1.609)	(2.299)	(2.973)	(3.629)	(4.270)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI	(20.405)	(232)	(332)	(429)	(524)	(616)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII	(30.301)	(523)	(749)	(968)	(1.182)	(1.390)
IPCA						
BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - SEMIÁRIDO	(84.155)	(3.958)	(5.010)	(6.050)	(7.078)	(8.094)
TJLP						
FINEP - COELCE	(232)	(10)	(14)	(18)	(21)	(25)
SWAP						
CITIBANK 4131 - COELCE	(346.610)	(11.966)	(16.319)	(20.673)	(25.027)	(29.381)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	345.626	11.966	16.319	20.673	25.027	29.381
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	(280.462)	(5.167)	(7.253)	(9.284)	(11.264)	(13.194)
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	(638.139)	(56.140)	(64.328)	(72.423)	(80.428)	(88.343)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	206.673	17.763	20.354	22.915	25.448	27.953
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	(199.143)	(15.295)	(21.811)	(28.138)	(34.287)	(40.269)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	155.005	13.322	15.265	17.187	19.086	20.965
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	(149.357)	(11.471)	(16.358)	(21.103)	(25.715)	(30.202)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	250.337	21.516	24.654	27.757	30.825	33.858
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	(240.714)	(18.367)	(26.243)	(33.891)	(41.323)	(48.554)
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	(277.414)	128.934	18.961	(61.350)	(124.984)	(177.862)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	276.083	(128.315)	(18.870)	61.056	124.384	177.009
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	(242.363)	(20.518)	(28.454)	(36.159)	(43.648)	(50.932)
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	(150.876)	63.262	8.401	(31.663)	(63.407)	(89.786)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	150.152	(62.959)	(8.361)	31.511	63.103	89.355
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	(132.664)	(9.952)	(13.902)	(17.739)	(21.469)	(25.099)
Total	**(5.309.460)**	**(261.556)**	**(365.741)**	**(466.823)**	**(565.062)**	**(660.649)**

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa. **(b.4.2) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar, possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (em reais).

	31.12.2024
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamentos	774.899
Exposição patrimonial	**774.899**
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(771.860)
Total	**3.039**

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): • Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; • Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); • Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas. **(b.4.3) Risco de preço Regulação: Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **(a) Outros riscos: (b.1) Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **(b.2) Risco de contratação de energia:** O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora. A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia. As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária. Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano. Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação. A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores. Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova. **30. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029
Compra de energia	4.992.616	2.340.788	2.316.021	2.380.171	36.872.856

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que foram homologados pela ANEEL. **31. Seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

	Data de vigência		Importância	Limite máximo de
	De	Até	assegurada	garantia sinistro
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	10.164.398	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Riscos Operacionais: Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios. **32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa: 32.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:**

Não impacta caixa	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	(291.338)	(491.891)
Total	**(291.338)**	**(491.891)**

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Apresentados nas atividades operacionais	(411.081)	(403.094)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	20	61
Total	**(411.061)**	**(403.033)**

32.2 Conciliação das atividades de financiamento: Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa. O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	**Nota**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	1.610.080	3.091.531
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	15	(462.772)	(1.684.401)
Pagamento de debêntures (principal)	16	(1.846.161)	(333.777)
Pagamento de arrendamento (principal)		(22.170)	(11.583)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)		(15.972)	(220.172)
Pagamento de dividendos	22	(20.860)	(173.659)
Total		**(757.855)**	**667.939**
		31.12.2024	**31.12.2023**
Saldo inicial		**93.296**	**191.983**
Efeito não caixa			
Dividendos prescritos		(202)	(125)
Dividendo mínimo obrigatório		105.889	75.097
Efeito caixa			
Dividendos pagos		(20.860)	(173.659)
Saldo final		**178.123**	**93.296**

33. Eventos subsequentes: 33.1 Incentivo fiscal – Sudene: Em 15 de janeiro de 2025, a Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE informou sobre a deliberação tomada de não aprovar o enquadramento do Projeto de Incentivo Fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de que trata o artigo 1º da Medida Provisória no. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, submetido pela Companhia. O benefício fiscal continua vigente até o final do exercício fiscal que se encerrará em 31 de dezembro de 2025. A Companhia avaliará os próximos passos a serem tomados e manterá os seus acionistas, investidores e o mercado em geral informados sobre quaisquer atualizações relevantes relativas ao tema objeto deste fato relevante. **33.2 Mútuo:** Com a necessidade de capital de giro, em 20 de fevereiro de 2025 a Companhia captou novos mútuos junto a Enel Brasil S.A. e a Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A., conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVIII	50.377	20/02/2025	21/05/2025	CDI+0,36	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - CDSA I	20.109	20/02/2025	01/04/2025	CDI+0,36	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

DIRETORIA EXECUTIVA: Diretor-Presidente - José Nunes de Almeida Neto; Diretor de Adm, Finanças, Controle e de RI - Francesco Tutoli; Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles d' Capdeville; Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino; Diretor Jurídico - Ana Claudia Gonçalves Rebello; Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade; Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá; Diretor de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco; Diretor de Comunicação e Diretor de Relações Institucionais (interino) - José Nunes de Almeida Neto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente do Conselho de Administração - Guilherme Gomes Lencastre; Vice-Presidente do Conselho de Administração - Mario Fernando de Melo Santos; Conselheiro de Administração Titular - Ana Claudia Gonçalves Rebello; Conselheiro de Administração Titular - Antonio Scala; Conselheiro de Administração Titular - João Francisco Landim Tavares; Conselheiro de Administração Titular - Marcia Massotti de Carvalho; Conselheiro de Administração Titular - Marco Fadda; Conselheiro de Administração Titular - Independente - Francisco Honório Pinheiro Alves; Conselheiro de Administração - Independente - Gabriel Ramires; Conselheiro de Administração Suplente - Alain Rosolino; Conselheiro de Administração Suplente - Anna Paula Hiotte Pacheco; Conselheiro de Administração Suplente - Artur Teixeira Lima Neto; Conselheiro de Administração Suplente - José Nunes de Almeida Neto; Conselheiro de Administração Suplente - Julia Freitas de Alcântara Nunes; Conselheiro de Administração Suplente - Luiz Flavio Xavier de Sá; Conselheiro de Administração Suplente - Maria Eduarda Fischer Alcure; Conselheiro de Administração Suplente - Michelle Rodrigues Nogueira

CONSELHO FISCAL: Conselheiro Efetivo - Jorge Parente Frota Junior; Conselheiro Efetivo - Antonio Cleber Uchoa Cunha; Conselheiro Efetivo - Marcos Jose Lopes; Conselheiro Suplente - Fernando Augusto Correia Cardoso Filho; Conselheiro Suplente - Antonio Cleto Gomes; Conselheiro Suplente - Andre Luiz Amaral dos Santos.

Relações com Investidores: Fabio Romanin. **Contador Responsável:** Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001 -70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Fortaleza, 26 de fevereiro de 2025. **José Nunes de Almeida Neto** - Diretor-Presidente; **Francesco Tutoli** - Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores; **Alain Rosolino** - Diretor de Pessoas e Organização; **José Nunes de Almeida Neto** - Diretor de Relações Institucionais; **José Nunes de Almeida Neto** - Diretor de Comunicação; **Charles d' Capdeville** - Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes; **Ana Claudia Gonçalves Rabello** - Diretora Jurídica; **Fernando Andrade** - Diretor de Engenharia e Construção; **Luiz Flavio Xavier de Sá** - Diretor de Mercado; **Anna Paula Hiotte Pacheco** - Diretora de Regulação

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce, aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, acompanhados do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, ao Conselho de Administração, propõem a submissão dos referidos documentos ora aprovados à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Fortaleza, 26 de fevereiro de 2025. **Guilherme Gomes Lencastre** - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF N.º 07.047.251/0001-70 - NIRE Nº 23300007891

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará – Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às disposições estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas e a Proposta da Administração de destinação do resultado e de distribuição do lucro líquido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária, bem como a proposta de aumento de capital social, sem emissão de ações, por meio de capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, e considerando as informações apresentadas pelo representante da KPMG Auditores Independentes sobre o relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores independentes, este Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, manifesta seu entendimento de que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, em todos os aspectos relevantes, e opina favoravelmente à sua submissão à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Fortaleza, 26 de fevereiro de 2025. **Jorge Parente Frota Junior** - Presidente do Conselho Fiscal; **Antônio Cleber Uchoa Cunha** - Conselheiro Fiscal; **Marcos José Lopes** - Conselheiro Fiscal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - Coelce - Fortaleza - CE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - Coelce (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente. A receita para energia elétrica distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados , considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia elétrica distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (1) Avaliamos o ambiente, o desenho e a efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada; (2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita de energia elétrica distribuída e não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia elétrica distribuída e não faturada ; e (3) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita energia elétrica distribuída e não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

www.enel.com.br

Um novo site para
um novo Clube OP+
com mais benefícios para você.

AGORA COM
CASHBACK

clube
OPOVO+

Acesse e descubra
o quanto você pode
economizar com
o Clube OP+

CLUBE.OPOVO.COM.BR

Eufrázio

COMENTE NOSSO EDITORIAL: OPINIAO@OPOVO.COM.BR

EDITORIAL

STF decide hoje se aceita denúncia contra Bolsonaro

Nesta terça, 25, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa o julgamento para decidir se aceita a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete pessoas. Eles foram denunciados por envolvimento em organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

Além de Bolsonaro, fazem parte do grupo o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; o general da reserva Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional; o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República; o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa e o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil.

Este será o julgamento mais importante da história recente do Brasil, por incluir um ex-presidente e militares supostamente envolvidos com organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

Se a denúncia for aceita, todos eles tornam-se réus no processo e inicia-se o julgamento no STF. Se condenados, as penas, somadas, podem chegar a 40 anos de reclusão. Pela amostra da dosimetria aplicada aos participantes dos atos de 8 de janeiro, já condenados, tudo indica que o STF será rigoroso com o grupo denunciado.

É dado como certo que o STF aceitará a denúncia da PGR, não porque exista uma "conspiração" para condenar Bolsonaro, como divulga o bolsonarismo, em uma tentativa de atrapalhar o julgamento. Mas porque a Polícia Federal coletou provas materiais suficientes para submeter Bolsonaro a seus aliados a julgamento.

Nessa etapa, os advogados de defesa poderão usar todas as prerrogativas de uma democracia para defender seus clientes. Um direito que seria eliminado, caso a tentativa de golpe tivesse sucesso. Mas as evidências são de tal monta que alguns advogados não negam a existência de uma trama para subverter a ordem democrática. Apenas argumentam que seu cliente fez parte dela.

O certo é que existe um sentimento em todos os setores democráticos da sociedade que os participantes da tentativa de sublevação não podem ficar impunes. Permanecem vivas na memória de toda uma geração as consequências terríveis quando se deixa de punir crimes de tamanha gravidade, como aconteceu com os golpistas de 1964.

Trata-se, portanto, de reafirmar os valores da liberdade e o compromisso inalienável com o Estado Democrático de Direito. Mais ainda quando é de conhecimento público que um dos filhos do ex-presidente, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), trabalha por uma intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil, como se o País fosse uma republiqueta qualquer. ■

OPOVO
FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928
POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTE INSTITUCIONAL & PUBLISHER
Luciana Dummar

PRESIDENTE-EXECUTIVO
João Dummar Neto

DIRETORES DE JORNALISMO
Ana Naddaf
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO RÁDIOS
Jocélio Leal

DIRETOR DE ESTRATÉGIA DIGITAL E NOVOS NEGÓCIOS
Filipe Dummar

DIRETOR DE NEGÓCIOS
Alexandre Medina Néri

DIRETORA DE GENTE E GESTÃO
Cecília Eurides

DIRETOR CORPORATIVO
Cliff Villar

DIRETOR DE OPINIÃO
Guálter George

EDITORIALISTA-CHEFE
Plínio Bortolotti

CONSELHO EDITORIAL
Adísia Sá; Diatahy Bezerra de Menezes; Fausto Nilo; Francisco José de Lima Matos; Lino Vilaventura; Manfredo Oliveira; Plínio Bortolotti; Raimundo Padilha; Roberto Macedo; Valdemar Menezes; Wânia Cysne Dummar

DIRETORIA DE JORNALISMO

DIRETORES DE JORNALISMO
Ana Naddaf
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO RÁDIOS
Jocélio Leal

EDITORES-CHEFES
André Bloc, Beatriz Cavalcante, Chico Marinho, Clóvis Holanda, Cristiane Frota, Érico Firmo, Fátima Sudário, Gil Dicelli, Isabel Costa, Joelma Leal, Lucas Mota, Neila Fontenele, Tânia Alves e Thadeu Braga

EDITORES-ADJUNTOS
Alan Magno, Demitri Túlio, Irna Cavalcante, Ítalo Coriolano, Júlio Caesar, Marcela Tosi, Marcos Sampaio, Rubens Rodrigues e Sara Oliveira

EDITORA DE MÍDIAS SOCIAIS
Glenna Cherice

REDATORA DE CAPA E FAROL
Domitila Andrade

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
Daniela Nogueira

OMBUDSMAN
João Marcelo Sena

EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A.
Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora
CEP 60055-402 - Fortaleza - CE – PABX: 3254 1010
CNPJ: 07.222.565/0001-62
www.opovo.com.br

GALERIA DE PRESIDENTES


Demócrito Rocha
1928 - 1943


Paulo Sarasate
1943 - 1968


Creuza Rocha
1968 - 1974


Albanisa Sarasate
1974 - 1985


Demócrito Dummar
1985 - 2008

ATENDIMENTO AO LEITOR E ASSINANTE
3254 1010
mercadoassinante@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado, Agência France Press e Gazeta Esportiva

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA – Aeroporto Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek; Setor de locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04;
CEP: 71608-900 – Brasília/DF;
Telefone: (0XX61) 364 9900, Fax: (0XX61) 364 9901
E-mail: idiadistribuidora@grupomidia.com.br

PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ:
segunda a sábado: R$ 4,00; domingo: R$ 5,00
OUTROS ESTADOS DO NORDESTE:
segunda a sábado: R$ 6,00; domingo: R$ 8,00
OUTROS ESTADOS:
segunda a sábado: R$ 6,00; domingo: R$ 10,00
ASSINATURA ANUAL: R$ 1.492,00



ARTIGOS

O mar e a brisa



Patrícia Soares de Sá Cavalcante
psacavalcante@yahoo.com.br
Psiquiatra

Sentei ao piano para tocar "Eu e a Brisa", de Jonny Alf. Ao olhar minha partitura, uma cópia da partitura de minha professora datada de 1984, observei o recadinho de um amigo dela: "Para não se esquecer de mim". Sorri. Sempre que ouço essa música, fico emocionada. Já me sensibilizava ao ouvir minha irmã Paula tocá-la, numa época em que era familiarizada apenas com sua melodia.

Hoje, além da melodia, guardo intimamente sua letra comigo. "Ah, se a juventude que essa brisa canta... ficasse aqui comigo mais um pouco... eu poderia esquecer a dor... de ser tão só... pra ser um sonho..."

Comecei a cantarolar e fiquei com essa frase na cabeça: "a dor de ser tão só..." Então, pensei no inverso, na solidão da dor de cada um de nós.

O sofrimento é algo profundamente íntimo e solitário. O início célebre de "Anna Kariênina", de Tolstói, diz o seguinte: "Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira." Portanto, cada um de nós sofre à sua maneira.

No último final de semana, assistindo a uma entrevista do Chico Anysio, com meus pais, no antigo programa "Roda Viva", fiquei surpresa ao saber que ele também era pintor. Suas pinturas geralmente continham imagens do mar.

Ele não retratava a figura humana. Um dos entrevistadores perguntou-lhe se ele não tinha receio de que o público o criticasse, afirmando que todos os seus quadros eram semelhantes. Ele, inteligentemente, respondeu: "Nunca é igual." E complementou: "As duas coisas de que mais tenho medo são o mar e a solidão."

Ele expressava, através do que pintava, o que mais o assustava. E fiquei pensando que a solidão dele era imensa, assim como o mar, portanto, seus quadros jamais seriam iguais; e, se outro artista expressasse sua solidão através da imagem do mar, teríamos outras infinitas representações.

Voltando à música, o verso que mais me toca é o seguinte: "Fica... oh brisa fica, pois talvez, quem sabe... o inesperado traga uma surpresa..." O "fica" é uma oitava decrescente. O som é tão belo, soa quase como uma súplica.

Aqui estamos nós, cada um com seu mar à espera de uma brisa, desejo que, quando ela surja, seja suave e leve. ■

Sobral: passado como futuro?



Rodrigo Chaves de Mello
rodrigo_chaves@uvanet.br
Cientista social e professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Quinto colégio eleitoral, Sobral é decisiva em qualquer análise sobre os rumos políticos do Ceará. O município passou por um abalo sísmico no último ciclo eleitoral com a derrota da influente família Ferreira Gomes, deixando analistas e políticos atentos aos desdobramentos dessa inflexão.

Muito se escreveu sobre a derrota do grupo em sua cidadela. Porém, no calor da disputa, pouco se podia prever sobre os caminhos vindouros da política municipal, agora sob nova direção. Com a poeira da contenda assentada, tendências começam a se delinear.

Próximo de seus primeiros cem dias na gestão, o prefeito Oscar Rodrigues revela-se, na superfície, como um personagem de carisma questionável, ainda em busca de uma comunicação mais eficaz com a cidade. Para compensar essa fragilidade, tem apostado em dois expedientes: a utilização de seu filho, o deputado federal Moses Rodrigues como uma espécie de porta-voz informal do mandato — o que alimenta a anedota da cidade de "dois prefeitos" — e a adoção de políticas polêmicas, sobretudo na gestão do trânsito. Nada demais: governos novos precisam de tempo para se firmar.

Mas, abaixo da superfície, ensaiam-se passos relevantes na busca por uma ruptura com a era Ferreira Gomes. Durante seus governos, os Ferreira Gomes se apresentaram como força modernizadora, enfrentando, para tanto, a antiga elite local, representada por seu núcleo diocesano. As rusgas foram públicas, escalaram quando o município interveio na Santa Casa de Misericórdia e miraram especialmente ao bispo.

Ainda na campanha, Oscar já apontava o religioso como um perseguido político. Eleito, articula a criação de uma CPI para investigar a intervenção e, desde então, não tem medido esforços para reabilitar a imagem pública da Diocese e de seus personagens. Exemplo disso foi o festival Sobral da Fé, evento que reuniu uma pequena multidão em oração enquanto o resto do país celebrava o Carnaval.

Performando uma espécie de populismo religioso, a atual gestão parece não apenas firmar um pacto com a Diocese contra um adversário comum, mas também reabilitar as forças do passado para municiar disputas do futuro.

A conferir. ■

Anistia é naturalizar ataque à democracia

Érika Jucá Kokay
dep.erikakokay@camara.leg.br
Deputada federal (PT-Brasília)

É sempre tomada por grandes recordações que volto a Fortaleza, minha querida cidade natal, desta vez para um encontro com mulheres bancárias. Foi daqui que saí, há 50 anos, para Brasília, onde comecei a vida política na luta contra a ditadura.

Cinquenta anos depois, ainda é preciso enfrentar o golpismo em um país que se recusa a fazer o luto dos seus períodos traumáticos.

O fim do colonialismo não trouxe soberania e independência econômica, a abolição não acabou com as diversas formas de racismo e a redemocratização não puniu ditadores e torturadores.

A anistia defendida pela extrema-direita é mais um ato de uma elite que teima em encobrir crimes com o manto da impunidade.

Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 não foram um fato isolado, e, sim, um capítulo da trama golpista, assim como ataque ao sistema eleitoral, a tentativa de explodir o aeroporto de Brasília, os acampamentos que pediam intervenção militar e o infame plano "Punhal Verde e Amarelo".

Uma prova dessa ligação é o áudio interceptado pela Polícia Federal, em que um suposto manifestante acampado em frente ao quartel pede orientação sobre o que fazer ao general Mário Fernandes, preso por planejar o assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Morais.

A proposta de anistia abarca acontecimentos anteriores e posteriores ao 8 de janeiro e a verdadeira preocupação da extrema direita é livrar Bolsonaro, os financiadores e articuladores da tentativa de golpe, e não os vândalos da Praça dos Três Poderes.

A eles, aliás, foi oferecido um acordo de não persecução penal pela PGR, que consistia no pagamento de multa de R$ 5 mil a quem pudesse pagar, dois anos sem redes sociais e na participação em um curso sobre democracia. Mais metade recusou, desmistificando a narrativa de que se tratava de pessoas humildes instrumentalizadas, e não de fanáticos golpistas.

O fiasco da manifestação pela anistia no Rio de Janeiro mostrou que o Brasil não quer deixar impune quem agiu pela volta de uma ditadura. Pela memória das clarices, das eunices e zuzus, não aceitaremos retrocessos. ■

PARA FALAR COM A GENTE

OMBUDSMAN
ombudsman@opovodigital.com

WHATSAPP
(85) 98893 9807

E-MAIL
opiniao@opovo.com.br

TELEFONES
(85) 3255 6104 ou 3255 6129

JORNAL DO LEITOR

PARA PARTICIPAR: ENVIE SEU TEXTO PARA JORNALDOLEITOR@OPOVO.COM.BR OU LIGUE PARA 3255 6088

Os textos deverão ter no máximo 1850 caracteres (com espaços) – com nome completo, endereço, telefone, e RG do remetente, que se responsabilizará pelo conteúdo. Os textos poderão ser resumidos, e **O POVO** se reserva no direito de selecioná-los para publicação.

O POVO, uma empresa com coração

Helena Cecília Nogueira
helenacecilianogueira@gmail.com

Minha mãe, Anália Ribeiro, leu "**O POVO**" desde que se alfabetizou. O jornal diário era parte da vida dela, como o cuidado com os filhos e as tarefas do lar. Em seus últimos anos aquele era seu principal contato com o mundo exterior: dali chegavam as informações que comentava com a família, os avanços tecnológicos que tanto a admiravam, a evolução dos costumes.

Ao completar 100 anos em outubro passado, uma de suas netas sugeriu a pauta ao jornal que a homenageou com extensa reportagem:"Senhora completa 100 anos e lê jornal todos os dias". A matéria a deixou imensamente feliz. À tarde recebeu a equipe de comunicação do jornal que levou-lhe a reportagem emoldurada. Quanto carinho! Quão memorável foi para ela! Mandou pendurar a matéria emoldurada na porta de casa para que muitos a vissem!

Após breve período de enfermidade, a mamãe faleceu no último dia 22, em sua casa, cercada do afeto dos seus. Ao se fazer o cancelamento da assinatura do jornal na semana posterior, o jornal soube da sua morte e enviou um lindo buquê de flores acompanhado de mensagem de pêsames à família no dia da missa de sétimo dia.

Agradeço em nome da família a generosidade e o apreço demonstrado pelo jornal à nossa mãe. Impossível nomear todos os que se envolveram. Citando três digo obrigada a todos: Bárbara Miele que assinou a reportagem, Sérgio da equipe de relacionamento e o admirado Demitri Túlio que a presenteou também na ocasião dos 100 anos com um vídeo onde pessoalmente a cumprimentava e sobre a partida dela escreveu em sua coluna de 02 de março passado.

Obrigada, Jornal **O POVO**! Em tempos tão dominados exclusivamente por interesses econômicos é um alívio, um bálsamo, uma grande alegria receber desta empresa que honra o Ceará tão comoventes atenções.

Amor de mãe nunca morre: 8 anos de saudade

Inácio Xavier da Silva Neto
inacioxaviersn@gmail.com

Há quanto tempo, mamãe, meus olhos não encontram os seus, e o vazio dos dias se alongam como uma estrada sem fim. Eu queria tê-la agora, aqui comigo, no silêncio acolhedor de uma casa que se perdeu no tempo.

Eu nunca a tive da maneira que deveria, talvez porque fui um filho distraído, rebelde com a vida.

Sinto uma ausência, mamãe, tão vasta quanto o céu,

Falta de tudo: Do calor que aquecia meus dias sem eu perceber, do som da sua voz, que agora ecoa apenas na memória, dos seus gritos me chamando para casa, enquanto eu fugia, perdido em brincadeiras que já não me importam.

Houve tempo que deixei passar despercebido, e a atenção que nunca te dei, agora me persegue, como uma sombra que não sei como fugir. Eu era apenas uma criança, inconsciente, que não compreendia o peso de ser amado. Dei-lhe trabalho, trabalho, sem nunca entender a profundidade do seu sacrifício.

Mas agora, mamãe, o tempo me ensinou, embora tarde, o que nunca consegui ver: O quanto você me faz falta, o quanto quis lhe dar e não pude, o quanto sonhei em fazê-la feliz, mas não consegui.

A vida, em sua pressa, me levou por outros caminhos, e tudo o que deixei foi o rastro das suas lágrimas. Oh, mãe, perdoa-me! Pois ainda sou uma criança, mesmo diante dos anos que passaram, ignorante do mundo, mas consciente, agora, de que o amor que você plantou em mim floresça, mesmo que silencioso, mesmo que tardiamente. Eu te amo. Digo isso com o coração repleto, mas as palavras, ainda assim, parecem frágeis. Como posso transmitir o que sinto? Como dizer tudo que nunca disse? Agora que você não está mais aqui. Que partiu há oito longos anos, subindo aos céus como uma estrela que nunca se apaga. Mas eu ainda falo, mamãe, nas minhas orações silenciosas, no pranto contido, no abraço vazio da saudade, e na certeza de que o amor transcende o tempo e a ausência. Eu te amo, mãe, hoje, mais do que nunca. E para sempre, mesmo que as palavras não possam alcançar, elas gritam em mim: EU TE AMO, MÃE!

O POVO EDUCAÇÃO

ESTE ESPAÇO É DESTINADO AOS TEXTOS DOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS, PARTICULARES E REPÓRTERES CUCA PARTICIPANTES DO PROJETO CORRESPONDENTE O POVO

Dignidade menstrual é um direito humano

Felipe Rocha e Lia Ferreira
Estudantes/Unifor

1 a cada 4 alunas já faltou às aulas durante o período da menstruação por não ter acesso a itens básicos de higiene. Pelo menos 33% das mulheres já usaram papel higiênico no lugar do absorvente, isso quando não precisam utilizar itens ainda mais precários como miolo de pão.

Avanços legislativos e programas como o "Dignidade Menstrual", sancionado pelo Governo Federal, representam medidas importantes nessa luta. Porém, a pobreza menstrual ainda afeta diversas pessoas que menstruam. A promoção da dignidade menstrual ainda enfrenta desafios como a falta de acesso ou acesso inadequado à água, saneamento e higiene, desigualdade racial, social e de renda, além da desinformação e tabus sobre o tema.

Diante desse cenário, o DCE da Unifor, com apoio do Bora Representar e Deixa Fluir, lançou a campanha "Dignidade Menstrual é um Direito Humano", garantindo a distribuição gratuita de absorventes nos banheiros de diversos blocos. A iniciativa também busca conscientizar a comunidade acadêmica sobre a pobreza menstrual e a necessidade de políticas públicas voltadas para essa questão.

Distância

Maria Clara Ribeiro Porto
Ex-Correspondente **O POVO**

Pode curar ou machucar
Isso é definido pelo nível de amar.
Só se sabe o valor,
Quem sente a dor que é amar.

Me afastar de mim, não posso
E de ti, não quero
Mas a verdade é que, sendo sincero
Dói te ver, tanto de longe, quanto de perto.

A distância não só é a dor
Mas também aprender
Que sem aquele amor
Nada mais pode tanto doer.



CARLUS CAMPOS

Cálculos e sentimento

Antônio Neri
Ex-Correspondente **O POVO**

Você me diz: Estou indo lhe pegar. Meu coração já fica descompassado. Todas as vezes que a gente se encontra, parece ser a primeira vez. Borboletas no Estômago já se tornaram minhas amigas inseparáveis. Você chegou devagar, ocupando um lugar que eu julgava não ser de ninguém. Teu sorriso me quebrou desde da primeira vez que te vi. Tua educação e cortesia me faz acreditar que, embora o mundo seja complicado, há beleza no gostar e ser gostado. Gosto quando, por descuido, seu olhar cruza o meu e percorre cada milímetro da minha retina. Você parece me analisar e tentar entender até onde eu sou capaz de ir com minha tagarelice. Tu me analisa e faz cálculos estatísticos para compreender como sou bobo, mas vou te poupar de usar fórmulas esdrúxulas, pois o resultado que você vai chegar é somente um: Gosto de gostar de você. Enquanto você lida com os números e planilhas eu tento te ensinar sobre o gostar.

Bem-vindo, outono!

Carlos Fonseca
Ex-Correspondente **O POVO**

O outono chega trazendo temperaturas mais amenas, dias mais curtos e um charme único na paisagem. As folhas mudam de cor e caem, criando um cenário acolhedor e nostálgico. É uma estação de transição, marcada pelo equilíbrio entre o calor do verão que se despede e o frio do inverno que se aproxima. O clima fica mais agradável para passeios ao ar livre, saborear bebidas quentes e apreciar o aconchego das tardes douradas. Além disso, é um período que inspira renovação e reflexão, convidando todos a desacelerar e aproveitar a beleza das pequenas mudanças da natureza. Bem-vindo, outono! Ilumine mentes e gere mais amor em tempos de guerras sujas e pensamentos insensatos.

Até quando?

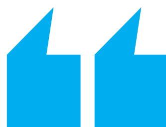
Roberta Mesquita
Ex-Correspondente **O POVO**

A guerra na Ucrânia, que se estende por mais de três anos desde a invasão russa em fevereiro de 2022, continua em um estado de impasse. Recentemente, delegações dos Estados Unidos e da Rússia iniciaram negociações em Riad, Arábia Saudita, visando retomar o acordo de exportação de cereais pelo Mar Negro, anteriormente abandonado pela Rússia em julho de 2023. Apesar desses esforços diplomáticos, os combates persistem. Ambos os países têm realizado ataques com drones; a Rússia afirma ter derrubado 28 drones ucranianos, enquanto a Ucrânia relata a interceptação de 93 dos 99 drones russos lançados recentemente. Até quando? Até quando?

Viva o Ceará

Paulo Roberto Santos
Ex-Correspondente **O POVO**

O Ceará conquistou mais um título do Campeonato Cearense, reafirmando sua força no futebol estadual. Com uma campanha sólida, a equipe demonstrou garra, técnica e determinação para levantar a taça. A final foi marcada por um jogo intenso, com a torcida vibrando a cada lance. O time alvinegro soube impor seu ritmo, garantindo a vitória e coroando o trabalho de jogadores, comissão técnica e diretoria. Essa conquista reforça a tradição do clube e enche de orgulho a nação alvinegra, que celebra mais um capítulo glorioso em sua história. Agora, o Ceará mira novos desafios, buscando brilhar também em competições nacionais.



Essa conquista reforça a tradição e enche de orgulho a nação alvinegra

REDE CUCA
FORTITUDINE
Fortaleza PREFEITURA
FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA

enel

ATENÇÃO, CLIENTE ENEL!
DESLIGAMENTO PROGRAMADO

A ENEL avisa aos seus clientes a interrupção temporária do fornecimento de energia ocasionada pela necessidade de execução de serviços de manutenção/obras nos seguintes horários e locais:

Dia: 28/03/2025		
Horário	Endereço	Nº Deslig.
FORTALEZA		
11:00 às 16:00	Avenida Aguanambi, Rua Dom Sebastião Leme - Fátima	37930733
11:00 às 16:00	Rua Padre Matos Serra 00160 Bloco 03 HL, Rua Dom Sebastião Leme - Fátima	37930733
11:00 às 16:00	Rua Padre Matos Serra - Fátima	37930733
11:00 às 16:00	Rua Coronel Solon, Rua Jaime Benevolo 01399 HL - José Bonifácio	37930733
11:30 às 16:30	Rua Acre, Rua Aurora - Conjunto Prefeito José Walter	37964487
11:30 às 16:30	Rua Chico Mendes do Pantanal, Rua Monte Líbano - Mondubim	37964487
11:30 às 16:30	Rua Padre Cícero do Pantanal, Rua São Francisco de Assis - Mondubim	37964487
11:30 às 16:30	Avenida Francisca Maria da Conceição, Rua Paraíso - Planalto Ayrton Senna	37964487
12:00 às 17:00	Rua Trajano de Aguiar, Rua 0010 Conjunto Nova Assunção - Barra do Ceará	37936571
12:00 às 17:00	Rua 0017 Conjunto Polar, Rua 17 Conjunto Polar - Barra do Ceará	37936571
12:00 às 17:00	Rua Adolfo Sales, Rua Coronel Abelardo Rodrigues - Barra do Ceará	37936571
12:00 às 17:00	Rua Meneses de Oliveira, Rua Tenente Eliezer Costa - Barra do Ceará	37936571
12:00 às 17:00	Rua Trajano de Aguiar, Rua Coronel Abelardo Rodrigues - Barra do Ceará	37936571
12:00 às 17:00	Rua 0006 Conjunto Polar, Rua 0012 Conjunto Nova Assunção - Jardim Guanabara	37936571
12:00 às 17:00	Rua 0015 Conjunto Nova Assunção, Rua 0023 Conjunto Polar - Jardim Guanabara	37936571
12:00 às 17:00	Rua Doutor Amadeu Sá - Jardim Guanabara	37936571
12:00 às 17:00	Rua 0013 Conjunto Polar - Nova Assunção	37936571
12:00 às 17:00	Avenida Mozart Pinheiro de Lucena, Rua 0008 Conjunto Nova Assunção - Vila Velha	37936571
12:00 às 17:00	Rua Doutor Quixadá Felício - Vila Velha	37936571
ALCÂNTARAS		
09:15 às 13:00	Rodovia Francisco Cunha, Rua Francisco Cunha São José	37935213
09:15 às 13:00	Rua Monsenhor José Furtado	37935213
09:15 às 13:00	Rua Francisco Cunha, Rua Monsenhor José Furtado - Norte	37935213
09:15 às 13:00	Rua Francisco Aguiar	37935213
ALTANEIRA		
12:00 às 17:00	Sítio Estevão - Distrito Taboleiro	37920045
AMONTADA		
10:00 às 14:00	Povoado Canaã, Povoado Carrasco - Icaraí	37933049
10:00 às 14:00	Povoado Canaã 00045 Casa, Rua Afonso Cândido - Icaraí	37933049
10:00 às 14:00	Sítio Pernambuquinho - Icaraí	37933049
AQUIRAZ		
09:00 às 13:00	Povoado Aroeira - Loteamento Rota Del Mar	37937911
ARACATI		
08:00 às 11:30	Vila Córrego dos Rodrigues - Córrego dos Rodrigues	37935791
08:00 às 11:30	Vila Majorlândia - Majorlândia	37935791
12:00 às 17:00	Vila Cajazeiras - Distrito de Mata Fresca	37894185
12:00 às 17:00	Avenida Santo Antônio, Avenida Santo Antônio - Majorlândia	37894189
12:00 às 17:00	Rua do Asfalto - Vila de Quixabá	37894189
12:30 às 17:00	Avenida Beira Mar - Aracati	37929533
12:30 às 17:00	Avenida da Integração, Estrada de Canoa Quebrada 00030 Vila Loteamento Paraíso da Canoa - Canoa Quebrada	37929533
12:30 às 17:00	Rua Dragão do Mar, Rua Sol Nascente - Canoa Quebrada	37929533
12:30 às 17:00	Rua Dragão do Mar - Broadway - Canoa Quebrada	37929533
12:30 às 17:00	Vila Canoa Quebrada - Nossa Senhora de Lourdes	37929533
12:30 às 17:00	Rua SDO - 07	37929533
ARATUBA		
11:00 às 16:00	Sítio Santo Antônio - Distrito Pai João	37938043
BANABUIÚ		
12:00 às 17:00	Fazenda Picos das Águas	37935627
12:00 às 17:00	Sítio São Caetano - Banabuiú	37935627
12:00 às 17:00	Fazenda Aroeiras, Fazenda Santa Inês - Distrito Barra do Sitiá	37935627
12:00 às 17:00	Distrito Governo I - Distrito Rinare	37935627
BARROQUINHA		
09:30 às 14:30	Rua Quadro dos Caetanos Araras - Distrito Araras	37935481
09:30 às 14:30	Rua Picada Nova - Distrito de Picada Nova	37935481
BELA CRUZ		
10:00 às 15:00	Sítio Genipapeiro - Lagoa do Mato	37939519
10:00 às 15:00	Sítio Espinho - Prata	37939519
CAMOCIM		
09:15 às 13:15	Povoado Assentamento Jatobá II, Rua Jatobá do Ciriaco	37869239
09:15 às 13:15	Distrito Amarelas - Distrito Amarela	37869239
09:15 às 13:15	Povoado Tapuiu, Rua Tapuiu - Distrito Tapuiu	37869239
09:15 às 13:15	Povoado Tapuio - Norte	37869239
09:30 às 14:30	Rua Perimetral - São Francisco	37935481
CAMPOS SALES		
12:00 às 15:00	Sítio Alecrim - Aparecida	37842057
12:00 às 15:00	Sítio Campestre - Barão de Aquiraz	37842057
CAPISTRANO		
11:00 às 16:00	Povoado Abelhas, Povoado Mazagão I - Distrito Sede	37938043
11:00 às 16:00	Estrada Rodovia Capistrano Abelha	37938043
11:00 às 16:00	Estrada Rodovia Mazagão Abelha	37938043
CASCAVEL		
09:00 às 14:00	Avenida Otavio Felício de Sousa - Centro	37929435
09:00 às 14:00	Povoado Coaçu - Estrada da Caponga	37929435
13:00 às 17:00	Estrada Mataquiri Barbalho, Estrada Moita Redonda - Cascavel	37937599
13:00 às 17:00	Povoado Moita Redonda - Jardim Primavera	37937599
13:00 às 17:00	Sítio Mataquiri - Mataquiri	37937599
CAUCAIA		
11:30 às 16:30	Rua V Loteamento Planalto Pacheco - Centro	37934469
11:30 às 16:30	Rua Assis Gomes, Rua da Paz - Guajeru	37934469
11:30 às 16:30	Rua Iguatu, Rua Monteiro Lobato 00520 Condomínio - Guajeru	37934469
11:30 às 16:30	Rua São Marcos, Rua Vicente Jucá 00191 Condomínio - Guajeru	37934469
11:30 às 16:30	Rua Assis Gomes, Rua Monteiro Lobato - Guajeru	37934469
CRATEÚS		
12:00 às 17:00	Distrito Monte Nebo - Distrito Monte Nebo	37771245
12:00 às 17:00	Povoado Rosário - Monte Nebo	37771245
CRATO		
09:00 às 12:00	Rua Cícero Cildes de Freitas - Cacimbas	37937291
09:00 às 12:00	Rua 101 Conjunto Novo Crato, Rua José Pinheiro Teles Conjunto N Crato - Misericórdia	37937291
09:00 às 12:00	Rua Marcelo Pianco, Rua Mario Correia de Oliveira 00132 B - Misericórdia	37937291
09:00 às 12:00	Rua Otacílio Macedo Conjunto Novo Crato, Rua Mario Correia de Oliveira 00122 - Misericórdia	37937291
09:00 às 12:00	Rua João Alves Rocha 00990 C - Novo Crato	37937291
09:00 às 12:00	Rua Antônio Valdemar - Novo Lameiro	37937291
09:00 às 12:00	Rua Luis Barreto de Morais, Rua 0013 de Maio - Seminário	37937291
09:00 às 12:00	Rua Diogens Frazão, Rua Lavras da Mangabeira - Seminário	37937291
09:00 às 12:00	Rua Luis Barreto de Morais, Rua Luis Barreto de Morais - Seminário	37937291
10:00 às 15:00	Sítio Belo Horizonte, Sítio Belo Horizonte - Distrito Lameiro	37936367
14:00 às 17:00	Avenida Oreste Costa, Sítio Barro Branco - Barro Branco	37936779
14:00 às 17:00	Rua Francisco Correia de Lima, Rua José Esmeraldo Pinheiro - Distrito Muriti	37936779
14:00 às 17:00	Rua Leopoldo Rodrigues de Freitas, Rua Luiz Manoel de Oliveira - Distrito Muriti	37936779
14:00 às 17:00	Rua Zeneide Oliveira E Silva, Sítio Presidente Vargas - Distrito Muriti	37936779
14:00 às 17:00	Rua Germana Alencar 00790 Casa - Muriti	37936779
14:00 às 17:00	Rua José Henrique, Rua Miguel Custódio - Nossa Senhora de Fátima	37936779
14:00 às 17:00	Rua Bernardo Xenofonte de Souza, Sítio São José - São José	37936779
14:00 às 17:00	Avenida José Eurico, Avenida José Eurico - Grangeiro	37938725
14:00 às 17:00	Rua Espedito Pinheiro Teles, Rua Jaco Epifânio Cortez - Grangeiro	37938725
14:00 às 17:00	Rua Maria Sobreira Coriolano, Rua Professor José do Vale Arraes Feitosa - Grangeiro	37938725
CROATÁ		
12:00 às 17:00	Sítio Francisco - Área Rural	37935701
CRUZ		
10:00 às 15:00	Povoado Genipapeiro - Aningas	37939649
10:00 às 15:00	Vila de Genipapeiro	37939649
FARIAS BRITO		
12:00 às 15:30	Sítio Caiçara - Cariutaba	37927579
FORTIM		
12:00 às 17:00	Vila Carnaubinha - Assentamento Coqueirinho	37918765
12:00 às 17:00	Vila do Assentamento Lagoa Salgada - Assentamento Lagoa Salgada	37918765
12:00 às 17:00	Lagoa do Junco - Fortim	37918765
12:00 às 17:00	Sítio Mamoeiro - Lagoa Salgada	37918765
12:00 às 17:00	Lagoa Salgada, Vila Assentamento Lagoa Salgada	37918765
GUARACIABA DO NORTE		
09:30 às 14:30	Sítio Limoeiro	37927285
09:30 às 14:30	Sítio Baixa Fria, Sítio Bananeira - Área Rural	37927285
09:30 às 14:30	Sítio Carcará, Sítio Picada - Área Rural	37927285
09:30 às 14:30	Sítio Tambuatazinho - Área Rural	37927285
09:30 às 14:30	Sítio Limoeiro, Sítio Morrinhos Novos - Limoeiro	37927285
09:30 às 14:30	Distrito Limoeiro, Sítio Curralinho - Norte	37927285
09:30 às 14:30	Distrito Limoeiro, Sítio Sussuanha - Oeste	37927285
09:30 às 14:30	Sítio Sussuanha - Oeste	37927285
09:30 às 14:30	Distrito Sussuanha - Sussuanha	37927285
ICÓ		
12:00 às 17:00	Loteamento GH - Conjunto GH1	37897141
12:00 às 17:00	Conjunto GH - Conjunto GH2	37897141
12:00 às 17:00	Loteamento GH - Conjunto GH2	37897141
12:00 às 17:00	Rua B Conjunto GH - Conjunto GH2	37897141
12:00 às 17:00	Conjunto GH1 Rua A - Posto Continental	37897141
IPUEIRAS		
12:00 às 17:00	Povoado Vila Holanda, Povoado Vila Olanda - Alto da Bela Vista	37935701
12:00 às 17:00	Rodovia Vila Olanda, Sítio Limoeiro - Alto da Bela Vista	37935701
12:00 às 17:00	Vila Holanda - Alto da Bela Vista	37935701
12:00 às 17:00	Vila Holanda - Holanda	37935701
12:00 às 17:00	Povoado Olho D'Água dos Galvões - Nova Fátima	37935701
ITATIRA		
11:00 às 16:00	Avenida Zezé Jucá, Fazenda Quixabá - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
11:00 às 16:00	Fazenda Santa Luzia, Povoado Juá - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
11:00 às 16:00	Povoado Juá, Povoado Juá - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
11:00 às 16:00	Povoado Novo Oriente, Povoado Porteira - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
11:00 às 16:00	Povoado Tatajuba, Povoado Felício - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
11:00 às 16:00	Povoado Letreiro, Povoado Novo Oriente 02312 Casa - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
11:00 às 16:00	Rua Cesário Sousa Prado - Distrito de Lagoa do Mato	37851841
LAVRAS DA MANGABEIRA		
13:00 às 17:00	Sítio Cajueiro - Além Rio	37897401
13:00 às 17:00	Sítio Logradouro - Iborepi	37897401
13:00 às 17:00	Sítio Cajueiro	37897401
MARCO		
10:00 às 15:00	Povoado Varjota - Panacuí	37936937
10:00 às 15:00	Povoado Remanso - Varjota	37936937
MILAGRES		
12:30 às 16:30	Sítio Corredores de Cima - Catirina	37842069
12:30 às 16:30	Vila Café da Linha - Vila Café da Linha	37842069
13:00 às 16:00	Sítio Catolé - Tabocas	37842061
NOVA OLINDA		
16:30 às 17:00	Rua Suzana, Rua Ubirajara - Centro	37920033
16:30 às 17:00	Travessa Ubirajara de Lacerda - Centro	37920033
16:30 às 17:00	Sítio Barreiro - Distrito Riacho Fundo	37920033
16:30 às 17:00	Rua São Francisco de Assis - Vila Alta	37920033
16:30 às 17:00	Avenida Jeremias Pereira, Rua Avelino Feitosa - Centro	37920075
16:30 às 17:00	Rua Doutora Fabia Brito, Rua Marinete Jeremias Pereira - Centro	37920075
16:30 às 17:00	Rua Professora Nanor, Rua São Camilo - Centro	37920075
16:30 às 17:00	Rua Doutora Fabia Brito - Centro	37920075
12:00 às 12:30	Rua Ana Alves Alencar, Rua Ana Alves Alencar, Rua Avelino Feitosa	37920017
12:00 às 12:30	Rua Ubirajara, Fazenda Boi Morto - Rinare, Rua Jorge Furtado Leite	37920017
16:30 às 17:00	Rua Ana Alves Alencar, Rua Jorge Furtado Leite - COHAB	37920075
12:00 às 17:00	Rua Jorge Furtado Leite, Ru/ Marinete Jeremias Pereira	37842047
16:30 às 17:00	Rua José Alencar Alves, Rua José Alencar Alves - COHAB	37920075
16:30 às 17:00	Sítio Boião - Distrito Riacho Fundo	37920075
QUIXADÁ		
12:00 às 17:00	Rua Tabelião Eneas de Lima - Centro	37935627
12:00 às 17:00	Distrito Aracaju, Fazenda Exu Riacho do Meio - Distrito Juatama	37935627
12:00 às 17:00	Fazenda Iracema, Fazenda Sussui - Distrito Juatama	37935627
12:00 às 17:00	Fazenda Santa Clara - Distrito Tapuiara	37935627
12:00 às 17:00	Sítio Coary - Juatama	37935627
12:00 às 17:00	Fazenda Exu - Riacho do Meio	37935627
12:00 às 17:00	Rodovia CE 456 Km - São João	37935627
QUIXERAMOBIM		
11:00 às 16:00	Fazenda Castelo - Distrito de São Miguel	37921321
11:00 às 16:00	Fazenda Castelo, Sítio Castelo	37921321
13:00 às 17:00	Fazenda Riacho Verde II, Fazenda Várzea Formosa - Distrito de Manituba	36986991
13:00 às 17:00	Fazenda Cachoeira do Germano, Sítio Riacho Verde II - Distrito de São Miguel	36986991
13:00 às 17:00	Fazenda Riacho Verde, Riacho Verde II - Doutor José Airton Machado	36986991
13:00 às 17:00	Distrito Riacho Verde Um	36986991
QUIXERÉ		
12:00 às 17:00	Sítio Boqueirão - Boqueirão	37938541
12:00 às 17:00	Sítio Lagoa da Casca 00001, Sítio Queimadas - Quixeré	37938541
SALITRE		
12:00 às 15:00	Sítio Baixa Grande	37842057
12:00 às 15:00	Avenida do Estado, Rua São Francisco - Centro	37842057
12:00 às 15:00	Rua 0017 de Dezembro, Sítio Serra Salitre II - Norte	37842057
12:00 às 15:00	Sítio Batingas, Sítio Cerveja - Norte	37842057
12:00 às 15:00	Sítio Pau da Bandeira, Sítio Serra Salitre II - Norte	37842057
12:00 às 15:00	Setor Batingas 2044 - Norte	37842057
12:00 às 15:00	Sítio Angico, Sítio Serra de Salitre - Tanque Novo	37842057
12:00 às 15:00	Setor Serra de Salitre - Tanque Novo	37842057
SANTANA DO ACARAÚ		
09:15 às 13:15	Distrito Ladeira Santana Sapo Mutambeira, Estrada Km 06 Santana Morrinhos - Norte	37858883
SENADOR POMPEU		
13:00 às 17:00	Sítio Juazeiro da Sombra, Sítio Poço do Peixe - Distrito São Joaquim	36986991
13:00 às 17:00	Sítio São Joaquim de Cima - Distrito São Joaquim	36986991
SOBRAL		
09:00 às 14:00	Sítio Água Branca - Jordão	37935807
09:00 às 14:00	BR 222 RM - Pedrinhas	37935807
VÁRZEA ALEGRE		
12:00 às 15:30	Sítio Altos - Bairro Varjota	37927579
12:00 às 15:30	Sítio Alves, Sítio Alves - Distrito Ibicatu	37927579
12:00 às 15:30	Setor Alves - Distrito Ibicatu	37927579
12:00 às 15:30	Sítio Boa Sorte - Distrito Ibicatu	37927579
VIÇOSA DO CEARÁ		
09:00 às 13:00	Distrito Oiticicas	37757605
09:00 às 13:00	Sítio Oficina Lambedouro, Vila Oiticica - Leste	37757605
09:00 às 13:00	Rua - Oeste	37757605
09:00 às 13:00	Distrito Oiticicas - Oiticica	37757605
09:00 às 13:00	Rua - Sul	37757605
10:00 às 14:00	Povoado Brejinho, Rua Padre José Bevilaqua	37939019
10:00 às 14:00	Vila Vieira	37939019
10:00 às 14:00	Rua 15 de Novembro - Distrito Padre Vieira	37939019
10:00 às 14:00	Vila Vieira - Distrito Padre Vieira	37939019
10:00 às 14:00	Povoado Brejinho - Manhoso	37939019
10:00 às 14:00	Rua Piauí, Sítio Carnaubinha - Oeste	37939019
10:00 às 14:00	Povoado Mudança, Sítio Cajueirinho - Sul	37939019
10:00 às 14:00	Sítio Lagoa do Carnaubal, Setor Lagoa do Carnaubal - Sul	37939019
10:00 às 14:00	Sítio Lagoa do Carnaubal - Sul	37939019
10:00 às 14:00	Sítio Brejinho, Sítio Lagoa do Carnaubal - Viçosa	37939019
10:00 às 14:00	Sítio Sabiazal - Viçosa	37939019

enel

ATENÇÃO, CLIENTE ENEL!
DESLIGAMENTO PROGRAMADO

A ENEL avisa aos seus clientes a interrupção temporária do fornecimento de energia ocasionada pela necessidade de execução de serviços de manutenção/obras nos seguintes horários e locais:

Dia: 29/03/2025		
Horário	Endereço	Nº Deslig.
FORTALEZA		
11:30 às 16:30	Avenida Bar de Studart 01891 Bloco E HL, Avenida Santos Dumont - Aldeota	37967319
11:30 às 16:30	Rua Doutor José Lourenço - Aldeota	37967319
11:30 às 16:30	Avenida Santos Dumont - Centro	37967319
11:30 às 16:30	Avenida Bar de Studart - Meireles	37967319
ACARAÚ		
10:00 às 15:00	Povoado Casteliano - Aranaú	37939785
ARACOIABA		
11:00 às 16:00	Rua Principal Conjunto COAB - Alto do Cemitério	37966855
11:00 às 16:00	Rua Nossa Senhora de Lourdes - Arisco	37966855
11:00 às 16:00	Avenida Tiradentes, Praça da Concórdia - Centro	37966855
11:00 às 16:00	Praça João Belarmino de Oliveira, Rua Francisco Lucas de Melo - Centro	37966855
11:00 às 16:00	Rua Francisco Lucas de Melo, Rua Getúlio Vargas - Centro	37966855
11:00 às 16:00	Rua Juvenal Galeno, Rua Raimundo de Castro - Centro	37966855
11:00 às 16:00	Rua Santos Dumont, Travessa Cajui - Centro	37966855
11:00 às 16:00	Travessa Coronel Pedro Guedes, Travessa José de Alencar - Centro	37966855
11:00 às 16:00	Distrito Genipapeiro - Distrito Genipapeiro	37966855
11:00 às 16:00	Praça João B de Oliveira, Rodovia CE 060 KM - Distrito Sede	37966855
11:00 às 16:00	Rua 13 de Maio, Rua Coronel Pedro Guedes - Distrito Sede	37966855
11:00 às 16:00	Vila CE - Distrito Sede	37966855
11:00 às 16:00	Rua do Raimundo do Dert, Rua Luiz Ribeiro de Sousa - Planalto	37966855
11:00 às 16:00	Avenida João Pessoa - São José	37966855
ASSARÉ		
12:00 às 17:00	Sítio São Miguel - Distrito Serra Santana	37842119
BARBALHA		
12:00 às 17:00	Rua Santa Clara	37994179
CAMOCIM		
09:00 às 14:00	Rodovia CE 71 Ladeira Camocim Palmares, Rua Camocim Cafundó - Distrito Flamenga	37939259
09:00 às 14:00	Rua Mororó Cafundó - Distrito Flamenga	37939259
09:00 às 14:00	Povoado Laguinho da Torta - Distrito Laguinho da Torta	37939259
CANINDÉ		
08:00 às 13:00	Povoado São Luiz - Distrito Iguaçu	37943689
08:00 às 13:00	Rua Santa Clara, Sítio Córrego - Santa Rosa - Moitas	37935545
CASCAVEL		
10:00 às 15:00	Rua Olinda	37961025
10:00 às 15:00	Avenida Bom Sucesso 00485 Águas Belas, Avenida Leblon - Águas Belas	37961025
10:00 às 15:00	Rua Arco Verde, Rua Ceará - Águas Belas	37961025
10:00 às 15:00	Rua Niterói 00240 XXXX, Rua Pedra Branca - Águas Belas	37961025
10:00 às 15:00	Rua Santa Catarina - Águas Belas	37961025
10:00 às 15:00	Rua João Pessoa - Balbino	37961025
10:00 às 15:00	Rua Bom Sucesso, Rua Rio de Janeiro - Caponga	37961025
10:00 às 15:00	Rua Cuiabá - Cascavel	37961025
CAUCAIA		
11:30 às 16:30	Rua Leão Marinho, Rua Leão Marinho 01145 Loteamento Parque Iracema - Parque Leblon	37975367
11:30 às 16:30	Vila Leão Marinho - Parque Leblon	37975367
CRUZ		
10:00 às 15:00	Sítio Formosa - Vila Preá	37944375
JARDIM		
12:00 às 17:00	Sítio Descida dos Negros, Sítio Engenho D'Água - Sul	37842115
12:00 às 17:00	Sítio Lameirão, Sítio Santana - Sul	37842115
12:00 às 17:00	Setor Descida dos Negros, Setor Lameirão - Sul	37842115
JUAZEIRO DO NORTE		
12:00 às 17:00	Rua José Francisco do Nascimento - Betolândia	37994179
12:00 às 17:00	Rua Luiz Karimai 00086 A - Leandro Bezerra de Menezes	37994179
12:00 às 17:00	Rua Radialista Francisco Madeilton Alexandre - Monsenhor Francisco Murilo	37994179
12:00 às 17:00	Avenida Antônio Sales, Avenida Presidente Castelo Branco - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Olgivi Magalhães Melo, Rua Vicente Gonçalves de Lucena - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Abílio José Bezerra, Rua Advogado José Ferreira - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Augusto D de Oliveira, Rua Cícero Ribeiro de Alencar - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Fiscal Luiz Fernandes Coimbra, Rua Governador Muniz Falcão - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Januário Feitosa, Rua José Leite da Silva - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Marcionilia Cardoso Sobreira, Rua Olgivi Magalhães Melo - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua Raimundo Pinto, Rua Vicência Maria Feitosa - Novo Juazeiro	37994179
12:00 às 17:00	Rua José Leite da Silva - Novo Juazeiro	37994179
MARACANAÚ		
10:00 às 15:00	Avenida Chanceler Edson Queiroz - Centro	37964507
10:00 às 15:00	Avenida Edson Queroz, Avenida Edson Queiroz - Jardim Bandeirantes	37964507
10:00 às 15:00	Rua Manoel Moreira Lima, Rua Nossa Senhora de Nazaré - Jardim Bandeirantes	37964507
10:00 às 15:00	Rua Nossa Senhora Senhora de Nazare, Rua São Francisco - Jardim Bandeirantes	37964507
10:00 às 15:00	Rua Chanceler Edson Queiroz - Loteamento Pajuçara Park	37964507
10:00 às 15:00	Rua Quixadá - Menino Jesus de Praga	37964507
10:00 às 15:00	Rua 02 Lote Pajuçara Park, Rua 07 de Setembro - Pajuçara	37964507
10:00 às 15:00	Rua 7 de Setembro, Rua Chico Mendes - Pajuçara	37964507
10:00 às 15:00	Rua Jambo Parque Tropical, Rua João Paulo II - Pajuçara	37964507
10:00 às 15:00	Rua Manuel Mendes Ferreira, Rua Marechal D da Fonseca - Pajuçara	37964507
10:00 às 15:00	Rua Maria Ferreira, Rua Pau Brasil - Pajuçara	37964507
10:00 às 15:00	Rua Primavera, Rua Quixadá - Pajuçara	37964507
10:00 às 15:00	Rua Virgulino Ferreira, Rua 7 de Setembro - Pajuçara	37964507
MILAGRES		
13:00 às 17:00	Sítio Nazaré, Sítio Domingos - Nazaré	37842113
13:00 às 17:00	Sítio São Domingos - Nazaré	37842113
13:00 às 17:00	Sítio Serra Brava - Serra Brava	37842113
MISSÃO VELHA		
11:00 às 14:50	Sítio Chiqueiro das Cabras, Sítio Espalhador - Distrito de Missão Nova	37842117
11:00 às 14:50	Sítio Riacho das Palmeiras - Distrito de Missão Nova	37842117
MUCAMBO		
09:30 às 13:20	Rua Domingos Rodrigues Lima - Lages	37962893
09:30 às 13:20	Rua Domingos Rodrigues Lima - Leste	37962893
PARACURU		
10:00 às 15:00	Povoado Cumbi, Povoado Jardim do Meio - Jardim	37962287
10:00 às 15:00	Povoado Muriti, Povoado Umarizeira - Jardim	37962287
10:00 às 15:00	Rua São Raimundo Nonato - Volta	37962287
PARAIPABA		
10:00 às 15:00	Rua Domingos Rodrigues Viana, Rua Pedro Gomes da Silva - Boa Esperança	37962287
10:00 às 15:00	Gangorra - Camburão	37962287
10:00 às 15:00	Rua Maria Ribeiro Barroso - Cana Brava	37962287
10:00 às 15:00	Avenida Domingos Barroso, Avenida Maria Moreira - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Avenida Domingos Barroso, Avenida Maria Moreira - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Rua Antônio Henrique de Azevedo, Rua Francisco Cipriano Moreira - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Rua Antônio Tabosa, Rua Evaristo Gomes - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Rua Francisco Cipriano Moreira, Rua Joaquim Braga - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Rua José Evaristo Gomes, Rua Josefa Barroso Damasceno - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Rua Antônio Henrique de Azevedo - Centro	37962287
10:00 às 15:00	Rua Josefa Barroso Damasceno, Rua Maria Clarice Moreira - Monte Alverne	37962287
10:00 às 15:00	Rua Francisco Cipriano Moreira, Rua Josefa Barroso Damasceno - Monte Alverne	37962287
10:00 às 15:00	Rua Principal Setor B - NH Setor B	37962287
10:00 às 15:00	Avenida Maria Moreira - Nossa Senhora da Saúde	37962287
10:00 às 15:00	Rua Maria Moreira, Rua Domingos Barroso 271B - Paraipaba	37962287
10:00 às 15:00	Sítio Penha - Penha	37962287
10:00 às 15:00	Povoado Rosário - Rosário	37962287
10:00 às 15:00	Rua Antônio Henrique, Rua do Monte 00103 A	37962287
10:00 às 15:00	Rua Antônio N de Azevedo, Rua J. Evaristo Gomes	37962287
10:00 às 15:00	Rua Joaquim Braga, Rua José Evaristo Gomes	37962287
10:00 às 15:00	Rua José Evaristo Gomes, Rua Maria Moreira Paraipaba	37962287

enel

ATENÇÃO, CLIENTE ENEL!
DESLIGAMENTO PROGRAMADO

A ENEL avisa aos seus clientes a interrupção temporária do fornecimento de energia ocasionada pela necessidade de execução de serviços de manutenção/obras nos seguintes horários e locais:

Dia: 29/03/2025

Horário	Endereço	Nº Deslig.
PENAFORTE		
12:00 às 17:00	Sítio Santo André - Sul	37842131
POTENGI		
11:00 às 15:00	Sítio Buenos Aires, Sítio Quaresma - Quaresma	37842121
11:00 às 15:00	Sítio Buenos Aires, Sítio Quaresma - Quaresma	37842121
QUIXADÁ		
08:00 às 13:00	Fazenda Fonseca	37936867
08:00 às 13:00	Fazenda Floresta Daniel de Queiroz - Distrito São João dos Queiroz	37936867
08:00 às 13:00	Sítio Fonseca Estrada Abelardo - Distrito Daniel de Queiroz	37936867
09:00 às 14:00	Fazenda Romão, Fazenda Romão - Distrito de São Francisco	37934327
09:00 às 14:00	Sítio Romão, Vila São José - Distrito de São Francisco	37934327
09:00 às 14:00	Fazenda São Francisco, Fazenda Santa Fé - Distrito Várzea da Onça	37934327
SÃO LUIS DO CURÚ		
10:00 às 15:00	Avenida Francisco Ferreira da Cunha - Centro	37960859
10:00 às 15:00	Rua Pedro Magalhães - SWAT	37960859
SOBRAL		
08:40 às 12:40	Avenida Coronel Diogo Gomes, Mercado Central Cx 15 N 864 Condominio	37939981
08:40 às 12:40	Rua Coronel Ernesto Deocleciano, Rua Coronel José Silvestre	37939981
08:40 às 12:40	Rua José Silvestre, Rua Viriato de Medeiros S/N Mercado Central	37939981
08:40 às 12:40	Avenida Diogo Gomes, Rua Antônio Carlos de Oliveira - Centro	37939981
08:40 às 12:40	Rua Viriato de Medeiros, Rua Antônio Carlos de Oliveira - Centro	37939981
08:40 às 12:40	Rua Coronel Antônio Frota 378 Altos, Rua Coronel Diogo Gomes - Centro	37939981
08:40 às 12:40	Rua Coronel Frederico Gomes, Rua Desembargador Moreira da Rocha - Centro	37939981
08:40 às 12:40	Rua Jornalista Deolindo Barreto, Rua Coronel Adeodato - Centro	37939981
08:40 às 12:40	Vila Ernesto Marinho - Centro	37939981
08:40 às 12:40	Rua Desembargador Moreira da Rocha 00455 Bx 07 Mercado Central - Coração de Jesus	37939981
08:40 às 12:40	Rua Coronel Adeodato - Sumaré	37939981
09:30 às 13:40	Fazenda Boa Vista dos Aprigio, Povoado Vassouras Taperuaba - Taperuaba	37938379
09:30 às 13:40	Rua Vassoura Boa Vista - Taperuaba	37938379
TARRAFAS		
12:00 às 17:00	Sítio Oitis - Distrito Oitis	37842137
UMIRIM		
10:00 às 15:00	Fazenda Carnaúba, Sítio Oiticica - Caxitoré	37960859
10:00 às 15:00	Rua João Paulo II, Rua João Paulo II - Planalto	37960859
10:00 às 15:00	Rua Pedro Ferreira Sales - Planalto	37960859
10:00 às 15:00	Rua Major Sales, Rua Manoel Rodrigues Sales - Preguiça	37960859
10:00 às 15:00	Rua SDO, Rua SDO 04 07395 BT - Preguiça	37960859
10:00 às 15:00	Rua SDO, Travessa Major Sales - Preguiça	37960859
10:00 às 15:00	Vila Preguiça - Preguiça	37960859
10:00 às 15:00	Conjunto Bate Palma - São Joaquim	37960859

Saiba mais em enel.com.br

EDIÇÃO: **JOELMA LEAL** | JOELMALEAL@OPOVO.COM.BR | 85 3255 6106

Torcedor preso por engano teve dados incluídos em processo após falta de checagem judicial

| CASTELÃO | Houve falha na apuração dos dados do verdadeiro réu em 2016, época em que o crime foi registrado e o processo aberto

MIRLA NOBRE
mirla.nobre@opovo.com.br

O torcedor preso por engano durante o primeiro Clássico-Rei da final do Campeonato Cearense 2025, em 15 de março, foi vítima de um caso de homônimo e teve seus dados erroneamente incluídos em um processo judicial por um crime que não cometeu. A falha ocorreu devido à falta de checagem adequada dos dados do verdadeiro réu em 2016, época em que o crime foi registrado e o processo aberto.

O homem, identificado como Daniel da Silva, de 40 anos, e o verdadeiro autor do crime relacionado a receptação cometido há nove anos, possuem o mesmo nome, assim como o mesmo nome da mãe — Maria das Graças da Silva.

Além disso, ambos não possuem a identificação do pai nos registros. As informações foram reveladas ontem, 24, durante coletiva de imprensa da Defensoria Pública do Ceará (DPCE), que acompanha o caso.

Conforme a Defensoria, foi constatado o erro diante da divergência na data e no local de nascimento. O órgão revelou que o verdadeiro réu nasceu em Fortaleza, em 1988, enquanto o torcedor preso por engano nasceu, em 1984, no município de Quixadá. Além disso, foi verificada a divergência dos números de RG e CPF.

> Na época do crime, o defensor público e diretor da Central das Defensorias Públicas da Capital, Manfredo Rommel, solicitou a soltura de Daniel verdadeiro autor do crime. O pedido foi aceito, mas o processo criminal seguiu com os dados de outro Daniel, o torcedor preso. O Daniel responsável pelo crime e preso em flagrante não foi mais encontrado e segue desaparecido.

O defensor público do Núcleo de Assistência ao Preso Provisório e às Vítimas de Violência (Nuapp), Emerson Castelo Branco, disse que, na época, foi expedido o mandado de prisão com toda a qualificação do Daniel, torcedor preso no último dia 15 na Arena Castelão, apontando erro na qualificação.

> ***A checagem tem que ser mais aprofundada"***
>
> **Emerson Castelo Branco,** defensor público do Núcleo de Assistência ao Preso Provisório e às Vítimas de Violência (Nuapp)

"O Daniel culpado, na verdade, não estava qualificado no processo. Quem estava qualificado no processo, os dados do processo, era o do Daniel inocente", informa o defensor, afirmando ainda a necessidade de uma checagem mais "rigorosa".

"A primeira vista engana [...] mesmo nome da pessoa, mesmo nome da mãe e não tem nome de pai. E, muitas vezes, se confia nisso para bater o martelo e dizer que a pessoa está corretamente identificada, quando na verdade a checagem tem que ser um pouco mais aprofundada", disse Emerson.

O mandado em aberto se referia ao processo de um crime de receptação em 2016. Na época, a DPCE também tinha atuado no processo e pediu a liberdade do real autor, que ficou em liberdade no dia 15 de dezembro daquele ano, com aplicação de medidas cautelares.

Entre elas, como não mudar de residência e permanecer recolhido de 22h às 6h. As determinações, no entanto, não foram cumpridas pelo criminoso e o mandado de prisão foi expedido.

O torcedor foi preso com auxílio da tecnologia de reconhecimento facial inaugurada durante o primeiro jogo da final do Campeonato Cearense deste ano. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) informou que o homem havia tido a prisão decretada por ser suspeito de um crime de receptação.

Daniel foi conduzido à delegacia e solto no dia seguinte mediante o uso de tornozeleira eletrônica. Durante a semana, ele publicou um vídeo nas redes sociais negando ter cometido o crime, registrado em 2016, que gerou a expedição do mandado.

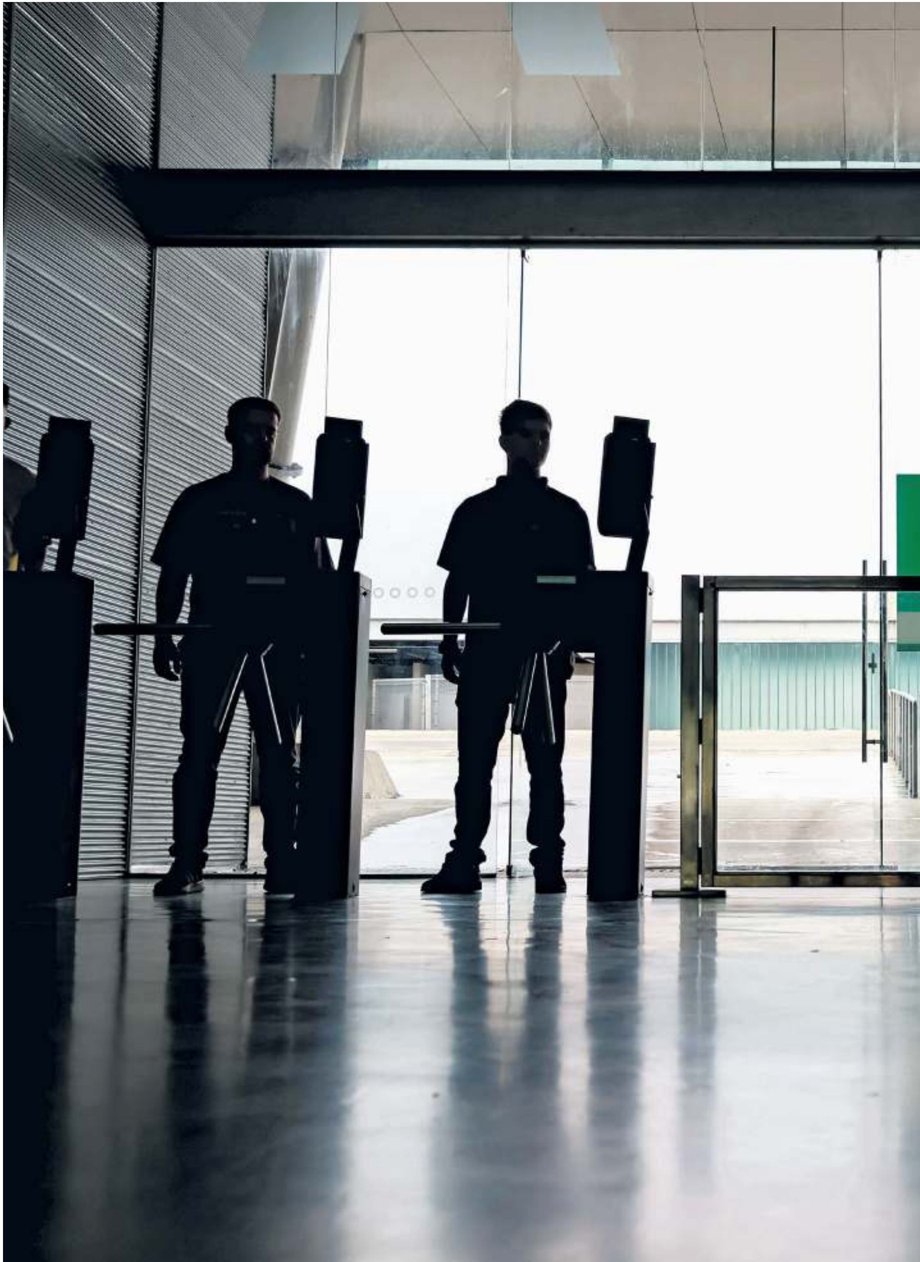
Durante coletiva de imprensa realizada pela DPCE, nesta segunda-feira, 24, Daniel comentou que o objetivo neste momento é limpar o seu nome e a sua imagem do sistema judiciário. "Quero deixar meu nome do jeito que tava, limpo, minha imagem, porque foi ruim. Eu não desejo para ninguém o que eu passei. É muito horrível", disse o torcedor.

Ainda segundo ele, após ser noticiado como um criminoso, precisava falar para todos que não era culpado. "Todo mundo duvidava de mim. [...] Só primeiro lugar eu quero que eles peçam desculpas a todo mundo que errou, eu tenho direito", comenta Daniel.

A Defensoria Pública esclareceu que, por causa dessa falha, não houve erro no processo de reconhecimento facial realizado na Arena Castelão, uma vez que os dados no banco de dados da Justiça eram, de fato, de Daniel, embora de forma errada.

A Polícia Civil do Ceará afirmou, após o caso, que o cumprimento do mandado foi realizado de forma correta e que não houve erro no reconhecimento facial. "Sobre a alegação de falha no processo judicial por receptação, iniciado em 2016, a mesma deverá ser objeto de análise judicial", disse a corporação em nota.

AURÉLIO ALVES



A PRISÃO ocorreu no dia 15 passado, durante a primeira final do Campeonato Cearense

Habeas corpus preventivo.

Defensoria pede exclusão do nome do torcedor no processo

Na sexta-feira passada, 21, a Defensoria Pública entrou com um pedido de *habeas corpus* preventivo no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) para esclarecer o erro e excluir o nome do torcedor na qualificação para evitar novos enganos e possibilitar que o erro seja reparado.

"Requeremos que a correção seja feita imediatamente, com a exclusão do nome e dos dados dele de todos os bancos de dados. Não se trata apenas de retirar a tornozeleira, como ocorreu, é necessário remover o nome dele integralmente dos registros", afirma o defensor público Emerson Castelo Branco.

Segundo ele, se o torcedor estiver em uma cidade, em uma blitz ou em qualquer outra situação, seus dados aparecerão em pesquisas relacionadas a um processo criminal.

Na semana anterior, a Defensoria havia entrado com requerimento para retirar a tornozeleira eletrônica do torcedor, que foi colocada como procedimento no mandado de prisão após o homem ser detido no Castelão. Com a decisão do TJCE, o equipamento foi retirado na quinta-feira, 20, quatro dias após a prisão por engano.

"Uma vez constatado o homônimo, serão tomadas as devidas providências legais e procedimentais. O pedido (de habeas corpus preventivo) será apreciado", informou o TJCE, por meio de nota.

Tecnologia.

"Erros podem acontecer", diz Elmano

Questionado sobre o sistema de reconhecimento racial e quais medidas deveriam ser aderidas para evitar erros, o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), disse que "erros podem acontecer" e defende que "abordagem tem que ser feita de maneira adequada", evitando colocar um cenário de constrangimento.

Ainda segundo Elmano, o recurso, recentemente inaugurado na Arena Castelão, será cada vez mais utilizado e defende a importância da tecnologia para identificar foragidos ou desaparecido: "Então, eu acho que são avanços tecnológicos que ajudam o trabalho das forças de segurança".

Eufrázio

Data Magna: feriado lembra pioneirismo do Ceará no fim da escravidão

| MOVIMENTO ABOLICIONISTA | Data é feriado estadual desde 2011 e celebra a libertação dos escravos no Ceará; Estado possui equipamentos em homenagem a líderes

KLEBER CARVALHO
joao.kleber@opovo.com.br

OP+ EXTRA

Acesse o QR Code e veja a programação dos equipamentos para hoje. Apenas o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, e o Museu Senzala, em Redenção, informaram sobre as ações

O feriado da Data Magna, celebrado hoje, 25, é um dos grandes marcos da história cearense. Há 141 anos, em março de 1884, o Ceará abolia oficialmente a escravidão a nível local e se tornava o primeiro estado do então Império Brasileiro a encerrar o regime escravagista.

A conquista, que até hoje dá nome ao apelido "Terra da Luz" para o Estado, foi conquistada pelo sangue e suor de várias gerações de negros, que lutaram pelo direito de seu povo à vida com orgulho e dignidade. Feriado estadual desde 2011, a data busca relembrar a importância destes homens e mulheres que enfrentaram a tirania e o preconceito para conquistar sua liberdade.

Para a especialista em História e cultura africana e afro-brasileira, Gizelle Ferreira, a existência do feriado é fundamental para manter viva a memória de um movimento cearense, que serviu de exemplo para todo o País, e deve ser motivo de orgulho para a população local.

"É muito importante a gente reacender e reconquistar essa memória, porque o cearense tem problema de memória. Nós esquecemos de estudar, de vangloriar e exaltar nossa memória. E que a gente possa ir atrás das memórias que são relacionadas ao nosso povo. A impressão é de que a 'Terra da Luz' é como se fosse uma visão mágica, heroica, de pessoas que salvaram os negros da escravização e não foi por aí", comenta.

Parte dessa história, entretanto não é tão positiva. Se por um lado há a árdua conquista da liberdade pelo movimento negro, essas mesmas pessoas sofreram com a ausência de direitos econômicos e sociais.

> Mais do que a apoteose da abolição, a Data Magna conta centenas de anos de luta contra o regime escravagista no Ceará e tudo aquilo que precisou ser sacrificado por quem lutou contra ele. A história dessa luta não é protagonizada por soldados com grandes armaduras, mas sim por jangadeiros, quilombolas, escravizados e trabalhadores negros, que enfrentaram um sistema complexo e opressor, para conquistar um direito básico.

Passado mais de um século da abolição da escravatura no Ceará, a luta por direitos segue como pauta do movimento negro. O enfrentamento ao racismo e à discriminação racial têm sido pautas diárias.

Entre as formas de enfrentamento à essa violência estão a educação e o reconhecimento do protagonismo dos negros no Ceará. Entretanto, este também é um problema a ser superado, já que o ensino da história do Estado por muitas vezes é preterido por outros assuntos nas salas de aula, o que termina por colaborar para essa "falta de memória" citada por Gizelle.

"A que ponto o cearense está tendo contato com a sua história? Como professora percebo que há uma defasagem muito grande na educação já que a gente não trabalha história do Ceará no Ensino Básico. Apesar de ter no currículo, isso fica muito à escolha do professor. Como a gente vai se identificar, se reconhecer, entender as contradições, se a gente não conhece a nossa história?", questiona a também mestra em Ciências da Educação. (Leia mais no Vida & Arte)

AURÉLIO ALVES



O FERIADO ainda pega muita gente de surpresa em 25 de março

Programação.

Equipamentos homenageiam movimento e seus líderes

Ao redor do Ceará, uma das formas para lembrar a luta negra contra a escravidão é o batismo de monumentos e prédios históricos em homenagem a seus líderes. Em Fortaleza, por exemplo, Dragão do Mar e Tia Preta Simoa, dois dos protagonistas da Greve dos Jangadeiros, movimento que barrou o transporte de negros que seriam vendidos em outras províncias, dão nome a prédios da cidade.

Dragão do Mar é a graça de um dos principais centros culturais da Capital cearense, com música, cinema, astronomia e outras expressões artísticas e científicas. Já Preta Simoa é o nome de uma das casas do movimento Olga em Fortaleza, que presta ajuda a mulheres vítimas de violência contra a mulher.

A sede do Governo do Estado também carrega uma homenagem a história dos negros no Ceará, com o título Palácio da Abolição, em referência à Data Magna. Já no município de Redenção, situado a 67 quilômetros (km) de Fortaleza, está o Museu Senzala Negro Liberto, que até hoje guarda memórias dos anos de luta no Ceará.

Essa prerrogativa, de nomear espaços públicos com nomes de personagens históricos é comumente adotada para manter vivo legado desses personagens. Entretanto, é preciso mais do que apenas um nome em uma fachada para fazer jus às contribuições desses indivíduos para a história cearense.

"Uma memória não se mantém viva se não há uma reflexão sobre ela. Simplesmente um prédio ou algum monumento batizado com o nome de alguém, sem algum movimento ou algo que envolva aquele lugar, acaba se esvaindo. Acaba sendo simplesmente um prédio, simplesmente uma estátua, que deixa de ter significado real", pondera Gizelle Ferreira.

Instituto musical realiza apresentação no bairro Passaré, em Fortaleza

| OPORTUNIDADE | Fundado há 12 anos, o instituto atualmente ensina cerca de 550 crianças e adolescentes a tocarem diversos instrumentos. Estão previstos oito concertos entre abril e dezembro



REQUISITO

Para se tornar aluno é necessário estar na rede pública de ensino e residir em uma área de vulnerabilidade social

O Instituto de Música Jacques Klein (IMJK) realizou a primeira Experiência Musical de 2025, com alunos da fundação. O evento ocorreu na sede do instituto, no bairro Passaré, em Fortaleza. Atualmente, cerca de 550 crianças e adolescentes são beneficiados pela ação.

Na apresentação de ontem, 24, estavam presentes cerca de 51 alunos, divididos em duas orquestras. Para este ano, estão programados oito concertos entre abril e dezembro.

O instituto foi fundado há 12 anos, visando criar oportunidades para crianças e adolescentes que habitam em áreas de alta vulnerabilidade social da Capital.

Diretora-executiva do instituto há sete anos, Fabrícia Abrantes conta que, desde o início, o IMJK traz a vertente de ajudar e transformar a vida das pessoas. "Muitos deles saem [como] cidadãos de boa fé, preparados para o mercado e para enfrentar adversidades".

São ofertados cursos de iniciação musical, a partir dos três anos de idade. A partir dos seis anos, os alunos aprendem a tocar viola, violoncelo, contrabaixo, violino e piano. Além disso, são ofertadas aulas de canto coral.

Para se tornar aluno é necessário estar na rede pública de ensino e residir em uma área de vulnerabilidade social.

Natural de Campos dos Goytacazes (RJ), o maestro do instituto, Luis Maurício, iniciou na carreira artística aos dez anos de idade. Atualmente, coordena as aulas de violoncelo no instituto: "Trabalho com isso há 30 anos e o que eu sempre vejo é o estereótipo que todos dizem: 'ah, as crianças não vão gostar', e são as que mais gostam. Isso traz uma uma realização pessoal e profissional muito grande, porque eu também fui atingido por essa mesma música e por essa mesma arte quando eu tinha a idade deles".

Moradora do bairro Jóquei Clube, a estudante de administração Fernanda Sara, conta que é aluna do instituto há 10 anos. A jovem começou no IMJK tocando flauta doce, e atualmente está tocando o violoncelo.

Para ela, a importância do projeto é retirar as crianças da rua: "Eles ficam sem nada pra fazer e às vezes são levados para o mau caminho. A instituição ajuda a ocuparem o tempo livre e acaba que elas se empolgam muito". **(Bárbara Mirele/Especial para O POVO)**

ACI ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE IMPRENSA

A ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE IMPRENSA – ACI
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, ficam convocados os associados da Associação Cearense de Imprensa, em dia com suas obrigações sociais, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 7 de abril de 2025, a partir das 12 horas, em primeira convocação, e às 12h30min, em segunda convocação, para eleger a Comissão Eleitoral que será constituída de 1 presidente, 1 secretário e 1 escrutinador que deverá elaborar calendário do processo eleitoral, de acordo com o que determina o artigo 35, nos parágrafos 1 e 2 do estatuto social da entidade. A eleição será realizada para a Diretoria Executiva, Comissão de Ética e Conselho Fiscal.

Fortaleza, 25 de março de 2025

Helly Pinheiro Ellery Filho
Presidente da ACI

PACO@OPOVO.COM.BR

LÚCIO BRASILEIRO



ESTA COLUNA É PUBLICADA DE SEGUNDA A DOMINGO

A conferência programada pela Academia Cearense de Engenharia para ontem foi adiada, face viagem do protagonista.

Assim, sob presidência de Flávio Barreto, será agora realizada em primeiro de abril.

Tendo Cristiano Maia de mediadores Francisco Lopes Viana e Sílvio Carlos Ribeiro Lima.

Sob o tema de grande interesse, A Carcinicultura e o Futuro do Agro Cearense.

Terá lugar na Praia de Iracema, precisamente, no Beco da Alegria da Rua Tabajaras.

Que por tantos anos foi meu, quando formei no pife-pafe da Lurdes Gentil, que, quando se mudou para próximo do Ideal, me deixou de recuerdo o fichário, que guardei.

ACERVO PESSOAL



COM Chiquinho Feitosa, com quem estive dois fins de ano no Rick's de Lisboa, que hoje, americanamente, se chama Four Seasons

TEMPLO LOTADO

Vigário padre Edinardo não celebrou dominical da Tabuba.

Porém, o substituto teve casa cheia.

REFORÇO

Mercador de vinhos Timóteo Xavier instalando escola próximo de sua casa das dunas.

Objetivando dar apoio aos estudos da garotada.

OBRIGADO

Quero agradecer, em meu nome e do Paulo Sérgio.

A carinhosa citação manifestada no intervalo do clássico pelo Sérgio Ponte e Fernando Graziani.



BON MOT

CONFESSAMOS NOSSOS PEQUENOS DEFEITOS SÓ PARA CONVENCER OS OUTROS DE QUE NÃO TEMOS DEFEITOS (La Rochefoucauld)

RONDA DOS NATAIS

Terça, 25 de março: Roberto Ney Machado, um de meus introdutores no Ideal .... Fernando Furtado, que esposou uma das três moças de Crateús .... Deborah Câmara, jornalista, tal marido .... Lucas Caminha, de Ricardo e Verônica .... Antônio Borges Campos, do meu Guia-Saúde Cirúrgico.







"Tratam feminicídio como briga de gangue", diz ministra

| MULHERES | Cida Gonçalves critica a não utilização da tipificação por parte de secretarias de segurança e pelo Judiciário

ALEXIA VIEIRA
alexia.vieira@opovo.com.br

AURÉLIO ALVES



TITULAR do Ministério da Mulher em entrevista exclusiva ao **O POVO**

Os assassinatos de mulheres no contexto de violência urbana, embora tenham aspectos relacionados ao gênero, não são julgados como feminicídios. Em entrevista ao **O POVO**, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, afirma que isso gera uma subnotificação de casos.

> "A gente tem um vício no Brasil na questão do feminicídio. A única qualificadora é ser uma morte dentro de relações afetivas, pelo companheiro ou ex-companheiro. A gente não conseguiu trabalhar na tipificação, seja na segurança pública ou no Ministério Público, as qualificadoras como a violência sexual, a questão do ódio, a desqualificação pelo fato de ser mulher", diz.

O cenário ocorre mesmo que a lei nº 13.104/2015 inclua o parágrafo segundo do inciso dois, que considera "menosprezo ou discriminação à condição de mulher" como razões para a tipificação de feminicídio.

"Isso termina atrapalhando exatamente esses casos, porque você vai ter casos de feminicídio na questão das drogas que é tratado como uma briga de gangue. Isso coloca uma subnotificação em todo o processo", afirma.

Apesar de elogiar a qualidade dos dados de segurança cearenses, a ministra reconhece que a subnotificação de feminicídios em casos de violência urbana ocorre na maioria dos estados, incluindo o Ceará.

Nos dois primeiros meses de 2025, o Estado registrou cinco feminicídios, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Já os homicídios de mulheres incluídos nas estatísticas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) chegam a 47.

> Em 2023, um dossiê do Fórum Cearense de Mulheres mostrou a discrepância entre os dados oficiais do governo e a subnotificação dos crimes de feminicídio. O documento mostrava que no ano de 2020, enquanto o governo computava 23 casos, o Fórum identificou 115.

A subnotificação ocorre até mesmo em casos que não tem a ver com o tráfico de drogas. A ministra relembra o caso de Julieta Hernández, artista venezuelana assassinada por um casal de brasileiro no Amazonas, em 2023. O Ministério das Mulheres acompanha o caso, que foi classificado como um latrocínio.

"Eles não tipificaram como feminicídio, eles tipificaram como roubo seguido de morte, só que teve estupro, desqualificação, todos os indicadores de feminicídio. Mas não era uma relação íntima de afeto, então eles não colocaram", critica.

O caso é parecido com o latrocínio da jovem Natany Alves, 21, que teve o carro roubado por três homens em Quixeramobim, no Ceará, em fevereiro. Ela foi raptada junto ao veículo, sofreu uma tentativa de estupro e foi morta a pedradas.

Segundo Cida Gonçalves, juristas costumam argumentar que a pena de feminicídio seria menor do que a de homicídio qualificado. No entanto, em 2024, a lei 14.994/24 ampliou a pena para quem comete o crime. A punição, que variava entre 12 a 30 anos de prisão, passou para mínimo de 20 e máximo de 40 anos.

"Há problemas graves dentro do processo da Justiça que precisam ser enfrentados para que a gente possa chegar aonde precisa. Enfrentar o feminicídio também é isso: garantir que as mulheres tenham o máximo de informação e questionem", diz.



CASOS

Nos dois primeiros meses de 2025, o Estado registrou cinco feminicídios, conforme a SSPDS, já os homicídios de mulheres incluídos nas estatísticas de CVLIs chegam a 47

Ceará faz integração de dados com a rede nacional de saúde

| DESAFIOS | MS diz trabalhar transformação digital do SUS

GABRIELA ALMEIDA
gabriela.almeida@opovo.com.br

Os dados de regulação do Ceará foram integrados à rede nacional de saúde na semana passada. A iniciativa busca garantir a ampliação do acesso a serviços especializados, a redução do tempo de espera de pacientes no Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras ações.

A informação foi divulgada pela secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (MS), Ana Estela Haddad, ontem, 24, durante Congresso do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará (Cosems-CE). O evento ocorre em Fortaleza e prossegue até hoje, 25.

Os dados de regulação são informações sobre o acesso aos serviços de saúde. Entre eles procedimentos solicitados e encaminhamentos a serviços especializados, que atendam à necessidade do paciente.

De acordo com Ana Estela, outras unidades federativas estão integradas e, segundo informou a representante, objetivo é que todo o País passe por essa integração.

"Em breve, teremos uma uma fila única nacional. Sem conhecer a fila a gente não tem como medir nem saber como melhorar", destacou a representante do MS, frisando que um dos desafios do Brasil é reduzir o tempo de espera para exames e consultas especializadas.

Ainda conforme Ana Estela, o MS também está trabalhando a transformação digital do SUS, visto que esse é "um aspecto importante" no processo de melhoria do órgão.

A secretária informou que em 2024 foram investidos R$ 464 milhões para recursos de saúde digital no País. Desse montante, R$ 18 milhões foram destinados ao Ceará.

O secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Chagas Vieira, destacou que a Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) tem trabalhado "fortemente" na transformação digital, com ações que possibilitam integrar todas as informações dos pacientes, otimizando e humanizando processo. **(Com informações de Gabriele Félix)**

OP EXTRA



Acesse o QR Code e leia sobre os três novos hospitais estaduais, que deverão ser entregues até 2026

Eufrázio


EDIÇÃO: ANDRÉ BLOC | ANDRE.BLOC@OPOVODIGITAL.COM |

WWW.OPOVO.COM.BR
TERÇA-FEIRA
FORTALEZA - CEARÁ - 25 DE MARÇO DE 2025

RAFAEL RIBEIRO/CBF

Raphinha, jogador da seleção brasileiro, é um dos destaques do futebol mundial

ARGENTINA X BRASIL

CAMADA EXTRA DE RIVALIDADE

RIVAIS SE ENFRENTAM PELAS ELIMINATÓRIAS, EM JOGO APIMENTADO POR DECLARAÇÃO DE RAPHINHA, QUE SUGERIU DAR "PORRADA" NOS ARGENTINOS

VICTOR BARROS
victor.barros@opovo.com.br

8
MUNDIAIS
somam Brasil (5) e Argentina (3), líderes no quesito na América

"Porrada neles, sem dúvidas. No campo e fora de campo, se tiver que ser". A declaração, feita pelo atacante Raphinha, da seleção brasileira e do Barcelona, em entrevista ao ex-jogador Romário, apimentou o já quente maior clássico do futebol mundial, que terá mais um capítulo nesta terça-feira, 24.

Argentina e Brasil entram em campo às 21 horas, no Más Monumental, casa do River Plate, em Buenos Aires, pela 14ª rodada das Eliminatórias da Copa do Mundo. O confronto coloca frente a frente os líderes da chave, os argentinos, contra os terceiros colocados, os brasileiros.

No primeiro embate entre as seleções nesta edição do torneio classificatório, os atuais campeões do mundo levaram a melhor e venceram a seleção brasileira por 1 a 0, em pleno Maracanã, no Rio de Janeiro (RJ), no dia 21 de novembro de 2023.

Apesar disso, a equipe brasileira leva ligeira vantagem histórica sobre os hermanos. De acordo com dados da Fifa, as seleções se enfrentaram 109 vezes, com 43 vitórias da pentacampeã mundial, 41 da tri e atual detentora da taça do mundo, além de 25 empates.

Entretanto, o Brasil amarga um jejum de seis anos sem vencer seu maior rival. O triunfo mais recente ocorreu na semifinal da Copa América de 2019, ainda sob o comando de Tite. Na ocasião, com gols de Gabriel Jesus e Roberto Firmino, a Amarelinha eliminou a Albiceleste e avançou à final, conquistando posteriormente o título ao derrotar o Peru.

Desde então, foram quatro confrontos, com três vitórias argentinas — todas por 1 a 0 — e um empate sem gols. Entre esses duelos, destaca-se a final da Copa América de 2021, quando a Argentina venceu por 1 a 0 no Maracanã, com gol de Ángel Di María.

O clássico desta terça-feira tem caráter decisivo, especialmente para o Brasil. Os comandados de Dorival Júnior ainda buscam a formação ideal e um estilo de jogo condizente com o potencial técnico da equipe.

Na última rodada das Eliminatórias, na quinta-feira, 20, a seleção venceu a Colômbia por 2 a 1, com gols de Raphinha e Vinicius Júnior. No entanto, o desempenho não convenceu. Ao longo da partida, a equipe esteve acuada em diversos momentos e demonstrou dificuldades para reagir em situações adversas.

O gol da vitória só saiu nos acréscimos, com um chute de longa distância de Vinicius Júnior, que acabou se tornando o herói do jogo.

Além do rendimento instável, a partida contra os colombianos resultou em quatro desfalques para o Brasil. Alisson e Gerson sofreram problemas físicos, enquanto Gabriel Magalhães e Bruno Guimarães estão suspensos pelo acúmulo de cartões amarelos. Para seus lugares, Dorival convocou o goleiro Weverton, o zagueiro Beraldo e os volantes Éderson — ex-Fortaleza — e João Gomes.

Diante desses desfalques, a escalação brasileira deve ter mudanças em relação ao time que enfrentou a Colômbia no Mané Garrincha. A primeira delas será no gol: Bento vai substituir Alisson. Na lateral direita, Wesley, do Flamengo, deve aparecer entre os titulares após deixar boa impressão na partida passada.

O meio-campo também deve ser alterado. Com as ausências de Bruno Guimarães e Gerson, a tendência é que André e Joelinton formem a dupla de volantes. No ataque, Matheus Cunha pode ganhar a vaga de João Pedro.

Uma vitória nesta terça-feira pode colocar o Brasil na segunda colocação da tabela e encaminhar a classificação para a Copa do Mundo, reacendendo na torcida o sonho do hexacampeonato.

FICHA TÉCNICA

ELIMINATÓRIAS






Argentina
4-3-3: Dibu Martínez; Nahuel Molina, Cuti Romero, Otamendi e Tagliafico; Paredes, Enzo Fernández e Mac Allister; Simeone, Almada e Julián Álvarez. Técnico: Lionel Scaloni

Brasil
4-3-3: Bento; Wesley, Marquinhos, Murillo e Guilherme Arana; André, Joelinton e Raphinha; Vinicius Júnior, Rodrygo e Matheus Cunha. Técnico: Dorival Júnior

Data: 25/3/2025
Local: Más Monumental, em Buenos Aires-ARG
Horário: 21 horas
Árbitro: Andre Rojas (COL)
Assistentes: Alexander Guzman (COL) e Richard Ortiz (COL)
VAR: John Pedromo (COL)
Transmissão: TV Globo, SporTV, Rádio O POVO CBN e o POVO CBN Cariri


CEARÁ

Engrenagem do título

CEO DO FUTEBOL DO VOVÔ, HAROLDO MARTINS ENALTECE FORÇA COLETIVA DO CLUBE, DESTACA TRABALHO DE LÉO CONDÉ E PROJETA DESAFIOS NO BRASILEIRÃO

AFONSO RIBEIRO
afonso.ribeiro@opovo.com.br



Haroldo Martins deu entrevista exclusiva ao Esportes do Povo, da Rádio O POVO CBN

SAMUEL SETUBAL

Bicampeão estadual como dirigente do Ceará, Haroldo Martins celebrou a conquista desse sábado, 22, elogiou o trabalho do técnico Léo Condé, destacou a rápida adaptação do atacante Pedro Raul, autor do gol do título, e projetou uma equipe competitiva na Série A, a partir da próxima segunda-feira, 31. O CEO do futebol alvinegro participou do "Esportes do Povo", da Rádio O POVO CBN, ontem, e também exaltou o bom funcionamento da "engrenagem de uma grande máquina" em Porangabuçu.

Na trajetória no Campeonato Cearense, o Vovô ganhou oito vezes e empatou apenas uma em nove partidas, levantando a taça de forma invicta. Foi a 47ª vez na história que o Ceará conquistou o Manjadinho, título este que fez o Alvinegro se tornar o maior campeão do Estadual.

"A gente trabalha para esse momento de conquista de título. No final das contas, é isso que vai para a história", reconheceu Haroldo. "É o título mais próximo do ano, o título que a gente tem afetividade. E se a gente entra numa competição é para levar a sério mesmo", completou.

Do ano passado para cá, quando Haroldo assumiu o departamento de futebol do Alvinegro — primeiro como diretor estatutário, agora como dirigente remunerado —, o clube venceu o Estadual duas vezes e conquistou o acesso à elite do Campeonato Brasileiro. Na atual temporada, o time de Condé também já avançou à terceira fase da Copa do Brasil e tem classificação encaminhada na Copa do Nordeste.

"Não existe 'eu' no futebol. No futebol só cabe a palavra 'nós', é sempre trabalho coletivo. Todo mundo que está fazendo o Ceará é a engrenagem de uma grande máquina. Se alguma engrenagem não funcionar, a máquina vai ter problema", ponderou.

O Ceará já volta a campo amanhã, quando enfrenta o Bahia, às 19 horas, na Fonte Nova, em Salvador (BA), pelo Nordestão, mas os alvinegros também estão de olho no maior desafio do ano, que é o Brasileirão. Após duas temporadas na Série B, o clube de Porangabuçu está novamente entre os 20 principais times do País e medirá forças contra rivais de orçamentos bem maiores.

"A gente está numa evolução, é uma construção. A gente sabe que tem coisas a serem ajustadas ainda, não é porque ganhou que está com uma perfeição no trabalho", refletiu Haroldo Martins. "É claro que todo o nosso ano está voltado para a Série A, é a competição mais importante, que garante orçamento, garante disputa por competições internacionais", admitiu, apontando o dia a dia da comissão técnica como fator importante para o sucesso.

"O trabalho de campo do Léo Condé é muito bom, um trabalho fora dos holofotes, simples, mas muito bem feito e com apoio, claro, da estrutura que o clube entrega, os profissionais que estão ao lado da comissão técnica. A gente acredita, sim, que vai ser competitivo, é isso que a gente sempre esperou do Ceará desde que subiu: apesar da disparidade financeira, de todas as dificuldades que o futebol brasileiro entrega, a gente precisa ser competitivo e acredita que vai ser, sim", afirmou.

> *"A gente trabalha para esse momento de conquista de título. No final das contas, é isso que vai para a história"*
>
> **Haroldo Martins,** CEO do futebol do Ceará

Sem confirmar se o Ceará ainda busca reforços no mercado da bola, o CEO do futebol do Ceará explicou a longa busca por um centroavante até a chegada de Pedro Raul, que soma cinco gols em seis jogos desde que chegou a Porangabuçu, há um mês, e foi o autor do gol do título do Cearense.

"A gente definiu os alvos, o Pedro Raul, sim, desde o início, esteve dentre esses alvos e a gente foi buscar negócio dentro da possibilidades do clube. Felizmente, no momento certo as coisas acontecem. Ele veio e parece que está aqui há três anos. Chegou bem, fazendo gols, gols decisivos. Muito bom, ele se encaixou facilmente no sistema de jogo do Ceará", comemorou Haroldo.

TORCEDORES do Ceará barrados e longas filas marcam final do Estadual

Mesmo com a conquista do bicampeonato estadual, parte da torcida do Ceará não teve uma boa experiência na Arena Castelão nesse sábado, 22. Alvinegros que tinham realizado check-ins ou estavam com ingressos em mãos apontaram erros graves na logística da final do Campeonato Cearense, como longas filas e até o fechamento de portões do estádio. Centenas de torcedores não puderam acessar a praça esportiva.

Torcedor do Ceará, o analista de sistemas Francisco Leonardo Carvalho detalhou o problema enfrentado no Gigante da Boa Vista. Ele e a esposa, Roberta Melo, foram barrados, mesmo com check-in feito.

"Somos sócios do Ceará, chegamos ao estádio por volta das 16h30min. Nos dirigimos ao portão R, onde foi feito nosso check-in, e, quando estávamos na fila, a organização do estádio informou que a entrada pelo portão R estava bloqueada. Comentaram que a entrada só poderia ser feita pelo portão N devido à lotação", disse o alvinegro.

"Ao chegar ao portão N, o policiamento informou que todos os acessos ao estádio estavam fechados. Bloquearam a entrada e mandaram todos os torcedores se afastarem para evitar o uso de gás de pimenta", completou.

Outro torcedor do Ceará que teve dificuldade para ter acesso ao Castelão foi Felipe Rodrigues, autônomo.

"A confusão começou no início da semana. A gente fez o check-in para o setor Especial, mas ficavam mudando o portão. A gente ficou lá no sufoco. Sem contar que esse sistema (reconhecimento facial) está dando muito erro", comentou.

A Secretaria do Esporte do Estado (Sesporte) informou que não foi registrada lotação de público na Arena Castelão no jogo. Para além disso, afirmou que o mandante da partida — neste caso, o Ceará — é responsável pela operação e venda de ingressos.

Em entrevista ao programa Esportes do POVO, da Rádio O POVO CBN, Haroldo Martins, CEO de Futebol do Ceará, comentou sobre o episódio e pediu desculpas em nome da instituição. Segundo o dirigente, o Vovô fará um processo de ressarcimento aos torcedores lesados.

Já a Polícia Miliatar do Ceará afirmou, em nota, que "alguns torcedores foram impedidos de acessar o estádio para evitar a lotação máxima do local. A medida foi necessária para garantir a segurança de todos os presentes e evitar riscos de superlotação". **(João Pedro Oliveira)**

> *"Bloquearam a entrada e mandaram os torcedores se afastarem para evitar o uso de gás de pimenta"*
>
> **Francisco Leonardo Carvalho,** torcedor do Ceará

CANDIDATO ÚNICO

Ednaldo é reeleito presidente da CBF

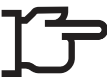
O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ednaldo Rodrigues, foi reeleito para mais cinco anos de mandato na entidade. A votação, confirmada de maneira unanime, ocorreu ontem.

Sem oposição, a chapa "Por um Futebol Mais Inclusivo e Sem Discriminação de Qualquer Natureza" obteve apoio das 27 federações estaduais.Os 20 clubes da Série A e os 20 da Série B também endossaram a candidatura do mandatário vigente.

No cargo desde 2021, quando assumiu de forma interina após o afastamento de Rogério Caboclo por denúncias de assédio, Ednaldo Rodrigues vai para seu terceiro mandato, o segundo por vias de votação, na CBF.

"A gente vai procurar fazer um mandato que busque cada vez mais o fomento do futebol brasileiro, lutando pela purificação desse futebol e pela inclusão social e principalmente no combate ao racismo", disse o mandatário em entrevista a CBF TV.

Tido como o único nome de oposição para a candidatura de Ednaldo, o ex-atacante Ronaldo retirou a sua candidatura faltando 11 dias para a eleição, após não obter apoio para ter sua chapa aprovada. **(João Bosco Neto / Especial para O POVO)**


AVISO Excepcionalmente hoje, a coluna Iara Costa não será publicada.
Os textos da jornalista retornam na próxima semana.

FERNANDOGRAZIANI@OPOVODIGITAL.COM

FERNANDO GRAZIANI

ESTA COLUNA É PUBLICADA DE SEGUNDA A SÁBADO

CONVICÇÃO DE QUE PRECISA MELHORAR É TRUNFO DO CEARÁ

APÓS A conquista do título cearense, observei um posicionamento unânime — e bem importante — na reação de dirigentes, comissão técnica e jogadores do Ceará: a certeza de que a conquista não pode esconder a necessidade de melhora para os desafios restantes da temporada. Da mesma forma, a perda da taça não seria sinal de terra arrasada.

O ALVINEGRO é uma equipe em construção, fato notório pela chegada de 18 jogadores em 2025, muitos deles titulares da equipe. Para se ter uma ideia, na segunda partida da final, contra o Fortaleza, sete atletas que começaram a partida não estavam no elenco no ano passado.

LUCAS EMANUEL/FCF

Pedro Raul (braço erguido), comemora um de seus 5 gols pelo Ceará

APENAS O goleiro Bruno Ferreira, o atacante Aylon, o lateral-esquerdo Matheus Bahia e meio-campista Lucas Mugni participaram da temporada passada e da conquista do acesso para a Série A. Pedro Raul, Fernando Sobral, Marllon, Willian Machado, Fabiano, Dieguinho e Fernandinho são chegadas recentes.

TER LEVADO para casa o Campeonato Cearense e de forma invicta — foram oito vitórias e um empate na campanha — mostra um trabalho geral muito bem feito no início de temporada, mas os desafios daqui para frente serão obrigatoriamente mais complexos, especialmente na Série A.

QUANDO O clube, em todos os níveis, se posiciona de forma clara sobre a necessidade de crescimento, mostra ter o trunfo de não se deslumbrar com a conquista e de seguir trabalhando na convicção da evolução. Diretoria de futebol, comissão técnica e elenco vão precisar se provar a todo instante — assim é o futebol — mas ter tal filosofia em mente é uma qualidade fundamental para a construção de um bom caminho.

O NÚMERO QUE IMPORTA

0 NENHUMA FEDERAÇÃO ESTADUAL DE FUTEBOL DO PAÍS (27 no total) e nenhum clube da Série A ou da Série B (são 40) votaram contra a reeleição de Ednaldo Rodrigues para a presidência da CBF, confirmada nesta segunda-feira, 24. Satisfação absoluta dos dirigentes, com 100% de apoio.

CAUSARAM-ME CERTO espanto as bravatas de Raphinha, jogador da seleção brasileira, antes do confronto desta terça-feira, contra a Argentina, pelas Eliminatórias da Copa, em Buenos Aires. Respondendo ao entrevistador Romário sobre o confronto, o atleta do Barcelona sentenciou: "Porrada neles, sem dúvida. Porrada neles". E completou: "No campo e fora do campo, se tiver que ser". Fica difícil entender qual benefício de se posicionar dessa forma bélica e gratuita, sem nenhum motivo aparente ou provocação do adversário. Bobagem pura.

O QUE não é bobagem: o desempenho do Brasil. Independentemente do resultado, é importante que o time atue com consistência, encarando bem a atual equipe campeã do mundo, única que foi capaz de acabar com a sequência de conquistas europeias em Copas do Mundo, que durava desde 2006.

>>

MAIS 3!

1. **A NOVA** Zelândia garantiu sua terceira classificação para uma Copa do Mundo de futebol após vencer a Nova Caledônia por 3 a 0, nesta segunda. Estará em 2026, portanto.

2. **A EQUIPE** da Oceania jamais venceu um jogo em fase final de Mundial. Foram duas participações anteriores. Em 1982, na Espanha, perdeu os três jogos, incluindo para o Brasil, por 4 a 0. Em 2010, na África do Sul, empatou os três.

3. **O PRINCIPAL** esporte da Nova Zelândia, com um fanatismo imenso do país, é o rugby.

Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas de Fernando Graziani.

FORTALEZA

Os desafios que se avizinham na Série A

VOJVODA DESCARTA IMPACTO DO RETROSPECTO RUIM DO FORTALEZA CONTRA TIMES DE SÉRIE A PARA NA DISPUTA DO BRASILEIRÃO 2025

FÁBIO LIMA

Vojvoda ressaltou que duelos no Brasileirão são diferentes dos de Cearense e Nordestão

MATEUS MOURA
mateus.moura@opovo.com.br

Sem tempo para lamentar o vice-campeonato estadual, o Fortaleza precisa virar o disco e ter foco total nos próximos compromissos, com destaque para a estreia na Série A do Campeonato Brasileiro de 2025, que acontece neste sábado, 29, diante do Fluminense-RJ, na Arena Castelão, na Capital. Neste ano, o Leão jogou cinco vezes contra clubes que estarão na elite nacional, contra Sport-PE, Vitória-BA e Ceará (três duelos).

Contra o Sport, pela fase de grupos da Copa do Nordeste, o Tricolor vivia um momento diferente do atual — marcado por más atuações e resultados adversos. Naquela ocasião, embalado por cinco vitórias seguidas, o time comandado por Juan Pablo Vojvoda visitou o Rubro-Negro na Ilha do Retiro e conseguiu um feito inédito em sua história: derrotar o time pernambucano no estádio dele, no Recife (PE).

A equipe cearense se mostrou um retrato do que foi durante boa parte do segundo semestre de 2024, com ótima campanha na Série A: um time consistente na defesa e eficaz nos contra-ataques. Não fez uma partida brilhante, é verdade, mas o suficiente para neutralizar o Sport e sair de lá com um 2 a 0. O suspiro de uma boa fase, porém, acabou ali.

No jogo seguinte, o Tricolor perdeu o Clássico-Rei para o Ceará, por 2 a 1, pela fase de grupos do Estadual, e entrou em um espiral de péssimos desempenhos e reveses em sequência, gerando enorme desconfiança no torcedor. Nove dias depois, foi superado, de virada, pelo Vitória, na Arena Castelão, pela Copa do Nordeste — antes, havia perdido ainda para o modesto Altos-PI, no Piauí.

Nas finais do Campeonato Cearense, o Leão voltou a enfrentar o Ceará e não conseguiu nenhuma vitória. Perdeu o jogo de ida por 1 a 0 e empatou no duelo decisivo por 1 a 1, ficando assim com o vice e com saldo negativo contra times da Série A nesta temporada.

Questionado sobre o retrospecto contra os adversários da Série A que enfrentou neste ano, o técnico Vojvoda, em entrevista coletiva após a final do Cearense, nesse sábado, 22, ressaltou que os duelos aconteceram em competições diferentes do contexto do que está por vir no Campeonato Brasileiro.

"Quando começar a Série A, eu vou fazer uma análise da Série A. Jogamos contra times que estão na Série A, mas a Série A é diferente dessas competições (Copa do Nordeste e Campeonato Cearense). Hoje (referindo-se à final do Estadual, no sábado passado) foi um mata-mata. São competições diferentes", disse.

É evidente que a fase não é boa. Há pressão externa e interna. O contexto se complica pelo pouco tempo que Vojvoda terá para preparação antes do Campeonato Brasileiro, que é o principal torneio do calendário tricolor. O Fluminense, apesar do vice no Carioca, em que perdeu para o Flamengo, tem feito um bom início de 2025. Para o Leão, é necessário começar a Série A dando resposta e, principalmente, obtendo resultados.

Antes, porém, o Fortaleza encara o CRB-AL, na Arena Castelão, pela Copa do Nordeste, na qual o Tricolor já se garantiu na fase de mata-mata. O jogo seré amanhã, às 21h30min.

27 POR CENTO
é o aproveitamento do Fortaleza contra times da Série A em 2025: uma vitória, um empate e três derrotas

RESULTADOS DO FORTALEZA

CONTRA TIMES DA SÉRIE A EM 2025

Sport 0x2 Fortaleza - Copa do Nordeste
Fortaleza 1x2 Ceará - Campeonato Cearense
Fortaleza 1x2 Vitória - Copa do Nordeste
Fortaleza 0x1 Ceará - Campeonato Cearense (final)
Ceará 1x1 Fortaleza - Campeonato Cearense (final)

OCEANIA

Nova Zelândia se classifica para a Copa do Mundo de 2026

A Nova Zelândia se classificou pela terceira vez para uma Copa do Mundo de futebol, após a vitória de 3 a 0 sobre a Nova Caledônia nesta segunda-feira, 24, pelas eliminatórias da Oceania.

Os 'All Whites' já disputaram os Mundiais da Espanha-1982 e da África do Sul-2010.

Após o 0 a 0 no primeiro tempo, os neozelandeses chegaram à vitória nessa segunda-feira, 24, com gols de Michael Boxall, Kosta Barbarouses e Eli Just.

Pela primeira vez a Oceania tem uma vaga direta para o Mundial. Anteriormente, o vencedor das Eliminatórias de lá conseguia vaga na repescagem. Os neozelandeses também contaram com a "debandada" da Austrália, que desde 2005 disputa competições internacionais como um país asiático.

O aumento das vagas da Oceania na Copa do Mundo se deve ao incremento no números de clubes no Mundial. Nos EUA, México e Canadá serão 48 equipes, ante 32 no Catar-2022. A América do Sul passou de cinco vagas diretas para seis. Há ainda uma chance via repescagem para o sétimo melhor.

A Nova Zelândia se une ao Japão, classificado na semana passada, e a Estados Unidos, Canadá e México, as sedes da Copa de 2026.

A partida que sacramentou a vaga dos neozelandeses foi marcada por um momento triste: uma lesão no quadril do atacante e capitão Chris Wood, jogador do Nottingham Forest. **(AFP)**

LOTERIAS

QUINA Nº 6688
21 40 43 67 68

LOTOFÁCIL Nº 3350
01 02 07 10 12 13 14 16
18 19 20 21 22 23 25

LOTOMANIA Nº 2750
06 14 22 25 26 27 36 37
42 52 54 61 67 69 72 85
88 94 95 99

DUPLA SENA Nº 2791
1º SORTEIO
12 14 30 44 46 48
2º SORTEIO
31 39 41 45 47 50

POP.

POPULARES_ CLASSIFICADOS

WWW.OPOVO.COM.BR
TERÇA-FEIRA
FORTALEZA - CEARÁ - 25 DE MARÇO DE 2025

ANUNCIE NO POP. _ 3254.1010

WWW.POPULARES.COM.BR

PRODUTOS E SERVIÇOS »»

VENDO ,APTO.COND. SPAZIO CHRISALYS

-03 sts.dep.03 vagas .Rua Gilbert Studart -Papicu. zap 85998475401

CONTATO (85) 998475401

TAÍBA-LOTES

Terrenos com 10x20
R$ 22.000 facilitados

CONTATO (85) 987261663

TAÍBA-CASA

Lugar com sete dormitórios, sendo cinco suítes, campo de futebol e piscina a cem metros do mar

CONTATO (85) 987261663

TAÍBA-ECOTURISMO

Alugue chalés com ar-condicionado, piscina, lagoa e pesca próximo ao mar

CONTATO (85) 987261663

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS »»

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sra. LAIS DE SOUZA PRADO,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL B VISTA II 2 ETAPA,** localizado na cidade de Cascavel- CE.

A MARANGUAPE SHOPPING MALL ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA (CNPJ 12.715.823/0001-82), torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, Licença Ambiental de Operação para Gestão e administração da propriedade imobiliária, localizada na Rua Coronel Antonio Botelho, 254, Centro, CEP 61.940-005, Município de Maranguape, Estado do Ceará. A presente publicação é parte integrante do procedimento de Licenciamento Ambiental junto à SEMURB, no município de MARANGUAPE, e seus efeitos só serão validados com a devida emissão da licença requerida.

O ALLAN MORORÓ XEREZ SILVA

Torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, através do processo número 2025000138, a Licença de Operação Nº 965/2025 com validade de 20/03/2029 para atividade do tipo Criação de Suínos sem abate (suinocultura), localizada na LOC. FAZENDA NOVA BETÂNIA S/N, Bairro SÃO JOAO DO AMANARI, Município de Maranguape, Estado do Ceará.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. FRANCISCO GLEILSON DA SILVA FERREIRA,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL NOVO BOA VISTA** localizado na cidade de Cascavel- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sra. RUTE DE SOUSA SILVA,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL SOL NASCENTE,** localizado na cidade de Cascavel- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. ROMULO MAIA SILVA,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL SOL NASCENTE,** localizado na cidade de Cascavel- CE.

POSTO BANABUIU LTDA

Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Operação - LO para comercialização de combustíveis e lubrificantes automotivos, não contempla a lavagem de veículos, troca de óleo e revenda e armazenamento de gás natural veicular, localizado na rua Francisco Monteiro Maia, nº 189, Bairro Centro, no Município de Morada Nova/CE, com validade de 5 anos.

A TOPLINK LOGÍSTICA LTDA (CNPJ: 14.564.516/0003-35), torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano de Itaitinga – SEMAM a Regularização de Licença de Operação nº 1577.2025 com validade até 06.03.2033, para Armazenamento e Distribuição de Produtos Não Perigosos – Transporte rodoviário e transferência de carga (frutas frescas), na Rodovia Quarto Anel Viário, nº 3955, Galpão 2, Anexo 7 (Complexo Logístico da LOG III), Ancuri, Itaitinga/CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. ANTONIO WILTON DE BRITO MARTINS,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL SOL NASCENTE,** localizado na cidade de Cascavel- CE.

A FARMACIA DO LAERTE LTDA, torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, a Regularização da Licença Ambiental para Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, localizada na Rua do Comércio, 156, Amanari Município de Maranguape, Estado do Ceará. A presente publicação é parte integrante do procedimento de Licenciamento Ambiental junto à SEMURB, no município de MARANGUAPE, e seus efeitos só serão validados com a devida emissão da licença requerida.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. DEOCLECIANO GOMES DA SILVA,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL AEROPORTO ME** localizado na cidade de São Benedito- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. GUILHERME TORRES MORAIS,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **PLANALTO RIVIERA MOURA** localizado na cidade de Mombaça- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. VERIDIANO DA MATA JUNIOR,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL JARDINS** localizado na cidade de Eusebio- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. AURELINO JANUARIO DA COSTA,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **ALTO LUMINOSO EMP IMO SPE LTDA,** localizado na cidade de Cascavel- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sra. LEILIANE PAIVA RAMOS,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **RESIDENCIAL B VISTA II 2 ETAPA,** localizado na cidade de Cascavel- CE.

A empresa **MOURA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** localizada na Rua Rodrigues Junior, n. 646, Centro - Fortaleza - CE, Fone/fax (85)3467-5705, solicita o imediato comparecimento do **Sr. MAURYZON GARCIA DE AQUINO,** para tratar de assunto de seu interesse referente ao Loteamento **PLANALTO AQUIRAZ** localizado na cidade de Aquiraz- CE.

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS »»

LEILÃO DE 11 IMÓVEIS
Online
Data do Leilão: 27/03/2025 a partir das 13h00

bradesco **ZUK**

AMAZONAS • BAHIA • CEARÁ • MINAS GERAIS • RIO DE JANEIRO • RONDÔNIA • SANTA CATARINA • SÃO PAULO

À VISTA 10% DE DESCONTO | APARTAMENTOS • CASAS • COMERCIAL • TERRENO

LOTE 03 - EUSÉBIO/CE - CENTRO
Rua Santa Cecília, nº 300. Casa (duplex) nº 16, (Tipo B1), Condomínio Villa Toscana.
Áreas totais: privativa: 111,37m², e total: 127,86m². Matr. 8.821 do 2º RI local.
Lance Mínimo: R$ 323.000,00 | Mínimo à Vista: R$ 290.700,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob nº 5.475.948 em 12/03/2025 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco sob nº 233.719 em 18/03/2025. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

A operadora de planos privados de assistência à saúde, UNIMED FORTALEZA, CNPJ (MF) 05.868.278/0001-07, e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sob Nº 31.714-4, por seu representante legal, de acordo com o disposto no art. 13, Parágrafo Único, inciso II, da Lei nº 9.656/98 (Lei dos Planos de Saúde) e na Súmula Normativa nº 28, expedida pela ANS em 30 de novembro de 2015, consideradas as tentativas frustradas de notificação pessoal dos seus beneficiários listados abaixo, vem, por meio do presente edital, NOTIFICÁ-LOS a fim de que compareçam à UNIMED FORTALEZA, localizada à Rua Gonçalves Ledo, nº 777 - BS Tower - Mezanino, CEP.60060-325, NO PRAZO de 10 (DEZ) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, e regularizem a situação financeira de seu plano de saúde, tudo visando garantir a continuidade dos serviços prestados. Ressaltamos que o não comparecimento e a não regularização de sua situação financeira no local e no prazo acima referidos implicará na rescisão/cancelamento de seu plano de saúde. Caso já tenham sua situação regularizada junto à UNIMED FORTALEZA, por favor, desconsiderar este aviso. Por fim, renovamos a satisfação em tê-los como nossos beneficiários.

Contrato:6367221 CNPJ:530233220001
Contrato:6313861 CNPJ:169251460001
Contrato:6350466 CNPJ:240520610001
Contrato:6350683 CNPJ:235587310001
Contrato:6371410 CNPJ:531694520001
Contrato:6358495 CNPJ:086481140001
Contrato:6366721 CNPJ:449300180001
Contrato:6347760 CNPJ:075883880001
Contrato:6314450 CNPJ:240574840001
Contrato:636219 CNPJ:095701040001
Contrato:6362693 CNPJ:000612140001
Contrato:6331220 CNPJ:147631160001
Contrato:6325366 CNPJ:187654090001
Contrato:6364275 CNPJ:339810200001
Contrato:6334832 CNPJ:378294710001
Contrato:6369454 CNPJ:446959400001
Contrato:631459 CNPJ:073722460001
Contrato:6370713 CNPJ:282666210001
Contrato:6314433 CNPJ:107040070001
Contrato:6370051 CNPJ:376872670001
Contrato:6350345 CNPJ:482775550001
Contrato:6358650 CNPJ:466899730001
Contrato:6359698 CNPJ:020876460001
Contrato:6371160 CNPJ:518303930001
Contrato:6370842 CNPJ:544523360001
Contrato:6320776 CNPJ:261324290001
Contrato:6359873 CNPJ:455165710001
Contrato:6363737 CNPJ:037956740001
Contrato:6350196 CNPJ:066084830001
Contrato:6358873 CNPJ:182064970001
Contrato:6338463 CNPJ:195965030001.

ANS - 31.714-4

Unimed Fortaleza

ORAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz.
Onde houver ódio, que eu leve o amor, Onde houver ofensa , que eu leve o perdão,
Onde houver discórdia, que eu leve a união,
Onde houver dúvida, que eu leve a fé,
Onde houver erro, que eu leve a verdade,
Onde houver desespero, que eu leve a esperança,
Onde houver tristeza, que eu leve a alegria,
Onde houver trevas, que eu leve a luz.
Ó Mestre, fazei que eu procure mais, consolar que ser consolado;
compreender que ser compreendido,amar, que ser amado.
Pois é dando que se recebe
é perdoando que se é perdoado
e é morrendo que se nasce para a vida eterna...

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Nossa Senhora de Fátima, virgem poderosa, recorro à vossa proteção contra todos os assaltos do inimigo, pois vós sois o terror das forças malignas.
Eu seguro no vosso manto santo e me refúgio debaixo dele para estar guardado, seguro e protegido de toda violência, que principalmente nos dias de hoje tem atingido tantas famílias, vítimas de assalto, sequestros, ameaças e medo.
Mãe Santíssima, refúgio dos pecadores, vós recebestes de Deus o poder de esmagar a cabeça da serpente infernal e afugentar os demônios que querem acorrentar os filhos de Deus. Curvado diante de vós, venho pedir a vossa proteção hoje e cada dia da minha vida, para que vivendo na luz do Vosso Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, eu possa depois desta caminhada terrena entrar na pátria celeste.
Ave Maria cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre Jesus. Santa Maria Mãe de Deus rogai por nós pecadores agora e na hora de nossa morte. Amém.
Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, como era no princípio agora e sempre. Amém.

Nossa Senhora de Fátima rogai por nós!

OPOVO

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATAS NO O POVO

FORTALEÇA SUA IMAGEM, COM CREDIBILIDADE, NO IMPRESSO E DIGITAL

O POVO é o único veículo do Ceará auditado pelo **IVC Brasil*** e com plataforma digital certificada pela **ICP Brasil****. **Faça sua publicação legal** com quem tem certificado de segurança digital para divulgação de atos legais, jurídicos e empresariais.

*IVC: Instituto Verificador de Comunicação
**ICP: Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras

SAIBA MAIS

Para mais informações, entre em contato:
(85) 3255-6020 OU
MIDIALEGAL@OPOVO.COM.BR

UM DOCUMENTÁRIO ORIGINAL O POVO+

NORDESTE INSURGENTE

O sonho da república nordestina. O pesadelo de um fim prematuro

DIREÇÃO DEMITRI TÚLIO E LUANA SAMPAIO **ROTEIRO** DEMITRI TÚLIO E LUANA SAMPAIO **PRODUÇÃO** MARIANA LOPES **DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA** FCO FONTENELE
ASSISTÊNCIA DE FOTOGRAFIA JULIO CAESAR E SAMUEL SETUBAL **COORDENAÇÃO DE PÓS-PRODUÇÃO, EDIÇÃO E MIXAGEM** RAPHAEL GÓES
MONTADOR, DESIGNER DE SOM E CORREÇÃO DE COR E GRADE ABDIEL ANSELMO **MODELAGEM E ANIMAÇÃO 3D** RODRIGO VASCONCELOS
EDITOR-COORDENADOR DO NÚCLEO AUDIOVISUAL CHICO MARINHO **EDITOR-ADJUNTO DO NÚCLEO AUDIOVISUAL** DEMITRI TÚLIO **EDITOR DA FOTOGRAFIA** JULIO CAESAR
EDITORA-CHEFE DO O POVO+ FÁTIMA SUDÁRIO **EDITORA-ADJUNTA** CATALINA LEITE **DIRETORIA GERAL DO JORNALISMO** ANA NADDAF E ERICK GUIMARÃES



ASSISTA AGORA
MAIS.**OPOVO**.COM.BR

OPOVO+

vida&arte

ARQUITETANDO SONHOS

| CEARÁ | Diretor de Relacionamento e Conteúdo da CasaCor, Pedro Ariel Santana fala sobre o papel do jornalismo ao pautar a arquitetura, a sustentabilidade no design e os planos para a edição de 2025



SOFIA HERRERO
ESPECIAL PARA O POVO
sofia.seligmann@opovo.com.br

Com a temática "Semear Sonhos", a edição de 2025 da CasaCor, maior mostra de design de arquitetura das Américas, se propõe a refletir sobre a crise climática e a trazer soluções por meio da arquitetura, do paisagismo e do design de interiores. O evento retorna à Rua Tibúrcio Cavalcante, no bairro Meireles, para um casarão que conta com 5 mil metros quadrados e já foi utilizado na edição de 2023.

O anúncio foi feito em lançamento que contou com palestra do arquiteto Pedro Ariel Santana. Mente ativa e pensante, o diretor de Relacionamento e Conteúdo da CasaCor ocupa o cargo no âmbito nacional há 11 anos e é responsável por fazer curadoria e garantir a excelência dos ambientes em cada uma de suas edições.

Baiano de nascença, Pedro tem em suas origens um paralelo estreito com o jornalismo. Após concluir a graduação em Arquitetura, aos 22 anos, e iniciar um mestrado na área, ele se deu conta de que sua aptidão para a escrita ia além da vertente acadêmica. Iniciou, então, uma segunda graduação em Jornalismo, após a mudança para São Paulo.

Hoje, após 14 anos de experiência como diretor de Redação da Casa Cláudia, no grupo Abril, o profissional enxerga o papel complementar que o jornalismo tem ao pautar a arquitetura.

"O jornalista tem que analisar e saber, na ponta da língua, quais são as questões que pautam o seu tempo. Assim como o faz com outras linguagens, como teatro, cinema ou música, sinto que, na arquitetura, o jornalismo tem esse papel de conectar o conteúdo com as questões do mundo em que vivemos", afirma.



SAMUEL SETUBAL

O jornalista e arquiteto Pedro Ariel Santana é diretor de Relacionamento e Conteúdo da CasaCor

No rol de possibilidades, ele lista alguns assuntos que, por conta da preferência estética, por vezes não surgem como prioridade na discussão arquitetônica.

"Penso muito em quais soluções os arquitetos estão buscando para melhorar, por exemplo, o nosso estado de saúde mental. Esse é um tema que consterna a todos, e o design de interiores, na arquitetura, já é comprovadamente uma influência significativa para o bem-estar emocional", exemplifica.

Tratando-se do presente, de acordo com Pedro, ao considerar as possibilidades da arquitetura para 2025, a grande vertente centra-se na sustentabilidade. A tendência permeia os princípios da CasaCor e, sobretudo, reflete os anseios do mundo.

Segundo dados de 2020 do United States Green Building Council (USGBC), o Brasil possui mais de 1,5 mil construções sustentáveis, ocupando a 5ª posição no ranking mundial de sustentabilidade, do qual fazem parte 180 países.

Buscando minimizar os impactos ambientais das construções e promover uma maior integração com o meio ambiente, Pedro explica que a arquitetura sustentável direciona as soluções do design para a preocupação central com as questões climáticas.

Como alternativa, o jornalista e arquiteto propõe a junção da sabedoria ancestral à sabedoria tecnológica para enfrentar o avanço das mudanças climáticas.

"Precisamos tomar consciência dessa urgência e analisar quais recursos temos disponíveis para lidar com essa questão. Na arquitetura, vemos uma união entre a sabedoria ancestral e a tecnológica, uma fusão de pesquisas de pensadores e ambientalistas que, ao final, nos possibilita um mergulho nas possíveis soluções", declara.

O tema "Semear Sonhos", inclusive, surgiu a partir da pesquisa de Sidarta Ribeiro, fundador do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Segundo o neurocientista brasiliense, a humanidade passa por um momento de abundância financeira que contrasta com um cenário inédito de desigualdade material e destruição ambiental. Como resposta, Sidarta resgata em sua pesquisa os conceitos de "bem viver" e "sonhar coletivo".

"O tema partiu dessa premissa do Sidarta de que precisamos reaprender a sonhar e imaginar novos futuros possíveis. Cada solução, antes de se concretizar, tem que ser sonhada, planejada, imaginada. E 'Semear Sonhos' é justamente um convite para que os profissionais possam voltar a sonhar com soluções arquitetônicas dos mais diversos tipos, embasadas no trabalho desses pesquisadores", destaca.

Na palestra ministrada para o mercado cearense na noite desta quinta-feira, 20, Pedro aproveitou o evento para instigar e apresentar exemplos bem-sucedidos de arquitetos e urbanistas que concretizaram o feito de unir a teoria da sustentabilidade à execução arquitetônica.

Com afinco à palavra, Pedro também aborda essas e outras questões em seu livro "A Grande Beleza", que reúne imagens de diversas edições da CasaCor pelo Brasil. Com a sexta edição lançada em 2024, a obra tem como proposta levar ao leitor a experiência do autor, que participa do processo criativo de cada ambiente e viaja o mundo em busca de inspirações em arquitetura e design.

Com referências internacionais, mas sempre atento à essência local, em sua passagem pelo Ceará, o arquiteto frisa o crescimento de Fortaleza como centro cultural que congrega uma geração de arquitetos e designers que buscam originalidade em meio ao crescimento imobiliário da Capital.

"Fortaleza está passando por um salto gigantesco e hoje possui prédios de 50, 60 andares. O mercado imobiliário reflete esse crescimento da cidade, mas, por outro lado, também vejo toda uma geração de arquitetos cearenses preocupados em como projetar para esses espaços", ressalta.

CasaCor 2025
Quando: 2 de outubro a 16 de novembro de 2025
Onde: Rua Tibúrcio Cavalcante, 607 - Meireles
Mais informações: a serem divulgadas em breve no @casacorceara

Eufrázio

Crônica



FLÁVIO PAIVA*
contato@flaviopaiva.com.br
www.flaviopaiva.com.br
*ESCREVE ÀS TERÇAS

CONFIRA ESTA E OUTRAS COLUNAS EM **MAIS.OPOVO.COM.BR/COLUNISTAS**

Negro Cosme e a educação

Foi em um carnaval na Ilha de São Luís do Maranhão que tomei conhecimento da figura de Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme (1801–1942). Era o ano de 1989 e, como participante naquele ano do desfile da escola Turma do Quinto, entoei na multidão o tema do levante popular e liberal conhecido como Balaiada, semi vestido em fantasia com grafismo em preto e branco, cinta e colar também alvinegros, com bolas vermelhas, e um chapéu branco de penas rubras. O enredo dava coesão ao significado político da palavra negro, unindo pretos e pardos: "Aê, sou quilombola / Aê, sou quilombá / Aê, sou Negro Cosme...".

Aquele som e aquele nome ficaram ecoando em minhas lembranças. Três décadas depois, na semana anterior ao Carnaval de 2020, estive novamente no Maranhão em pesquisa de campo para a produção do meu livro "Toque de Avançar. Destino: Independência", ficção histórica que chamei de biografia do nome da cidade onde nasci. Na região dos cocais, na antiga Cachias das Aldeias Altas, atual cidade de Caxias, voltei a ouvir falar de Negro Cosme, principalmente pela liderança que ele exerceu na Balaiada (1838 – 1841).

Condenado por lutar pela liberdade do povo negro e por igualdade social, Cosme Bento foi enforcado em praça pública na vila de Itapecuru-Mirim, em 1842. Nascido nas cercanias sobralenses do rio Acaraú, interior do Ceará, mudou-se para os territórios do Maranhão banhados pelas águas do rio Itapecuru. Ali, criou e liderou o quilombo de Lagoa Amarela, com cerca de três mil integrantes, o maior da história daquele Estado, que, à época, com exceção da população de povos originários, tinha duas pessoas escravizadas para cada uma não-escravizada. Dois séculos depois da ancestralização de Negro Cosme, existem cerca de 70 comunidades quilombolas nas plagas maranhenses.

A visionária consciência política de Negro Cosme fez com que ele acreditasse na educação como estratégia de emancipação. Foi o primeiro líder negro brasileiro a organizar uma escola de ensino de leitura e de escrita em um quilombo. Isso é um marco muito significativo na história da luta antirracista e pela igualdade racial. A oportunidade de acesso à educação de pessoas pretas e pobres segue como um dos grandes desafios brasileiros, embora muitos avanços tenham sido conquistados. Cosme Bento, que sabia ler e escrever, naturalmente percebia a diferença que a educação tinha feito para a expansão do entendimento que tinha do mundo em que estava inserido.



CONDENADO POR LUTAR PELA LIBERDADE DO POVO NEGRO E POR IGUALDADE SOCIAL, COSME BENTO FOI ENFORCADO EM PRAÇA PÚBLICA"

O Maranhão tem uma lei (nº 10.524/2016) que institui o dia 17 de setembro, data do assassinato de Cosme Bento das Chagas, como Dia do Negro Cosme; na capital São Luís há uma praça com seu nome, no bairro Fé em Deus; e no município de Imperatriz foi criado o Centro de Cultura Negro Cosme, que atua na busca de igualdade racial. No campo da educação, o governo maranhense mantém a Plataforma Negro Cosme, por meio da qual atende a demandas de cursos fundamentais para a democratização do conhecimento, a capacitação digital e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

Penso que o Ceará, como terra natal desse grande líder quilombola brasileiro, deveria se juntar aos esforços do Maranhão na valorização da memória de Negro Cosme. Dediquei a ele o meu novo livro "Ceará Negro e outros temas de África", como manifestação desse desejo de que a "Terra da Luz" se torne um lugar sem discriminação, mais igualitário e mais justo.

QUER DIVULGAR SEU EVENTO?
MIGUEL.ARAUJO@OPOVO.COM.BR

VUMBÒ

O MELHOR DA AGENDA CULTURAL

✻ INFORMAÇÕES SOBRE ATRAÇÕES, DATAS E HORÁRIOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ORGANIZADORES DOS EVENTOS

FERNANDA BARROS



CORTEJO

MARACATU

Para celebrar o Dia do Maracatu e o feriado do Dia da Data Magna do Ceará, estabelecido para relembrar o fim da escravidão no Estado, o tradicional Maracatu Solar fará um cortejo festivo nesta terça-feira, 25. O local escolhido é o Calçadão da Barra do Ceará. O Maracatu sai em desfile pela Beira Rio e segue até o Restaurante Albertus. Ao longo do evento será gravado também um videoclipe.

Quando: terça-feira, 25, a partir das 16 horas
Onde: Av. Rad. Jose Lima Verde - Barra do Ceará
Gratuito



CIRCO EM CENA

DRAGÃO DO MAR

O espetáculo "O Futuro É Uma Budega" é apresentado no Teatro Dragão do Mar. A obra visa difundir o circo de rua e o artista Felipe Firmino usa uma bodega como dispositivo cênico, mesclando histórias de um "galego".

Quando: terça-feira, 25, a quinta-feira, 27, às 19h30min
Onde: Teatro Dragão do Mar (rua Dragão do Mar, 81 - Praia de Iracema)
Quanto: R$ 20 (inteira) e R$ 10 (meia); vendas no Sympla e na bilheteria

FERNANDA BARROS



PARQUE DE DINOSSAUROS

CAUCAIA

Localizado em Caucaia, o Alchymist Prehistoric Park é opção de lazer para a família e diferentes públicos. O parque temático de dinossauros reúne mais de 60 réplicas em tamanho real, mais de um quilômetro de trilhas e modelos animatrônicos de dinossauros que chegam a 20 metros de altura.

Quando: quarta-feira a domingo, das 9h às 18 horas
Onde: Alchymist Prehistoric Park (Antônio Vicente de Nojosa, 800 - Caucaia)
Quanto: R$ 99,90 (inteira) e R$ 49,95 (meia); vendas no site alchymistprehistoricpark.com.br, bilheteria presencial e WhatsApp (85) 98195.6232

EXPOSIÇÃO

CAVE GALERIA

A Cave Galeria,localizada na Rua Pereira Valente, exibe a exposição "Memória Elementar", dos artistas Gi Monteiro, Júlio Jardim e Navegante Tremembé. Sob a curadoria de Lucas Dilacerda, a mostra reúne pinturas, desenhos e esculturas que resgatam a relação entre ecologia e a história ancestral na produção artística. Os artistas investigam seu passado para além da memória humana, ampliando a concepção convencional de ancestralidade.

Quando: de terça a sexta-feira, das 13h às 19 horas; sábado, das 10h às 14 horas
Onde: Cave Galeria (R. Pereira Valente, 757 - Meireles)
Gratuito

CIRCO CELESTIA



CHARLES JOHNSON PEREIRA/DIVULGAÇÃO

ESPETÁCULO

O Circo Celestia, do Grupo Cirque Amar, apresenta três sessões nesta terça-feira, 25. Com mais de 200 profissionais envolvidos, o espetáculo tem combinação de música, dança, teatro e manobras radicais, com atrações como o freestyle motocross, no qual motos desafiam a gravidade. Números com equilibristas, mágicos e trapezistas também integram a apresentação.

Quando: terça-feira, 25, às 16h, às 18h e às 20 horas
Onde: Circo Celestia (av. Washington Soares, 1100 - Edson Queiroz)
Quanto: a partir de R$ 15; vendas no site Circo Celestia e na bilheteria

&KIKO ALVES

DOCUMENTÁRIO

| AUDIOVISUAL | Cineasta aborda memória e identidade negra em documentário gravado em Itapipoca, Ceará, com histórias de familiares

UNIVERSO FANTÁSTICO


JOÉLIA BRAGA/DIVULGAÇÃO

RAQUEL AQUINO
raquel.aquino@opovo.com.br

Para transmitir a história de seu povo, o cineasta cearense Kiko Alves precisou mergulhar na sua própria ancestralidade, a de homem negro e gay do Interior do Ceará. Com "Um Lugar Chamado Aruanda", seu primeiro trabalho de longa-metragem, o artista pretende documentar as vivências das comunidades negras de Itapipoca para que as atuais e futuras gerações tenham acesso a sua história.

O documentário, que deve estrear em junho deste ano, é uma iniciativa de Kiko para trazer para o audiovisual a representatividade de suas raízes catimbozeiras, religião e cultura afro-indígena que mistura elementos de magia, religião e ervas sagradas.

"Por volta de 2010, comecei a querer entender a história dos negros do Ceará. Comecei a pesquisar e acabei me tocando que eu estava tentando contar as histórias sem saber nem a minha própria. Por isso, eu comecei a me direcionar, ler documentos de cartório e ouvir mais o que os meus familiares mais velhos me contavam", diz Kiko.

Sobre as suas referências, o cineasta destacou o Catimbó, uma manifestação antiga que está presente na sua família há, pelo menos, 150 anos, desde seu bisavô. "O nome do filme, 'Aruanda', tem relação com isso. É uma palavra muito importante para os povos da diáspora, do Catimbó, e é um termo corruptela de 'Luanda', que está relacionada às características místicas para os povos de terreiro".

Nesse sentido, uma das protagonistas de "Um Lugar Chamado Aruanda" é justamente a avó de Kiko, dona Georgina, 98 anos. Ela foi responsável por "manter a memória da família funcionando", pois era quem contava a história dos parentes e da ancestral mais antiga da família, a Mãe Miranda.







Imagens de bastidores do documentário "Um lugar chamado Aruanda"

"Ela (Georgina) sempre foi muito festeira, adorava dançar e sempre trazia as histórias do forró e do ritual de São Gonçalo, isso foi material base para pensar o filme", diz Kiko, que compartilha que sua metodologia para gravar o filme partiu da estratégia de escutar as conversas ao invés de fazer entrevistas do modo acadêmico.

Kiko destaca que, para conseguir os relatos que lhe interessavam para o documentário, se inspirou no modo de gravação dos filmes "Cabra Marcado Para Morrer", de Eduardo Coutinho, e "Notturno", do italiano Gianfranco Rosi. "Eu pensei em reunir minha vó com os irmãos e amigos, esses encontros geravam conversas", pontua.

"Eu coloquei ela em territórios da memória dela que despertam vontade de falar, que é essa ideia de Aruanda. Por exemplo, no Poço Verde, um grande rio de Itapipoca, ela lembra e diz que só não morreu de fome e nem deixou de alimentar os filhos no passado porque pescava ali. Ela conta que pescava e vendia parte do peixe para comprar o resto da comida que ia acompanhar a proteína. E foi assim que eles sobreviveram, já que ela era uma mãe solo nos anos 1950".

Segundo ele, a base do documentário são os relatos, mas não se restringe a contar apenas histórias familiares. O cineasta, que produz a obra por meio do fomento da Lei Paulo Gustavo, conta que as pessoas com quem conversou o ajudaram a criar conexão com outras pessoas do território e, assim, foi compondo seu filme com a representatividade negra de Itapipoca.

Em um dos episódios de gravação, durante uma festa para Exú, Kiko descobriu um novo primo, também neto de dona Georgina e filho de seu tio, numa relação extraconjugal. "A gente se olhou e ficou pensando 'é sério?', eu fiquei muito emocionado. Ele - o Tales - é um membro da minha família que eu não fazia a menor ideia de que existia, eu não procurei por ele, mas os ancestrais nos conectaram", alega o cearense.

Outra curiosidade do filme é sobre a sua musicalidade. Todas as músicas foram gravadas pelos sons de atabaque que os ogãs de Itapipoca tocam, captados no terreiro de Vavá, que fica no bairro da Estação. "Nas conversas que tive com o Vavá, que é um ogã muito versado na magia, ele me disse que a batida do atabaque da macumba em Itapipoca é diferente, mais cadenciada e mais lenta. Eu fiquei com isso na cabeça e alterei todo o projeto para que a trilha sonora fosse só desses sons".

Para além das questões técnicas, gravar e elaborar "Um Lugar Chamado Aruanda" foi um desafio para o diretor, que passou por uma grande e sensível imersão na sua própria vida durante o trabalho. "Para mim, fazer cinema e gerar essas imagens é muito importante porque, pessoalmente, eu não tenho esses documentos. Minha família é pobre, passou muitas necessidades e a imagem não era uma prioridade. Eu não tenho foto minha antes dos 20 anos, não tenho o registro de como eu me parecia", diz Kiko.

Ele acrescenta que teve, graças à insistência de sua mãe, um acesso melhor à educação e pode construir uma narrativa diferente de seus ancestrais. Anos depois, com uma câmera na mão e muito estudo, voltou para documentar sua própria história.

"Eu tento não romantizar as dores e as misérias, mas tem sido um grande desafio, porque a academia ensina a gente a produzir cinema de uma forma muito mercadológica e, às vezes, a gente precisa desconstruir um pouco do que a gente aprendeu para construir uma história real e conectada com as pessoas", finaliza.

Brincar

Jerimunzin. RAQUEL SILVA. @raquelsilvapenciller

SE FAZ FRIO...
ATCHIMMMMMMM
SE FAZ CALOR...
ATCHIMMMMM
NA "BIDA" COM RINITE, TODO TEMPO É TEMPO RUIM.
FUNGA FUNGA
FUNGA FUNGA

for.25 março 2025 - copyright by raquel silva

Tem alguém aí?. RÉDI BORTOLUZZI @rediroger

UMA HIPÓTESE PRO FIM DO UNIVERSO É TUDO SE CONTRAIR POR ATRAÇÃO GRAVITACIONAL.
Não seria lindo? Um grande abraço cósmico!
SEU OTIMISMO ME DEIXA ATERRORIZADO, EUDOXIA.
RÉDI ROGER

Entre as sarjetas. ISE NISHI @entreassarjetas

HORA DE PARCELAR O BACALHAU E OS OVOS DE PÁSCOA
nishi

HORÓSCOPO PERSONARE

www.personare.com.br | a.martins@personare.com.br

ÁRIES
21 DE MARÇO A 20 DE ABRIL

A conexão entre Lua, Plutão e Júpiter despertam uma percepção mais sensível às necessidades das pessoas próximas, incentivando a cooperação em prol de metas compartilhadas, especialmente em momentos de mudança. Talentos diferentes se complementam, impulsionando ações ousadas.

TOURO
21 DE ABRIL A 20 DE MAIO

A Lua no setor profissional se alinha a Plutão e Júpiter, tornando o pensamento estratégico e criativo aliados essenciais para lidar com as transformações. Explore novas abordagens e compartilhe ideias com quem está ao redor para expandir possibilidades e ampliar seu alcance.

GÊMEOS
21 DE MAIO A 20 DE JUNHO

O senso crítico se intensifica com a junção da Lua e Plutão na esfera espiritual, levando a questionamentos que ajudam a enxergar as mudanças no mundo como oportunidades de crescimento. O que se transforma não é o cenário, mas a maneira como você o percebe.

CÂNCER
21 DE JUNHO A 22 DE JULHO

Momentos de recolhimento são valiosos para refletir e criar estratégias diante dos desafios, como sugere o encontro da Lua com Plutão. No entanto, não se afaste de quem convive com você, pois essas relações podem trazer reflexões importantes para esse processo.

LEÃO
23 DE JULHO A 22 DE AGOSTO

O diálogo se fortalece e se torna uma ferramenta essencial para enfrentar tempos de mudança, com a Lua e Plutão destacando a importância das alianças. Estabelecer estratégias em conjunto pode ampliar possibilidades e proporcionar soluções mais abrangentes.

VIRGEM
23 DE AGOSTO A 22 DE SETEMBRO

A rotina pode trazer situações que demandam um olhar mais estratégico, exigindo soluções para questões intelectualmente complexas e que precisam de ações bem organizadas. Se abra para novas perspectivas.

LIBRA
23 DE SETEMBRO A 22 DE OUTUBRO

A convivência social exige atenção e discernimento para lidar com mudanças que afetam o coletivo, pois a Lua se alinha com Plutão e Júpiter. Analise as informações que circulam nas redes sociais com cautela. Escolha bem suas palavras e evite tomar decisões baseadas apenas na opinião da maioria.

ESCORPIÃO
23 DE OUTUBRO A 21 DE NOVEMBRO

Uma nova forma de enxergar as situações pode abrir caminhos para superar desafios e fortalecer os laços de confiança. Equilibrar inovação e tradição pode ser um ponto forte neste momento.

SAGITÁRIO
22 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO

O desejo por ambientes mais tranquilos e interações seletivas se faz presente, favorecendo conversas profundas e reflexões que enriquecem sua visão de mundo. Caso esteja só, leituras voltadas ao autoconhecimento podem trazer novas perspectivas.

CAPRICÓRNIO
22 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO

A administração do dia a dia se beneficia de uma mudança de perspectiva, destacando detalhes que costumam ser ignorados, já que a Lua se alinha com Plutão e Júpiter. Aproveite ao máximo recursos que estão sendo pouco utilizados.

AQUÁRIO
21 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO

A presença da Lua e de Plutão em seu signo amplia sua sensibilidade, fortalecendo a introspecção e o autoconhecimento. Inserir atividades culturais na rotina ou passar mais tempo em contato com a natureza pode estimular o pensamento crítico.

PEIXES
20 DE FEVEREIRO A 20 DE MARÇO

O encontro entre Lua e Plutão incentivam uma imersão na vida pessoal, ajudando a analisar desafios com um olhar crítico e a promover mudanças que melhorem o dia a dia em casa. Busque apoio e cumplicidade com quem convive com você.

PALAVRAS CRUZADAS

"O Lago dos Cisnes" e "O Pássaro de Fogo"
Bairro da festa de Bom Jesus dos Navegantes, em Salvador
Principal característica da religião na Grécia Antiga
Distingue-se
(?) Watts, atriz de "Birdman" (Cin.)
Entidade comercial possuidora de CNPJ
Are e hectare (Metrol.)
Anemia (?), doença marcada por deficiência nas hemácias
Estudava
Cidade natal de Galileu Galilei
"(?), Como Vai", canção de Lô Borges
Cheiro ruim (bras.)
A (?): em princípio
Sequência
As regiões de clima polar
Luz decorativa
Confusão extrema
Linhagem nobre
Chuva forte (bras.)
Conjunto de 500 folhas de papel
Sem rumo definido
O solvente universal
Carta de baralhos
O "outro mundo"
A rainha das flores
Gargalhar
Dicionário on-line da língua portuguesa
O Príncipe Charles, para Meghan Markle
Demora, em inglês
Dario (?), escritor
Acompanhamento do ovo poché (Cul.)
Papel principal da ópera "O Guarani"
Osso da coxa
Pedra preciosa
Ciência de Pitágoras (abrev.)
Rodovia dos (?), ligação entre a cidade de São Paulo e a Baixada Santista
O partido político de Rodrigo Maia
Compreensão intuitiva das emoções alheias
(?) Hot Chili Peppers, banda
"Garantia", em FGTS
Mar, em francês
Paula Ney, jornalista

BANCO 3/lag — led — mer — red. 4/gema. 5/naomi. 6/aulete — priori. 10/falciforme.

2

COQUETEL Letrox
Disponível em bancas de jornal e livrarias de todo o Brasil!
www.coquetel.com.br/
@editoracoquetel
/coquetel
COQUETEL

Solução

O ANJO
Lelahel

Domina o amor, a fama, as ciências, as artes e a fortuna. Faz procurar estas coisas, dando altas aspirações e o talento necessário para chegar à celebridade. O gênio contrário provoca a ambição e o orgulho e leva as pessoas a procurarem a fortuna por meios ilícitos. A pessoa sob a influência deste anjo contrário, será célebre por usar a força do "inverso" da potência dos anjos, para atender somente a seu egoísmo e interesses próprios.

O SANTO
Anunciação do Senhor

A anunciação do Senhor é a solenidade que expressa a vontade divina de querer dar-se a conhecer o homem e salvá-lo e, ao mesmo tempo, a disponibilidade do ser humano em acolher essa autorrevelação divina. O episódio narrado no Evangelho de Lucas mostra a origem do problema enfrentado pelas primeiras comunidades cristã acerca da encarnação total do verbo de Deus no seio de Maria. A narrativa explicita o diálogo realizado entre Divino e o humano, entre Maria e o anjo, o mensageiro de Deus. Nesse episódio, contemplamos que a liberdade humana, fruto do amor de Deus aos homens, nunca foi violada pelo Criador. Ele propõe a Maria uma missão e ela se dispõe a realizá-la, mesmo não sabendo como tudo se daria.

SUDOKU

5	6		2		1		8	
				4	7			1
		7	4	6		3	1	
	8						4	
	2	4		7	5	9		
3			7	5				
	4		9		2		3	5

Solução

O que é e como jogar

1. O jogo é constituído de 81 quadrados numa grade de 9 x 9 quadrados, subdividida em nove grades menores de 3 x 3 quadrados.
2. Cada fileira (vertical e horizontal) deverá conter números de 1 a 9.
3. Cada grade menor, de 3 x 3 quadrados, deverá conter números de 1 a 9.
4. Nas fileiras horizontais e verticais da grade maior, cada número deverá aparecer uma só vez.

CLÓVIS HOLANDA



CLOVISHOLANDA@OPOVO.COM.BR
*ESTA COLUNA É PUBLICADA DE SEGUNDA A SEXTA E AOS DOMINGOS

DILEMA DA VEZ

Pais e mães (no que me incluo) todos abalados com a série "Adolescência", sucesso estrondoso da Netflix - tratei do assunto semana passada. Em resumo, um adolescente de 13 anos, nascido numa família classe média comum, de genitores que trabalham muito para dar o máximo que podem aos filhos, é acusado pelo assassinato de uma colega de escola.

Essa trama é o pano de fundo para escancarar, em quatro episódios, a falência da sociedade na educação e no acompanhamento dos jovens frente às redes sociais e às novas formas de socialização que elas promovem, sem filtros e sem compromissos éticos.

A geração da porta fechada, com fones, celulares e internet à disposição, pode até estar resguardada dos perigos da rua, mas segue exposta aos riscos virtuais que, como demonstra o seriado, estão para muito além de assédios sexuais e golpes financeiros.

Os algoritmos, os símbolos e as ideologias ali despejadas são capazes de inverter valores plantados no seio familiar, moldando novas personalidades e visões acerca da realidade. Assim como no filme, genitores se questionam, na vida real, onde podem estar errando ao reconhecer, no protagonista, os mesmos traços de baixa empatia, autoimagem deturpada e descontrole emocional que assistem no cotidiano dos lares.

A série não traz nenhum elemento novo para quem já acompanha e faz uma análise crítica da nossa sociedade, mas choca ao mostrar que nós, adultos, perdemos o jogo e somos tão vítimas quanto nossas crianças, mesmo nas famílias mais estáveis e equilibradas.

E agora, como proceder? Eis a questão, global.

JÁ QUE HOJE É FERIADO...

LUCAS FUJITA/ ARQUIVO FAMILIAR



...cabe abrir um vinho e liberar o espírito gourmet na cozinha, como o empresário Nisabro Fujita, sócio da M7 Soluções Financeiras. Além da corrida como hobby nas horas vagas, também encara as panelas para momentos à mesa com a família e amigos. Fica o click de inspiração, registro de Lucas Fujita, filho de Nisabro e promissor talento na fotografia.

NOVA DÉCADA

JOÃO FILHO TAVARES



Sócios na Dealer Medical San Avance, empresa de equipamentos médicos na Capital, José Teófilo e Tatianne, juntamente com os filhos do casal, recebem muitos amigos nesta tarde, no Gran Marquise, celebrando os 50 anos dele.

CONHECIMENTO

DIVULGAÇÃO



Premiado padeiro e empresário cearense, Brunno Malheiros (panificadora Cheiro do Pão) vai compartilhar os segredos de sucesso do seu panetone, ranqueado dentre os melhores do mundo em concursos internacionais. A convite da Cooperativa Agrária Agroindustrial, no Paraná, comanda workshop sobre os processos de fermentação natural em panificação. A Agrária é fabricante de farinha de trigo e fornecedora para panetones de indústrias como Bauducco, Santa Edwiges, Siena, Casa Suíça e Cacau Show.

Zoom

...E na festa de lançamento do remake da novela "Vale Tudo", no Copacabana Palace (RJ), zoom na presença de Taís Araújo, que viverá a protagonista Raquel, interpretada por Regina Duarte na primeira versão da telenovela de Gilberto Braga. A produção retorna à TV adaptada pela autora Manuela Dias. Com estreia dia 31 de março e muito aguardada pelo público, drama traz de volta questões sobre honestidade no Brasil num contexto infinitamente mais complexo do que em 1988, quando foi ao ar pela primeira vez.

MARCOS SERRA LIMA/ GLOBO



INDÚSTRIA

Sindquímica-CE realizou, última semana, Missão Empresarial a Recife, que teve como foco principal a participação na 5ª CleanFair Nordeste - 11° Workshop Sindilimpe Nordeste, primeira feira de 2025 dos setores de Saneantes e Cosméticos do Norte e Nordeste. Quinze empresários cearenses participaram da jornada, permeada por inovação, networking e oportunidades de negócios. Muitos dos expositores presentes na Clean Fair (PE) também estarão na Expo Ceará Química 2025, que ocorrerá nos dias 11 e 12 de setembro, no Gran Mareiro Eventos. Registros...

DIVULGAÇÃO



O presidente do Sindquímica-CE, Beto Chaves, com o presidente do Sindiplimpe-PE, organizador da Clean Fair (1)



O presidente do Sindquímica, Beto Chaves, e o Diretor Financeiro do sindicato, Ociran Soares, durante visita ao estande da Scentec, confirmada na Expo Ceará Química 2025

ÚLTIMAS

Jamal Mourad, diretor Assistente do Programa de Fellowship em Cirurgia Ginecológica Minimamente Invasiva da Mayo Clinic – um dos centros médicos mais renomados do mundo, localizado no Arizona, EUA – estará em Fortaleza para participar da 5ª edição do Salvata Experience, um dos principais eventos sobre saúde feminina no Brasil, dias 28 e 29 de março. Em pauta: endometriose, sangramento uterino anormal, miomas, incontinência urinária e prolapso de órgãos pélvicos.

Festeiros de mão cheia, Ton Pinheiro e Cybele recebem amigos na sexta-feira, em seu apê, para drinks & afins.

Decoradora Gil Santos se superou, noite da última quarta-feira, 19, na produção dos 15 anos de Lara Munhoz, filha de Milena Munhoz e Rosalvo Carneiro. Arquiteta, mãe da debutante propôs ambientação botânica, mesclando inúmeras espécies de folhagens exóticas. Plus: o bolo fascinante de Ricardo Tavares, da Cacau2You.

Cooperação científica entre Brasil e França avança com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Fiocruz, o Institut Pasteur de Paris e a UFC. Evento ocorrerá no Centro Pasteur Fiocruz de Imunologia e Imunoterapia, situado no campus da Fiocruz Ceará, no Eusébio, nesta terça-feira, 25, às 9 horas, e contará com a presença do embaixador da França no Brasil, Emmanuel Lenain.

Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza (AJE Fortaleza) elegeu Tiago Guimarães como novo coordenador geral para a gestão de 2025. Atual coordenador de estudo e pesquisa da entidade, Tiago será empossado em 4 de abril, às 18 horas, na Fiec.

Noite também será marcada pelo lançamento do livro comemorativo pelos 35 anos de atuação da AJE, ressaltando que boa parte dos nomes de expressão do empresariado cearense contemporâneo é formada por egressos do grupo, um fórum relevante para o fomento de novos negócios na Capital.

Festival de hambúrguer ocorre em Fortaleza

| ABRIL | Evento, que terá pratos a partir de R$ 25, ocorre em shoppings e possui entrada gratuita

NIKLAS RHÖSE/UNSPLASH



Festival de hambúrgueres chega em abril a Fortaleza

Entre os dias 3 e 13 de abril, Fortaleza recebe pela primeira vez o festival de hambúrgueres "Burguerland". O evento terá entrada gratuita e ocorrerá nos shoppings RioMar Kennedy, no bairro Presidente Kennedy, e no RioMar Fortaleza, no bairro Papicu.

No total, serão 15 estações com diversas receitas de hambúrguer, que vão estar disponíveis com preços a partir de R$ 25. Torresmos, batatas, chopp gelado e sobremesas como milkshakes também estarão disponíveis na ocasião.

No evento, inédito na Capital, os hambúrgueres de costelinha e shimeji são os destaques do festival. Entre os sabores de milkshake, estão: torta de limão e paçoca, além de doces clássicos como fondue e merengue de morango. **(Eduarda Porfírio)**

Burguerlannd - Festival de Hambúguer em Fortaleza

Shopping RioMar Kennedy
Quando: de 3 a 6 de abril, das 12h às 23 horas
Onde: avenida Srg. Hermínio Sampaio, 3100 - Presisdente Kennedy
Mais informações: no Instagram @burguerlandfestival @riomarkennedy
Gratuito

RioMar Fortaleza
Quando: de 10 a 13 de abril; das 12h às 23 horas
Onde: rua Desembargador Lauro Nogueira, 1500 - Papicu
Mais informações: no Instagram @burguerlandfestival @riomarfortaleza
Gratuito

&MÚSICA

CENA CONTEMPORÂNEA

| PERFIL | Conheça Raara Rodrigues, crescente voz do jazz e blues cearense, que transformou a paixão pelo som na sua profissão

JAZZ E POESIAS


FERNANDA LEAL/DIVULGAÇÃO

Cantora Raara é uma das vozes mais pulsantes da nova geração cearense

RAQUEL AQUINO
raquel.aquino@opovo.com.br

Em ascensão na programação musical de Fortaleza com projetos como "Elas, o Ceará e o Jazz", a cearense Raara Rodrigues, de 33 anos, tem conquistado ouvintes com a projeção de sua voz marcante.

A cantora cresceu cercada por música dentro de casa. Ao lado do pai, que tocava violão, e de outros parentes que traziam demais instrumentos, sua vivência familiar sempre foi acompanhada por melodias que encantavam a rotina. Mesmo muito tímida, com vergonha até de se comunicar, ela se apropriou do que mais amava para expandir os horizontes.

"Essa imagem (da família) me trouxe uma vontade de tocar também. Eu queria acompanhar as gravações, cantar com meu pai, e ficava curiosa com aquele movimento. Eu nunca tive um estudo formal de música, fui procurar isso depois, com a profissão. Mas foi bom também não ter tido (o ensino), porque me fez procurar uma forma de acompanhar a música", explica a artista.

Foi brincando com as maquiagens da mãe e com as roupas da irmã que Raara conheceu os discos de Alcione, Frank Sinatra, Marisa Monte e Nat King Cole. "Eu me esforçava para cantar e acompanhar, quase imitando mesmo, tentando fazer igual, aprendendo com as gravações. E hoje, sendo uma cantora, eu consigo ver que nessa época eu já fazia um trabalho de escuta, um exercício de acompanhar e entrar na nota, achar o tom", conta.

O contato com o jazz, entretanto, começou de forma inusitada na vida de Raara: por meio de um vizinho festeiro do apartamento que morou durante a infância. "Ele me ouviu cantar, porque era um prédio antigo e dava para ouvir o que eu cantava no banheiro. Um dia, ele me abordou e perguntou 'Você canta? Você já ouviu falar em Billie Holiday, em Nina Simone?'".

A partir deste encontro, ela passou a escutar grandes nomes do jazz e blues, que logo se tornou sua "marca" na música. Foi este caminho que a fez cruzar, aos 15 anos, com o produtor musical Pedro Quental, outra pessoa que "mudou" sua vida.

Ela encontrou o também compositor em um show do Monobloco em 2012. Na ocasião, ela e a irmã chegaram horas antes da apresentação e perguntaram ao produtor sobre a chegada do grupo musical. A irmã dela, muito falante, disse para ele que Raara era cantora de jazz; assim, ele pediu que ela mostrasse sua voz e a jovem cantou à capela. Como resultado, o produtor deu o número dele e ofereceu a oportunidade de um projeto de jazz e bossa nova.

Os anos passaram e Raara cursou Psicologia, período que também passou por sessões de análise na terapia, onde ela descobriu que sua maior habilidade era vocal. Por isso, buscou o produtor anos depois e se deparou com uma feliz coincidência: "A cantora do projeto que ele estava ia viajar para fazer um doutorado e abriu a vaga. Disse que queria e fiz a audição no estúdio dele, cantei clássicos e a gente correu para montar um repertório de 30 músicas com esses trabalhos", relata.

Desde então, Raara passou a dedicar sua vida profissional à música e pôde aprender mais sobre a própria voz. "Foi um momento em que tive que rever como eu estudava e aprendia com os discos, porque eu era uma cantora muito viciada nas gravações, queria cantar exatamente como era. Mas, com uma banda, você vai descobrindo novos caminhos e busca um tom original para fazer. Você precisa fazer isso acontecer por você, fui entendendo os tons que combinavam comigo", diz.

> ***Com uma banda, você vai descobrindo novos caminhos e busca um tom original***
>
> **RAARA RODRIGUES**
> Cantora

"Eu costumo dizer que a minha formação como cantora foi cantando mesmo no palco, com a banda que tinha o Fábio, o Dedê, Márcio Rezende, André Bredet. A gente fez um percurso de se apresentar toda semana. Era uma agonia boa, porque eu era atravessada pelos meus medos, tinha os encontros com as pessoas, uma troca. A música só me deu coisas boas", acrescenta Raara.

A cantora circula atualmente com espetáculos solos e eventos pontuais com o trio "Elas, o Ceará e o Jazz", com Mariana Lima e Ângela Lopes. A idealização do coletivo veio do artista cearense Daltown Moura, que fez convites individuais a cada uma, de forma experimental para as três.

"Ter esse momento com as meninas ajudou a dar o tom a esse projeto, tem música de parceiros do coração, como Tarcísio Sardinha, Hermano e do próprio Dalton. É um repertório extenso e inédito, com canções ainda desconhecidas pelo público", finaliza. A agenda de shows da artista pode ser acompanhada por meio das redes sociais.

Acompanhe a artista
Instagram e Youtube: @raara.rodrigues

MIS celebra reabertura com programação

| MIS | Evento comemora três anos da reabertura e terá shows, conversas e exposições

DEIVYSON TEIXEIRA/DIVULGAÇÃO

MIS realiza programação especial para celebrar três anos de reabertura

Em comemoração aos três anos de reinauguração, o Museu da Imagem e *Som do* Ceará Chico Albuquerque (MIS-CE) realiza uma programação artística e cultural gratuita com atividades diversas entre a quarta-feira 26, e o domingo, 30. A agenda do equipamento inicia com o Fórum do Futuro, que também marca o encerramento da exposição "Vermelho Vivo: Amor e Revolução".

Na quarta-feira, 26, e na quinta-feira, 27, o evento irá discutir a função da arte na construção, além dos desafios da sociedade atual com pesquisadores, artistas e personalidades do Brasil, Portugal e Argentina. O debate acontecerá em quatro mesas com eixos distintos: Direitos Humanos, Música, Fotografia e Cinema. Cada mesa terá seu próprio formulário de inscrição, gratuito e on-line. Os encontros acontecerão na sala imersiva do espaço localizado no Meireles.

Na ocasião, o equipamento também promoverá show da banda Leves Passos e de Luiz Fidelis. Durante a programação de aniversário do MIS, os artistas Rodger Rogério e Mona Gadelha participam de uma conversa sobre o disco "Chão Sagrado", trabalho do cantor, compositor e ator cearense em parceria com Teti.

A produção musical é considerada uma das mais importantes do "Pessoal do Ceará". O momento acontece no domingo, 30, a partir das 16 horas, na praça do Mis.

Também no domingo, 30. será realizada uma sessão adaptada para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), das 10h30min às 11h30min, na sala imersiva do equipamento.

"Fósseis do Cariri", "Aves do Ceará" e "Fragmento Kymera" são as exposições inclusas na programação especial. A ação conta com redução do volume, ajuste na iluminação e um percurso acessível para evitar sobrecarga sensorial nos participantes. **(Eduarda Porfírio)**

Destaques da programação

Quarta-feira, 26, e quinta-feira, 27
Atividade: Fórum do futuro
Sexta-feira, 28
16h, 16h30min e 17 horas: Ação Educativa Video Mapping no Casarão
Sábado, 29
16h às 20 horas: Feiras Mis - Fotografia e Vinil
Domingo, 30
10h30min às 11h30min: Sessão adaptada para pessoas com TEA

Museu da Imagem e do Som do Ceará
Quando: quarta-feira, quinta-feira e domingo, das 10h às 17h30min; sexta-feira e sábado, das 13h às 19h30min
Onde: avenida Barão de Studart, 410 - Meireles
Mais informações: no site Mis-ce.org.br e Instagram @mis_ceara
Gratuito